ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVII Nº 56 Brasília - DF, sexta-feira, 22 de março de 2019 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 7
Ministério da Defesa 8
Ministério do Desenvolvimento Regional 9
Ministério da Economia 9
Ministério da Educação 19
Ministério da Infraestrutura 27
Ministério da Justiça e Segurança Pública 31
Ministério de Minas e Energia 36
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 38
Ministério da Saúde 39
Conselho Nacional do Ministério Público 52
Ministério Público da União 52
Tribunal de Contas da União 54
Poder Legislativo 103
Poder Judiciário 103
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 103

Esta edição completa do DOU é composta de 104 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.160 **1**

ORIGEM : ADI - 15345 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC
ADV.(A/S) : JOÃO VICENTE MURINELLI NEBIKER (37417/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, Ministra Cármen Lúcia (Presidente), julgou parcialmente procedentes os pedidos, para dar interpretação conforme a Constituição ao art. 625-D, § 1º a § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, assentando que a Comissão de Conciliação Prévia constitui meio legítimo, mas não obrigatório, de solução de conflitos, permanecendo o acesso à Justiça resguardado para todos os que venham a ajuizar demanda diretamente ao órgão judiciário competente, e para manter hígido o inciso II do art. 852-B da CLT, no sentido de se considerar legítima a citação nos termos estabelecidos na norma. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falou pela requerente o Dr. João Vicente Murinelli Nebiker. Plenário, 1º.8.2018.

EMENTA: *AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 625-D, §§ 1º A 4º, E 852-B, INC. II, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - CLT, ACRESCIDOS PELAS LEIS NS. 9.958, de 12 DE JANEIRO DE 2000, E 9.957, DE 12 DE JANEIRO DE 2000. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - CCP. SUPOSTA OBRIGATORIEDADE DE ANTECEDENTE SUBMISSÃO DO PLEITO TRABALHISTA À COMISSÃO PARA POSTERIOR AJUIZAMENTO DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. INTERPRETAÇÃO QUE PERMITE A SUBMISSÃO FACULTATIVAMENTE. GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA. ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INVIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE CITAÇÃO POR EDITAL EM RITO SUMARÍSSIMO. CONSTITUCIONALIDADE. RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE. AÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DAR INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO AO ART. 652-D, §§ 1º A 4º, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO -CLT*.

1. O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido, em obediência ao inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, a desnecessidade de prévio cumprimento de requisitos desproporcionais, procrastinatórios ou inviabilizadores da submissão de pleito ao Poder Judiciário.

2. Contraria a Constituição interpretação do previsto no art. 625-D e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho que reconhecesse a submissão da pretensão à Comissão de Conciliação Prévia como requisito para ajuizamento de ulterior reclamação trabalhista. Interpretação conforme a Constituição da norma.

3. Art. 625-D e parágrafos da Consolidação das Leis Trabalhistas: a legitimidade desse meio alternativo de resolução de conflitos baseia-se na consensualidade, sendo importante instrumento para o acesso à ordem jurídica justa, devendo ser apoiada, estimulada e atualizada, não consubstanciando, todavia, requisito essencial para o ajuizamento de reclamações trabalhistas.

4. A isonomia constitucional não impõe tratamento linear e rígido a todos os que demandam a atuação do Poder Judiciário, ainda que o façam por procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho, pelo que se reconhece válida a exclusão da citação por edital daquele rito processual, em obediência aos princípios da primazia da realidade e da razoabilidade. Validade do art. 852-B, inc. II da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para para dar interpretação conforme a Constituição ao art. 625-D, §§ 1º a 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, no sentido de assentar que a Comissão de Conciliação Prévia constitui meio não obrigatório de solução de conflitos, permanecendo o acesso à Justiça resguardado para todos os que venham a ajuizar demanda diretamente ao órgão judiciário competente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.275 **(2)**

ORIGEM : ADI - 91013 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA - IBDFAM
ADV.(A/S) : RODRIGO DA CUNHA PEREIRA (30143/DF, 0037728/MG, 37728/MG, 307490/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL - GADVS
ADV.(A/S) : PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS - ABGLT
ADV.(A/S) : PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE. : GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS
ADV.(A/S) : ANANDA HADAH RODRIGUES PUCHTA (0080651/PR) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : GISELE ALESSANDRA SHIMIDT E SILVA (74812/PR)
AM. CURIAE. : LABORATÓRIO INTEGRADO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, POLÍTICAS E DIREITOS-LIDIS
ADV.(A/S) : DANIEL ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO (00073032/RJ)
AM. CURIAE. : CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS - CLAM
ADV.(A/S) : DANIEL ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO (00073032/RJ)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
ADV.(A/S) : VICTOR MENDONCA NEIVA (15682/DF)
AM. CURIAE. : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
ADV.(A/S) : GUSTAVO ZORTEA DA SILVA (33863/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, a Drª. Maria Berenice Dias; pelo *amicus curiae* Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros, a Drª. Gisele Alessandra Schmidt e Silva; pelos *amici curiae* Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero Políticas e Direitos - LIDIS e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM, o Dr. Wallace Corbo. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 7.6.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), julgando parcialmente procedente o pedido, para dar interpretação conforme ao art. 58 da Lei 6.015/1973, nos termos de seu voto, e após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, divergindo em parte do Relator, e o voto do Ministro Edson Fachin, julgando procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 28.2.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E REGISTRAL. PESSOA TRANSGÊNERO. ALTERAÇÃO DO PRENOME E DO SEXO NO REGISTRO CIVIL. POSSIBILIDADE. DIREITO AO NOME, AO RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, À LIBERDADE PESSOAL, À HONRA E À DIGNIDADE. INEXIGIBILIDADE DE CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO OU DA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTOS HORMONAIS OU PATOLOGIZANTES.

1. O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero.

2. A identidade de gênero é manifestação da própria personalidade da pessoa humana e, como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la.

3. A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico e laudos de terceiros, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

4. Ação direta julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.394 **(3)**

ORIGEM : ADI - 5394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : SENADO FEDERAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), julgando procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "sem individualização dos doadores", constante da parte final do § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97, acrescentada pela Lei 13.165/2015, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho; e, pela Procuradoria-Geral da República - PGR, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 21.3.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "sem individualização dos doadores", constante da parte final do § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97, acrescentada pela Lei 13.165/2015. Em votos ora reajustados, restaram vencidos o Ministro Marco Aurélio, em parte, no que entendeu que a expressão "sem individualização dos doadores" não se refere ao repasse feito pelo partido ao candidato, mas exclusivamente à prestação de contas do partido, e, em maior extensão, o Ministro Edson Fachin, no que julga procedente a ação para declarar inconstitucional todo o § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 22.3.2018.

Ementa: CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. IMPRESCINDIBILIDADE DO ABSOLUTO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DE SUSTENTAÇÃO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR. ART. 28, § 12, DA LEI FEDERAL 9.504/1997 (LEI DAS ELEIÇÕES). PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DOAÇÕES DE PARTIDOS PARA CANDIDATOS. NECESSIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICULARES RESPONSÁVEIS PELA DOAÇÃO AO PARTIDO. EXIGÊNCIA REPUBLICANA DE TRANSPARÊNCIA.

1. O grande desafio da Democracia representativa é fortalecer os mecanismos de controle em relação aos diversos grupos de pressão, não autorizando o fortalecimento dos "atores invisíveis de poder", que tenham condições econômicas de desequilibrar o resultado das eleições e da gestão governamental.

2. Os princípios democrático e republicano repelem a manutenção de expedientes ocultos no que concerne ao funcionamento da máquina estatal em suas mais diversas facetas. É essencial ao fortalecimento da Democracia que o seu financiamento seja feito em bases essencialmente republicanas e absolutamente transparentes. Prejudica-se o aprimoramento da Democracia brasileira quando um dos aspectos do princípio democrático - a democracia representativa - se desenvolve em bases materiais encobertas por métodos obscuros de doação eleitoral.

3. Sem as informações necessárias, entre elas a identificação dos particulares que contribuíram originariamente para legendas e para candidatos, com a explicitação também destes, o processo de prestação de contas perde em efetividade, obstruindo o cumprimento, pela Justiça Eleitoral, da relevantíssima competência estabelecida no art. 17, III, da CF.

3. Ação Direta julgada procedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.617 **(4)**

ORIGEM : ADI - 5617 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO - ABRADEP
ADV.(A/S) : POLIANNA PEREIRA DOS SANTOS (121907/MG)
AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO ¿ CEPIA
ADV.(A/S) : LÍGIA FABRIS CAMPOS (128158/RJ)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para: i) declarar a inconstitucionalidade da expressão "três", contida no art. 9º da Lei 13.165/2015, eliminando o limite temporal até agora fixado; ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do Fundo alocado a cada partido, para as eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhe seja alocado na mesma proporção; iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/1995. Vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes, por terem julgado parcialmente procedente a ação, e o Ministro Ricardo Lewandowski, por tê-la julgado procedente em maior extensão. Falaram: pela Procuradoria-Geral da República - PGR, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República**;** pelo *amicus curiae* Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP, a Dra. Polianna Pereira dos Santos; e, pelo *amicus curiae* Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação - CEPIA**,** a Dra. Lígia Fabris Campos. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 15.3.2018.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ART. 9º DA LEI 13.165/2015. FIXAÇÃO DE PISO (5%) E DE TETO (15%) DO MONTANTE DO FUNDO PARTIDÁRIO DESTINADO AO FINANCIMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A APLICAÇÃO NAS CAMPANHAS DE CANDIDATAS. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

1. O Supremo Tribunal Federal, ao examinar as alegações de inconstitucionalidade de norma, deve fixar a interpretação que constitucionalmente a densifique, a fim de fazer incidir o conteúdo normativo cuja efetividade independe de ato do Poder Legislativo. Precedentes.

2. O princípio da igualdade material é prestigiados por ações afirmativas. No entanto, utilizar, para qualquer outro fim, a diferença estabelecida com o objetivo de superar a discriminação ofende o mesmo princípio da igualdade, que veda tratamento discriminatório fundado em circunstâncias que estão fora do controle das pessoas, como a raça, o sexo, a cor da pele ou qualquer outra diferenciação arbitrariamente considerada. Precedente do CEDAW.

3. A autonomia partidária não consagra regra que exima o partido do respeito incondicional aos direitos fundamentais, pois é precisamente na artificiosa segmentação entre o público e o privado que reside a principal forma de discriminação das mulheres.

4. Ação direta julgada procedente para: (i) declarar a inconstitucionalidade da expressão "três " contida no art. 9º da Lei 13.165/2015; (ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do fundo alocado a cada partido, para eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhes seja alocado na mesma proporção; (iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/95.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.735, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Revoga dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos art. 1º a art. 5º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016:

I - o inciso VII do **caput** do art. 3º; e

II - o inciso V do **caput** do art. 4º.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de março de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2019, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército JÚLIO CESAR DE ARRUDA;

II - ao grau de Grande-Oficial:

General de Divisão FÁBIO BENVENUTTI CASTRO;
General de Divisão AIRES DE MELO JUREMA;
General de Divisão IVAN FERREIRA NEIVA FILHO;
General de Divisão LUCIANO GUILHERME CABRAL PINHEIRO;
General de Divisão EUGENIO ENEIAS CAMILO;
General de Divisão KLEBER NUNES DE VASCONCELLOS;
General de Divisão HEBER GARCIA PORTELLA; e
General de Divisão CARLOS JOSÉ RUSSO ASSUMPÇÃO PENTEADO; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada ANTÔNIO CARLOS CID JÚNIOR;
General de Brigada CARLOS FEITOSA RODRIGUES;
General de Brigada ADELSON ROBBI;
General de Brigada FLÁVIO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA;
General de Brigada RICARDO JOSÉ NIGRI;
General de Brigada RONALDO MORAIS BRANCALIONE;
General de Brigada MÁRCIO DE SOUZA NUNES RIBEIRO;
General de Brigada DANILO MOTA ALENCAR; e
General de Brigada VALÉRIO LUIZ LANGE.

Brasília, 21 de março de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

DECRETO DE 21 DE MARÇO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve

ADMITIR,

a partir de 31 de março de 2019, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar, no grau de Cavaleiro, o General de Brigada RONALDO MORAIS BRANCALIONE.

Brasília, 21 de março de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Fernando Azevedo e Silva

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 91, de 21 de março de 2019. Encaminhamento à Câmara dos Deputados do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019.

Nº 92, de 21 de março de 2019. Encaminhamento ao Senado Federal do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019.

Nº 93, de 21 de março de 2019. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019.

Nº 94, de 21 de março de 2019. Encaminhamento à Procuradoria-Geral da República do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019.

Nº 95, de 21 de março de 2019. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 1º bimestre de 2019, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 198, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Encerra as atividades, no âmbito da Advocacia-Geral da União, do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU).

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 9.512 de 27 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam encerradas as atividades do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) no âmbito da Advocacia-Geral da União, diante da extinção do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), instituídos pelo Decreto de 13 de setembro de 2012.

Art. 2º Ficam encerradas as atividades do Grupo Executivo de Acompanhamento das Ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU) no âmbito da Advocacia-Geral da União, diante da extinção do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA) e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA), instituídos pelo Decreto de 14 de janeiro de 2010.

Art. 3º A Consultoria-Geral da União, a Secretaria-Geral de Contencioso, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral Federal, o Coordenador do GAJ-OLIMPÍADAS e o Coordenador do GECOPA/AGU, quando cabível, encaminharão, no âmbito de suas competências, relatórios, documentos e informações sobre a atuação do GAJ-OLIMPÍADAS e do GECOPA/AGU à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cidadania, para fins de consolidação.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 3, de 11 de janeiro de 2013;

II - a Portaria nº 416, de 5 de julho de 2016; e

III - a Portaria nº 641, de 26 de maio de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

DECISÃO Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exercício da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO, em reuniões realizadas nos dias 29 de março, 24 de agosto, 10 de setembro, 20 de setembro, 18 de outubro 2018, decidiu:

Nos autos do Processo n. 25351.425757/2017-17 de interesse da empresa ACCORD FARMACÊUTICA LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto BORTYZ, o CTE com base no Voto nº 06006/COGIS/SUPROC/SEPRAC/MF da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, decidiu indeferir o recurso administrativo apresentado, manifesta-se por ratificar a decisão de primeira instância no sentindo de considerar o arquivamento do processo, por perda do objeto.

Nos autos do Processo n. 25351.578820/2013-58 de interesse da empresa GERMED FARMACÊUTICA LTDA, o CTE com base no Voto nº 01/2018/CMED/SCTIE/MS da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, decidiu indeferir o recurso administrativo apresentado, manifesta-se por ratificar a decisão de primeira instância no sentindo de considerar o arquivamento do processo, por perda do objeto.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.298132/2013-04 de interesse da Empresa RP4 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 04.851.958/0001-47, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 02/2018/CMED/SCTIE/MS da Secretaria de Ciência, Teconologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, deferindo parcialmente o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 15.105,87 (quinze mil cento e cinco reais e oitenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público em em violação aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, Resolução CMED n. 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº3, de 2 de março de 2011 e Comunicado CMED nº 01/2010.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.578802/2013-72 de interesse da Empresa HELP FARMA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ: 02.460.736/0001-78, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 16/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 17.109,47 (dezessete mil cento e nove reais e quarenta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público em em violação aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003, Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006, Resolução CMED n. 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº3, de 2 de março de 2011 e Comunicado CMED nº 15, de 28 de dezembro de 2007.

Nos autos do Processo n. 25351.612621/2012-39 de interesse da empresa UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S.A, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto PILEM, o CTE com base no Voto nº 19/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentação 0,75 MG CT BL AL PLAS INC X 2 é de R$ 13,91.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.358921/2012-88 de interesse da Empresa PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA S/A, CNPJ: 33.009.945/0002-04, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 18/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 523.316,42 (quinhentos e vinte e três mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público em violação aos Art. 2º e 8º caput da Lei nº. 10.742, de 06 de outubro de 2003 c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº. 4, de 18 de dezembro de 2006. Resolução CMED nº. 4, de 7 de agosto de 2008 e Resolução nº. 3, de 2 de março de 2011.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.517049/2013-10 de interesse da Empresa PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA S/A, CNPJ: 33.009.945/0002-04, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 17/2018/SEI/CGQS/DEICT/SDCI da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, decidindo pelo encerramento do referido processo por perda de seu objeto, não constata infração administrativa atinente à comercialização de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público.

Nos autos do Processo n. 25351.248674/2018-71, de interesse da Empresa EXELTIS LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA, referente ao Documento Informativo de Preço - Caso Omisso do produto DIVA 20, o CTE decidiu que o Preço permitido para apresentação 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL CALEND AL PLAS TRANS X 24 + 4 PLACEBOS é de R$ 35,91.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.403754/2016-81 de interesse da Empresa COOPERATIVA DE CONSUMO DOS USUÁRIOS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E COOPERADOS DA UNIMED FLORIANÓPOLIS - USIMED, CNPJ: 02.215.338/0001-96, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator nº 07/2018 da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Saúde, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 1.279,52 (mil duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011 e Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.052007/2013-44 de interesse da Empresa GRIFOLS BRASIL LTDA, CNPJ: 02.513.899/0001-71, o CTE decidiu acompanhar Nota Técnica do relator nº 138/2018/CSA/SENACON/CGCTSA/MJ da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 9.393,00 (nove mil, trezentos e noventa e três reais), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011 e Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.561062/2013-16 de interesse da Empresa J. ALMEIDA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 03.474.341/0001-97, o CTE decidiu acompanhar Nota Técnica do relator nº 138/2018/CSA/SENACON/CGCTSA/MJ da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 645,19 (seiscentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.477312/2012-00 de interesse da Empresa CR POLETTI CORREA E SILVA ME, CNPJ: 03.557.974/0001-69, o CTE decidiu acompanhar o Voto da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 698,60 (seiscentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.725960/2017-83 de interesse da Empresa ONCOEXPRESS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME, CNPJ: 22.227.973/0001-09, o CTE decidiu acompanhar o Voto n. 08/2018/CMED/SCTIE/MS da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 2.333,37 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.299840/2013-21 de interesse da Empresa QUIMICA HALLER LTDA, CNPJ: 33.036.815/0001-80, o CTE decidiu acompanhar Nota Técnica n. 06016/2018/COGIS/SUPROC/SEPRAC/MF da Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 135.744,21 (cento e trinta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e um centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 2, de 05 de março de 2004 e Resolução CMED nº 3, de 18 de março de 2010.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.396457/2013-89 de interesse da Empresa ARP FARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 10.445.145/0001-50, o CTE decidiu acompanhar Nota Técnica n. 148/2018/CSA/SENACON/CGCTSA/DPDC/MJ da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 12.174,88 (doze mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), por oferta e/ou comercialização de medicamentos com preço superior ao permitido para vendas destinadas ao setor público, em violação aos Arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, c/c arts. 1º e 2º, inciso V da Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006; Resolução CMED nº 4, de 7 de agosto de 2008, Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011.

RICARDO SANTANA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, Inciso III do art. 1º, consoante o disposto no Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, e o que consta do Processo Eletrônico nº 21000.042380/2016-03, resolve:

Art. 1º Tornar pública a lista de referência de espécies vegetais domesticadas ou cultivadas que foram introduzidas no território nacional, na forma do Anexo desta Instrução Normativa e conforme divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível no portal www.agricultura.gov.br.

Parágrafo único - As espécies listadas não são consideradas patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional.

Art. 2º As espécies de plantas daninhas constantes da Lista de Pragas Quarentenárias Ausentes e da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes do MAPA não são consideradas patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional.

Art. 3º Não foram identificadas variedades que tenham adquirido propriedades características distintivas no País.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa nº 23, de 14 de junho de 2017.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES CORDEIRO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 1.075, DE 8 DE MARÇO DE 2019

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018 e, considerando o que consta no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Habilitar os médicos veterinários abaixo relacionados para fornecerem Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de EQUÍDEOS e RUMINANTES EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES ANIMAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

NOME	CRMV - MT
ALVARO GIOMBELLI LIMA	5772
ANGELO TREVISAN NETO	5755
DIVINO MOITINHA SOBRINHO JUNIOR	5457
FRANCINE PAULA GEMMI	3451
JOSÉ PHILLIPE GALVÃO MARTINS	5646
LAIS BARROSO QUIRINO	5149
LEAN PAULO VIEIRA BERGAMO	5663
LEONARDO VITOR RODRIGUES DE PÁDUA	3675
RICARDO ROMERO DA SILVA OLIVEIRA	5754
VITOR MASSAKI SEKIME	3451

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 30, DE 19 DE MARÇO DE 2019

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar pública a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Anthura B.V., da Holanda, das cultivares de antúrio (Anthurium Schott) relacionadas, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997:

DENOMINAÇÃO	CERTIFICADO Nº
Anthefaqyr	1047
Anthepedi	1049
Antharysia	20100114
Anthcimwi	20110015
Anthcotbik	20140092
ANTHEMFO	20160208
ANTHEOZO	20160143
Anthesbol	20180217

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 31, de 20 de março de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 55, de 21 de março de 2019, seção 1, página 13, onde se lê: NIDERA HOLDING B.V., leia-se: NIDERA SEEDS HOLDING B.V.



Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 471, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00122/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.006615/2018-25, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade Associação Criança e Família, Salvador/BA, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 146, de 25 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2018, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, em razão da entidade não ter demonstrado o cumprimento dos requisitos previstos no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

PORTARIA Nº 552, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00088/2019/CONJUR-MC/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.051763/2017-13, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Agência para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Vazante/MG e Região", de Vazante/MG, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 218, de 28 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2018, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, em razão da entidade não ter demonstrado o cumprimento dos requisitos previstos no art. 18 e no inciso I do art. 19 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 170, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
190403 - GIRO CULTURAL
BALADA EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.104.432/0001-21
Processo: 01400001457201918
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 991.776,94
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Promover espetáculos teatrais e shows musicais. Serão apresentados espetáculos teatrais já produzidos na cidade do Rio de janeiro, de vários estilos, que já foram vistos e aprovados pelo público e consagrados pela crítica.

190466 - CÃO DE CAÇA (SLEUTH) - título provisório
Beleleo Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 13.563.502/0001-72
Processo: 01400002449201981
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.000.926,85
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Produção e temporada de CÃO DE CAÇA, adaptação do texto "Sleuth" de Anthony Shaffer, direção de Yara de Novaes, com Leopoldo Pacheco e Thiago Machado.

190473 - Desfiles Oktoberfest 2019
FUNDACAO PROMOTORA DE EXPOSICOES DE BLUMENAU
CNPJ/CPF: 82.665.001/0001-10
Processo: 01400002456201982
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.840.828,65
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Realizar os Desfiles da Oktoberfest 2019. A ação visa promover as expressões da cultura alemã, misturados com o espírito alegre do Blumenauense. O evento acontece em via pública. Participarão dos desfiles grupos folclóricos, bandas típicas e instrumentais, bandas escolares, carros alegóricos e sociedades culturais tradicionais que contribuíram no processo do resgate dos elementos da cultura alemã e na formação étnica do Vale do Itajaí em Santa Catarina.

190480 - #Partiu Enem
STEVAN STAVRAKAS GAIPO 09867886607
CNPJ/CPF: 23.398.659/0001-43
Processo: 01400002463201984
Cidade: Oliveira - MG;
Valor Aprovado: R$ 86.150,74
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 10/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto #Partiu Enem, propoe a realização espetaculos de teatro ,abordando de maneira cômica os desafios da vida do aluno e a sua preparação para a decisiva prova do Enem. De cunho itinerante o projeto circulará pelas cidades mineiras, com apresentações de teatro , realização de palestra e distribuição gratuita de livro digital

190485 - OUROBOROS - circulação Rio de Janeiro
PROPOSTA A6 PRODUCOES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 15.275.998/0001-04
Processo: 01400002468201915
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 149.672,38
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 08/07/2019
Resumo do Projeto: O projeto propõe uma temporada do espetáculo teatral "OUROBOROS", escrito e dirigido por Adriano Garib; e a realização de palestras ministradas pelo autor do espetáculo.

190495 - Circulação - Malala, a menina que queria ir para a escola
ALESSANDRA REIS 27 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.743.458/0001-42
Processo: 01400002480201911
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 681.169,50
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Circulação nacional do espetáculo teatral infanto-juvenil "Malala, a menina que queria ir para a escola", adaptação do livro-reportagem da jornalista e escritora Adriana Carranca. O enredo narra a história de Malala Yousafzai, jovem paquistanesa baleada aos quinze anos de idade por membros do Talibã, em retaliação a sua luta pelo direito feminino à educação. Malala é a mais jovem vencedora do Prêmio Nobel da Paz.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
190382 - OFICINA DE MÚSICA MALOKA ROCKSTAR
Julio Cesar Aparecido Sampar
CNPJ/CPF: 297.679.738-26
Processo: 01400001367201919
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 420.737,63
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto "OFICINA DE MÚSICA MALOKA ROCKSTAR" foi modelado para realizar oficinas sobre instrumentos musicais e artes em escolas públicas e particulares. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através de oficinas culturais de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além da finalidade de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

190468 - Sintonias Canada Brasil Music Fest 2019
Fare Arte Serviços de Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 68.159.532/0001-00
Processo: 01400002451201950
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 625.288,95
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Trata-se da realização da Terceira Edição do Sintonias Canada Brasil Music Fest cujo objetivo é promover intercâmbio musical entremúsicos canadenses e brasileiros em um ambiente de colaboração criativa.O festival já realizou duas edições contando com o apoio institucional do Consulado Geral do Canadá em São Paulo e financiamento da iniciativa privada através da lei de incentivo em nível federal. Além das apresentações musicais, o projeto promove workshop e masterclasses. Como exemplo, nas últimas edições foram realizados workshop do regente Jean Marie Zeitouni (Orquestra I Musici de Montreal) junto a Orquestra de Estudantes da Unesp. Em 2018, o acordeonista Michael Bridge ensaiou e se apresentou junto a Orquestra do Instituto GPA - formada por jovens de baixa renda. A direção musical é do canadense residente no Brasil, Alvise Migotto como responsável técnico pelo projeto ao lado de Anna Claudia Agazzi. Para 2019,além das atividades no Brasil, estão prevsitas atividades no Canadá.

190517 - King´s Brazil Institute
Sete Artes Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 11.390.604/0001-08
Processo: 01400002502201943
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 4.668.566,94
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O projeto ter por objetivo fomentar a realização de ações culturais no prestigioso centro de estudos brasileiros na Europa, o King´s Brazil Institute, sediado na Universidade King's College London, na Inglaterra. Serão realizados concertos de música erudita, além de ações ligadas aos 80 anos do início da 2ª Guerra Mundial, como gravação de CD e seu lançamento, produção de documentário e plataforma digital para veiculação de vídeos, fotos e textos, edição de livro digital e exposição.

190625 - Projeto Música e Arte
INSTITUTO ETE
CNPJ/CPF: 06.293.692/0001-90
Processo: 01400003074201976
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 255.665,74
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 16/08/2019
Resumo do Projeto: O projeto Música e Arte é uma oficina de ensino de teoria musical e prática instrumental de violão, flauta e percussão destinada a adolescentes e jovens entre onze e dezoito anos em situação de risco social, moradores de comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
190556 - Somos Mães: do laço ao abraço
SOMOS MAES APOIO E ORIENTACAO FAMILIAR
CNPJ/CPF: 30.706.258/0001-79
Processo: 01400002545201929
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.183.611,83
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a realização de média-metragem documental, exposição de artes visuais e lançamento de livro, circunscritos no projeto "Somos Mães: do laço ao abraço"

190621 - EXPOSIÇÃO NOVOS TALENTOS BRASILEIROS - DESIGN E ARTE
MORAR MAIS EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.311.388/0001-44
Processo: 01400002998201955
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 701.260,80
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 04/09/2019
Resumo do Projeto: Realizaras 4ª e 5ª edições da Exposição Novos Talentos Brasileiros - Design e Arte, com a exposição de, no mínimo, 30 peças (protótipos) de novos talentos da arte e do design de produtos brasileiros - na maioria estudantes e recém-formados.

190624 - Festa das Luzes da Mata Atlântica
INSTITUTO ETE
CNPJ/CPF: 06.293.692/0001-90
Processo: 01400003073201921
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.362.561,75
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 14/07/2019
Resumo do Projeto: A Festa das Luzes da Mata Atlântica é um festival que tem como atração principal a luz e sua utilização artística. Ao longo de cinco finais de semana, iluminadores e artistas plásticos que trabalham a luz em seu ofício oferecerão ao público uma exposição de instalações luminosas, onde a natureza se torna estrela e invade o jardim ecológico Uaná Etê, um centro cultural a céu aberto, com expressões artísticas nas cidades de Vassouras e Sacra Família.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
190490 - Aprimoramento e manutenção do Centro de Memória - Centro Cultural Minas Tênis Minas Tênis Clube
CNPJ/CPF: 17.217.951/0001-10
Processo: 01400002473201910
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 501.826,11
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: Regido pelos princípios museológicos da Preservação, Pesquisa, Comunicação e Educação, o projeto Aprimoramento e Manutenção do Centro de Memória Minas Tênis Clube - CMMTC visa otimizar o funcionamento do equipamento, por meio da realização concomitante de um conjunto de ações de acesso, formação e consolidação de público e difusão de conhecimentos. Realização de uma exposição de artes visuais com o acervo que foi preservado, visando maior difusão. Todas as ações serão gratuitas ao público.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
190515 - Coleção Biscoito Â- Livros para crianças de Zero a Seis Anos
VOYAGER PRODUCOES AUDIOVISUAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.991.187/0001-60
Processo: 01400002500201954
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 261.489,38
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 01/09/2019
Resumo do Projeto: Edição e publicação de 10 obras curtas infantis (tiragem de 300 exemplares cada). As obras serão divididas em categorias de idade do seu público alvo: 0 a 2 anos, 3 a 4 anos, 5 a 6 anos. Serão histórias curtas com ilustrações divertidas, desenvolvidas especialmente para as crianças que estão na primeira infância. Os livros serão distribuídos gratuitamente em sua totalidade. Além dos livros, serão oferecidas gratuitamente atividades extras em escolas e creches: contação de histórias para as crianças de 0 a 3 e oficina de ilustração para as crianças de 4 a 6 anos. Também serão oferecidas ações para crianças com deficiência, conforme previsto e descrito no plano para garantir a acessibilidade ao projeto.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
190589 - Buena Vista Jazz & Blues Festival - Tour Brasil
IVAN CAMPOS CHAGAS
CNPJ/CPF: 537.092.336-15
Processo: 01400002660201901
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 630.156,04
Prazo de Captação: 22/03/2019 à 31/12/2019
Resumo do Projeto: A proposta do "Buena Vista Soul, Jazz & Blues Festival", é realizar o festival emalgumas cidades brasileiras. Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Belo Horizonte são as escolhidas para este projeto, além de Sete Lagoas (MG), onde o festivalnasceu. O festival consiste na apresentação de bandas de soul, jazz, blues e música instrumental brasileira. Em cada evento serão quatro shows, com entrada franca.

PORTARIA Nº 171, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1414282 - Estrela do Amanhã 2015-2016
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA -SESI
CNPJ/CPF: 03.851.171/0001-12
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 73.444,43
Valor total atual: R$ 630.954,43

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1511274 - DE PAI PARA FILHO NA MIGRAÇÃO GAÚCHA
LISBOA & ROCHA CONSULTORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.420.116/0001-29
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Complementado: R$ 2.630,00
Valor total atual: R$ 187.796,00

PORTARIA Nº 172, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
170280 - ESPETÁCULO PAIXÃO DE CRISTO DE FORTALEZA
Associação Shalom
CNPJ/CPF: 07.044.456/0001-00
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 5.004,29
Valor total atual: R$ 243.665,71

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177896 - MudaMundo 2018
Ostermann & Ostermann Ltda.
CNPJ/CPF: 72.228.877/0001-45
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 0,03
Valor total atual: R$ 1.121.635,62

PORTARIA Nº 173, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172208 - 1º Festival de Teatro de Rondônia., publicado na portaria nº 0551/17 de 12/09/2017, no D.O.U. em 13/09/2017, para Madeira - Festival de Teatro de Rondônia. .

PRONAC: 178416 - Orquestra Filarmônica de Rio Claro - Temporada 2018 - Plano Anual, publicado na portaria nº 0765/17 de 15/12/2017, no D.O.U. em 18/12/2017, para Orquestra Filarmônica de Rio Claro - Temporada 2019 - Plano Anual.

PRONAC: 179448 - Teatro e Música em Movimento - Plano Anual 2018, publicado na portaria nº 0774/17 de 19/12/2017, no D.O.U. em 20/12/2017, para Teatro e Música em Movimento - Plano Anual 2019.

PRONAC: 179605 - V Feira Literária Capixaba - V FLIC 2018, publicado na portaria nº 0004/18 de 04/01/2018, no D.O.U. em 05/01/2018, para 6ª Feira Literária Capixaba - V FLIC 2019.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 179303 - 8º Festival do Japão do Rio Grande do Sul, publicado na portaria nº 0769/17 de 18/12/2017, publicada no D.O.U. em 19/12/2017.

Onde se lê: O Festival do Japão RS é um evento cultural realizado anualmente pela Associação do Festival do Japão do Rio Grande do Sul. Em sua 7ª Edição, a ser realizada no ano de 2018, será produzido um documentário resgatando as raízes nipo-brasileiras que formaram as colônias japonesas no RS, com a participação dos primeiros imigrantes japonesesque aportaram em 1956. Nestes dois dias o festival celebrará os laços culturais entre os dois povos, preservando suas identidades e tradições, oportunizando ao público conhecer, apreciar e vivenciar os hábitos e costumes, a culinária e as mais variadas expressões artísticas e práticas relacionadas ao cotidiano do povo japonês. Em 2018 o público estimado para o evento é de 50 mil pessoas.

Leia-se: O Festival do Japão RS é um evento cultural realizado anualmente pela Associação do Festival do Japão do Rio Grande do Sul. Em sua 8ª Edição, a ser realizada no ano de 2019, será produzido um documentário resgatando as raízes nipo-brasileiras que formaram as colônias japonesas no RS, com a participação dos primeiros imigrantes japonesesque aportaram em 1956 bem como um pouco das suas praticas esportivas e de lazer. Nestes dois dias o festival celebrará os laços culturais entre os dois povos, preservando suas identidades e tradições, oportunizando ao público conhecer, apreciar e vivenciar os hábitos e costumes, a culinária e as mais variadas expressões artísticas e práticas relacionadas ao cotidiano do povo japonês. Em 2019 o público estimado para os dois dias de evento é de 60 mil pessoas.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA Nº 174, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

CAMILA CAVALHEIRO HAMDAN	97201839187	Artes Visuais	Fotografia - Design - Moda - Artes Plásticas - Artes Gráficas - Exposição de Artes - Formação técnica e artística de profissionais. Projeto educativo de artes visuais - Projeto de fomento à cadeia produtiva arte visual.	Nível III

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO
COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 10-E, DE 21 DE MARÇO DE 2019

A COORDENADORA DE GESTÃO FINANCEIRA da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art.31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art.1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0133 DORIVAL CAYMMI - UM HOMEM DE AFETOS.
Processo: 01416.000059/2016-54
Proponente: VIDEOFORUM FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.179.201/0001-60
Valor total do orçamento aprovado: R$ 1.028.104,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 80.000,00
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 51464-0
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 176.698,80 para R$ 96.698,80
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 51465-9
Prazo de captação: 31/12/2019.

Art.2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

17-0281 TRÓPICO.
Processo: 01416.013906/2016-41
Proponente: GUARNICE PRODUÇÕES LTDA EPP.
Cidade/UF: São José de Ribamar / MA
CNPJ: 17.902.521/0001-37
Valor total aprovado: de R$ 8.947.368,43 para R$ 8.929.143,9
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3649-8 conta corrente: 50490-4
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 1.317.755,56
Banco: 001- agência: 3649-8 conta corrente: 50492-0
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.437.716,75
Banco: 001- agência: 3649-8 conta corrente: 50491-2
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.562.283,25
Banco: 001- agência: 3649-8 conta corrente: 52105-1
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art.3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA FARIAS SAUWEN DE ALMEIDA

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA Nº 30, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Estabelecer a normatização do processo de contratações públicas no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, visando, atender as exigências da Instrução Normativa Nº 01, de 10 de janeiro de 2019 e suas alterações posteriores, e as recomendações dos órgãos de fiscalização.

A Diretora-Executiva da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 100 de 30 de julho de 2018, publicado no diário Oficial da União em 31 de julho de 2018, e;

Considerando a Instrução Normativa Nº 01, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Considerando a necessidade de normatização do procedimento de contratações públicas, com a finalidade de atender as exigências legais e, regulamentar os procedimentos internos desta Fundação; resolve:

Art. 1º. Para os efeitos desta portaria, entende-se por:

a) Autoridade Máxima: é aquela que detém o maior poder dentro da instituição. A autoridade máxima na Fundação Biblioteca Nacional está representada por seu Presidente, ou a quem a competência for por ele delegada.

b) Autoridade Competente do Setor de Licitações: é aquela que possui poder de decisão indicada na lei ou regimento interno do órgão ou entidade como responsável pelas licitações, contratos, ou ordenação de despesas, podendo haver mais de uma designação a depender da estrutura regimental. Na Fundação Biblioteca Nacional a autoridade competente do setor de licitações é a Coordenação Geral de Planejamento e Administração - CGPA;

c) Setor de Licitações/Unidade de Compras - UNICOMP: é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações, bem como pela fase de elaboração e de execução do Plano Anual de Contratações e deverá possuir perfil de acesso ao Sistema PGC.

d) Setor Requisitante: é a unidade responsável por identificar necessidades e requerer a contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, com conhecimento técnico específico.

e) Plano Anual de Contratações: documento técnico a ser elaborado, anualmente, contendo todos os itens que o órgão pretende contratar, com base nas suas necessidades, no ano subseqüente ao plano.

f) Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC: ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para elaboração dos Planos Anuais de Contratações pelas UASG.

g) Cronograma Anual: calendário onde estão definidos os prazos para o cumprimento das atividades descritas nesta portaria e em conformidade com a IN Nº 01, de 10 de janeiro de 2019.

Art. 2º. São Objetivos do Plano Anual de Contratações - PAC:

a) estabelecer uma cultura de planejamento;

b) promover a vantajosidade e a economia de escala;

c) incentivar o desenvolvimento sustentável;

d) garantir a transparência e a celeridade das contratações e aquisições.

Art. 3º. Compete à Autoridade Máxima:

a) manifestar ciência e concordância da indicação da Unidade de Compras;

b) analisar, aprovar ou reprovar, justificadamente, de forma completa ou parcial, as versões do Plano Anual de Contratações;

c) encaminhar a versão final do Plano Anual de Contratações, bem como quaisquer alterações que forem realizadas, ao Canal Virtual para publicação no site oficial da Fundação Biblioteca Nacional.

Art. 4º. Compete à Autoridade Competente do Setor de Licitações (CGPA):

a) tomar ciência da existência da demanda e solicitar a abertura do processo de contratação;

b) designar a Unidade de Compras;

c) submeter a Portaria de Nomeação unificada da Unidade de Compras à Autoridade Máxima;

d) cumprir os prazos indicados na IN Nº 01, de 10 de janeiro de 2019, previstos no check list no anexo I.

Art. 5º. Compete ao Setor de Licitação:

a) receber, analisar e sintetizar as demandas dos Setores Requisitantes;

b) encaminhar as demandas após analisadas para aprovação da Autoridade Máxima;

c) atualizar e revisar o PAC, quando necessário;

d) cumprir os prazos indicados na IN SEGES/MPDG 01/2018 e alterações posteriores previstos no check list em anexo.

Art. 6º. Compete ao Setor Requisitante:

a) após identificar a necessidade, inserir no PAC vigente do Sistema PGC os itens que pretende contratar ou renovar no ano subsequente ao Plano Anual de Contratação, bem como as informações necessárias referente ao item (tipo, subitem, código do item, descrição detalhada, unidade de fornecimento, entre outros);

b) encaminhar à UNICOMP todos os itens e suas respectivas informações através do Sistema PGC;

c) seguir toda a legislação vigente relativa à pesquisa de preços e metodologia da pesquisa conforme Instruções Normativas 05/2014, 03/2017 e 05/2017- SEGES/MPDG e outras que vierem a substituí-las;

d) resolver qualquer pendência encontrada nas informações enviadas no prazo definido;

e) auxiliar e esclarecer quaisquer dúvidas referente as demandas enviadas;

f) cumprir os prazos indicados na IN SEGES/MPDG 01/2018 e suas alterações posteriores previstos no check list no anexo I.

Art. 7º. Esta Portaria poderá sofrer alterações em decorrência de atualizações da Secretaria de Gestão/Ministério da Economia na IN SEGES/MPDG nº 01/2018 e na IN SEGES/MPDG nº 09/2018 ou no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e será publicada no Boletim Interno.

MARIA EDUARDA CASTRO MAGALHÃES MARQUES

ANEXO I

CRONOGRAMA ANUAL

CRONOGRAMA ANUAL - Processo de Planejamento das Contratações		
Plano Anual de Contratações - PAC 2020		
PERÍODO	AÇÃO	RESPONSÁVEL
12/03/2019	Publicação da Portaria definindo as regras, responsáveis pela elaboração do PAC e os prazos de execução.	Autoridade Máxima
12/03/2019 a 14/03/2019	Abertura e divulgação do Processo de Planejamento Anual de Contratações - PAC.	CGPA
12/03/2019	Definição dos setores requisitantes (responsável pela inserção dos itens no PAC) e criação de senha de acesso.	CGPA
12/03/2019 a 14/03/2019	Definição dos componentes do setor de licitações (responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações) e criação de senha de acesso.	CGPA
15/03/2019 a 01/04/2019	Inserção de demandas no PAC - Sistema PGC.	Setor Requisitante
01/04/2019 a 15/04/2019	Análise, sistematização de demandas e ajuste no PAC.	Setor de Licitações
16/04/2019 a 30/04/2019	Aprovação do PAC e encaminhamento ao Ministério da Economia.	Autoridade Máxima
30/04/2019 a 10/05/2019	Divulgação no sitio eletrônico da FBN o relatório do PAC, na forma simplificada.	TIC
01/09/2019 a 25/09/2019	Revisão e Redimensionamento do PAC	Setor de Licitações
26/09/2019 a 30/09/2019	Aprovação do PAC e encaminhamento ao Ministério da Economia.	Autoridade Máxima
01/10/2019 a 10/10/2019	Divulgação no sitio eletrônico da FBN o relatório do PAC, na forma simplificada.	TIC
16/11/2019 a 25/11/2019	Revisão e Redimensionamento do PAC	Setor de Licitações
26/11/2019 a 30/11/2019	Aprovação do PAC e encaminhamento ao Ministério da Economia.	Autoridade Máxima
01/12/2019 a 10/12/2019	Divulgação no sitio eletrônico da FBN o relatório do PAC, na forma simplificada.	TIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 15/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para os seguintes pedidos de extensão e de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.000142/2013-14 (038)

CNPJ: 11.118.393/0001-59 - MATRIZ

Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

Nome da Instituição: UFOPA

Endereço da Instituição: Rua Vera Paz, 12 - Salé, CEP: 68.040-255, Santarém/PA.

Modalidade de solicitação: requerimento de extensão e de renovação de credenciamento da instituição.

Decisão: Deferido

CIAEP: 02.0065.2019

O Concea, após análise dos pedidos de extensão e de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo Deferimento, conforme o Parecer nº 15/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 16/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da lei n°11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.001750/2013-38 (086)

CNPJ: 00.348.003/0046-12 - FILIAL

Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

Nome da Instituição: CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DE GADO DE CORTE

Endereço da Instituição: Avenida Rádio Maia, n° 830 - Vila Popular - CEP: 79.106-550 - Campo Grande/MS.

Modalidade de solicitação: requerimento de renovação de credenciamento da instituição.

Decisão: Deferido

CIAEP: 02.0066.2019

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo Deferimento, conforme o Parecer nº 16/2019/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

EXTRATO DE PARECER Nº 17/2019

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.075120/2018-19 (615)

CNPJ: 63.025.530/0001-04 - MATRIZ

Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nome da Instituição: REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Endereço da Instituição: Rua da Reitoria - 3° Andar, Lado Esquerdo - Butantã - CEP: 05.508-220 - São Paulo/SP

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO

CIAEP: 01.0558.2019

CNPJs credenciados sob o CIAEP:

a) CNPJ: 63.025.530/0083-50 - FILIAL

Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nome da Instituição: CENTRO DE ENERGIA NUCLEAR NA AGRICULTURA

Endereço: Avenida Centenário, n° 303 - São Dimas - Piracicaba/SP - CEP 13.416-000

b) CNPJ: 63.025.530/0062-26 - FILIAL

Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nome da Instituição: ESCOLA DE ARTES, CIÊNCAS E HUMANIDADES

Endereço: Rua Arlindo Bettio, n° 1000 -Vila Guaraciaba - São Paulo/SP - CEP 03.828-000

c) CNPJ: 63.025.530/0022-39 - FILIAL

Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nome da Instituição: ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Endereço: Avenida Professor Mello de Morais, n° 65 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-030

d) CNPJ: 63.025.530/0103-39 - FILIAL

Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Nome da Instituição: ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE DE RIBEIRÃO PRETO

Endereço: Avenida Bandeirantes, n° 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-907
e) CNPJ: 63.025.530/0028-24 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlense, n° 400 - Parque Arnold Schimidt - São Carlos/SP - CEP 13.566-590
f) CNPJ: 63.025.530/0025-81 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ
Endereço: Avenida Pádua Dias, n° 11 - São Dimas - Piracicaba/SP - CEP 13.418-900
g) CNPJ: 63.025.530/0015-40 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
Endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, n° 580 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-000
h) CNPJ: 63.025.530/0020-77 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACUDADE DE ODONTOLOGIA
Endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, n° 2227 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-000
i) CNPJ: 63.025.530/0029-05 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU
Endereço: Alameda Doutor Octávio Pinheiro Brisolla, n° 975 - Vila Nova Cidade Universitária - Bauru/SP - CEP 17.012-901
j) CNPJ: 63.025.530/0086-01 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida do Café, n° 1 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-904
k) CNPJ: 63.025.530/0004-57 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS
Endereço: Rua do Matão, n° 321 - Travessa 14 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-090
l) CNPJ: 63.025.530/0009-61 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE QUÍMICA
Endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, n° 748 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-000
m) CNPJ: 63.025.530/0005-38 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS
Endereço: Avenida Professor Lineu Prestes, n° 2415 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-000
n) CNPJ: 63.025.530/0027-43 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida Bandeirantes, n° 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-907
o) CNPJ: 63.025.530/0080-08 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida do Café, n° 1 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-903
p) CNPJ: 63.025.530/0081-99 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE FILOSOFIAS, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida Bandeirantes, n° 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-901
q) CNPJ: 63.025.530/0018-52 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE MEDICINA
Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, n° 455 - Pacaembu - São Paulo/SP - CEP 01.246-903
r) CNPJ: 63.025.530/0030-49 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE FÍSICA DE SÃO CARLOS
Endereço: Avenida Trabalhador Sancarlense, n° 400 - Parque Arnold Schimidt - São Carlos/SP - CEP 13.566-590
s) CNPJ: 63.025.530/0041-00 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL
Endereço: Doutor Eneas Carvalho de Aguiar, n° 470 - Cerqueira César - São Paulo/SP - CEP 05.403-000
t) CNPJ: 63.025.530/0037-15 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO OCEANOGRÁFICO
Endereço: Praça do Oceanográfico, n° 191 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-120
u) CNPJ: 63.025.530/0010-03 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Endereço: Avenida Professor Mello de Morais, n° 1721 - Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-030
v) CNPJ: 63.025.530/0097-56 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS
Endereço: Avenida Duque de Caxias Norte, n° 225 - Jardim Elite - Pirassununga/SP - CEP 13.635-900
w) CNPJ: 63.025.530/0026-62 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida Bandeirantes, n° 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-900
x) CNPJ: 63.025.530/0019-33 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA
Endereço: Rua Professor Orlando Marques Paiva, n° 87 -Butantã - São Paulo/SP - CEP 05.508-270
y) CNPJ: 63.025.530/0052-54 - FILIAL
Razão Social: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nome da Instituição: PREFEITURA DO CAMPUS USP DE RIBEIRÃO PRETO
Endereço: Avenida Bandeirantes, n° 3900 - Vila Monte Alegre - Ribeirão Preto/SP - CEP 14.040-900

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 17/2019/CONCEA/MCTIC.

A Instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de Ceua nos termos do art. 8° da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

RENATA MAZARO E COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 1.938, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 53500.001205/2015-22.

Retifica o Ato nº 6.741, de 15 de dezembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2015, para que, onde se lê "27 de setembro de 2030", leia-se "2 de outubro de 2030".

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 21 DE MARÇO DE 2019

Nº 1.925 - Processo nº 53516.001008/2019-68: Expede à TURATTO & SALLA LTDA, CNPJ nº 09.474.203/0001-94, autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.926 - Processo nº 53516.000929/2019-11: Outorga à ISBRA FLORESTAL LTDA, CNPJ nº 22.686.757/0001-13, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 1.873, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO DIFUSORA VIRADOURO FM COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 04.840.371/0001-32 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 1.888, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO LIDER DE VOTUPORANGA LTDA, CNPJ nº 03.113.517/0001-85 associada à autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transm. de Programas.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 20 DE MARÇO DE 2019

Nº 1.892 - Autoriza DOSSENA E VASCONCELOS SERV AUTOM LTDA ME, CNPJ nº 16.796.265/0001-88, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 22/03/2019 a 24/03/2019.

Nº 1.893 - Autoriza JOSE ANTONIO MIRO DE CORDOVA - ME, CNPJ nº 14.140.838/0001-95, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 22/03/2019 a 24/03/2019.

Nº 1.894 - Autoriza MOTTIN RACING LTDA, CNPJ nº 03.406.065/0001-20, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 22/03/2019 a 24/03/2019.

Nº 1.895 - Autoriza COMERCIAL SAMBAIBA DE VIATURAS LTDA, CNPJ nº 03.013.854/0002-81, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Goiânia/GO, no período de 22/03/2019 a 24/03/2019.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Interino

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 450/GC3, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre o Título Honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira" e aprova as Instruções que regulam a concessão do Título Honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira".

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Manter instituído o título honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira", com a finalidade de distinguir civis e militares da reserva, brasileiros ou estrangeiros, estranhos aos quadros do Comando da Aeronáutica, que tenham prestado relevantes serviços à Aeronáutica brasileira.

Art. 2º O título honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira" é representado pelo diploma em anexo, acompanhado do respectivo distintivo.

Art. 3º Os Comandantes de OM poderão instituir e conceder título de "Membro Honorário" das respectivas Organizações. Não é permitida a concessão de diplomas de "Amigo da Força", "Amigo da OM", "Membro" ou similar pelas Organizações Militares isoladas.

Art. 4º Aprovar as instruções que regulam a concessão do Título Honorífico "Membro Honorário da Força Aérea Brasileira".

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 840/GC3, de 29 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 31 de agosto de 2006.

As Instruções de que trata a presente Portaria serão publicadas Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

PORTARIA DIRAP Nº 1.907-T/3SM, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Aprova o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, na área do Magistério, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência do Exmo. Sr Comandante da Aeronáutica, estabelecida pela Portaria nº 760/GC3, de 28 de maio de 2018; no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso IV do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal (ROCA 21-32/2017), aprovado pela Portaria nº 1.327/GC3, de 11 de setembro de 2017; de acordo com os itens 3.2.2, 3.3.1, letras "c" e "d", 3.4.1 e 3.4.2 da ICA 33-22/2016 "Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário"; o estabelecido nos itens 2.4.2 e 3.3 da ICA 36-14/2010 "Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados - QOCon"; o previsto no art. 17, inciso IV e § 2º do Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 "Regulamento da Reserva da Aeronáutica", alterado pelo Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, na área do Magistério, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO

PORTARIA DIRAP Nº 1.909-T/3SM, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Aprova o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, nas áreas Médica, Farmacêutica, Odontológica e Veterinária, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência do Exmo. Sr Comandante da Aeronáutica, estabelecida pela Portaria nº 760/GC3, de 28 de maio de 2018; no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso IV do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal (ROCA 21-32/2017), aprovado pela Portaria nº 1.327/GC3, de 11 de setembro de 2017; de acordo com os itens 3.2.2, 3.3.1, letras "c" e "d", 3.4.1 e 3.4.2 da ICA 33-22/2016 "Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário"; o estabelecido nos itens 2.4.2 e 3.3 da ICA 36-14/2010 "Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados - QOCon"; o previsto no art. 17, inciso IV e § 2º do Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 "Regulamento da Reserva da Aeronáutica", alterado pelo Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, nas áreas Médica, Farmacêutica, Odontológica e Veterinária, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO

PORTARIA DIRAP Nº 1.910-T/3SM, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Aprova o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência do Exmo. Sr Comandante da Aeronáutica, estabelecida pela Portaria nº 760/GC3, de 28 de maio de 2018; no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, inciso IV do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal (ROCA 21-32/2017), aprovado pela Portaria nº 1.327/GC3, de 11 de setembro de 2017; de acordo com os itens 3.2.2, 3.3.1, letras "c" e "d", 3.4.1 e 3.4.2 da ICA 33-22/2016 "Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário"; o estabelecido nos itens 2.4.2 e 3.3 da ICA 36-14/2010 "Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados - QOCon"; o previsto no art. 17, inciso IV e § 2º do Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009 "Regulamento da Reserva da Aeronáutica", alterado pelo Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior, voluntários à prestação do Serviço Militar, em caráter Temporário, para o ano de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 778, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Altera o art. 1º da Portaria MDR n. 22, de 17 de janeiro de 2019, que autorizou o empenho e transferência de recursos ao Município de Maceió-AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção 2, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no DOU, de 19 de fevereiro de 2019, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria MDR n. 22, de 17 de janeiro de 2019, alterado pela Portaria MDR n. 49, de 25 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Maceió-AL, no valor de R$ 14.490.000,00 (quatorze milhões quatrocentos e noventa mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.002770/2018-61."

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria, acima referida, que não foram alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 101, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Autorizar o provimento de 214 (duzentos e quatorze) candidatos aprovados no concurso público realizado pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, autorizado pela Portaria nº 227, de 14 de julho de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O provimento a que se refere o art. 1º deverá ocorrer a partir de março de 2019, não podendo ocorrer após 31 de dezembro de 2019, e está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação dos candidatos; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira das novas despesas com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para a nomeação dos candidatos aprovados no concurso público referido no art. 1º será do Diretor-Geral da ABIN, a quem caberá editar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos necessários, de acordo com as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

PORTARIA Nº 102, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Altera dispositivos da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia, delegando competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nos deslocamentos para o exterior, com ônus, e subdelegando competência para autorizar afastamentos do País.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, na redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 9.712, de 21 de fevereiro de 2019, e no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Fica delegada ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens referentes a deslocamentos para o exterior, com ônus, vedada a subdelegação." (NR)

Art. 4º Fica subdelegada a competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia e, em seu âmbito de atuação, aos demais ocupantes de cargos de natureza especial, permitida a subdelegação, para autorizar os afastamentos do País:

I - com ônus, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas ao Ministro de Estado da Economia e das entidades vinculadas; e,

II - com ônus limitado ou sem ônus, a ocupante de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101, nível 6, presidentes de colegiados e dirigentes máximos de entidades vinculadas.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

PORTARIA Nº 103, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Institui o Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados do Ministério da Economia, estabelece diretrizes para a Central de Compras da Secretaria de Gestão e a Secretaria de Governo Digital e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, no inciso II do art. 5º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, nos arts. 9º-A e 9º-B, parágrafo único do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011 e no art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 24 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes para a Central de Compras da Secretaria de Gestão e para a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, regulamenta os arts. 9º-A e 9º-B, parágrafo único do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e o art. 22, § 10 do Decreto nº 7.892, de 24 de janeiro de 2013, e institui órgãos colegiados com a finalidade de decidir sobre compras e contratos centralizados no âmbito do Ministério da Economia.

CAPÍTULO I
DOS PROJETOS E DIRETRIZES DA CENTRAL DE COMPRAS

Art. 2º A inclusão de projetos no portfólio estratégico da Central de Compras da Secretaria de Gestão observará um ou mais dos seguintes critérios direcionadores:

I - relevância dos valores contratados para determinada categoria de bens ou serviços;

II - custos totais para o atendimento de necessidades por bens e serviços, englobando eventuais despesas com contratos e demais gastos necessários ao atendimento, como recursos materiais, imóveis e pessoas;

III - possibilidade de centralização da seleção do fornecedor, com ganhos de escala;

IV - possibilidade de centralização da gestão contratual;

V - possibilidade de operação centralizada;

VI - necessidade de melhoria da qualidade de bens, serviços, processos e procedimentos; e

VII - oportunidades de padronização de bens e serviços.

Art. 3º A construção de modelos, mecanismos, processos e procedimentos pela Central de Compras da Secretaria de Gestão deve estar fundamentada em estudos de diagnóstico da situação atual em órgãos e entidades a serem atendidos e em levantamentos de boas práticas dos mercados fornecedor e consumidor.

§ 1º Os estudos e levantamentos de que trata o caput deste artigo deverão realizar análise comparativa entre os modelos identificados, a partir dos seguintes critérios, sem prejuízo de outros relevantes para o objeto em análise:

I - vantajosidade econômica, preferencialmente pela comparação do custo total das soluções proposta e atual;

II - ganhos de eficiência administrativa, pela economia de tempo, recursos materiais e pessoas;

III - continuidade sustentável do modelo de fornecimento do bem ou serviço para a administração;

IV - sustentabilidade social e ambiental, por meio da consideração de objetivos secundarios da política de compras públicas; e

V - incorporação de tecnologias que permitam ganhos de eficiência, exatidão, segurança, transparência, impessoalidade, padronização ou controle.

§ 2º Os modelos, mecanismos, processos e procedimentos desenvolvidos pela Central de Compras da Secretaria de Gestão podem prever o atendimento escalonado e progressivo dos critérios de que trata o § 1º.

Art. 4º O Diretor da Central de Compras da Secretaria de Gestão poderá convidar atores externos a participarem do desenvolvimento de atividades nos projetos sob responsabilidade da Central de Compras.

Art. 5º A Central de Compras da Secretaria de Gestão poderá participar de projetos em parceria com outras unidades da administração pública, observando-se a conveniência da inclusão do projeto no portfólio estratégico da Central de Compras, de acordo com os critérios indicados no § 1º do art. 3º.

Art. 6º Na implantação de soluções centralizadas para órgãos e entidades da Administração Pública federal, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

I - orientação pela Central de Compras da Secretaria de Gestão, envolvendo ações de comunicação, elaboração de materiais de apoio, ações de capacitação e suporte inicial, a depender da necessidade dos projetos; e

II - gradualidade da implantação, de acordo com a capacidade operacional da Central de Compras da Secretaria de Gestão e dos órgãos e entidades a serem atendidos e com o vencimento dos contratos destes.

Art. 7º Na hipótese de adoção de contratos centralizados, a Central de Compras da Secretaria de Gestão atuará como contratante, sendo responsável pelas atividades de gestão administrativa do contrato.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, poderá existir a distribuição de atividades de operação e fiscalização contratual entre a Central de Compras da Secretaria de Gestão e as unidades atendidas.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 8º Ficam instituídos os seguintes órgãos colegiados:

I - o Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados - SCCC;

II - o Colegiado Interno da Central de Compras - CICC;

III - o Colegiado Interno de Contratações de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - CITIC ; e

IV - o Colegiado Interno de Referencial Técnico - CIRT.

Art. 9º As decisões dos órgãos colegiados instituídos por esta portaria serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Parágrafo único. Havendo empate de votos prevalecerá a decisão do coordenador do órgão colegiado.

Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados - SCCC

Art. 10. O SCCC, vinculado ao comitê interno de governança do Ministério da Economia, será composto pelos seguintes membros titulares:

I - o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que o coordenará;

II - o Secretário de Gestão do Ministério da Economia; e

III - o Secretário de Governo Digital do Ministério da Economia; e

IV - o Secretário de Gestão Corporativa do Ministério da Economia.

Parágrafo único. Poderão ser convidados representantes do órgão ou entidade demandante para participar das deliberações, sem direito a voto.

Art. 11. Ao SCCC compete:

I - definir procedimentos e rotinas para seu funcionamento;

II - decidir sobre iniciativas de centralização de compras e contratos a cargo do Ministério da Economia;

III - definir a carteira de projetos sob a responsabilidade da Central de Compras da Secretaria de Gestão;

IV - decidir sobre priorização, suspensão e paralisação de projetos em execução na Central de Compras da Secretaria de Gestão;

V - definir diretrizes de atuação à Central de Compras da Secretaria de Gestão para o desenvolvimento de seus projetos, considerando a incidência das normas e políticas públicas que regem os procedimentos de licitação e contratação ou que neles interfiram;

VI - decidir sobre as soluções, estratégias, modelos, mecanismos e procedimentos propostos pela Central de Compras da Secretaria de Gestão;

VII - monitorar a execução dos projetos em curso na Central de Compras da Secretaria de Gestão;

VIII - decidir sobre a manutenção, alteração, revisão ou descontinuação de soluções de centralização de compras ou de contratos já implantadas ou em implantação;

IX - promover iniciativas de avaliação das soluções propostas ou implantadas pela Central de Compras da Secretaria de Gestão; e

X - decidir sobre a aprovação da proposta de realização de licitação para a contratação de bens ou serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC, conforme alçadas de valores definidos pelo Secretário de Governo Digital.

§ 1º No caso previsto no inciso X, o SCCC decidirá com base em parecer emitido pelo Colegiado Interno de Referencial Técnico - CIRT.

§ 2º O CIRT poderá, em situações excepcionais e de maneira fundamentada, submeter, diretamente à decisão do SCCC, proposta de aprovação de competência originária do CITIC.

Colegiado Interno da Central de Compras - CICC

Art. 12. O CICC é responsável por analisar e propor encaminhamentos às matérias elencadas nos incisos III a IX do art. 11, para submissão ao SCCC.

Art. 13. O CICC será composto pelos seguintes membros titulares:

I - Diretor da Central de Compras da Secretaria de Gestão, que o coordenará;

II - Coordenador-Geral de Estratégias de Aquisições e Contratações;

III - Coordenador-Geral de Licitações;

IV - Coordenador-Geral de Gestão de Atas e Contratos;

V - Coordenador-Geral de Serviços Compartilhados; e

VI - Coordenador-Geral de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Colegiado Interno de Contratações de Bens e Serviços de TIC - CITIC

Art. 14. O CITIC é responsável por analisar as propostas de realização de licitação para a contratação de bens ou serviços de TIC de grande vulto e atas de registro de preços de serviços de TIC gerenciadas por outros órgãos ou entidades passíveis de adesão.

Art. 15. O CITIC será composto pelos seguintes membros titulares:

I - o Secretário de Governo Digital, que o coordenará;

II - dois Diretores da Secretaria de Governo Digital; e

III - um representante da Central de Compras da Secretaria de Gestão, sem direito a voto.

§ 1º Para análise do pleito a que se refere o art. 14, será necessária a participação da autoridade máxima da Unidade de TI do órgão ou entidade demandante, sem direito a voto.

§ 2º Poderão ser convidados outros representantes da unidade de TI do órgão ou entidade demandante para participar das reuniões do colegiado, sem direito a voto.

Art. 16. Ao CITIC compete:

I - decidir sobre a aprovação da proposta de realização de licitação para a contratação de bens ou serviços de TIC, conforme alçadas de valores definidas pela Secretaria de Governo Digital; e

II - decidir sobre a aprovação de Ata de Registro de Preços de serviços de TIC gerenciada por outro órgão ou entidade passível de adesão.

§ 1º O CITIC decidirá com base em parecer emitido pelo Colegiado Interno de Referencial Técnico - CIRT.

§ 2º O CITIC decidirá sobre matérias conforme alçadas de valores definidas pela Secretaria de Governo Digital.

Art. 17. Ato do Secretário de Governo Digital regulamentará a composição e forma de atuação do Colegiado Interno de Referencial Técnico - CIRT.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A suplência aos membros titulares dos órgãos colegiados instituídos por esta portaria será exercida pelo substituto formalmente designado para o cargo ou função.

Art. 19. Os Secretários de Gestão,de Governo Digital e de Gestão Corporativa do Ministério da Economia poderão expedir orientações complementares ao disposto nesta Portaria, observadas suas competências regimentais.

Art. 20. Os Diretores da Central de Compras da Secretaria de Gestão e de Operações Compartilhadas da Secretaria de Governo Digital poderão aprovar e disponibilizar manuais para orientar a execução de procedimentos e atividades internas às suas unidades.

Art. 21. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 17944.100692/2019-56
Interessado: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Assunto: operação de emissão de títulos da dívida externa (Global 2029) no mercado internacional de capitais no montante previsto de até US$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Despacho: Considerando os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento nas disposições do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, do Senado Federal, bem como a permissão contida na Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004 da mesma Casa Legislativa, autorizo a contratação da operação, observadas as formalidades de praxe.

PAULO GUEDES
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 9 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN

1 - Processo nº: 11065.916093/2009-02 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 11065.910453/2011-79 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11065.903544/2012-39 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 11065.906052/2013-86 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11065.906501/2014-77 - Recorrente: OCEAN EXPRESS SERVICOS EM COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10909.902068/2009-00 - Recorrente: VOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10909.902069/2009-46 - Recorrente: VOS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10680.923706/2009-30 - Recorrente: PRIME PRESTADORA DE SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10680.926804/2009-29 - Recorrente: PRIME PRESTADORA DE SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10680.006917/2007-44 - Recorrente: FAFS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10880.928655/2010-10 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.905434/2013-16 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10880.909400/2013-09 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10880.909397/2013-15 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10880.909401/2013-45 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10880.909402/2013-90 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10880.909399/2013-12 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10880.939827/2013-23 - Recorrente: WA INFORMATICA CONSULTORIA E COMERCIALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 9 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

19 - Processo nº: 10073.000925/2010-31 - Recorrente: VIHAJO CONSTRUCOES E MANUTENCAO PREDIAL LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 11444.000180/2008-92 - Recorrente: GARCA EVENTOS E PROMOCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10380.006667/2009-99 - Recorrente: CENTRO DE ESTOMATOLOGIA E RADIOLOGIA DO CEARA S/C LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13769.000452/2007-36 - Recorrente: TREVO EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 16327.900608/2009-30 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 19679.009566/2005-75 - Recorrente: B M REAL IMP IND E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 19679.009861/2005-21 - Recorrente: B M REAL IMP IND E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10380.006890/2009-36 - Recorrente: PLACAL EMBALAGENS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13984.720369/2012-08 - Recorrente: MENFIS AGENCIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 13674.720302/2012-69 - Recorrente: RJ MINERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13674.720303/2012-11 - Recorrente: QUALY MARCAS COMERCIO E EXPORTACAO DE CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11020.912244/2009-61 - Recorrente: CRPAR PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13674.720301/2012-14 - Recorrente: MINAS EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
32 - Processo nº: 19679.016825/2004-33 - Recorrente: POLIMPORT COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 19679.016822/2004-08 - Recorrente: POLIMPORT COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10120.728038/2012-80 - Recorrente: OLIVEIRA & SANTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13771.720297/2014-58 - Recorrente: MULTINET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10380.912750/2009-07 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10380.912751/2009-43 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10380.912754/2009-87 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10380.912752/2009-98 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10380.912747/2009-85 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10380.913483/2009-87 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10380.913481/2009-98 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10380.912753/2009-32 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10380.912749/2009-74 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10380.912748/2009-20 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10380.913482/2009-32 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10380.912746/2009-31 - Recorrente: GERARDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
48 - Processo nº: 10680.910582/2009-22 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10680.926774/2009-51 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10680.910581/2009-88 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10680.934806/2009-91 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10680.934807/2009-36 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10680.934805/2009-47 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10680.926775/2009-03 - Recorrente: GA RA N PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10983.906318/2009-80 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10983.906319/2009-24 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10983.906593/2009-01 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10983.906320/2009-59 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10983.906594/2009-48 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10983.906592/2009-59 - Recorrente: 4S INFORMATICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 11065.722945/2011-17 - Embargante: MURIA CALCADOS LTDA
62 - Processo nº: 10665.000107/2011-59 - Embargante: COOPERATIVA EDUCACIONAL E CULTURAL DE ITAU DE MINAS - CECI

DIA 11 DE ABRIL DE 2019, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON
63 - Processo nº: 10215.900326/2009-13 - Recorrente: RAINBOW TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10215.900327/2009-68 - Recorrente: RAINBOW TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10215.900328/2009-11 - Recorrente: RAINBOW TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10215.900359/2009-63 - Recorrente: RAINBOW TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 11065.901827/2009-41 - Recorrente: SEFAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE FARINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 11065.901828/2009-95 - Recorrente: SEFAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE FARINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11065.901829/2009-30 - Recorrente: SEFAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE FARINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11065.901830/2009-64 - Recorrente: SEFAR - INDUSTRIA E COMERCIO DE FARINHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.906236/2008-11 - Recorrente: SILVIO SANTOS PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.910290/2008-52 - Recorrente: SILVIO SANTOS PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.910291/2008-05 - Recorrente: SILVIO SANTOS PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.910292/2008-41 - Recorrente: SILVIO SANTOS PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15374.914581/2009-34 - Recorrente: TECNITAS DO BRASIL ASSESSORIA TECNICA E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15374.914582/2009-89 - Recorrente: TECNITAS DO BRASIL ASSESSORIA TECNICA E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15374.914583/2009-23 - Recorrente: TECNITAS DO BRASIL ASSESSORIA TECNICA E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15374.914584/2009-78 - Recorrente: TECNITAS DO BRASIL ASSESSORIA TECNICA E e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2019, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON
79 - Processo nº: 10983.902254/2008-67 - Recorrente: TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10983.902256/2008-56 - Recorrente: TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10983.902257/2008-09 - Recorrente: TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10983.902258/2008-45 - Recorrente: TRATOWEL COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 17878.000038/2008-21 - Recorrente: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 17878.000039/2008-76 - Recorrente: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 17878.000040/2008-09 - Recorrente: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 17878.000041/2008-45 - Recorrente: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10865.900845/2008-46 - Recorrente: NEUSA SUELI SABALO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13830.901907/2009-11 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13830.901905/2009-14 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13830.901903/2009-25 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13830.901902/2009-81 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13830.901904/2009-70 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13830.901910/2009-27 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13830.901908/2009-58 - Recorrente: TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA DE ASSIS S/C. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SERGIO ABELSON
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 109, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Subdelega competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nacionais no âmbito da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia e revoga a Portaria nº 69, de 31 de janeiro de 2019, do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º e pelo parágrafo único do art. 5º da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia, e tendo em vista o disposto no inciso II do § 2º do art. 6º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada, no âmbito da Secretaria Especial de Fazenda, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nacionais, às seguintes autoridades:

I - Secretário Especial Adjunto de Fazenda;
II - Secretário de Política Econômica;
III - Secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria;
IV - Secretário do Tesouro Nacional;
V - Secretário de Orçamento Federal;
VI - Diretor do Departamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e
VII - Diretor do Departamento do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

§1º O disposto neste artigo não afasta as vedações previstas no art. 2º da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia.

§2º Fica subdelegada às autoridades referidas no caput deste artigo a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nacionais em prazo inferior ao disposto no caput do art. 5º da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia, desde que formalizada justificativa que comprove a inviabilidade de seu efetivo cumprimento.

Art. 2º Ficam convalidados os atos de autorização de concessão de diárias e passagens nacionais em prazo inferior ao disposto no caput do art. 5º da Portaria nº 10, de 17 de janeiro de 2019, do Ministro de Estado da Economia, praticados pelas autoridades mencionadas no art. 1º desta Portaria, no período entre a data de publicação da Portaria nº 69, de 31 de janeiro de 2019, do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia, e a data de publicação desta Portaria, que tenham apresentado, exclusivamente, vício de competência.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 69, de 31 de janeiro de 2019, do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DE 20 DE MARÇO DE 2019

O Coordenador-Geral de Integração Fiscal e Recursos da Secretaria do Trabalho/ME, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:
1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001051/2016-79	209318376	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
2	46200.001126/2016-11	209418613	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
3	46200.001254/2016-65	209537159	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
4	46200.001307/2016-48	209601205	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
5	46200.001334/2016-11	209635711	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
6	46200.001364/2016-27	209703369	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
7	46200.001399/2016-66	209739533	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
8	46200.001400/2016-52	209541954	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
9	46200.001401/2016-05	209629207	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
10	46200.001403/2016-96	209614544	Multiforme Gestao de Servicos Ltda - EPP	AC
11	46201.007093/2013-61	200604520	Real Alagoas de Viacao Ltda	AL
12	47904.006985/2015-51	206607172	Consorcio Estaleiro Paraguacu	BA

13	47904.019228/2014-67	205609414	Consorcio Estaleiro Paraguacu	BA
14	46282.000070/2016-15	208854860	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
15	46282.000071/2016-60	208854878	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
16	46282.000073/2016-59	208854894	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
17	46282.000074/2016-01	208854916	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
18	46282.000075/2016-48	208854908	Empresa Municipal de Aguas e Saneamento S.A	BA
19	46204.004826/2016-28	209271434	Firenze Comercio de Alimentos Ltda - EPP	BA
20	46204.004827/2016-72	209267321	Firenze Comercio de Alimentos Ltda - EPP	BA
21	46204.004828/2016-17	209267127	Firenze Comercio de Alimentos Ltda - EPP	BA
22	46204.004829/2016-61	209267259	Firenze Comercio de Alimentos Ltda - EPP	BA
23	46783.000241/2016-65	209831201	Joao Marcos Cavalcante da Silva - ME	BA
24	46784.000586/2015-28	206940181	Mauricea Alimentos do Nordeste Ltda	BA
25	46782.000205/2015-21	207373825	Medeiros Santos Engenharia Construcoes e Projetos Ltda - EPP	BA
26	46782.000206/2015-75	207373914	Medeiros Santos Engenharia Construcoes e Projetos Ltda - EPP	BA
27	46782.000207/2015-10	207373949	Medeiros Santos Engenharia Construcoes e Projetos Ltda - EPP	BA
28	46782.000479/2015-10	207572321	Medeiros Santos Engenharia Construcoes e Projetos Ltda - EPP	BA
29	46204.007101/2016-91	209553014	Meta Terceirizacoes e Servicos Ltda	BA
30	46204.006456/2015-82	207472246	Mirel Construtora Ltda	BA
31	46204.006457/2015-27	207427577	Mirel Construtora Ltda	BA
32	46204.006458/2015-71	207370095	Mirel Construtora Ltda	BA
33	46204.006459/2015-16	207369160	Mirel Construtora Ltda	BA
34	46204.006462/2015-30	207428352	Mirel Construtora Ltda	BA
35	46204.006469/2015-51	207472131	Mirel Construtora Ltda	BA
36	46204.006471/2015-21	207472424	Mirel Construtora Ltda	BA
37	46282.000908/2015-90	208196846	Novaes Comercio de Moveis e Eletrodomesticos Eireli - EPP	BA
38	47904.008499/2015-78	207097186	Novaes Comercio de Moveis e Eletrodomesticos Eireli - Epp	BA
39	47904.014015/2014-49	204779596	Novaes Comercio de Moveis e Eletrodomesticos Eireli - EPP	BA
40	46784.000767/2016-35	207826161	Pousada Tropical de Correntina Ltda - ME	BA
41	46784.000770/2016-59	207826552	Pousada Tropical de Correntina Ltda - ME	BA
42	46784.001256/2015-50	207826285	Pousada Tropical de Correntina Ltda - ME	BA
43	46784.001258/2015-49	207826358	Pousada Tropical de Correntina Ltda - ME	BA
44	46784.001259/2015-93	207826226	Pousada Tropical de Correntina Ltda - ME	BA
45	47904.003187/2015-78	206155280	Realsi Servicos e Transportes Litoral Norte Ltda	BA
46	46205.014156/2016-48	210538724	Consorcio Marquise/Qg/Ivai	CE
47	46205.014166/2016-83	210543175	Consorcio Marquise/Qg/Ivai	CE
48	46205.014169/2016-17	210542845	Consorcio Marquise/Qg/Ivai	CE
49	46205.019206/2015-01	208605177	Construtora Borges Carneiro Ltda	CE
50	46205.019207/2015-47	208629491	Construtora Borges Carneiro Ltda	CE
51	46205.019208/2015-91	208629581	Construtora Borges Carneiro Ltda	CE
52	46205.019209/2015-36	208633626	Construtora Borges Carneiro Ltda	CE
53	46205.019211/2015-13	208633928	Construtora Borges Carneiro Ltda	CE
54	46205.012048/2016-31	210140178	Cromoffor Comercio e Servicos de Ferragens e Maquinas - Eireli - EPP	CE
55	46205.015095/2016-36	210674580	CSP - Companhia Siderurgica do Pecem	CE
56	46205.012168/2016-38	210232692	Drogamelia Comercio de Produtos Farmaceuticos Ltda - ME	CE
57	46206.002818/2017-16	211436798	Cidade Servicos e Mao de Obra Especializada Ltda	DF
58	46206.000911/2017-88	211246964	Expresso Sao Jose Ltda	DF
59	46206.000912/2017-22	211251771	Expresso Sao Jose Ltda	DF
60	46206.000920/2017-79	211116432	Expresso Sao Jose Ltda	DF
61	46207.003902/2016-58	209665181	Exotic Importacao, Exportacao de Marmores e Granitos Ltda	ES
62	46207.003903/2016-01	209665122	Exotic Importacao, Exportacao de Marmores e Granitos Ltda	ES
63	46207.007718/2015-04	207776423	Instituto Excellence	ES
64	46223.005025/2016-51	209720921	Comcarne Comercial de Carne Ltda.	MA
65	46248.000736/2017-32	212148621	Dow Agrosciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda	MG
66	46242.000949/2015-52	207085200	Vale Fertilizantes S.A.	MG
67	46300.002706/2017-89	212878069	Bica Dagua Materiais de Construcao Ltda	MS
68	46300.003599/2017-14	213320495	Central Energetica Vicentina Ltda	MS
69	46653.007166/2015-68	208019774	Fabianie Martins Mattos Limoeiro - ME	MT
70	46653.007167/2015-11	207905517	Fabianie Martins Mattos Limoeiro - ME	MT
71	46653.008093/2015-21	208262792	Fabianie Martins Mattos Limoeiro - ME	MT
72	46653.003267/2015-60	206719116	Sul América Prestadora de Serviços Ltda	MT
73	46213.026909/2014-05	205315151	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
74	46297.000362/2015-16	206205287	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
75	46297.000363/2015-52	206205333	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
76	46297.000366/2015-96	206204990	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
77	46297.000367/2015-31	206205023	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
78	46297.000370/2015-54	206205139	Cervejaria Petropolis de Pernambuco Ltda	PE
79	46213.020917/2015-11	207783128	Teleinformacoes Ltda	PE
80	46213.020930/2015-70	207785872	Teleinformacoes Ltda	PE
81	46666.000358/2015-02	205902821	Drogarias Pacheco S/A	RJ
82	46215.035034/2012-42	20763107	Supermercado Zona Sul S A	RJ
83	46217.008504/2016-17	210363592	K R Leite Neves ME	RN
84	46277.000277/2018-21	214385329	Comercial de Combustiveis Steavie Ltda	RS
85	46277.000278/2018-75	214385248	Comercial de Combustiveis Steavie Ltda	RS
86	46277.000279/2018-10	214385205	Comercial de Combustiveis Steavie Ltda	RS
87	47157.001991/2016-01	210684241	Industrial Progresso de Calcados Ltda.	RS
88	47157.001992/2016-48	210684275	Industrial Progresso de Calcados Ltda.	RS
89	47191.000350/2018-77	214778461	Jane Maria Brero	RS
90	46275.001396/2018-11	215179137	M. I. Volkweis & Cia Ltda	RS
91	47187.000259/2018-11	214595862	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
92	47187.000260/2018-45	214595951	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
93	47187.000261/2018-90	214595889	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
94	47187.000263/2018-89	214595935	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
95	47187.000264/2018-23	214610721	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
96	47187.000265/2018-78	214610772	Manoveles - Portaria e Servicos Ltda	RS
97	46277.000269/2018-84	214384641	Steavie & Cia Ltda	RS
98	46277.000271/2018-53	214384659	Steavie & Cia Ltda	RS
99	46277.000272/2018-06	214384608	Steavie & Cia Ltda	RS
100	46277.000273/2018-42	214384691	Steavie & Cia Ltda	RS
101	46277.000274/2018-97	214384713	Steavie & Cia Ltda	RS
102	46277.000275/2018-31	214384721	Steavie & Cia Ltda	RS
103	47191.000369/2018-13	214778436	Unoplast Industria e Comercio Ltda	RS
104	47191.000370/2018-48	214778452	Unoplast Industria e Comercio Ltda	RS
105	47191.000371/2018-92	214778444	Unoplast Industria e Comercio Ltda	RS
106	47191.000372/2018-37	214778428	Unoplast Industria e Comercio Ltda	RS
107	46221.000422/2016-57	208759069	Habitacional Empreendimentos Ltda	SE
108	46221.002261/2016-36	208991549	Habitacional Empreendimentos Ltda.	SE
109	46221.002268/2016-58	208987398	Habitacional Empreendimentos Ltda.	SE
110	46261.006009/2013-87	202163156	Terracom Construcoes Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
	46213.008111/2014-73	200.263.421	Disfcal Ltda.	PE
1	46213.012895/2014-34	200.296.736	Jarfry Transportes e Serviços Ltda. - EPP	PE
2	46213.006536/2014-48	200.254.995	Rodoviária Caxanga S.A.	PE
3	46305.001820/2015-80	200.544.441 - TRet nº 200.809.571	APRAT - Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos	SC
4	46220.001144/2015-84	200.455.401 - TRet nº 200.804.626	Sociedade Energia de Ensino Superior Ltda.	SC
5	46221.011675/2016-56	200.837.273	Confederação Brasileira de Handebol	SE
6	46472.008101/2015-68	200.638.181	Construtora Gomes Lourenço S.A.	SP
7	46266.003214/2012-60	100.262.163	Metalúrgica Rocha Ltda.	SP
8	46261.004919/2015-97	200.596.314	Multimodal Logística Avançada Ltda. - ME	SP
9	46263.001062/2013-71	200.073.648 - TRef nº 200.079.115	Revoluz Indústria e Comércio Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1- Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.015447/2015-01	207782610	Expresso Coroado Ltda.	AM

VIRGÍLIO PIRES DE MIRANDA JÚNIOR

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Cancela registro especial obrigatório para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em Goiânia - GO, exercendo a atribuição contida no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento no Despacho Decisório Nº 008/2019, constante do processo administrativo nº 10120.720596/2018-92, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial do Papel Imune, nº GP-01201/0305, do estabelecimento identificado abaixo.

Estabelecimento:	GOYAZ COMUNICAÇÕES LTDA
CNPJ nº:	27.641.498/0001-28
Endereço:	Rua 1145, Qd 257, Lt 17, Setor Marista, Goiânia/GO, CEP 74180-220

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO SÁVIO DE ALMEIDA FONSECA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2019

declara, o contribuinte que menciona, habilitado para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.725807/2018-92, declara:

Art. 1º Habilitado o contribuinte identificado abaixo para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. O Ministério de Minas e Energia definiu, através da Portaria nº 359, de 22 de agosto de 2018, o projeto a ser enquadrado no Regime Especial.

EMPRESA: FRANCISCO SA 1 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 30.822.139/0001-81

MATRÍCULA CEI: 51.243.92176/75

NOME DO PROJETO: Implantação e Exploração de Central Geradora Fotovoltaica

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488, de 2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Declara, o contribuinte que menciona, habilitado para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.725809/2018-81, declara:

Art. 1º Habilitado o contribuinte identificado abaixo para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. O Ministério de Minas e Energia definiu, através da Portaria nº 357, de 22 de agosto de 2018, o projeto a ser enquadrado no Regime Especial.

EMPRESA: FRANCISCO SA 2 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 30.822.137/0001-92

MATRÍCULA CEI: 51.243.92186/72

NOME DO PROJETO: Implantação e Exploração de Central Geradora Fotovoltaica

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488, de 2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Declara, o contribuinte que menciona, habilitado para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.725812/2018-03, declara:

Art. 1º Habilitado o contribuinte identificado abaixo para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. O Ministério de Minas e Energia definiu, através da Portaria nº 361, de 22 de agosto de 2018, o projeto a ser enquadrado no Regime Especial.

EMPRESA: FRANCISCO SA 3 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 30.822.156/0001-19

MATRÍCULA CEI: 51.243.92196/78

NOME DO PROJETO: Implantação e Exploração de Central Geradora Fotovoltaica

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488, de 2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Declara, o contribuinte que menciona, habilitado para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 15504.725813/2018-40, declara:

Art. 1º Habilitado o contribuinte identificado abaixo para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. O Ministério de Minas e Energia definiu, através da Portaria nº 335, de 15 de agosto de 2018, o projeto a ser enquadrado no Regime Especial.

EMPRESA: JAIBA 9 ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CNPJ: 30.673.195/0001-00

MATRÍCULA CEI: 51.243.65890/72

NOME DO PROJETO: Implantação e Exploração de Central Geradora Fotovoltaica

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488, de 2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.11, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Inscreve empresa no Registro Especial para Engarrafador de Bebida Alcoólica por Mistura - Amaro na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VOLTA REDONDA-RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e com base no processo administrativo nº 10100.003044/1118-63, declara:

Art. 1º - Inscrita no REGISTRO ESPECIAL sob o nº 07105/0037 a empresa UNDERBERG DO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA, CNPJ: 08.147.535/0002-82, estabelecida na RUA XIV MANGUEIRAS, 000, LOTE 20, BAIRRO/DISTRITO: MANGUEIRAS, MUNICIPIO: MIGUEL PEREIRA, RJ, CEP: 26900-000, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa que exerça a atividade de engarrafador de bebida alcoólica por mistura. Serão comercializadas as marcas comerciais classificadas no TIPI: 2208.90.00, abaixo discriminadas:

PRODUTOS/MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE
BEBIDA ALCOÓLICA POR MISTURA - AMARO / BRASILBERG - UNDERBERG (42%VOL), BRASILBERG DA CASA UNDERBERG DO BRASIL (42%VOL)	920ml

Art. 2º - O estabelecimento acima deverá cumprir as obrigações estabelecidas na RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 3º - Este Ato declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIS BRONZATTI MORELLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, em razão da solicitação da interessada:

CPF	Nome	E-Processo
115.641.369-90	Geovana Wagner	12719.720251/2019-15

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DALTRO JOSÉ CARDOZO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES), de que tratam os artigos 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, em concordância com Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na delegacia da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/POA nº 91/2012, publicada no DOU de 16 de julho de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, nos arts. 4º, 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3 de 25 de agosto de 2004, e alterações pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4 de 20 de setembro de 2004. declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que tratam os arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a pessoa jurídica TIELLET, SCHMITT SOCIEDADE SIMPLES - CNPJ 00.544.749/0001-08, de acordo com seu art. 7º, tendo em vista que transcorrido o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) prestações mensais, fixado no caput do art. 1º da Lei nº 10.684/2003 combinado com o art. 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3/2004, há saldo remanescente e o mesmo não foi liquidado até a presente data.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço < http://receita.economia.gov.br/>, com a utilização da Senha PAES.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data da publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre, situada na Avenida Loureiro da Silva, 445 - Central de Atendimento ao Contribuinte - CAC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO LOBO DE CASTRO
Chefe
Substituto

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 1, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO - RS, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; no Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007; na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10100.012877/0219-13, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar como beneficiária do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, tendo por objeto a execução do projeto de sua titularidade para implementação de uma Central Geradora Hidroelétrica, no município de Boa Vista do Cadeado - RS, com as seguintes características:

Nome Empresarial	Boa Vista do Cadeado Energia Ltda.
Nº do CNPJ	27.361.901/0001-65
Matrícula CEI	51.246.91865/74
Nome do Projeto	CGH Igrejinha
Portaria de Aprovação	Portaria MME/SPE nº 39/2019, publicada no DOU de 22/02/2019, Seção I, Edição nº 38, pág. 43
Setor de Infraestrutura	Energia Elétrica
Prazo Estimado de Execução	01/03/2018 a 10/06/2020

Art. 2°. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARLEI CARLOS SCHONS

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/1530

(SEI nº 19957.002921/2017-92)
Acusados: Leopoldo Alves Arias
Vistamar Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Ementa: Realização de oferta pública irregular de contrato de investimento coletivo hoteleiros (condo-hoteis) sem a devida obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03. Advertências.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11, inciso I, da Lei nº 6.385/76, decidiu aplicar aos acusados Vistamar Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Leopoldo Alves Arias a penalidade de advertência, pela realização de oferta pública irregular de contratos de investimento coletivo hoteleiros sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03.

O Colegiado decidiu, ainda, comunicar a decisão do presente julgamento à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº 79/201, para as providências que aquele órgão julgar cabíveis.

O Diretor Henrique Machado acompanhou o Relator quanto às penalidades impostas aos acusados, não obstante, divergiu dos fundamentos utilizados na responsabilização da empresa incorporadora e do seu administrador responsável. Na visão do Diretor Henrique Machado, a partir de abril de 2014, antes da emissão da Deliberação CVM nº 734/2015, de 17.03.2015, já era do conhecimento público o entendimento da CVM de que a venda de cotas de empreendimentos hoteleiros configurava um contrato de investimento coletivo e consistia em valor mobiliário submetido à regulação da Autarquia.

O Diretor Gustavo Gonzalez acompanhou a ressalva feita pelo Diretor Henrique Machado.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 229 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

Presente a advogada Glória Maria Porchat, representante da Vistamar Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Relator, Gustavo Machado Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, 29 de janeiro de 2019.
CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/5788

(SEI nº 19957.010584/2017-15)
Acusados: E. Hotelaria e Turismo Ltda.
Érica Campos Drumond
Sebastião Sussai
Trade Invest Investimento e Desenvolvimento S.A.
Ementa: Realização de oferta pública irregular de contrato de investimento coletivo hoteleiros (condo-hoteis) sem a devida obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03. Absolvições e Advertências.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:
1. Absolver a E. Hotelaria e Turismo Ltda. e Érica Campos Drumond da acusação de realização de oferta pública irregular de contratos de investimento coletivo hoteleiros; e
2. Aplicar aos acusados Trade Invest e Desenvolvimento S.A. e Sebastião Sussai a penalidade de advertência, pela realização de oferta púbica irregular de contratos de investimento coletivo hoteleiros sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no Inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03.

O Colegiado decidiu, ainda, comunicar a decisão do presente julgamento à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em complemento ao OFÍCIO/CVM/SGE/Nº 43/2018, para as providências que aquele órgão julgar cabíveis.

O Diretor Henrique Machado acompanhou o Relator quanto ás absolvições e penalidades impostas aos acusados, não obstante, divergiu dos fundamentos utilizados na responsabilização da empresa incorporadora e do seu administrador responsável. Na visão do Diretor Henrique Machado, a partir de abril de 2014, antes da emissão da Deliberação CVM nº 734/15, de 17.03.2015, já era de conhecimento público o entendimento da CVM de que a venda de cotas de empreendimentos hoteleiros configurava um contrato de investimento coletivo e consistia em valor mobiliário submetido à regulação da Autarquia.

O Diretor Gustavo Machado Gonzalez acompanhou a ressalva feita pelo Diretor Henrique Machado.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 229 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

Ausentes os acusados e os representantes constituídos nos autos.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Relator, Gustavo Machado Gonzalez, Henrique Balduino Machado Moreira, e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, 29 de janeiro de 2019.
CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/802

(SEI nº 19957.000714/2016-12)
Acusado: Estado de São Paulo
Ementa: Responsabilidade do Estado de São Paulo, na qualidade de acionista controlador da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, pela suposta utilização, a título gratuito, de Serviços de Controle de Cheias prestados pela Companhia. Infração ao art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76. Multa.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11, Inciso II, e §1º, Inciso I, da Lei nº 6.385/76, considerando a capacidade financeira do Estado de São Paulo, a gravidade em abstrato do delito e, como agravante para a dosimetria da penalidade, a prática reiterada da conduta, decidiu aplicar ao Estado de São Paulo, na qualidade de acionista controlador da EMAE, a pena de multa pecuniária no valor de R$500.000,00, por ter-se beneficiado gratuitamente do serviço prestado por sua controlada, em infração ao disposto no art. 116, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76.

O Diretor Gustavo Machado Gonzalez, por entender ausentes elementos suficientes para a formação de sua convicção com relação à conduta dos administradores da EMAE, apresentou ressalva quanto à orientação do Diretor-relator de que a Superintendência de Acompanhamento de Empresas - SEP da CVM deveria adotar medidas para responsabilizá-los na ausência de esforços imediatos para superar a situação irregular descrita no processo.

O Presidente Marcelo Barbosa acompanhou a referida ressalva.

O acusado punido terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017.

Presente a Procuradora Camila Rocha Cunha Viana, representante do Estado de São Paulo.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, 29 de janeiro de 2019.
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/3285

(SEI nº 19957.003593/2018-22)
Acusados: Antônio Modesto Melgaço Ramos
Joaquim Luis Fonseca Rodrigues
ML Construtora e Incorporadora Ltda.
Monossomo Assessoria para Hoteis Ltda.
Ementa: Realização de oferta de valores mobiliários relacionados a empreendimentos imobiliários (condo-hoteis) sem a devida obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03. Absolvições e Advertências.
Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:
1. Aplicar à ML Construtora e Incorporadora Ltda. e a Antônio Modesto Melgaço Ramos a penalidade de advertência, pela realização de oferta de valores mobiliários sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/2003 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/2003; e
2. Absolver a Monossomo Assessoria para Hoteis Ltda. e o seu administrador, Joaquim Luis Fonseca Rodrigues, das irregularidades que lhes foram imputadas.

O Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, acompanhou as conclusões do voto do diretor-relator, não obstante, divergiu de um ponto da fundamentação utilizada na responsabilização da ML Construtora e Incorporadora Ltda. e do seu administrador, Antônio Melgaço Ramos. Na visão do Presidente, considerando as circunstâncias do caso concreto, a atuação irregular da incorporadora e do seu administrador resulta dos atos de distribuição realizados por eles a partir da edição da Deliberação CVM nº 734/2015, de 17.03.2015.

O Diretor Carlos Rebello subscreveu as ponderações apesentadas pelo Presidente Marcelo Barbosa.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos do art. 34, c/c o art. 29, ambos da Lei nº 13.506/2017, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 229 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.

Ausentes os acusados e os representantes constituídos nos autos.

Presente a Procuradora-federal Luciana Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Carlos Alberto Rebello Sobrinho, Gustavo Machado Gonzalez e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, de 29 de janeiro de 2019.
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2019/1400
(SEI 19957.011774/2017-41)
GWI ASSET MANAGEMENT S.A. MU HAK YOU
Objeto: Apurar as responsabilidades da GWI ASSET MANAGEMENT S.A. e do Sr. MU HAK YOU pela infração ao disposto nos artigos 65, inciso XIII, 65-A, inciso I, 86, inciso III, 87, inciso I, c, e 95-B, § 1°, inciso I, todos da Instrução CVM n° 409, de 18/08/2004., quando da gestão do GWI Classic Fundo de Investimento em Ações
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesas.

Acusados	Advogados
Gwi Asset Management S.A.	Não constituiu advogado
Mu Hak You	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 15/04/2019 para todos os acusados no processo.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 20 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 4415/2016
(SEI 19957.004415/2016-57)
OI S.A. DEVERES FIDUCIÁRIOS
Objeto: Apuração de eventual violação de deveres fiduciários relacionados à reestruturação societária da Oi S.A., divulgada por meio de Fato Relevante em 02.10.2013, e suas alterações.
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesas

Acusados	Advogados
Alexandre Jereissati Legey	Não constituiu advogado
Andrade Gutierrez S.A.	Não constituiu advogado
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior	Não constituiu advogado
Bayard de Paoli Gontijo	Não constituiu advogado
Bndes Participações S.A. - BNDESPAR	Melissa Monte Stephan OAB/RJ 118.S96
Bruno Gonçalves Siqueira	Não constituiu advogado
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	Ranulfo de Moura Machado Neto OAB/BA 14.579
Carlos Augusto Borges	Não constituiu advogado
Carlos Fernando Costa	Não constituiu advogado
Carlos Jereissati	Não constituiu advogado
Cristiano Yazbek Pereira	Não constituiu advogado
Fernando Magalhães Portella	Não constituiu advogado
Fernando Marques dos Santos	Não constituiu advogado
Fundação Atlântico de Seguridade Social	Maria Isabel do Prado Bocater OAB/RJ 28.559
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	Marcelo Martin Carolino de Paiva OAB/RJ 101.057
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	Paulo Albert Weyland Vieira OAB/RJ 69.670
Jereissati Telecom S.A.	Não constituiu advogado
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	Luiz Antonio de Sampaio Campos OAB/ RJ 75.714
José Valdir Ribeiro dos Reis	Não constituiu advogado
Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo	Não constituiu advogado
Marcelo Almeida de Souza	Não constituiu advogado
Marcos Rocha de Araujo	Não constituiu advogado
Otavio Marques de Azevedo	Não constituiu advogado
Pedro Jereissati	Não constituiu advogado
Pharol S.A. - Antigamente Denominada Portugal Telecom Sgps S.A.	Maria Cristina Monoli Cescon OAB/SP 107.345
Rafael Cardoso Cordeiro	Não constituiu advogado
Renato Torres de Faria	Não constituiu advogado
Sergio Franklin Quintella	Não constituiu advogado
Shakhaf Wine	Não constituiu advogado
Zeinal Abedin Mohamed Bava	Marcos Coe de Oliveira Gleich OAB/RJ 135.278

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de Defesas, formulado por José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 13/05/2019, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

DESPACHO DE 20 DE MARÇO DE 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 4416/2016
(SEI 19957.004416/2016-00)
OI S.A. OFERTA GLOBAL
Objeto: Apuração de eventuais irregularidades relacionadas à Oferta Pública Global da Oi S.A. registrada na CVM em 19 de fevereiro de 2014, inclusive no que concerne à avaliação de ativos.
Assunto: Pedidos de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesas

Acusados	Advogados
Alexandre Jereissati Legey	Não constituiu advogado
Allan Kardec de Melo Ferreira.	Não constituiu advogado
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior	Não constituiu advogado
Bayard de Paoli Gontijo	Não constituiu advogado
Carlos Augusto Borges	Não constituiu advogado
Carlos Fernando Costa	Não constituiu advogado
Cristiano Yazbek Pereira	Não constituiu advogado
Eurico de Jesus Teles Neto	Não constituiu advogado
Fernando Magalhães Portella	Não constituiu advogado
Fernando Marques dos Santos	Não constituiu advogado
José Augusto da Gama Figueira	Não constituiu advogado
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	Luiz Antonio de Sampaio Campos OAB/ RJ 75.714
José Valdir Ribeiro dos Reis	Não constituiu advogado
Rafael Cardoso Cordeiro	Não constituiu advogado
Renato Torres de Faria	Não constituiu advogado
Sergio Franklin Quintella	Não constituiu advogado
Shakhaf Wine	Não constituiu advogado
Sidnei Nunes	Não constituiu advogado
Umberto Conti	Não constituiu advogado
Zeinal Abedin Mohamed Bava	Marcos Coe de Oliveira Gleich OAB/RJ 135.278

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de Defesa, formulado por José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 13/05/2019, para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 103, DE 12 DE MARÇO DE 2019

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e alterações introduzidas pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País, aprovadas pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Considerando o consenso existente no âmbito do Mercosul, registrado em ata, a respeito da retirada do filé de pescado congelado, lavandina sólida, sabão de lavar em barra e dentifrícios da lista de produtos pré-medidos com conteúdo nominal padronizado, que consta do anexo da Resolução GMC nº 31/07, internalizada no Brasil pela Portaria Inmetro nº 153, de 19 de maio de 2008;

Considerando que as indústrias brasileiras de filé de pescado congelado, lavandina sólida, sabão de lavar em barra e dentifrícios alegam que estão sofrendo prejuízos pela restrição de conteúdos nominais existentes no atual regulamento técnico metrológico, que afeta significativamente a comercialização do produto;

Considerando que a padronização do conteúdo nominal desses produtos não traz benefícios à sociedade, tendo em vista que restringe a oferta do produto no mercado;

Considerando a informação da Coordenação Nacional do Brasil no Subgrupo de Trabalho nº 3 do Mercosul aos demais países do bloco para emitir portaria antecipando a retirada do filé de pescado congelado, lavandina sólida, sabão de lavar em barra e dentifrícios da relação de produtos com conteúdo nominal padronizado;

Considerando que até o momento não houve manifestação contrária dos Estados-partes quanto à adoção de tal procedimento, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, por 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da publicação da presente portaria, a padronização do conteúdo líquido dos produtos pré-medidos filé de pescado congelado, lavandina sólida, sabão de lavar em barra e dentifrícios constante do anexo da Portaria Inmetro nº 153, de 19 de maio de 2008.

§ 1º Após o prazo fixado no caput, o anexo da Portaria Inmetro nº 153/2008 será aplicado na íntegra.

§ 2º O controle da quantidade contida na embalagem será realizado normalmente pelo Inmetro, de acordo com o que estabelecem os regulamentos técnicos metrológicos aplicáveis.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELA FLORES FURTADO

PORTARIA Nº 104, DE 12 DE MARÇO DE 2019

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE e TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e alterações introduzidas pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País, aprovadas pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Considerando a Portaria Inmetro nº 402, de 15 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento Técnico Metrológico (RTM) e seu Anexo que estabelecem os requisitos que devem ser atendidos pelos medidores de umidade de grãos utilizados em transações comerciais;

Considerando que se faz necessária a adequação do texto da Portaria Inmetro nº 402, de 2013, a fim de abranger todos os instrumentos utilizados no campo de aplicação a que se destina a referida portaria;

Considerando a necessidade do controle metrológico legal dos medidores de umidade de grãos em uso e que foram fabricados anteriormente a 1º de outubro de 2017;

Considerando a necessidade de organizar a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I) para a realização dos serviços de verificação inicial e subsequente em medidores de umidade de grãos;

Considerando que o assunto foi discutido com os segmentos da sociedade ligados à utilização dos medidores de umidade de grãos no país, resolve:

Art. 1º O § 2º, do art. 3º, da Portaria Inmetro nº 402, de 15 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º ...

§ 2º Os medidores de umidade de grãos em utilização, que não tenham modelos aprovados, poderão continuar em uso até os prazos estabelecidos no Quadro I, desde que sejam submetidos às verificações subsequentes a partir de 1º de setembro de 2019 e atendam aos erros máximos admissíveis de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico (RTM) ora aprovado, exceto os medidores universais citados no art. 4º da mesma portaria."

Quadro I

Ano de fabricação do medidor de umidade de grãos	Prazo para retirada de uso
De 01/01/2015 a 30/09/2017	31/12/2028
De 01/01/2012 a 31/12/2014	31/12/2024
De 01/01/2008 a 31/12/2011	31/12/2021
De 01/01/2004 a 31/12/2007	31/12/2020
Até 31/12/2003	31/12/2019

(NR)

Art. 2º Os subitens 9.7.1, 9.7.1.1 e 9.7.1.2 do RTM, aprovado pela Portaria Inmetro nº 402, de 15 de agosto de 2013, serão acrescidos dos subitens 9.7.1.3 e 9.7.1.4 e passam a vigorar com a seguinte redação:

"9.7.1 Verificação periódica e após reparo.

9.7.1.1 A verificação periódica é de caráter obrigatório e deve ser efetuada anualmente.

9.7.1.2 A verificação após reparo será realizada sempre que houver manutenção ou reparo no instrumento.

9.7.1.3 As verificações periódicas e após reparo consistirão nos seguintes ensaios:

a) exame geral;

b) ensaio de desempenho dos exemplares (determinação de erro).

9.7.1.4 Nas verificações subsequentes, aplicam-se os erros máximos admissíveis constantes do Quadro 2 do item 5.1." (NR)

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELA FLORES FURTADO

PORTARIA Nº 107, DE 13 DE MARÇO DE 2019

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO), no uso de suas atribuições, conferidas pelo § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do art. 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e alterações introduzidas pela Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País, aprovadas pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Considerando a Portaria Inmetro nº 499, de 2 de outubro de 2015, que aprova o Regulamento Técnico Metrológico (RTM) anexo à portaria, estabelecendo os requisitos técnicos e metrológicos aplicáveis aos computadores de vazão e conversores de volume, utilizados na medição de petróleo e gás natural;

Considerando a comprovação da necessidade de revisão dos requisitos de software (Anexo A) e dos requisitos de compatibilidade eletromagnética (Anexo B), contidos no RTM supracitado;

Considerando que a referida postergação de prazo para a adequação de fabricantes e importadores de computadores de vazão e conversores de volume aos requisitos de compatibilidade eletromagnética, resolve:

Art. 1º O art. 3º, da Portaria Inmetro nº 499, de 2 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

"Art. 3º Os computadores de vazão e conversores de volume com modelo aprovado pela Portaria Inmetro nº 64, de 11 de abril de 2003, somente poderão ser comercializados até o dia 31 de dezembro de 2019." (NR)

...

Art. 2º O Anexo B do RTM aprovado pela Portaria Inmetro nº 499, de 2 de outubro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo B - REQUISITOS de COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA

1. ENSAIOS DE COMPATIBILIDADE ELETROMAGNÉTICA

1.1. Condições Gerais

1.1.1. Os ensaios de compatibilidade eletromagnética descritos a seguir se aplicam a computadores de vazão e conversores de volume para medição e comercialização de petróleo, seus derivados líquidos, álcool anidro, álcool hidratado carburante e gás natural.

1.1.2. O fabricante deve declarar o uso pretendido do instrumento para poder determinar o nível de severidade dos ensaios conforme as tabelas 1 e 2.

1.1.3. A declaração do uso pretendido ficará publicada na portaria de aprovação de modelo, sendo restritiva quanto ao uso.

1.1.4. O fabricante deverá indicar claramente na placa de identificação do instrumento o tipo de fluido e o ambiente eletromagnético ao qual ele foi aprovado.

1.1.5. No caso de o requerente pretender aprovar o modelo de instrumento para vários ambientes, o Inmetro determinará os níveis de severidade dos ensaios aos quais o exemplar do instrumento deverá ser submetido.

1.1.6. Na tabela 2 é apresentada uma relação de ensaios de compatibilidade eletromagnética, bem como sua relação com o índice de classe conforme o uso pretendido e os níveis de severidade de cada ensaio conforme o ambiente eletromagnético no qual pretendem ser instalados.

Tabela 1 - Índices de classe de ambiente eletromagnético conforme uso pretendido

Classe	Descrição do ambiente
E1	Esta classe se aplica a instrumentos de medição a serem instalados em um ambiente residencial, comercial e/ou ambiente industrial leve conforme definido na Norma IEC 61000-6-1:2016.
E2	Esta classe se aplica a instrumentos de medição a serem instalados em um ambiente industrial pesado conforme definido na norma IEC 61000-6-2:2016.
E3	Esta classe se aplica a instrumentos de medição alimentados pelo sistema elétrico veicular.

Tabela 2 - Níveis de severidade por ensaio conforme ambiente eletromagnético

Ambiente Ensaio de imunidade	Norma de Referência	E1	E2	E3
Variação de tensão CA	Item 12.2 do OIML D11:2013	1	1	NA
Variação de tensão CC	Item 12.1 do OIML D11:2013	1	1	NA
Descargas eletrostáticas	IEC 61000-4-2	3	3	3
Transientes elétricos na alimentação CA e CC	IEC 61000-4-4	2	3	NA
Transientes elétricos nas linhas de sinal e controle	IEC 61000-4-4	2	3	NA
Campos eletromagnéticos de RF irradiada	IEC 61000-4-3 ou IEC 61000-4-20	3	3	3
Campos eletromagnéticos de RF conduzida	IEC 61000-4-6	3	3	3
Impulso combinado na linha de alimentação CA	IEC 61000-4-5	3	3	NA
Curtas interrupções e quedas de tensão CA	IEC 61000-4-11	2	3	NA
Curtas interrupções e quedas de tensão CC	IEC 61000-4-29	NA	1	NA
Variação na tensão de alimentação veicular	ISO 16750-2:2010	NA	NA	C ou F
Transientes elétricos na linha de alimentação veicular	ISO 7637-2:2011	NA	NA	IV
Transientes elétricos na linha de sinais e controle	ISO 7637-3:2007	NA	NA	IV

1.1.7. O equipamento sob ensaio (ESE), seja computador de vazão ou conversor (corretor), deve ser ensaiado com um simulador da vazão que permita a determinação do erro de medição durante os ensaios.

1.1.8. O simulador deve efetuar as seguintes tarefas:

a) Fornecer ao ESE uma série de pulsos elétricos proporcionais a uma vazão predeterminada.

b) Permitir a adequada programação de quantidade de pulsos necessária para o levantamento do erro de medição durante os ensaios.

1.1.9. O ESE deve ser energizado com tensão nominal e de acordo com as condições de instalação estipuladas pelo fabricante.

1.1.10. Independentemente do tipo da fonte de alimentação do instrumento, os seguintes ensaios devem ser realizados:

a) Imunidade a descargas eletrostáticas: Utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-2:2008-12.

b) Imunidade a campos eletromagnéticos de radio frequência irradiados: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-3:2010-04.

c) Imunidade a transientes elétricos rápidos na linha de alimentação e na linha de sinais e controle: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-4:2012-04.

d) Imunidade a campos eletromagnéticos de radiofrequência conduzidos: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-6:2013-10.

1.1.11. Para instrumentos alimentados com corrente alternada (CA), devem ser realizados os seguintes ensaios:

a) Imunidade ao impulso combinado na linha de alimentação: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-5:2005-11.

b) Imunidade à variação na tensão de alimentação CA: utiliza-se como referência para este ensaio o procedimento do item 12.2 do Documento Internacional OIML D11:2013.

c) Imunidade a curtas interrupções, quedas e variações de tensão na fonte de alimentação CA: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-11:2004-03.

1.1.12. Para instrumentos alimentados por um sistema elétrico veicular de corrente contínua (CC) devem ser realizados os seguintes ensaios:

a) Imunidade a descargas eletrostáticas: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-2:2008-12.

b) Imunidade a campos eletromagnéticos de radiofrequência irradiados: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-3:2010-04.

c) Imunidade a campos eletromagnéticos de radiofrequência conduzidos: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-6:2013-10.

d) Imunidade à variação na tensão de alimentação CC: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma ISO 16750-2:2010.

e) Imunidade a transientes elétricos na linha de alimentação: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma ISO 7637-2:2011.

f) Imunidade a transientes elétricos na linha de sinais e controle: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma ISO 7637-3:2007.

1.1.13. Para instrumentos alimentados com um sistema elétrico de corrente contínua (CC) devem ser realizados os seguintes ensaios:

a) Imunidade à variação na tensão de alimentação CC: utiliza-se como referência para este ensaio o procedimento do item 12.1 do Documento Internacional OIML D11:2013.

b) Imunidade a curtas interrupções, quedas e variações de tensão na fonte de alimentação CC: utiliza-se como referência para este ensaio a Norma IEC 61000-4-29:2000.

1.1.14. Em instrumentos que possam ser alimentados por várias fontes de tensão (CA, CC e CC de sistemas veiculares), deverão ser realizados todos os ensaios aplicáveis de acordo com a fonte de alimentação.

1.2. ENSAIO DE IMUNIDADE A DESCARGAS ELETROSTÁTICAS (Independentemente da fonte de alimentação)

1.2.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de descargas eletrostáticas por contato (diretas e indiretas) ou pelo ar.

1.2.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrada a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.2.3. O nível de severidade do ensaio é nível 3 para todos ambientes eletromagnéticos, conforme descrito a seguir:

1.2.3.1. Descargas por contato (diretas e indiretas): 6 kV, nas polaridades positiva e negativa;

1.2.3.2. Descargas pelo ar: 8 kV, nas polaridades positiva e negativa;

1.2.3.3. As descargas por contato diretas devem ser aplicadas nas superfícies condutoras do ESE e superfícies condutoras tratadas (pintadas) que não são declaradas como isolantes pelo fabricante;

1.2.3.4. As descargas por contato indireto devem ser aplicadas no plano de acoplamento horizontal e nos planos de acoplamento verticais colocados nas proximidades do ESE;

1.2.3.5. As descargas pelo ar devem ser aplicadas nas superfícies isolantes do ESE e superfícies condutoras tratadas (pintadas) e declaradas como isolantes pelo fabricante;

1.2.3.6. As descargas eletrostáticas devem ser aplicadas em superfícies do ESE que sejam acessíveis ao operador durante utilização normal.

1.2.4. O ESE é considerado aprovado se:

1.2.4.1. Durante a aplicação de descargas eletrostáticas a variação no erro de medição de volume (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM.

1.2.4.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.3. ENSAIO DE IMUNIDADE A CAMPOS ELETROMAGNÉTICOS DE RADIOFREQUÊNCIA (RF)

IRRADIADOS (Independentemente da fonte de alimentação)

1.3.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de campos eletromagnéticos de RF irradiados.

1.3.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrada a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.3.3. O nível de severidade do ensaio é nível 3 para todos ambientes eletromagnéticos, tanto para irradiação de campos eletromagnéticos de origem geral como para campos provenientes de rádios telefones, conforme descrito a seguir:

a) Intensidade de campo: 10 V/m;

b) Espectro de frequências de ensaio: 80 MHz a 2000 MHz;

c) Passo incremental de frequência: 1%;

d) Modulação: 80 % AM, 1 kHz onda senoidal, polarização horizontal e vertical;

e) Tempo de parada em cada frequência (dwell time): mínimo 3 s;

f) Comprimento do(s) cabo(s) exposto(s) ao campo eletromagnético: mínimo 1 m.

1.3.4. Os cabos expostos ao campo eletromagnético devem ser os cabos de alimentação e os cabos de sinal e controle;

1.3.5. O levantamento do erro de medição com perturbação (e2) deve ser feito por faixas de frequência, dividindo o espectro de frequências de ensaio em no mínimo 10 faixas, em cada uma das quais deve ser levantado pelo menos um erro de medição (e2).

1.3.6. O ESE é considerado aprovado se:

1.3.6.1. Durante a aplicação de RF irradiada, a variação no erro de medição de volume (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.3.6.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.4. ENSAIO DE IMUNIDADE A TRANSIENTES ELÉTRICOS RÁPIDOS (Independentemente da fonte de alimentação, não aplicável para ambiente E3)

1.4.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de transientes elétricos rápidos nas linhas de alimentação ou nas linhas de sinais e controle.

1.4.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.4.3. O nível de severidade é nível 3 para ambiente E2 e nível 2 para ambiente E1, conforme descrito a seguir:

1.4.3.1. Para ambiente E2:

a) Na fonte de alimentação: ± 2 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz;

b) Nas linhas de sinais e controle: ± 1 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz.

1.4.3.2. Para ambiente E1:

a) Na fonte de alimentação: ± 1 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz;

b) Nas linhas de sinais e controle: ± 0,5 kV de tensão pico e taxa de repetição de 5 kHz.

1.4.4. O ESE é considerado aprovado se:

1.4.4.1. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e 6.3.4 deste RTM;

1.4.4.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.5. ENSAIO DE IMUNIDADE A TRANSIENTES ELÉTRICOS RÁPIDOS (Independentemente da fonte de alimentação, não aplicável para ambiente E3)

1.5.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de transientes elétricos rápidos nas linhas de alimentação ou nas linhas de sinais e controle.

1.5.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.5.3. O nível de severidade é nível 3 para ambiente E2 e nível 2 para ambiente E1, conforme descrito a seguir:

a) faixa de frequência: 150 kHz a 80 MHz;

b) modulação: 80 % AM, 1 kHz onda senoidal;

c) tensão do campo induzida: 10 V;

d) tempo de parada em cada frequência (dwell time): mínimo 3s.

1.5.4. Os cabos expostos ao campo eletromagnético devem ser os cabos de alimentação e os cabos de sinal e controle.

1.5.5. O levantamento do erro de medição com perturbação (e2) deve ser feito por faixas de frequência, dividindo o espectro de frequências de ensaio em no mínimo 10 faixas, em cada uma das quais deve ser levantado pelo menos um erro de medição (e2).

1.5.6. O ESE é considerado aprovado se:

1.5.6.1. Durante a aplicação de RF conduzida, a variação no erro de medição de volume convertido

(e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.5.6.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.6. ENSAIO DE IMUNIDADE AO IMPULSO COMBINADO NA LINHA DE ALIMENTAÇÃO CA

(Apenas para instrumentos alimentados com CA, não aplicável para ambiente E3)

1.6.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de impulsos acoplados na linha de alimentação.

1.6.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de

volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.6.2.1. O nível de severidade é nível 3 para o ambiente E2 e E1, devendo ser aplicados impulsos com amplitude de 1 kV entre as linhas de alimentação e de 2 kV entre cada linha de alimentação e o aterramento do ESE.

1.6.2.2. Caso o instrumento não possua aterramento, aplicar os impulsos apenas entre as linhas de alimentação.

1.6.2.3. Para instrumentos alimentados por CA, devem ser aplicados no mínimo 3 impulsos positivos e 3 impulsos negativos nos ângulos de 0°, 90°, 180° e 270° (ou seja, 6 impulsos em cada ângulo de fase da tensão de alimentação).

1.6.2.4. A taxa de repetição deve ser de 1 impulso por minuto.

1.6.3. O ESE é considerado aprovado se:

1.6.3.1. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM.

1.6.3.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.7. ENSAIO DE VARIAÇÃO NA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO CA (Apenas para instrumentos alimentados com CA, não aplicável para ambiente E3)

1.7.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de variações na tensão de alimentação.

1.7.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.7.3. O fabricante deve especificar no manual de instruções a tensão nominal do ESE, sendo tomado este valor como tensão de referência.

1.7.4. Quando especificada uma faixa de tensão, este ensaio deve ser feito usando como tensão de referência, primeiro o limite inferior e depois o limite superior da faixa especificada.

1.7.4.1. O nível de severidade do ensaio é nível 1 para o ambiente E2 e E1, conforme descrito a seguir:

a) Limite superior: 110 % da tensão nominal declarada pelo fabricante;

b) Limite inferior: 85% da tensão nominal declarada pelo fabricante.

1.7.5. O ESE é considerado aprovado se:

1.7.5.1. For possível realizar a medição de volume convertido com a tensão nominal de alimentação especificada ou em cada um dos limites de tensão de ensaio;

1.7.5.2. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2), na tensão nominal especificada ou em cada limite de tensão ensaiado, atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM:

1.7.5.3. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.8. ENSAIO DE IMUNIDADE A CURTAS INTERRUPÇÕES, QUEDAS E VARIAÇÕES DE TENSÃO NA

FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA (Apenas para Instrumentos alimentados com CA)

1.8.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de curtas interrupções, quedas e variações de tensão na fonte de alimentação CA.

1.8.2. O ESE deve ser ensaiado nas condições de operação com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.8.3. O fabricante deve especificar no manual de instruções a tensão nominal do ESE, sendo tomado este valor como tensão de referência.

1.8.4. Quando especificada uma faixa de tensão nominal (inserir figura 01.jpg), deve ser calculada a diferença entre o limite superior e o inferior da faixa de tensão nominal especificada pelo fabricante (inserir figura 02.jpg).

1.8.5. A tensão de referência para este ensaio deve ser escolhida conforme os seguintes critérios:

1.8.5.1. Se (inserir figura 03.jpg), então a tensão de referência será o limite inferior da faixa (inserir figura 04.jpg).

1.8.5.2. Em qualquer outro caso, o ensaio deve ser realizado duas vezes, tomando como tensão de referência primeiro o limite superior e depois o limite inferior ou vice-versa.

1.8.6. O nível de severidade é nível 2 para ambiente E1 e nível 3 para ambiente E2, porém deverão ser aplicadas as seguintes perturbações:

1.8.6.1. Para ambiente E1:

a) Queda de tensão 1 - Amplitude da tensão de referência 0%, durante 9 ms (0,5 ciclo);

b) Queda de tensão 2 - Amplitude de tensão de referência 0%, durante 17 ms (1 ciclo);

c) Queda de tensão 3 - Amplitude de tensão de referência 70%, durante 500 ms (30 ciclos).

1.8.6.2. Para o ambiente E2:

a) Queda de tensão 1 - Amplitude da tensão de referência 0%, durante 9 ms (0,5 ciclo);

b) Queda de tensão 2 - Amplitude de tensão de referência 0%, durante 17 ms (1 ciclo);

c) Queda de tensão 3 - Amplitude de tensão de referência 40%, durante 200 ms (12 ciclos);

d) Queda de tensão 4 - Amplitude de tensão de referência 70%, durante 500 ms (30 ciclos);

e) Queda de tensão 5 - Amplitude de tensão de referência 80%, durante 5 s (300 ciclos).

1.8.7. Cada perturbação deve ser repetida 10 vezes, com um intervalo de tempo entre repetições de, no mínimo, 10 s.

1.8.8. O ESE é considerado aprovado se:

1.8.8.1. A variação do erro de medição de volume (e1 - e2) em cada serie de 10 perturbações atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.8.8.2. Durante e após a aplicação das perturbações, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros;

1.8.8.3. Para instrumentos que permitam a interrupção da vazão no caso de interrupções na tensão de alimentação, é admissível que não seja apresentado resultado de medição, desde que o instrumento sinalize que tal falha aconteceu e não aconteça perda de dados ou de registros.

1.9. ENSAIO DE VARIAÇÕES DE TENSÃO NA ALIMENTAÇÃO VEICULAR (Apenas para instrumentos alimentados por sistema elétrico de veículos automotores - Ambiente E3).

1.9.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de descarregamento ou sobre carregamento excessivo da bateria dos sistemas elétricos veiculares.

1.9.2. O ESE deve ser ensaiado com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.9.3. A alimentação do instrumento deve ser realizada nas seguintes condições:

1.9.3.1. Para ESE alimentados com 12 VCC, o nível de severidade do ensaio é código C, conforme descrito a seguir:

a) limite superior: 16 VCC;

b) limite inferior: 9 VCC.

1.9.3.2. Para ESE alimentados com 24 VCC, o nível de severidade do ensaio é código F, conforme descrito a seguir:

a) limite superior: 32 VCC;

b) limite inferior: 16 VCC.

1.9.4. O instrumento deve ser alimentado no limite inferior especificado, depois se deve reduzir a tensão a uma taxa de 0,5 VCC/minuto até 0 VCC e em seguida aumentar a tensão de alimentação a uma taxa de 0,5 VCC/minuto, até o limite superior.

1.9.5. O ESE é considerado aprovado se:

1.9.5.1. É possível realizar a medição de volume convertido com a tensão de alimentação em cada um dos limites especificados de tensão de ensaio;

1.9.5.2. A variação do erro de medição de volume convertido em cada limite especificado (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.9.5.3. Fora dos limites de operação especificados pelo fabricante, o instrumento não deve apresentar resultado de medição;

1.9.5.4. Após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta perda de dados ou de registros.

1.10. ENSAIO DE IMUNIDADE A TRANSIENTES ELÉTRICOS NA LINHA DE ALIMENTAÇÃO VEICULAR

(Apenas para instrumentos alimentados através do sistema elétrico de veículos automotores - Ambiente E3)

1.10.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de transientes elétricos típicos dos sistemas elétricos veiculares na linha de alimentação.

1.10.2. O ESE deve ser ensaiado com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.10.2.1. Para instrumentos alimentados com 12 VCC, o nível de severidade do ensaio é nível IV, devendo ser aplicadas as perturbações da tabela 3.

Tabela 3 - Impulsos aplicados para sistemas de 12 VCC

Pulso de ensaio	Tensão do impulso (VCC)	Mínimo número de impulsos ou tempo de ensaio	Tempo de repetição	
			Mín.	Máx.
2a	+112	500 pulsos	0,2 s	5 s
2b	+10	10 pulsos	0,5 s	5 s
3a	-220	1 h	90 ms	100 ms
3b	+150	1 h	90 ms	100ms

1.10.2.2. Para instrumentos alimentados com 24 VCC, o nível de severidade do ensaio também é nível IV, devendo ser aplicadas as perturbações da tabela 4.

Tabela 4 - Impulsos aplicados para sistemas de 24 VCC

Pulso de ensaio	Tensão do impulso (VCC)	Mínimo número de impulsos ou tempo de ensaio	Tempo de repetição	
			Mín.	Máx.
2a	+112	500 pulsos	0,2 s	5 s
2b	+20	10 pulsos	0,5 s	5 s
3a	-300	1 h	90 ms	100 ms
3b	+300	1 h	90 ms	100 ms

1.10.3. O ESE é considerado aprovado se:

1.10.3.1. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2) em cada uma das perturbações aplicadas atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.10.3.2. Durante e após a aplicação das perturbações, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.11. ENSAIO DE IMUNIDADE A TRANSIENTES ELÉTRICOS NA LINHA DE SINAIS E CONTROLE

(Apenas para instrumentos alimentados por sistema elétrico de veículos automotores - Ambiente E3)

1.11.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de transientes elétricos rápidos típicos dos sistemas elétricos veiculares nas linhas de sinal e controle.

1.11.2. O ESE deve ser ensaiado com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.11.2.1. Para instrumentos alimentados com 12 VCC, o nível de severidade do ensaio é nível IV, devendo ser aplicadas as perturbações da tabela 5.

Tabela 5 - Impulsos aplicados para sistemas de 12 VCC

Pulso de ensaio	Tensão do impulso (VCC)	Mínimo tempo de ensaio
A	-60	10 minutos
B	+40	10 minutos

1.11.2.2 Para instrumentos alimentados com 24 VCC, o nível de severidade do ensaio também é nível IV, devendo ser aplicadas as perturbações da tabela 6.

Tabela 6 - Impulsos aplicados para sistemas de 24 VCC

Pulso de ensaio	Tensão do impulso (VCC)	Mínimo tempo de ensaio
A	-80	10 minutos
B	+80	10 minutos

1.11.3. O ESE é considerado aprovado se:

1.11.3.1. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2) em cada uma das perturbações aplicadas atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e/ou 6.3.4 deste RTM;

1.11.3.2. Durante e após a aplicação das perturbações, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.12. IMUNIDADE A VARIAÇÃO NA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO DE CC

(Apenas para instrumentos alimentados por CC, não aplicável para ambiente E3)

1.12.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de variações na tensão de alimentação CC.

1.12.2. O ESE deve ser ensaiado com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.12.3. A alimentação do instrumento deve ser realizada nas seguintes condições:

1.12.3.1. No limite operativo superior da tensão CC declarado pelo fabricante;

1.12.3.2. No limite operativo inferior da tensão CC declarado pelo fabricante.

1.12.4. O ESE é considerado aprovado se:

1.12.4.1. É possível realizar a medição de volume convertido com a tensão de alimentação em cada um dos limites de tensão de ensaio;

1.12.4.2. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2), em cada limite de tensão ensaiado, atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e 6.3.4 deste RTM;

1.12.5. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.13. IMUNIDADE A CURTAS INTERRUPÇÕES E QUEDAS DE TENSÃO NA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO NO SISTEMA ELÉTRICO DE CC (Apenas para instrumentos alimentados por CC, apenas aplicável para ambiente E2)

1.13.1. Verificar que o ESE não apresenta falhas significativas na presença de curtas interrupções e quedas de tensão na tensão de alimentação CC.

1.13.2. O ESE deve ser ensaiado com simulação de vazão não convertida, devendo ser registrados a temperatura, a umidade relativa do ar e o erro de medição de volume convertido antes (e1) e durante (e2) a realização do ensaio.

1.13.3. O fabricante deve especificar no manual de instruções a tensão nominal do ESE (não confundir com os limites operativos), sendo tomado este valor como tensão de referência.

1.13.4. Quando especificada uma faixa de tensão nominal (Inserir Figura 05.jpg), deve ser calculada a diferença entre o limite superior e o inferior da faixa de tensão nominal especificada pelo fabricante (Inserir Figura 06.jpg).

1.13.5. A tensão de referência para este ensaio deve ser escolhida conforme os seguintes critérios:

1.13.5.1. Se (Inserir Figura 07.jpg), então a tensão de referência será (Inserir Figura 08.jpg).

1.13.5.2. Em qualquer outro caso, o ensaio deve ser realizado duas vezes, tomando como tensão de referência primeiro o limite superior e depois o limite inferior ou vice-versa.

1.13.6. O nível de severidade é nível 1, porém deverão ser aplicadas as seguintes perturbações:

a) aplicar três quedas sucessivas de tensão, com amplitude de 40% da tensão de referência, duração de 100 ms e intervalo mínimo entre cada evento de 10 s;

b) aplicar três quedas sucessivas de tensão, com amplitude de 70% da tensão de referência, duração de 100 ms e intervalo mínimo entre cada evento de 10 s;

c) aplicar três curtas interrupções de tensão (amplitude de 0% da tensão de referência) em baixa impedância, com duração de 10 ms e intervalo mínimo entre cada evento de 10 s;

d) aplicar três curtas interrupções de tensão (amplitude de 0% da tensão de referência) em alta impedância, com duração de 10 ms e intervalo mínimo entre cada evento de 10 s;

e) aplicar três variações de tensão entre 85% e 120% da tensão de referência com uma duração de 10 s e intervalo mínimo entre cada evento de 10 s.

1.13.7. O ESE é considerado aprovado se:

1.13.7.1. A variação do erro de medição de volume convertido (e1 - e2) atende aos erros máximos admissíveis dos subitens 6.2.3 e 6.3.4 deste RTM.

1.13.7.2. Durante e após a aplicação da perturbação, o ESE não apresenta alteração ou degradação permanente das suas funções, perda de dados ou de registros.

1.13.7.3. Para instrumentos que permitam a interrupção da vazão no caso de interrupções na tensão de alimentação, é admissível que não seja apresentado resultado de medição, desde que o instrumento sinalize que tal falha aconteceu e desde que não haja perda de dados ou de registros." (NR)

Art. 3º Ficam revogados os subitens 5.6.3 e 5.6.4 e o Anexo A do RTM aprovado pela Portaria Inmetro nº 499, de 2015.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Inmetro nº 476, de 14 de outubro de 2016.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELA FLORES FURTADO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 273, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso de suas atribuições e tendo em vista a subdelegação de competência de que trata o inciso VII do art. 9º e do art. 11, ambos da Portaria n° 10/GM/ME, de 17 de janeiro de 2019, alterada pela Portaria nº 18/GM/ME, de 28 de janeiro de 2019, e o que consta no Processo n° 00695.000268/2019-99, resolve:

Art. 1º Subdelegar, vedada nova subdelegação, ao Diretor de Saúde do Trabalhador, competência para, em observância ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, bem como ao Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, praticar, em seu âmbito de atuação, atos de nomeação, exoneração, designação e dispensa de titulares dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, códigos DAS 101 e DAS 102, níveis 1 a 4, das Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE de mesmo nível e das Funções Gratificadas - FG.

Art. 2º Subdelegar, vedada nova subdelegação, ao Diretor de Saúde do Trabalhador, competência para praticar, em seu âmbito de atuação, atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, códigos DAS 101, e das Funções Comissionadas do Poder Executivo, código FCPE 101, níveis 1 a 4 e, em caso de atribuições regimentais, de Funções Gratificadas - FG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO RODRIGUES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 231, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001081/2019-20, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o termo de adesão da própria entidade Curitibaprev - Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba, CNPJ nº 20.119.509/0001-65, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Complementares dos Servidores do Município de Curitiba - CURITIBAPREVPLAN 1 - CNPB nº 2018.0024-65.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 233, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 18 da Instrução Previc nº 05, de 3 de setembro de 2018, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001090/2019-11, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão da Câmara Municipal de Curitiba, CNPJ nº 77.636.520/0001-10, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios dos Servidores do Município de Curitiba - CURITIBAPREVPLAN 1 - CNPB nº 2018.0024-65, e a entidade Curitibaprev - Fundação de Previdência Complementar do Município de Curitiba.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 234, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001079/2019-51, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE, CNPJ nº 13.971.668/0001-28, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS, CNPB nº 2007.0035-38, e a entidade FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PUBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 208, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, parágrafo único, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, os termos do Parecer Técnico nº 16/2019 - COAPI/CGAPI/SPR e o processo SEI nº 52710.002095/2019-10, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no valor de US$ 572,958.50 (quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito dólares norte-americanos e cinquenta centavos) do produto UNIDADE ACIONADORA DE DISCO MAGNÉTICO RÍGIDO (ACIMA DE 1GBYTE POR HDA) - código SUFRAMA nº 0323, aprovado pela Resolução nº 0175, de 17/12/2015, para o produto PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO - código SUFRAMA nº 0008, aprovado pela Resolução nº 0278, de 10/12/2012, em nome da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0117.94-7 e CNPJ nº 07.200.194/0003-80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 209, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, inciso II com parágrafo 3º; os termos do Parecer Técnico do Projeto nº 40/2019-CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.013794/2018-04, de 27 de novembro de 2018; resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa HARMAN DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA E PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ: 07.703.111/0002-94 e Inscrição SUFRAMA: 20.0146.83-1), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 40/2019-CGPRI/SPR, para produção de AUTORRÁDIO, Código SUFRAMA nº 0099, para o gozo dos incentivos fiscais previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei Nº 288/67, com redação dada pela Lei Nº 8.387/91.

Art. 3º FIXAR, para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os limites anuais de importação de insumos, os quais serão remanejados do produto AUTORRÁDIO COM TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER, código SUFRAMA nº 0100, aprovado pela Resolução CAS nº 050, de 5 de junho de 2014, em:

Produto	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
AUTORRÁDIO	25,285,343	28,656,723	32,028,102

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 322 - MDIC/MCTI, de 31 de dezembro de 2014, alterada pelas Portarias Interministeriais nº 375 - MDIC/MCTI, de 1º de dezembro de 2015; nº 46 - MDIC/MCTIC, de 8 de junho de 2017; nº 68 - MDIC/MCTIC, 21 de setembro de 2017; e nº 19 - MDIC/MCTIC, de 5 de abril de 2018;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 215, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, os termos do Parecer Técnico nº 018/2019 - COAPI/CGAPI/SPR e Processo SEI n.º 52710.002436/2019-49, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cotas de importação de insumos no montante de US$ 6.175.202,00 (SEIS MILHÕES, CENTO E SETENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E DOIS DÓLARES NORTE-AMERICANOS) do produto CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA), Código Suframa 0674, para o produto RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), Código Suframa 1306, ambos aprovados pela Resolução nº 0179/2018 de 25/10/2018, em nome da empresa MEGA PACK PLÁSTICOS S.A, com inscrição SUFRAMA n.º 200133101 e CNPJ n.º 19.631.376/0002-03.

Art. 2º ESTABELECER que a MEGA PACK PLÁSTICOS S.A apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da concessão do remanejamento, um projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização para o produto RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), Código Suframa 1306, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do Art. 32, da Resolução nº 203/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

PORTARIA Nº 219, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III; os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 39/2019 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001701/2019-71, de 18 de fevereiro de 2019, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa INVENTUS POWER ELETRÔNICA DO BRASIL LTDA. (CNPJ: 00.399.541/0001-34 e Inscrição SUFRAMA: 20.0100.77-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 39/2019 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL (Código SUFRAMA nº 2127), para o gozo dos benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula descrita no §1º, do Art. 7º, do Decreto-Lei n.º 288/67, conforme o §1º, do Art. 2º, da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º FIXAR para o produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, BASEADO EM TÉCNICA DIGITAL	7,036,248	7,739,873	8,443,498

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 32-MDIC/MCTIC, de 13 de junho de 2018;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do produto a que se refere o Art. 1° desta Portaria, deduzidos os tributos incidentes;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

BANCO DO BRASIL S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S/A

ATA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2018

RCA de 27.11.2018

I. Data, Hora e Local: Às dezessete horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito, na sede da Companhia, localizada em Brasília, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte. A reunião ocorreu de forma virtual. II. Composição da Mesa: Conselheiros: Marcelo Augusto Dutra Labuto, Presidente, Gueitiro Matsuo Genso, Vice-Presidente, Isabel da Silva Ramos, Nerylson Lima da Silva, Adalberto Santos de Vasconcelos e Arnaldo José Vollet. Secretário: André Francisco Ferreira Adnet. (...) IV. Deliberações: 1. Foi acolhida a carta de renúncia do Sr. Antonio Maurício Maurano aos cargos de Diretor-Presidente da BB Seguridade Participações S.A. e de membro do Conselho de Administração da mesma Companhia. 2. Foi designado o Sr. Werner Romera Süffert para substituí-lo como Diretor-Presidente e também nomeado como membro do Conselho de Administração, até a eleição e posse do novo Diretor-Presidente. Enquanto durar a substituição, o Sr. Werner Romera Süffert cumulará os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Gestão Corporativa e Relações com Investidores. WERNER ROMERA SÜFFERT, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade nº 1322865, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 602.960.701-49, com escritório no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Edifício Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília (DF). (...) V. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual eu, André Francisco Ferreira Adnet, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.Marcelo Augusto Dutra Labuto, Gueitiro Matsuo Genso, Isabel da Silva Ramos, Adalberto Santos de Vasconcelos, Nerylson Lima da Silva e Arnaldo José Vollet. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 2 FOLHAS 114 a 115. A Junta Comercial certificou o registro em 11.01.2019 sob o número 1238676 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECER CNE/CES Nº 1/2019

Reunião Ordinária dos dias 21, 22, 23 e 24 do mês de janeiro/2019
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000141/2015-11 Parecer: CNE/CES 1/2019 Comissão: Luiz Roberto Liza Curi (Presidente), Antonio de Araujo Freitas Júnior (Relator), Antonio Carbonari Netto, Francisco César de Sá Barreto e Paulo Monteiro Vieira Braga Barone (Membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia Voto da Comissão: A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília-DF, 21 de março de 2019.
PAULO ROBERTO COSTA E SILVA
Secretário-Executivo

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 39, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, com base nas recomendações do Grupo de Apoio Técnico MEC/MCTIC apresentadas na reunião ordinária de 27 de fevereiro de 2019, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação Empresa Escola de Engenharia da UFRGS (FEEng), CNPJ nº 02.475.386/0001-13, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), processo nº 23000.002403/2019-15

Art. 2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

MARCELO MARCOS MORALES

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 125, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201809446	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA.	RUA KONRAD ADENAUER, 442, TARUMÃ, CURITIBA/PR
2	201808107	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA NELSON CUNHA JÚNIOR, 700, VILA PÉROLA, FOZ DO IGUAÇU/PR
3	201808050	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	R. FALCAO, 768, CENTRO, ARAPONGAS/PR
4	201808048	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	QUINZE DE NOVEMBRO, 6198, ALTO DA XV, GUARAPUAVA/PR
5	201712161	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BELO HORIZONTE - ESTÁCIO BH	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA ERÊ, 207, PRADO, PRADO, BELO HORIZONTE/MG
6	201712190	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA LEOBERTO LEAL, 431, - ATÉ 805 - LADO ÍMPAR, BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC
7	201712748	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAX PLANCK	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE INDAIATUBA LTDA	AVENIDA NOVE DE DEZEMBRO, 460, JARDIM PEDROSO, INDAIATUBA/SP

8	201812236	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA CRISTIANO MACHADO, 11157, CAMPUS LINHA VERDE, VILA CLORIS, BELO HORIZONTE/MG
9	201712653	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG	CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA	RUA DARCY CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE, 600, ALFA SUL, MANHUAÇU/MG
10	201712900	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DO AGRESTE PARAIBANO	CENTRO EDUCACIONAL TRES MARIAS - LTDA	RUA OTACÍLIO LIRA CABRAL, 1300, CONJ. CLOVIS BEZERRA, GUARABIRA/PB
11	201701856	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR FABRA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA	RUA POUSO ALEGRE, 49, BARCELONA, SERRA/ES
12	201711860	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGÜERA DE PIRACICABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA SANTA CATARINA, 1.005, PIRACICAMIRIM, PIRACICABA/SP
13	201703326	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ATTICUS	UNIAO DAS FACULDADES DA TRIPLICE FRONTEIRA	AVENIDA DAS CATARATAS, 1.118, VILA YOLANDA, FOZ DO IGUAÇU/PR
14	201711797	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	CRUZADA MARANATA DE EVANGELIZACAO	RUA ALTINO SERBETO DE BARROS, 174, PITUBA, SALVADOR/BA
15	201712872	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA	EMPRESA CAPIXABA DE VILA VELHA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA SETE DE SETEMBRO, 173, FACULDADE CAPIXABA DE VILA VELHA, CENTRO, VILA VELHA/ES
16	201607518	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS DO TOCANTINS	FACULDADE DE CIENCIAS DO TOCANTINS LTDA - FACIT - ME	RODOVIA TO-222,LT 02-A,GLEBA 03, LOTEAMENTO:ZONA LONTRA, ARAGUAÍNA/TO
17	201712705	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS DO ARAGUAIA	FACULDADES CATHEDRAL DE ENSINO SUPERIOR DE BARRA DO GARCAS - ME	AVENIDA ANTONIO FRANCISCO CORTES, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BARRA DO GARÇAS/MT
18	201712954	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE JARU	SOCIEDADE RONDONIENSE DE ENSINO SUPERIOR DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA	AVENIDA VEREADOR OTAVIANO PEREIRA NETO, S/N, GLEBA 53A, SETOR 02, JARU/RO
19	201712789	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO FRANCISCO	COLEGIO SAO FRANCISCO	RUA ABILIO MONTEIRO, 1736, ENGENHO, PEDREIRAS/MA
20	201701174	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE TANGARÁ DA SERRA	UNISERRA - UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE TANGARA DA SERRA LTDA - ME	RUA DEPUTADO HITLER SANSÃO, 1038, W, JARDIM DO LAGO, TANGARÁ DA SERRA/MT
21	201712303	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CURITIBA	ESCOLA TECNOLOGICA DE CURITIBA LTDA - EPP	RUA ITACOLOMI, 450, - ATÉ 1905/1906, PORTÃO, CURITIBA/PR
22	201713184	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL	CECAM - CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA - EPP	RUA GAMALIEL, 11, JARDIM MARILUCY, TUCURUÍ/PA
23	201713805	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO	SOCIEDADE EDUCACIONAL CESAR VIEIRA DINIZ - PETROLINA LTDA	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 812, CENTRO, PETROLINA/PE
24	201711505	EVENTOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC SÃO PAULO - ESAMC	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	AV. ADOLFO PINHEIRO, 893, FACULDADE ESAMC, SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP
25	201712203	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE CAMPO GRANDE	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 1760, - DE 1424 AO FIM - LADO PAR, VILA ROSA PIRES, CAMPO GRANDE/MS
26	201712288	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE VITÓRIA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA HERWAN MODENESI WANDERLEY, QUADRA 6, LOTE 1, JARDIM CAMBURI, VITÓRIA/ES
27	201712280	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE IDEAL WYDEN	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA	TRAVESSA TUPINAMBÁS, 461, ENTRE AS RUAS MUNDURUCUS E PARIQUIS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
28	201702947	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA CARAJÁS	FACULDADES INTEGRADAS CARAJAS S/C LTDA - EPP	BR 155, KM 03, 3, PARQUE DOS BURITIS ? 3, REDENÇÃO/PA
29	201809990	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE INTEGRADA DA AMAZÔNIA	F. P. DO NASCIMENTO - ME	AVENIDA CONSELHEIRO FURTADO, 2499, CAMPUS PRINCIPAL, CREMAÇÃO, BELÉM/PA
30	201820988	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE LABORO	LABORO - CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICAO E POS-GRADUACAO LTDA - EPP	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 605, SALA 400 E ANEXOS, SÃO FRANCISCO, SÃO LUÍS/MA
31	201808154	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE MERIDIONAL	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR MERIDIONAL S.A.	RUA SENADOR PINHEIRO, 304, CRUZEIRO, PASSO FUNDO/RS
32	201711846	BIOMEDICINA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE PITÁGORAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
33	201711853	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE JEQUIÉ	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA FRANZ GEDEON, 485, - DE 326/327 A 1622/1623, JEQUIEZINHO, JEQUIÉ/BA
34	201808615	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE POSITIVO LONDRINA	CESA - COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR ARTHUR THOMAS S/S LTDA - ME	RUA PREFEITO FARIA LIMA, 400, JARDIM MARINGÁ, LONDRINA/PR
35	201712970	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES IDAAM	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDAAM LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 1767, A, CHAPADA, MANAUS/AM
36	201712937	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS APARÍCIO CARVALHO	SOCIEDADE DE PESQUISA EDUCACAO E CULTURA, DR. APARICIO CARVALHO DE MORAES LTDA	RUA DAS ARARAS, 241, - DE 1/2 A 240/241, ELDORADO, PORTO VELHO/RO
37	201712577	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, AREIAS I, IGUATU/CE
38	201409316	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS IPEP	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA-IPEP	RUA JOSÉ DE ALENCAR, 430, CENTRO, CAMPINAS/SP
39	201713179	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS MARIA IMACULADA	INSTITUTO MARIA IMACULADA	RUA PAULA BUENO, 240, CENTRO, MOGI GUAÇU/SP
40	201713087	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TRIÂNGULO MINEIRO	ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ITUIUTABA	AVENIDA GERALDO ALVES TAVARES, 1980, UNIVERSITÁRIO, ITUIUTABA/MG
41	201808687	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE BETIM	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
42	201809996	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE NOVA SERRANA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	BR 262 - KM 448, S/N, ANEXO AO DISTRITO INDUSTRIAL JOSÉ SILVA DE ALMEIDA, NOVA SERRANA/MG
43	201712037	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	RODOVIA PE-37, 85, LT 1BC1 QD C, PIRAPAMA, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
44	201711458	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNINASSAU OLINDA - NASSAU OLINDA	CENTRO EDUCACIONAL E DESPORTIVO FASE LTDA	AV. MARCOS FREIRE, 3707, CASA CAIADA, OLINDA/PE
45	201712574	AQÜICULTURA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - ARACAJU	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA - ME	AVENIDA MARECHAL CÂNDIDO RONDON, SN, JABOTIANA, ARACAJU/SE
46	201712055	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE UNIVERITAS UNIVERSUS VERITAS ANÁPOLIS	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SANTOS DUMONT, 724, JUNDIAÍ, ANÁPOLIS/GO
47	201712546	AGRONOMIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FIP - FACULDADE DE IPORÃ PARANÁ	FIP - FACULDADE DE IPORA PARANA LTDA	RUA MACHADO DE ASSIS, 640, CENTRO, IPORÃ/PR
48	201819944	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL ''PS'' LTDA - ME	RUA ANÍSIO SERRÃO, 2325, - DE 2170/2171 A 2518/2519, CENTRO, CACOAL/RO
49	201354129	PROCESSOS QUÍMICOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA	ASSOCIACAO INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE	RUA DONA LEOPOLDINA, 912, - ATÉ 1419/1420, CENTRO, FORTALEZA/CE
50	201354125	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA	ASSOCIACAO INTEGRADA DE ENSINO SUPERIOR DO NORDESTE	RUA DONA LEOPOLDINA, 912, - ATÉ 1419/1420, CENTRO, FORTALEZA/CE

PORTARIA Nº 126, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e suas alterações, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201809308	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS	FUNDACAO BOAS NOVAS	AVENIDA GENERAL RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS, 1.655, CENTRO DE CONVENÇÕES CANAÃ, JAPIIM, MANAUS/AM
2	201712014	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNAMA FACULDADE DA AMAZÔNIA DE RIO BRANCO	SER EDUCACIONAL S.A.	SHOPPING VIA VERDE, 2320, ESTRADA DA FLORESTA , FLORESTA SUL, RIO BRANCO/AC
3	201702269	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS	RUA TEDINHO ALVIM, 1000, CAMPUS UNIVERSITARIO, LIBERDADE, DIVINÓPOLIS/MG
4	201712627	BIOMEDICINA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA NICOLAU ASSIS, 1, 15, 21, 27, 35, 41, 46, 51 - QUADRA 07, JARDIM PANORAMA, BAURU/SP
5	201713021	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, 2º AO 14º ANDARES, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 127, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201702249	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE SETE LAGOAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA MONSENHOR MESSIAS, 94, CENTRO, SETE LAGOAS/MG
2	201702250	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE SETE LAGOAS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA MONSENHOR MESSIAS, 94, CENTRO, SETE LAGOAS/MG
3	201609925	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CONSELHEIRO OTAVIANO, S/N, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
4	201609926	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA CONSELHEIRO OTAVIANO, S/N, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
5	201702055	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE RACHEL DE QUEIROZ	SISTEMA EDUCACIONAL G NIO - EIRELI	RUA SANTOS DUMONT, 548, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
6	201714711	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA-FARB-CAMACARI	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	AVENIDA JORGE AMADO, SN, LIMOEIRO, CAMAÇARI/BA
7	201714716	ENGENHARIA AUTOMOTIVA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA-FARB-CAMACARI	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	AVENIDA JORGE AMADO, SN, LIMOEIRO, CAMAÇARI/BA
8	201714715	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA-FARB-CAMACARI	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	AVENIDA JORGE AMADO, SN, LIMOEIRO, CAMAÇARI/BA
9	201714713	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA-FARB-CAMACARI	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	AVENIDA JORGE AMADO, SN, LIMOEIRO, CAMAÇARI/BA
10	201703183	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	RUA DOMINGOS VIEIRA, 416, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG
11	201703219	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	RUA DOMINGOS VIEIRA, 416, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG
12	201703205	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	90 (noventa)	FACULDADE SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	RUA DOMINGOS VIEIRA, 416, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG
13	201502353	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES JOÃO PAULO II - RIO GRANDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL DEODORO, 628, CIDADE NOVA, RIO GRANDE/RS
14	201502354	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES JOÃO PAULO II - RIO GRANDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL DEODORO, 628, CIDADE NOVA, RIO GRANDE/RS
15	201502352	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES JOÃO PAULO II - RIO GRANDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL DEODORO, 628, CIDADE NOVA, RIO GRANDE/RS
16	201414889	PEDAGOGIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO EDUCACIONAL SUPERIOR E PROFISSIONAL	ROSEMEIRE M. DO NASCIMENTO CARVALHO SERVICOS EDUCACIONAIS - ME	RUA 18, 30, (UNIDADE 203), CIDADE OPERÁRIA, SÃO LUÍS/MA
17	201414890	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO EDUCACIONAL SUPERIOR E PROFISSIONAL	ROSEMEIRE M. DO NASCIMENTO CARVALHO SERVICOS EDUCACIONAIS - ME	RUA 18, 30, (UNIDADE 203), CIDADE OPERÁRIA, SÃO LUÍS/MA

PORTARIA Nº 128, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 44, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

(Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201716324	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE BATISTA DO ACRE	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DO ACRE LTDA - ME	AC RIO BRANCO, 1723, AVENIDA DURVAL CAMILO: BAIRRO CANAA, CENTRO, RIO BRANCO/AC
2	201716323	TEOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE BATISTA DO ACRE	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DO ACRE LTDA - ME	AC RIO BRANCO, 1723, AVENIDA DURVAL CAMILO: BAIRRO CANAA, CENTRO, RIO BRANCO/AC
3	201502355	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES JOÃO PAULO II - RIO GRANDE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL JOAO PAULO II	RUA MARECHAL DEODORO, 628, CIDADE NOVA, RIO GRANDE/RS
4	201607782	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TORRICELLI	FACULDADE DE ENSINO GUARULHENSE SS LTDA	RUA DO ROSÁRIO, 313, VILA CAMARGOS, GUARULHOS/SP
5	201609636	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
6	201609640	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
7	201609641	PSICOLOGIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO

PORTARIA Nº 129, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1012203-64.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.001201/2018-05, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pela Instituição de Educação Superior citada, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas anuais	IES (CÓDIGO	Mantenedora	Endereço de Funcionamento
1	201709184	Direito (Bacharelado)	112 (cento e doze)	(158) CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO	(114) SOCIEDADE CIVIL CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MUSICA	Avenida Brás de Pina, 150, Penha, Rio de Janeiro-RJ
2	201709185	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	(158) CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO	(114) SOCIEDADE CIVIL CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MUSICA	Rua General Olímpio, 181, - de 181 ao fim - lado ímpar, Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ

PORTARIA Nº 130, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e o Edital SERES/MEC nº 1, de 28 de março de 2018, em cumprimento à decisão proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1002414-07.2019.4.01.3400, em tramite na 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, a qual revogou os efeitos da decisão liminar que suspendeu o prosseguimento da chamada pública relacionado ao município de Goiana/PE, conforme Parecer de Força Executória nº 00004/2019/COASPECQUAD/PRU1R/PGU/AGU e Processo Sei nº 00732.000333/2019-92, resolve:

Art. 1º Revogar os efeitos da Portaria nº 74, de 18 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 19/02/2019, Seção 1, página 35, que suspendeu o prosseguimento da chamada pública regida pelo Edital SERES/MEC nº 1, de 28 de março de 2018, no que tange à seleção de propostas para autorização de funcionamento de curso de medicina para o Município de Goiana-PE.

Parágrafo único. A revogação de que trata o caput abrange, exclusivamente, os procedimentos administrativos relativos ao processo seletivo para o Município de Goiana - PE, cuja relação de mantenedora (s) selecionada (s) e classificada (s), bem com a adjudicação da vencedora no certame e a assinatura do Termo de Compromisso permaneceram inalteradas após a desistência de recurso sub judice de concorrente na chamada pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 131, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 4º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos arts. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	60.533.940/0001-78	ASSOCIACAO INSTRUTORA DA JUVENTUDE FEMININA	São Paulo/SP	23000.018101/2012-84	185/2019	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
2	83.665.935/0001-14	ESCOLA NORMAL E GINASIO MADRE TERESA MICHEL	Criciúma/SC	23000.049740/2017-04	164/2019	Renovação	23/03/2018 a 22/03/2021
3	78.295.268/0001-95	SOCIEDADE MANTENEDORA DE ASSISTÊNCIA SOMA	Londrina/PR	23000.019139/2013-55	180/2019	Concessão	3 (três) anos
4	18.261.867/0001-66	INSTITUTO SER FELIZ	Contagem/MG	23000.020167/2018-20	199/2019	Concessão	3 (três) anos
5	04.774.643/0001-43	ASSOCIACAO CACADORENSE DE EDUCACAO INFANTIL E ASSISTENCIA SOCIAL-ACEIAS	Caçador/SC	23000.009556/2015-51	206/2019	Concessão	3 (três) anos
6	12.336.838/0001-30	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL AMIGOS SOLIDARIOS	Franca/SP	23000.017102/2017-16	178/2019	Concessão	3 (três) anos
7	92.023.159/0001-40	SOCIEDADE MERIDIONAL DE EDUCACAO SOME	Porto Alegre/RS	23000.021263/2015-42	163/2019	Renovação	01/01/2016 a 31/12/2018
8	79.356.317/0001-15	ASSOCIACAO DE MULHERES DO MUNICIPIO DE TAIO	Taió/SC	23000.022896/2015-78	229/2019	Renovação	09/05/2016 a 08/05/2021
9	07.296.906/0001-44	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSA RJ	Barra Mansa/RJ	23000.001980/2018-09	246/2019	Concessão	3 (três) anos
10	22.224.588/0001-08	OBRAS SOCIAIS SÃO GERALDO	Patrocínio/ MG	23123.002575/2011-37	205/2019	Concessão	3 (três) anos
11	11.406.162/0001-40	COLEGIO IMACULADA CONCEICAO	Arcoverde/PE	23000.014679/2014-23	250/2019	Concessão	3 (três) anos
12	11.005.840/0001-63	ASSOCIAÇÃO BENET DE SAUDE DO BAIRRO TUNEL DO SACAVEM	São Luís/MA	23000.010170/2018-35	197/2019	Renovação	29/06/2018 a 28/06/2023
13	21.394.691/0001-25	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LPA	Guarulhos/SP	23000.005402/2016-71	1987/2018	Concessão	3 (três) anos

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	78.295.268/0001-95	SOCIEDADE MANTENEDORA DE ASSISTÊNCIA SOMA	Londrina/PR	23123.003432/2016-57	180/2019
2	79.356.317/0001-15	ASSOCIACAO DE MULHERES DO MUNICIPIO DE TAIO	Taió/SC	23000.038301/2018-49	229/2019
3	22.224.588/0001-08	OBRAS SOCIAIS SÃO GERALDO	Patrocínio/ MG	23000.052035/2016-03 e 23000.003198/2017-35	205/2019

PORTARIA Nº 132, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	56.019.821/0001-24	LIGA DAS SENHORAS CATOLICAS DE RIBEIRAO PRETO	Ribeirão Preto/SP	23000.025115/2015-05	198/2019
2	33.523.945/0001-47	OAPNB OBRAS ASSISTENCIAIS PADRE NATALE BATTEZZI	Brasília/DF	23000.005710/2018-69	158/2019
3	54.851.571/0001-69	LAR DAS CRIANCAS DO MENINO DEUS	Pirassununga/SP	23000.029527/2018-59	210/2019
4	10.561.152/0001-17	ASSOCIACAO EDUCACIONAL, CULTURAL, ESPORTIVA E RECREATIVA PROJETO TIA EGLE	Santos/SP	23000.042002/2016-47	214/2019
5	12.507.075/0001-42	ASSOCIACAO EDUCACIONAL FRANCISCA LECHNER	Palmeira dos Índios/AL	23000.001143/2015-29	258/2019
6	10.847.762/0001-81	ASSOCIACAO DAS RELIGIOSAS DA INSTRUCAO CRISTA	Recife/PE	23000.009844/2012-63	263/2019
7	17.220.021/0001-15	ABRIGO JESUS	Belo Horizonte/MG	23000.042363/2016-93	38/2019
8	57.318.347/0001-02	CRECHE JOANNA DE ANGELIS	Rosana/SP	23000.037931/2016-34	5/2019
9	01.372.496/0001-97	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ANDRE PUSPLATAIS	São José dos Campos/SP	71000.084732/2016-68	2358/2018
10	57.539.322/0001-20	OBRA SOCIAL E ASSISTENCIAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	São José dos Campos/SP	23000.011461/2018-41	2359/2018
11	47.424.296/0001-31	CENTRO SOCIAL COMUNITARIO JARDIM PRIMAVERA	São Paulo/SP	23000.003045/2017-98	64/2019
12	00.549.660/0001-26	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DAS MERCES	Brasília/DF	23000.019757/2015-67	264/2019
13	44.036.895/0001-90	CENTRO ESPÍRITA JOSEFA OLIMPIA DE OLIVEIRA	São Paulo/SP	71010.000088/2004-21	2276/2018
14	22.331.987/0001-60	CRECHE COMUNITÁRIA PEQUENO ALEXANDRE	Belo Horizonte/MG	23000.014584/2018-33	2363/2018
15	44.487.247/0001-50	CASA DA MENINA SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Assis/SP	23000.029255/2018-97	2352/2018
16	17.212.903/0001-39	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DOS IRMAOS DE N SENHORA	Belo Horizonte/MG	23000.010598/2012-92	217/2019

PORTARIA Nº 133, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica INDEFERIDO o pedido de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da entidade elencada no Anexo, por contrariar requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contido na respectiva Nota Técnica.

Art. 2º A instituição poderá apresentar proposta de celebração de Termo de Ajuste de Gratuidade - TAG, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme disposto no art. 17 da Lei nº 12.101, de 2009, e na Instrução Normativa MEC nº 02, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2013.

Art. 3º Alternativamente, caso discorde das motivações da decisão de indeferimento e não tenha interesse na firmatura do TAG, a entidade terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	04.203.352/0001-03	INSTITUTO DOM BOSCO	Belém/PA	23000.023133/2018-97	190/2019

PORTARIA Nº 134, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 221/2019/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23000.010378/2012-69, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SERES nº 324, de 04 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2018, que concedeu prazo de 60 (sessenta) dias para protocolo de novo requerimento, da entidade FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE/SC - CNPJ 82.975.236/0001-08.

Art. 2º Desarquivar o processo nº 23000.010378/2012-69, protocolado em 24/07/2012, para que proceda a análise.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 135, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 19/2019/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.134969/2014-35, resolve:

Art. 1º Revogar o item 2 do Anexo de que trata o art. 1º da Portaria SERES nº 198, de 23 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 26 de março de 2018, do LAR SÃO JOÃO BOSCO, CNPJ 72.130.693/0001-48.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 136, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019 e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 118/2019/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 71000.073414/2013-29, resolve:

Art. 1º Revogar o item 1 do Anexo de que trata o art. 1º da Portaria SERES nº 272, de 19 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 20 de abril de 2018, da ASSOCIAÇÃO OFICINA-ESCOLA PROFESSOR EURÍPEDES BARSANULFO, CNPJ 57.725.004.0001-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO BARROSO FARIA

PORTARIA Nº 137, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto n° 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso neste ato autorizado são exclusivamente aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº ORDEM	PROCESSO	MANTIDA	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201356119	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI FLORIANÓPOLIS (SENAI/SC-CTAI)	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (TECNOLÓGICO)	100 (CEM)
2	201505562	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES (UMC)	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)
3	201505564	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES (UMC)	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)
4	201602187	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	500 (QUINHENTAS)
5	201602188	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	500 (QUINHENTAS)
6	201505582	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES (UMC)	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)
7	201505584	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES (UMC)	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	1.500 (MIL E QUINHENTAS)
8	201405142	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE (UNIVAG)	INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	600 (SEISCENTAS)

PORTARIA Nº 138 DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, do curso neste ato reconhecido, são exclusivamente aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

ANEXO

(Reconhecimento EaD)

Nº ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201357762	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	FÍSICA (LICENCIATURA)	120 (CENTO E VINTE)
2	201415132	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (UNINORTE)	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	MARKETING (TECNOLÓGICO)	300 (TREZENTAS)
3	201415261	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (UNINORTE)	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	150 (CENTO E CINQUENTA)
4	201415285	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (UNINORTE)	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	670 (SEISCENTAS E SETENTA)
5	201415286	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (UNINORTE)	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	780 (SETECENTAS E OITENTA)

PORTARIA Nº 139 DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017 e Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201352773, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados, em caráter definitivo, por terem sido credenciados em caráter provisório pela Portaria nº 789, de 12 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2016, os polos de apoio presencial da UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN), mantida pela ACEF S/A., CNPJ 46.722.831/0001-78, situados nos seguintes endereços:

I. Rua América do Sul, nº 251, Bairro Vila Carvalho, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo;
II. Rua Benjamim Constant, nº 601, Bairro Centro, Município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais;
III. Avenida Padre José de Anchieta, nº 1508, lado par, Bairro Vila Furlan, Município de Araraquara, Estado de São Paulo;
IV. Rua Goiânia, nº 240, Bairro Vila Autora, Município de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais;
V. Avenida Antônio Penedo, nº 12, N 12 a 20, Bairro Centro, Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo;
VI. Rua Francisco Barreto, nº 634, Bairro Centro, Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo;
VII. Rua Helena Guerra, nº 140, Bairro Centro, Município de Cássia, Estado de Minas Gerais;
VIII. Rua da Maçonaria, nº 111, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo;
IX. Rua Pedro Dutra Nicácio Neto, nº 280, Bairro Bela Vista, Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais;
X. Rua Gonsalvez Dias, nº 130, Letra B, Bairro Centro, Município de Chalé, Estado de Minas Gerais;
XI. Coronel Ricardo Gregório, nº 567, Bairro Centro, Município de Corinto, Estado de Minas Gerais;

XII. Rua João Meira dos Santos, nº 2.100, Bairro Centro, Município de Divisa Alegre, Estado de Minas Gerais;
XIII. Avenida Manoel Machado, nº 344, Bairro Centro, Município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais;
XIV. Avenida Polibio Meira Cotrim, nº 30, Bairro Bela Vista, Município de Imbaú, Estado do Paraná;
XV. Rua Elízio Nunes de Souza, nº 79, Bairro Centro, Município de Itapecerica, Estado de Minas Gerais;
XVI. Rua Olegário Maciel, nº 315, Salas 11, 15, 16, 17, Bairro Centro, Município de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais;
XVII. Rua Suzano Anastácio da Silva, nº 259, Bairro Centro, Município de Leópolis, Estado do Paraná;
XVIII. Rua Santos Silva, nº 338, Bairro Centro, Município de Machado, Estado de Minas Gerais;
XIX. Avenida Rubens Rangel, nº 1487, 2º Andar, Bairro Cidade Nova, Município de Marataízes, Estado do Espírito Santo;
XX. Avenida Mitsuzo Taguchi, nº 1.206, Bairro Vila Nova, Município de Maringá, Estado do Paraná;
XXI. Rua Francisco Prestes, nº 2.145, Bairro Centro, Município de Monte Negro, Estado de Rondônia;
XXII. Rua Benedito Valadares, nº 366, Bairro Barra, Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais;
XXIII. Rua Siqueira Campos, nº 94, Bairro Centro, Município de Óbidos, Estado do Pará;
XXIV. Rua 12, nº 329, Bairro Centro, Município de Orlândia, Estado de São Paulo;
XXV. Rua Olavo Bilac, nº 78, Bairro Centro, Município de Paraíso do Norte, Estado do Paraná;
XXVI. Rua Marechal Deodoro, nº 92, Bairro Cristo Rei, Município de Pato Branco, Estado do Paraná;
XXVII. Rua Duque de Caxias, nº 1.621, Bairro Centro, Município de Pirassununga, Estado de São Paulo;
XXVIII. Rua Antonio Venâncio Lopes, nº 8-81, Bairro Centro, Município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;
XXIX. Boulevard Vinte e Oito de Setembro, nº 156, até 134, lado par, Bairro Vila Isabel, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
XXX. Rua Inácio Ribeiro, nº 82, Bairro Centro, Município de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo;
XXXI. Rua 13 de Maio, nº 226, Bairro Centro, Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais;
XXXII. Rua Pinto Ribeiro, nº 1.017, Bairro Centro, Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais;
XXXIII. Rua Pouso Alegre, nº 39, 2º andar, Bairro Barcelona, Município de Serra, Estado do Espírito Santo;
XXXIV. Rua Campo Romero, nº 1.191, Bairro Centro, Município de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul;
XXXV. Rua Um, nº 51, Bairro Jardim Marilucy, Município de Tucuruí, Estado do Pará;
XXXVI. Avenida da Saudade, nº 11B, Bairro da Saudade, Município de Turmalina, Estado de Minas Gerais;
XXXVII. Rua Feliciano de Carvalho, nº 277, Bairro Centro, Município de Varzelândia, Estado de Minas Gerais;
XXXVIII. Rua Travessa Tavares, nº 292, Bairro Centro, Município de Vianópolis, Estado de Goiás;
XXXIX. Rua Wilson Freitas, nº 129, Térreo, Bairro Centro, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo; e
XL. Rua Vereador José Martins da Costa, nº 163, Bairro Ponte da Saudade, Município Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 140, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.665, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO AURELIO DE OLIVEIRA

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201507725	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE BRAGANÇA	IBE - INSTITUTO BRAGANTINO DE EDUCACAO LTDA - ME	RODOVIA BRAGANÇA/VISEU, 10, RIOZINHO, BRAGANÇA/PA
2	201507838	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DE BRAGANÇA	IBE - INSTITUTO BRAGANTINO DE EDUCACAO LTDA - ME	RODOVIA BRAGANÇA/VISEU, 10, RIOZINHO, BRAGANÇA/PA
3	201701378	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE ARACATI	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	ROD. CE 040, KM 138,, KM 138, S/N,:, AEROPORTO, ARACATI/CE
4	201701380	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE ARACATI	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	ROD. CE 040, KM 138,, KM 138, S/N,:, AEROPORTO, ARACATI/CE
5	201701379	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE ARACATI	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	ROD. CE 040, KM 138,, KM 138, S/N,:, AEROPORTO, ARACATI/CE
6	201608861	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADES METROPOLITANAS DE CUIABÁ	CENTRO MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR-CEMES	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 6.020, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
7	201608796	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADES METROPOLITANAS DE CUIABÁ	CENTRO MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR-CEMES	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 6.020, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
8	201608865	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADES METROPOLITANAS DE CUIABÁ	CENTRO MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR-CEMES	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 6.020, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
9	201608862	PSICOLOGIA (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	FACULDADES METROPOLITANAS DE CUIABÁ	CENTRO MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR-CEMES	AVENIDA HISTORIADOR RUBENS DE MENDONÇA, 6.020, - DE 1207/1208 A 5100/5101, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ/MT
10	201713901	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIRB - MACEIO	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 7600, UNIRB , SERRARIA, MACEIÓ/AL
11	201713900	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - MACEIO	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 7600, UNIRB , SERRARIA, MACEIÓ/AL
12	201713898	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - MACEIO	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 7600, UNIRB , SERRARIA, MACEIÓ/AL
13	201713899	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE UNIRB - MACEIO	UNIDADE REGIONAL BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA	AVENIDA MENINO MARCELO, 7600, UNIRB , SERRARIA, MACEIÓ/AL
14	201703394	PEDAGOGIA (Licenciatura)	75 (setenta e cinco)	FORMAÇÃO FACULDADE INTEGRADA	INSTITUTO MARANHAO AMAZONIA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA DAS LIMEIRAS, 14, Q D, JARDIM RENASCENÇA, SÃO LUÍS/MA
15	201609645	AGRONOMIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
16	201609646	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
17	201609649	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
18	201609650	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
19	201609651	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	INSTITUTO UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/N, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO

DESPACHO Nº 15, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.000597/2013-11.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, em atenção aos referenciais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1° ao 3° e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 57 e 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 31/2019-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a Instituição FACULDADE JK SOBRADINHO (cód. 1943) mantida pela União Educacional Serrana Ltda (cód. 1278) - CNPJ 03.950.437/0001-84, sediada na Quadra 13 - Área Especial, nº 3 - Sobradinho, CEP 73040-130 - Brasília - DF, determina que:

(i) Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 197, de 2012, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 26 de dezembro de 2012.

(ii) Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000597/2013-11.

(iii) Seja autuado o mesmo Processo MEC 23000.000597/2013-11 pela Diretoria de Regulação da Educação Superior desta SERES/MEC para o seu descredenciamento voluntário, cumprindo as exigências dos arts. 57 e 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017, alterada e republicada no DOU em 8 de março de 2018.

(iv) Seja a Instituição notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 318, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 16 de setembro de 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, resolve:

Retificar a Portaria nº 234 de 22 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre a Prorrogação de Edital: 124/2016 - Diversos Campi:

Onde se lê:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 22 de março de 2019 ao dia 21 de março de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 22/03/2017, seção 3, página 47.

Leia-se:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 22 de março de 2019 ao dia 21 de março de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 22/03/2017, seção 3, página 47.

Art. 2º PRORROGAR, a partir do dia 10 de maio de 2019 ao dia 09 de maio de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 10/05/2017, seção 3, página 45.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

PORTARIA Nº 318, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Instituição, republicado com alterações no Diário Oficial da União do dia 08/05/2018, Seção 1, Páginas 09 e 10, e pelo Decreto de 16 de setembro de 2015, publicado no DOU de 17 de setembro de 2015, Seção 2, página 01, resolve:

Retificar a Portaria nº 234 de 22 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre a Prorrogação de Edital: 124/2016 - Diversos Campi:

Onde se lê:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 22 de março de 2019 ao dia 21 de março de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 22/03/2017, seção 3, página 47.

Leia-se:

Art. 1º PRORROGAR, a partir do dia 22 de março de 2019 ao dia 21 de março de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 22/03/2017, seção 3, página 47.

Art. 2º PRORROGAR, a partir do dia 10 de maio de 2019 ao dia 09 de maio de 2021, o prazo de validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 124/2016 - Técnico Administrativo em Educação, para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, diversos Campi, de 30/08/2016, publicado no DOU em 31/08/2016, seção 3, página 332, homologado no DOU em 10/05/2017, seção 3, página 45.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER GONÇALVES GLÓRIA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 249, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), no uso das atribuições conferidas pelo Art. 16, inciso VI, do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as datas e os responsáveis pelas duas etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, que será realizado por meio do sistema Educacenso, via Internet, em todo o território nacional:

I - Na 1ª etapa do Censo Escolar (Matrícula Inicial), ficam definidas as seguintes atividades:

a) Disponibilização do sistema Educacenso para declaração de dados.

Data: 29/05/2019.

Responsável: Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE/INEP).

b) Coleta de dados da Matrícula Inicial, compreendendo os processos de digitação e exportação, tendo como data de referência para as informações declaradas o dia 29 de maio de 2019, denominado Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica 2019.

Data inicial: 29/05/2019.

Data final: 31/07/2019.

Responsáveis: diretor/responsável pela escola ou pelo processo de exportação dos dados e gestores dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

c) Envio dos dados preliminares ao Ministério da Educação para publicação no Diário Oficial da União.

Data: 30/08/2019.

Responsável: Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED/INEP).

d) Disponibilização dos relatórios por escola no Educacenso, para conferência pelos gestores municipais e estaduais.

Data: a partir da publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Responsáveis: DEED e DTDIE.

e) Comunicação oficial aos gestores municipais e estaduais sobre a disponibilização dos relatórios por escola no Educacenso, para conferência.

Data: até 5 dias úteis após a publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Responsável: DEED.

f) Disponibilização do sistema para conferência e eventual retificação das informações declaradas no período de coleta da Matrícula Inicial.

Data inicial: a partir da publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Data final: 30 dias após a publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Responsável: DTDIE.

g) Conferência e retificação de eventuais erros nas informações declaradas no período de coleta da Matrícula Inicial.

Data inicial: a partir da publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Data final: 30 dias após a publicação dos resultados preliminares no Diário Oficial da União.

Responsáveis: diretor/responsável pela escola ou pelo processo de exportação dos dados e gestores dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

h) Verificação dos dados processados após o período de conferência e retificação.

Data: 5 dias a contar do prazo final para conferência e retificação.

Responsáveis: gestores municipais de educação.

i) Verificação dos dados processados após o período de conferência e retificação.

Data: 10 dias a contar do prazo final para conferência e retificação.

Responsáveis: setores responsáveis pelo Censo Escolar nos estados e na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

j) Período exclusivo para confirmação de matrículas duplicadas diretamente no módulo Confirmação de Matrícula no sistema Educacenso.

Data: 10 dias a contar do prazo final para verificações pelos setores responsáveis pelo Censo Escolar nos estados e na Setec.

Responsáveis: diretor/responsável pela escola ou pelo processo de exportação dos dados e gestores dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

k) Verificação final dos dados processados após o período de conferência e retificação.

Data: 32 dias a contar do prazo final para confirmação de matrículas.

Responsável: DEED.

l) Envio ao Tribunal de Contas da União do resultado final do número de matrículas presenciais efetivas em cada estado e município e no Distrito Federal, conforme o Censo Escolar da Educação Básica de 2019, em cumprimento à Instrução Normativa TCU nº 60, de 4 de novembro de 2009.

Data: 29/11/2019.

Responsável: DEED.

m) Envio ao Ministério da Educação dos dados finais declarados e homologados do Censo Escolar da Educação Básica 2019, conforme alíneas "a" a "k" desta Portaria, para publicação final no Diário Oficial da União.

Data: 18/12/2019.

Responsável: DEED.

n) Preparação dos dados finais para divulgação.

Data inicial: 18/12/2019.

Data final: 30/01/2020.

Responsável: DEED.

o) Divulgação dos resultados finais e dos microdados públicos do Censo Escolar da Educação Básica 2019 pelo Inep.

Data: 31/01/2020.

Responsável: DEED.

p) Divulgação das Sinopses Estatísticas da Educação Básica pelo Inep.

Data: 31/01/2020.

Responsável: DEED.

II - na 2ª etapa do Censo Escolar de 2019 (Situação do Aluno), ficam definidas as seguintes atividades:

a) Disponibilização do módulo Situação do Aluno no sistema Educacenso para declaração de dados.

Data: 03/02/2020.

Responsável: DTDIE.

b) Coleta dos dados de rendimento e movimento escolar dos alunos declarados na 1ª etapa de coleta do Censo Escolar 2019, compreendendo a digitação e exportação de dados.

Data inicial: 03/02/2020.

Data final: 20/03/2020.

Responsáveis: diretor/responsável pela escola ou pelo processo de exportação dos dados e gestores dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

c) Disponibilização das taxas de rendimento preliminares e dos relatórios por escola no módulo Situação do Aluno, para conferência pelos gestores municipais e estaduais.

Data: 01/04/2020.

Responsáveis: DEED e DTDIE.

d) Comunicação oficial aos gestores municipais e estaduais sobre a disponibilização dos relatórios por escola no módulo Situação do Aluno, para conferência pelos gestores municipais e estaduais.

Data: até 3 dias úteis após a divulgação dos dados preliminares no Educacenso.

Responsável: DEED.

e) Disponibilização do módulo Situação do Aluno para conferências e retificações.

Data inicial: 01/04/2020.

Data final: 15/04/2020.

Responsável: DTDIE.

f) Conferência e retificação de eventuais erros nas informações prestadas no período de coleta da Situação do Aluno 2019.

Data inicial: 01/04/2020.

Data final: 15/04/2020.

Responsáveis: diretor/responsável pela escola ou pelo processo de exportação dos dados e gestores dos municípios, dos estados e do Distrito Federal.

g) Verificação final dos dados processados após o período de conferências e retificações no módulo Situação do Aluno.

Data inicial: 16/04/2020.

Data final: 30/04/2020.

Responsável: DEED.

h) Disponibilização dos relatórios por escola no módulo Situação do Aluno, contendo os dados finais de rendimento e movimento escolar.

Data: 11/05/2020.

Responsável: DEED e DTDIE

i) Divulgação dos indicadores de rendimento escolar no portal do Inep.

Data: 11/05/2020.

Responsável: DEED.

Art. 2º Ficará a cargo da Secretaria de Educação do Distrito Federal e de cada Secretaria Estadual de Educação, em cooperação com os órgãos municipais de educação, o cumprimento dos prazos estipulados nos incisos I e II do art. 1º, conforme a definição dos responsáveis para cada uma das atividades.

Art. 3º Após a publicação final dos dados declarados ao Censo Escolar da Educação Básica no Diário Oficial da União, as informações do Censo passam a figurar como estatísticas oficiais da educação básica, não sendo possível realizar qualquer alteração nos dados.

Art. 4º Ficam assegurados o sigilo e a proteção de dados pessoais apurados no Censo Escolar da Educação Básica, os quais serão utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Art. 5º Os casos omissos serão analisados e decididos pelo INEP.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCUS VINICIUS CARVALHO RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 154, DE 21 DE MARÇO DE 2019

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.062222/2017-25 e do item 14.1 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 11 de maio de 2019, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Educação Física, do Centro de Desportos, campo de conhecimento: Educação Física/Educação Física Escolar, objeto do Edital n° 106/2017/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017, e homologado pela Portaria n° 343/2018/DDP, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2018.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 158, DE 21 DE MARÇO DE 2019

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.004009/2019-61 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Arquitetura - ARQ/CTC, instituído pelo Edital nº 07/2019/DDP, de 12 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 33, Seção 3, de 15/02/2019.

Campo de conhecimento: Arquitetura e Urbanismo/ Paisagismo

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

Nº de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média final
1º	Gustavo Pires de Andrade Neto	9,57
2º	Marianne Costa Avalone	8,65
3º	Paula Gabbi Polli	8,64
4º	Bárbara Heliodora Alves d' Acampora	8,57
5º	Priscila Chamone Gesser	7,51

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 59, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Revoga a Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2018, que dispõe sobre a reformulação do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso III, do anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO a necessidade de revogação do instrumento legal e dos procedimentos de análise do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038. 016662/2018-15, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2018, seção 1, pág. 23;

Art. 2º As obrigações assumidas pelos coordenadores e bolsistas/ex-bolsistas perante a CAPES permanecem conforme o termo de compromisso originário, ficando estabelecida a obrigação das partes conforme documentos assinados e acordados previamente a esta Portaria.

Parágrafo único. Todas as propostas submetidas ao Programa Demandas Espontâneas e Induzidas até a data de revogação serão analisadas pela CAPES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON RIBEIRO CORREIA

PORTARIA Nº 60, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e na Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23038.018483/2018-12,

CONSIDERANDO a relevância social, científica e tecnológica dos processos de formação profissional avançada, bem como o necessário estreitamento das relações das instituições de ensino e de pesquisa com os diferentes setores públicos e privados de atuação profissional;, resolve:

Art. 1º A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES regulará a submissão de propostas de cursos novos de pós-graduação stricto sensu na modalidade profissional, em nível de mestrado e de doutorado, e avaliará os cursos oferecidos, na forma desta Portaria e de sua regulamentação própria.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º São objetivos dos cursos de mestrado e doutorado profissionais:

I - capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, visando atender às demandas sociais, econômicas e organizacionais dos diversos setores da economia;

II - transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local;

III - contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade em empresas, organizações públicas e privadas;

IV - atentar aos processos e procedimentos de inovação, seja em atividades industriais geradoras de produtos, quanto na organização de serviços públicos ou privados;

V - formar doutor com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade em seu campo de atuação.

Art. 3º Os cursos de pós-graduação stricto sensu profissionais obedecerão às mesmas regras e exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas na Resolução CES/CNE Nº 7, de 11 de dezembro de 2017, dependendo necessariamente de avaliação prévia da Capes.

Art. 4º Os títulos de mestres e de doutores obtidos nos cursos profissionais avaliados positivamente pela CAPES, reconhecidos pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES, e homologados pelo Ministro da Educação, terão validade nacional.

CAPÍTULO II

DA SUBMISSÃO DE PROPOSTA DE CURSOS NOVOS DE MESTRADO E DE DOUTORADO PROFISSIONAIS

Art. 5º As propostas de cursos novos de mestrado e de doutorado profissionais serão apresentadas à CAPES de acordo com as orientações e os prazos definidos no calendário da Diretoria de Avaliação (DAV), publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Para atender situações relevantes, específicas e esporádicas, serão admitidas propostas de cursos profissionais com duração temporária determinada e especificada na proposta, desde que bem justificada.

Art. 6º A proposta de curso de mestrado ou doutorado profissional deverá ser inovadora, devendo atender às necessidades da sociedade e em conexão com o foco do programa.

Art. 7º As propostas de cursos novos deverão apresentar, sem prejuízo de outras informações requeridas:

I - justificativa para a criação do curso profissional, incluindo aspectos de diferenciação com relação aos cursos acadêmicos;

II - impactos esperados quanto à inovação e ao papel transformador da realidade na qual deseja atuar, incluindo aspectos locais, regionais, nacionais e/ou internacionais;

III - todos os aspectos que garantam a sustentabilidade do curso, comprovando parcerias nacionais e/ou internacionais com outros segmentos da sociedade, além do acadêmico;

IV - definição do perfil do egresso;

V - identificação dos setores e da abrangência do público alvo;

VI - elementos que garantam explicitamente o alinhamento da proposta com a agenda institucional e o planejamento estratégico da pós-graduação stricto sensu.

Art. 8º As propostas de cursos novos apresentadas serão avaliadas exclusivamente quanto ao seu mérito, não implicando, necessariamente, caso sejam aprovadas, em apoio financeiro pela CAPES.

Art. 9º As orientações específicas para a elaboração das propostas de cursos novos de mestrado e doutorado profissionais serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação.

CAPÍTULO III

DO CORPO DOCENTE

Art. 10 O corpo docente dos programas de pós-graduação stricto sensu profissionais deverá ser composto por docentes permanentes e poderá incluir outras categorias, conforme legislação em vigor.

§1º O conjunto do corpo docente da proposta poderá incluir professores com experiência profissional acadêmica e não acadêmica, técnica, científica, de inovação e de orientação ou supervisão na área proposta.

§2º O número mínimo de docentes permanentes e sua proporção em relação às demais categorias de docentes vinculados ao programa serão definido pelos documentos orientadores de cada Áreas de Avaliação.

§3º Em conformidade com o previsto nos documentos orientadores de cada área de avaliação, poderão ser incluídos no corpo docente da proposta profissionais sem o título de mestre ou doutor, desde que denotem experiência reconhecida em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação no segmento de atuação do programa proposto.

I - O percentual máximo permitido para a situação prevista no caput do parágrafo terceiro será de 30% (trinta por cento).

§4º A carga horária docente e as condições de trabalho deverão ser compatíveis com as necessidades do curso, admitindo o regime de dedicação parcial.

CAPÍTULO IV

DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11 Os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética.

Parágrafo único. O regulamento do programa Profissional deverá indicar os formatos dos trabalhos de conclusão, assim como os mecanismos de registro documentado sobre o conhecimento gerado pela pesquisa, para fins de verificação e avaliação.

Art. 12.As orientações específicas para os formatos dos trabalhos de conclusão serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação, permitindo formatos inovadores, com destaque para a relevância, inovação e aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar.

Parágrafo único. O desempenho de atividades esporádicas como conteudista, conferencista, membro de banca de exame ou co-autor de trabalhos não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do programa.

CAPÍTULO V

DA ANÁLISE DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS E DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PROFISSIONAIS

Art. 13.A análise das propostas de cursos novos, assim como o acompanhamento e avaliação periódica dos cursos de mestrado e de doutorado profissionais, serão feitas pela CAPES.

Parágrafo único. As avaliações serão feitas por meio de comissões específicas, com participação de doutores, profissionais e técnicos dos setores específicos, reconhecidamente qualificados para o adequado exercício de tais tarefas.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14.Os casos omissos nesta Portaria serão dirimidos pela DAV.

Art. 15.Fica revogada a Portaria nº 131, de 28 de junho de 2017.

Art. 16.Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDERSON RIBEIRO CORREIA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

PORTARIA Nº 42, DE 19 DE MARÇO DE 2019

O Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Edital nº001/2019 - Campus Ministro Reis Velloso, de 14 de fevereiro de 2019, publicado no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2019;

- o Processo nº 23111.002860/19-58 e as Leis: nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

- Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40, com lotação no Curso de Fisioterapia, do "CMRV", na cidade de Parnaíba/PI, da forma como segue:

Habilitando os candidatos: POLYANNA GOMES LACERDA CAVALCANTE (1ª colocada), JUÇARA BARROSO LEAL (2ª colocada), MARIA GABRIELA CARDOSO TELES MONTEIRO (3ª colocada), JALLES ARRUDA BATISTA (4º colocado) e RHAILANA MEDEIROS FONTES (5ª colocada), classificando a primeira colocada para contratação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

CENTRO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 17, DE 19 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital Nº 02/2019-CCE/UFPI, de 06/02/2019, publicado no DOU Nº 27, de 07/02/2019; os Processos Nº 23111.089079/2018-51 e Nº 23111.089080/2018-24e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, com lotação no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, da forma como segue:

1. Pedagogia - Habilitando as candidatas MARIA DE JESUS ASSUNÇÃO E SILVA (1ª colocada), FRANCISCA MARIA DE SOUSA (2ª colocada), MARIA ONEIDE LINO DA SILVA (3ª colocada), ENAYDE FERNANDES SILVA DIAS (4ª colocada) e MARTA SUSANY MOURA CARVALHO (5ª colocada), e classificando para contratação a primeira colocada.

2. Estágio Supervisionado e Metodologia do Ensino de Ciências Biológicas - Habilitando os candidatos JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA NETO (1º colocado), KITAWANN TAYRONE DE SOUSA NUNES CARDOSO (2º colocado) e JEFFERSON NUNES DOS SANTOS (3º colocado), e classificando para contratação o primeiro colocado.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS CARLOS SALES

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA Nº 898, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe confere a competência delegada por meio da Portaria n° 548, de 26 de novembro de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União do dia 27 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 548, de 26 de novembro de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, alterada pela Portaria nº 1, de 25 de janeiro de 2019, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4°.....

.....

I - 27/11/2018 a 24/05/2019 - prazo para apresentação de contribuições pelos interessados na consulta pública;

II - 25/05/2019 a 23/06/2019 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

III - 24/06/2019 - divulgação das respostas às contribuições, pelo Departamento de Gestão e Modernização Portuária/SNPTA/MINFRA, no sítio 'http://www.infraestrutura.gov.br/poligonais/89-portos-menu-lateral/8139-poligonais-imbituba.html';

IV - 25/06/2019 a 04/07/2019 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, por meio do endereço eletrônico poligonais.imbituba@infraestrutura.gov.br;

V - 05/07/2019 a 03/08/2019 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DIOGO PILONI E SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 38, DE 20 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00065.007623/2019-77, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2019, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AVIAX AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 17.125.702/0001-02, com sede social em Campo Grande (MS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 39, DE 20 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.008698/2019-64, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2019, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AGRIPAR AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 05.788.429/0001-09, com sede social em Dourados (MS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 40, DE 20 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.008756/2019-50, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2019, decide:

Art. 1º Autorizar o funcionamento no Brasil da empresa estrangeira VIRGIN ATLANTIC AIRWAYS LIMITED, empresa da Inglaterra e País de Gales, com capital destacado de US$25.000 (vinte e cinco mil dólares americanos), que pretende operar serviço de transporte aéreo internacional regular de passageiro, carga e mala postal no território nacional.

Art. 2º A outorga da autorização para operar fica condicionada ao cumprimento, pela empresa, das exigências previstas no art. 212 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986, e em demais requisitos dispostos na regulamentação aplicável.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 41, DE 20 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.008009/2019-11, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2019, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária JURUENA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 28.551.509/0001-41, com sede social em Sapezal (MT), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 42, DE 20 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.008180/2019-21, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 18 e 19 de março de 2019, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviços aéreos públicos outorgada à sociedade empresária SAPA - SERVIÇOS AÉREOS DE PROTEÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 78.044.807/0001-13, com sede social em Dom Pedrito (RS).

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, expedido pela Superintendência de Padrões Operacionais, e disponíveis no endereço https://www.anac.gov.br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 89, de 9 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2014, Seção 1, página 2.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 811, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O GERENTE DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 1º, inciso I, da Portaria nº 1942, de 22 de junho de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 145 (RBAC nº 145), e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.032529/2018-75, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão do Certificado de Organização de Manutenção nº 0811-51/ANAC, emitido em favor da oficina de manutenção de produto aeronáutico BERTHE MANUTENÇÃO DE AERONAVES EIRELI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DUARDO AMÉRICO CAMPOS FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 298, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 051, de 8 de março de 2019, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; nas manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos dos Processos nº 50500.213454/2014-90; delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Autopista Litoral Sul S/A., para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 371,70 (trezentos e setenta e um inteiros e setenta centéssimos) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, por violação ao art. 8º, inciso VII da Resolução ANTT nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 003/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 003/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 299, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 057, de 8 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.204252/2014-57, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Planalto Sul S/A, para conceder-lhe efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos nele trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa no patamar de 247,50 (duzentos e quarenta e sete inteiros e cinquenta centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, por violação ao artigo 7º, inciso VII da Resolução n º 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF que promova a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão do Edital nº 006/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, § 3º da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão do Edital nº 006/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 300, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 060, de 11 de março de 2019, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; nas manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.015449/2015-02, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 163,35 (cento e sessenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, por violação ao art. 6º, inciso XXIII da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 301, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 062, de 11 de março de 2019, e

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; nas manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processonº 50515.019846/2014-03, delibera:

Art. 1º Conhecer do Recurso interposto pela Concessionária Autopista Planalto Sul S.A., para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 495 (quatrocentos e noventa e cinco) Unidades de Referência de Tarifa - URT's, por violação ao inciso I, art. 9º, da Resolução nº 4.071, de 03 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no §3º, artigo 85, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 302, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 058, de 11 de março de 2019, e do que consta no Processo nº 50500.328504/2017-85, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de inidoneidade à empresa Mello e Jeser Transportes Turísticos Ltda.-Me, CNPJ nº 09.503.959/0001-14, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a referida empresa acerca dos termos da decisão adotada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 303, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 059, de 8 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.503324/2017-99, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de declaração de inidoneidade à empresa Viana Ltda. - Me., inscrita no CNPJ nº 11.746.498/0001-52, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a referida empresa acerca dos termos da decisão adotada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 304, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 054, de 07 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.350931/2018-11, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da empresa Viação Pernambucana Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 07.175.375/0001-31, por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer o pedido de impugnação apresentado pela empresa Auto Viação Cruzeiro Ltda, CNPJ nº 10.791.861/0001-99, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 305, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 055, de 07 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.363130/2018-15, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Viação Esmeralda Transportes Ltda, CNPJ nº 04.229.706/0001-80, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 306, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 056, de 7 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.318666/2018-86, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Viação Motta Ltda, CNPJ nº 55.340.921/0001-95, por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer dos pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Expresso São Luiz Ltda, CNPJ nº 01.543.354/0001-45, Nobre Turismo Ltda, CNPJ nº 02.353.699/0001-07, Lopes e Oliveira Transporte e Turismo Ltda, CNPJ nº 05.423.506/0001-60, por perda do objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 307, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 24, inciso V, 26, incisos II e III, 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 05 de julho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 048, de 26 de fevereiro de 2019, e no que consta do Processo n.º 50500.021041/2019-95, delibera:

Art. 1º Aprovar o recadastramento das autorizadas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º Ficam mantidas as condições impostas quando da outorga do Termo de Autorização.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AGENCIA DE VIAGENS AGUIAR LTDA. - ME	53.9250	06.890.173/0001-09
AUTO VIACAO VENANCIO AIRES LTDA.	43.1904	98.593.668/0001-94
BARROS TUR TRASNPORTES E TURISMO	41.9023	10.618.351/0001-14
CENTROESTE TRANSPORTES LTDA. - ME	32.7265	10.543.319/0001-17
DEMOLINER TURISMO LTDA.	43.2915	00.380.239/0001-34
DMINAS TUR TRANSPORTES LTDA.	31.6812	11.806.943/0001-22
EMPRESA VIACAO SAO JOSE LTDA.	25.2738	09.354.457/0001-79
FDA LOCADORA & TURISMO EIRELI - ME	53.9367	15.181.923/0001-64
GUITUR TRANSPORTES LTDA. - ME	41.9155	08.629.245/0001-94
J & Z TRANSPORTE TURISMO LTDA. - ME	41.9316	23.491.840/0001-08
J. KUKERT BETT & CIA LTDA.	41.7308	13.533.056/0001-53
JK TRANSPORTES E TURISMO UNAI LTDA. - ME	31.9236	18.959.547/0001-84
L.C. CAMARA TURISMO LTDA. - EPP	11.8243	02.862.987/0001-89
LOFTUR TURISMO LTDA. -ME	31.9339	04.618.649/0001-21
MAEL TUR PASSEIOS E FRETAMENTO LTDA. - ME	42.8032	02.200.497/0001-17
PEIXOTO TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA. - ME	33.8338	15.130.681/0001-80
PLANALTO TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA.	53.8091	03.590.924/0001-83
RAISSA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E TURISMO LTDA. - ME	53.6750	10.377.548/0001-09
TRANSBURICA EMPRESA E TRANSPORTES LTDA.	43.3716	01.393.338/0001-13
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS ALVES E ALMEIDA LTDA.	31.9269	10.873.771/0001-47
TRANSPORTES MILAGRE LTDA.-ME	41.8058	08.715.406/0001-62
VACARIA TRANSPORTE E TURISMO LTDA.	50.2170	03.356.807/0001-50
VIACAO FLECHA LTDA.	31.6441	07.165.751/0001-07
VIACAO JABOTICABALENSE EIRELI	35.9287	07.934.775/0001-83
VIACAO SANT'ANA LTDA.	28.6990	02.338.247/0001-48
VIAGENS E TURISMO ARABUTA LTDA. - ME	42.5407	07.714.971/0001-42
VIEIRA SANTOS TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA. - ME	31.9211	21.006.794/0001-70
VOA BRASIL VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME	11.9282	07.671.791/0001-20
ZANITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA.- ME	43.9382	11.719.181/0001-27

DELIBERAÇÃO Nº 308, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 097, de 8 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.503347/2017-01, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena alternativa de multa à empresa Abreu & Eberhardt Transportes Ltda. - Me., CNPJ nº 16.594.980/0001-38, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 309, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 093, de 6 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.355218/2018-63, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da empresa Consórcio Federal de Transportes, CNPJ nº 23.562.535/0001-51, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Rápido Federal Viação Ltda., CNPJ nº 25.634.569/0001-30, Empresa Gontijo de Transportes Ltda., CNPJ nº 16.624.611/0001-40 e Lopestur - Lopes Turismo e Transportes Ltda., CNPJ nº 89.484.372/0001-44, em razão da perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 310, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 094, de 6 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.359786/2018-33, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da empresa Expresso Guanabara S.A., CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 311, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 095, de 7 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.354327/2018-63, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da Lopes e Oliveira Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 05.423.509/0001-60, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Expresso São Luiz Ltda., CNPJ nº 01.543.354/0001-45, Expresso Itamarati S.A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41 e Empresa Gontijo de Transportes Ltda., CNPJ nº 16.624.611/0001-40, em razão da perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 312, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 098, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.363123/2018-13, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da Viação Esmeralda Transportes Ltda., CNPJ nº 04.229.706/0001-80, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnações apresentados pela Nordeste Transportes Ltda., CNPJ nº 76.299.270/0001-07, Auto Viação Catarinense Ltda., CNPJ 82.647.884/0001-35, e Viação Cometa S/A., CNPJ nº 61.084.018/0001-03, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 313, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 099, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.356103/2018-96, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização da Lopes & Oliveira Transportes e Turismo Ltda., CNPJ nº 05.423.509/0001-60, para operar os mercados solicitados, por inobservância ao disposto no artigo 4º da Resolução ANTT nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnações apresentados pela Unesul de Transportes Ltda., CNPJ nº 92.667.948/0001-13, Viação Ouro e Prata S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, Expresso Itamarati S/A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41, e Auto Viação Catarinense Ltda., CNPJ

nº 82.647.884/0001-35, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 314, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 088, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.187269/2014-32, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Litoral Sul S/A, para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedente os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 163,35 (cento e sessenta e três inteiros e trinta e cinco centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URTs, por violação ao inciso XXIII do art. 6º da Resolução nº 4.071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa em conformidade com o Contrato de Concessão nº 003/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no §3 do art. 85 da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 003/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 315, DE 19 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 094, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50510.016196/2015-67, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Fernão Dias S/A, para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 272,25 (duzentos e setenta e dois inteiros e vinte e cinco centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URTs, por violação ao art. 7, inciso I da Resolução nº 4071, de 3 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 002/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083/16, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 002/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 316, DE 19 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 096, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50515.009448/2015-51, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Régis Bittencourt S/A, para conceder efeito suspensivo desde sua interposição, e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa de 544,50 (quinhentos e quarenta e quatro inteiros e cinquenta centésimos) Unidades de Referência de Tarifa - URTs, por violação ao art. 9, inciso I, da Resolução nº 4071, de 03 de abril de 2013.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083/16, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 001/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 317, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 095, de 11 de março de 2019, no que consta do Processo nº 50501.325792/2018-97;

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico aprovado pela Deliberação nº 63, de 27 de março de 2014; e

CONSIDERANDO o processo participativo e transparente de construção da agenda, que envolveu a Tomada de Subsídio nº 012/2018, Consulta Interna, a Reunião Participativa nº 008/2018 e Consulta às Unidades Organizacionais, delibera:

Art. 1º Aprovar a Agenda Regulatória para o biênio 2019/2020, composta pelos seguintes portfólios:

I - Eixo Temático 1: Temas Gerais;

II - Eixo Temático 2: Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal;

III - Eixo Temático 3: Serviços de Transporte de Passageiros;

IV - Eixo Temático 4: Transporte Ferroviário de Cargas; e

V - Eixo Temático 5: Transporte Rodoviário de Cargas.

Art. 2º O desenvolvimento dos Projetos do Eixo Temático 1 é de responsabilidade da Superintendência de Governança Regulatória - SUREG e o portfólio é composto pelos seguintes temas:

I - Atualização e simplificação dos normativos que tratam sobre análise de transferência de concessão e/ou controle em concessionárias de ferrovias e de rodovias (Resoluções nºs 2.309, de 26 de setembro de 2007 e 2.310, de 26 de setembro de 2007);

II - Comissões Tripartites;

III - Mecanismos alternativos para resolução de controvérsias;

IV - Política de redução do Fardo Regulatório;

V - Regulamentação do processo de aplicação da penalidade de caducidade no âmbito da ANTT; e

VI - Revisão da metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

Art. 3º O desenvolvimento dos projetos do Eixo Temático 2 é de responsabilidade da Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF e o portfólio é composto pelos seguintes temas:

I - Adequação das normas referentes a especificações e preços dos Sistemas ITS;

II - Adequação dos procedimentos de execução de obras e serviços (Resolução nº 1.187, de 9 de novembro de 2005);

III - Aperfeiçoamento da aplicação e dosimetria de penalidades;

IV - Aprimoramento das regras para captação de receitas extraordinárias;

V - Arrecadação semiautomática de pedágio nas rodovias federais concedidas;

VI - Definição de metodologia e procedimentos para avaliação de inclusão, exclusão e postergação de novos investimentos;

VII - Definição dos preceitos de revisão tarifária nos contratos da 3ª etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais;

VIII - Metodologia de cálculo do Fator X;

IX - Procedimentos e metodologia de cálculo da indenização de investimentos em bens reversíveis não amortizados;

X - Procedimentos para a adoção de processos competitivos para a inclusão de novos investimentos; e

XI - Regulamento de fiscalização da infraestrutura rodoviária.

Art. 4º O desenvolvimento dos projetos do Eixo Temático 3 é de responsabilidade da Superintendência de Serviços de Transporte de passageiros - SUPAS e o portfólio é composto pelos seguintes temas:

I - Reavaliação das regras de alteração e modificação operacional para o serviço semiurbano;

II - Revisão do Marco Regulatório do Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros; e

III - Revisão da regulamentação que trata das medidas administrativas e penalidades aplicáveis pela ANTT ao TRIIP.

Art. 5º O desenvolvimento dos projetos do Eixo Temático 4 é de responsabilidade da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER e o portfólio é composto pelos seguintes temas:

I - Adequação dos procedimentos para registro de acidentes ferroviários (Resolução ANTT nº 1.431, de 26 de abril de 2006);

II - Metodologia e procedimentos de revisão tarifária;

III - Regulamento de faixa de domínio;

IV - Regulamento de reversibilidade de bens;

V - Regulamento dos serviços públicos associados ao transporte ferroviário de cargas;

VI - Revisão das Resoluções ANTT nº 3.695, de 14 de julho de 2011 (Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo) e nº 4.348, de 5 de junho de 2014 (Regulamento do Operador Ferroviário Independente); e

VII - Revisão da Resolução ANTT nº 4.624, de 12 de novembro de 2015 - Contratação e manutenção de seguros pelas concessionárias ferroviárias.

Art. 6º O desenvolvimento dos projetos do Eixo Temático 5 é de responsabilidade da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas - SUROC e o portfólio é composto pelos seguintes temas:

I - Revisão da Regulação do Pagamento Eletrônico de Frete - Resolução ANTT nº 3.658, de 19 de abril de 2011;

II - Revisão da Regulação da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas;

III - Revisão da Regulação do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - Resolução ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015;

IV - Revisão da Regulação do Vale-Pedágio - Resolução ANTT nº 2.885, de 9 de setembro de 2008; e

V - Revisão do Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos - Resolução

nº 3.665, de 4 de maio de 2011.

Art. 7º Determinar que a Agenda Regulatória para o biênio 2019/2020 seja disponibilizada para conhecimento dos interessados no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 8º Imputar à SUREG a coordenação da revisão ordinária anual e das revisões extraordinárias, e o acompanhamento da implementação da Agenda Regulatória em articulação com as demais unidades organizacionais da ANTT.

Art. 9º Ficam revogados as Resolução nº 3.688, de 15 de junho de 2011; nº 3.813, de 9 de maio de 2012; nº 4.057, de 25 de março de 2013; nº 4.303, de 3 de abril de 2014; nº 4.390, de 29 de agosto de 2014; nº 4.914, de 12 de novembro de 2015; nº 4.952, de 2 de dezembro de 2015; nº 5.039, de 3 de março de 2016; nº 5.136, de 14 de julho de 2016; nº 5.290, de 15 de fevereiro de 2017; nº 5.358, de 8 de junho de 2017; e nº 5.759, de 28 de fevereiro de 2018; bem como a Deliberação nº 798, de 2 de outubro de 2018.

Art. 10 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 318, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 092, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.380533/2016-77, delibera:

Art. 1º Indeferir a solicitação de Licença Operacional - LOP da Solimões Transportes de Passageiros e Cargas Eireli referente aos mercados disponibilizados na 1ª Etapa, conforme Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional nº 117 da empresa Solimões Transportes de Passageiros e Cargas Eireli para excluir o mercado Presidente Médici/RO - Campo Grande/MS implantado como seção nas linhas de prefixos nºs 09-0270-00, 09-0269-00, 09-0264-00 e 09-0263-00, mediante as Deliberações nº 447, de 6 de dezembro de 2017, 482, de 13 de dezembro de 2017, 453, de 13 de dezembro de 2017 e 496, de 21 de dezembro de 2017, respectivamente.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 319, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 093, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50500.342493/2015-84, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 90 da Empresa Princesa do Norte S/A para:

I. Incluir os mercados de: Ribeirão Claro/PR para: Chavantes/SP, Ourinhos/SP e Canitar /SP operados no serviço 09-0574-20; e

II. Excluir os mercados de: Santo Antônio da Platina /PR e Jacarezinho/PR para: Ourinhos /SP.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 320, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 089, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.356540/2018-18, delibera;

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela Empresa M. A. de Carvalho Transporte e Turismo Eireli epp, CNPJ nº 03.621.121/0001-49, por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Lopestur- Lopes Turismo e Transportes Ltda., CNPJ 89.484.372/0001-44, Expresso Satélite Norte Ltda., CNPJ 01.031.060/0001-34, e Viação Ouro e Prata S/A., CNPJ 92.954.106/0001-42, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 321, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 087, de 11 de março de 2019, e no que consta dos Processos nºs 50501.356537/2018-96 e 50500.422032/2016-75, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Viação Transaraxá Ltda., CNPJ nº 10.423.773/0001-34, nos termos da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnações apresentados pela Expresso Satélite Norte Ltda., Expresso São Luiz Ltda., e Viação Ouro e Prata S/A., por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 322, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 090, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.353225/2018-21, delibera;

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela Empresa Viação Esmeralda Transportes ltda, CNPJ nº 04.229.706/0001-80, por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnação apresentados pelas empresas Matriz Transportes Ltda., CNPJ nº 41.379.983/0001-04, Expresso São Luiz Ltda., CNPJ nº 01.543.354/0001-45, Reunidas Turismo S/A., CNPJ nº 04.176.082/0001-80, Consórcio Guanabara de Transportes, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, Expresso Satélite Norte Ltda., CNPJ nº 01.031.060/0001-34, Expresso Itamarati S/A., CNPJ nº 59.965.038/0001-41, Viação Ouro e Prata S/A., CPNJ nº92.954.106/0001-42, Lopestur - Lopes Turismo e Transportes Ltda., CNPJ nº 89.484.372/0001-44, Viação São Luiz Ltda., CNPJ nº 01.016.179/0001-38, e Empresa Gontijo de Transportes Ltda., CNPJ nº 16.624.611/0001-40, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 323, DE 19 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 091, de 11 de março de 2019, e no que consta do Processo nº 50501.355252/2018-38, delibera:

Art. 1º Indeferir o pedido de autorização para operar os mercados pleiteados pela empresa Consorcio Federal de Transportes, CNPJ nº 23.562.535/0001-51, por inobservância ao disposto no art. 4º da Resolução nº 5.629, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 2º Não conhecer os pedidos de impugnações apresentados pelas empresas Real Maia Turismo e Cargas Ltda., CNPJ nº 01.945.637/0001-13, Expresso São Luiz Ltda., CNPJ nº 01.543.354/0001-45, Lopestur - Lopes Turismo e Transportes Ltda., CNPJ nº 89.484.372/0001-44, Viação São Luiz Ltda., CNPJ nº 01.016.179/0001-38, e Kandango Transporte e Turismo Ltda., CNPJ nº 03.233.439/0001-52, por perda de objeto.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 40, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018 e, no que consta no Processo nº 50500.007417/2019-59, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessionária MRS Logística S.A a transformar 6 (seis) vagões arrendados da série FHS, inscritos pelos NBP's 619823, 619913, 619763, 619905, 619990 e 619735, em vagões da série PES.

Parágrafo Único. A Concessionária deverá comunicar à ANTT o término dos serviços de transformação para que se proceda a devida atualização do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 41, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a implantação de pátio de cruzamento, do km 76+664,993 m ao km 79+407,985 m, na linha Araraquara - Ponte, no município de Taquaritinga/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 5.818/2018, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e alterações, e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.012946/2019-74, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de pátio de cruzamento, do km 76+664,993 m ao km 79+407,985 m, na linha Araraquara - Ponte, no município de Taquaritinga/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

Parágrafo único. Esta autorização não dispensa a Concessionária do dever de requerer declaração de Utilidade Pública - DUP referente ao projeto nos termos da Resolução ANTT nº 5819/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 42, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a duplicação parcial, na linha Araraquara - Ponte, entre os pátios de Matão (ZMA) e Bueno de Andrade (ZDZ), do km 25+332,154 m ao km 28+278,229 m, no município de Matão/SP, e do km 40+299,405 m ao km 41+944,447 m, no município de Araraquara/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 5.818/2018, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e alterações, e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.013211/2019-68, resolve:

Art. 1º Autorizar a duplicação parcial, na linha Araraquara - Ponte, entre os pátios de Matão (ZMA) e Bueno de Andrade (ZDZ), do km 25+332,154 m ao km 28+278,229 m, no município de Matão/SP, e do km 40+299,405 m ao km 41+944,447 m, no município de Araraquara/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

Parágrafo único Esta autorização não dispensa a Concessionária do dever de requerer declaração de Utilidade Pública - DUP referente ao projeto nos termos da Resolução ANTT nº 5819/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 43, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a implantação de pátio de cruzamento, do km 386+911,140 m ao km 389+662,437 m, na linha Araraquara - Ponte, nos municípios de Urânia/SP e Santa Salete/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 5.818/2018, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e alterações, e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.013225/2019-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de pátio de cruzamento, do km 386+911,140 m ao km 389+662,437 m, na linha Araraquara - Ponte, nos municípios de Urânia/SP e Santa Salete/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 44, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a implantação de pátio de cruzamento, do km 275+330 m ao km 278+020 m, na linha Araraquara - Ponte, no município de Cosmorama/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 5.818/2018, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e alterações, e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.013223/2019-92, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de pátio de cruzamento, do km 275+330 m ao km 278+020 m, na linha Araraquara - Ponte, no município de Cosmorama/SP, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Paulista S.A. - RMP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 45, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a implantação do pátio de cruzamento TAP-TQI, do km 041+445 m ao km 044+134 m, no município de Aparecida do Taboado/MS, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Norte S.A. - RMN

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução ANTT nº 5.818/2018, com a Resolução ANTT nº 2.695/2008 e alterações, e com o que consta dos autos do Processo ANTT nº 50500.019694/2019-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação do pátio de cruzamento TAP-TQI, do km 041+445 m ao km 044+134 m, no município de Aparecida do Taboado/MS, na malha ferroviária concedida à empresa Rumo Malha Norte S.A. - RMN.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

ATO Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SR/DNIT/ES, no uso das atribuições que lhe conferem, subdelegadas pelo Diretor-Geral do DNIT conforme o Regimento Interno - art. 140, inciso XXV, em estrito atendimento à Instrução de Serviço/DG nº 17, de 31 de outubro de 2016, e ao Art. 1º, inciso V, da Portaria DG/DNIT nº 1.477, de 01/03/2019, resolve:

Ratificar a Declaração da Situação de Emergência na Ponte sobre o Rio Veado ("Ponte do Aézio"), localizada no km 109 da rodovia BR-482, em Guaçuí/ES, Processo Administrativo SEI nº 50617.000313/2019-14, realizada pelo Coordenador de Engenharia, HUMBERTO FERNANDES MOÇA VASCONCELLOS.

ROMEU SCHEIBE NETO

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 4, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da Empresa, resolve:

I- Homologar a Concorrência Pública CDP nº 15/2018, realizada no dia 26/03/2019 (Processo Licitatório nº 1582/2018), tendo como objeto a contratação de empresa especializada para executar serviços de pavimentação das vias internas do Porto de Vila do Conde, com pavimento rígido e flexível, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

II - Adjudicar, em consequência, vencedora da referida Licitação à empresa ENGETRA TECNOLOGIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ Nº. 04.521.575/0001-00, pelo valor global de R$ 5.703.513,05 (cinco milhões, setecentos e três mil, quinhentos e treze reais e cinco centavos);

III- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

EDUARDO HENRIQUE PINTO BEZERRA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 261, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.035656/2017-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LÁSZLÓ BONDICS, de nacionalidade húngara, filho de Koczi Ilona, nascido em Budapeste, na Hungria, em 15 de julho de 1966, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

SERGIO MORO

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

PORTARIA Nº 9, DE 24 DE JANEIRO DE 2019

Torna público as instituições certificadas no 2º Ciclo de Concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - RESGATA, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I , do art. 62 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 5, de 4 de janeiro de 2018, e

Considerando que a Lei de Execução Penal define o trabalho do condenado como um dever social e de promoção da dignidade humana e, por essa razão, deve ter caráter educativo e produtivo;

Considerando que as empresas e demais organizações, públicas ou privadas, ao empregarem a mão de obra do preso e do egresso do sistema prisional, ajudam a mudar paradigmas, superar preconceitos, criar oportunidades e fortalecer a cidadania;

Considerando que a concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - RESGATA tem o objetivo de promover o reconhecimento público e social das empresas e organizações que absorverem a mão de obra de pessoas privadas de liberdade, cumpridores de penas alternativas à prisão e egressos do sistema prisional;

Considerando que o Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - RESGATA servirá de instrumento de divulgação na sociedade e nos meios produtivos, estimulando novas adesões e ampliando os postos de trabalho para os presos e egressos;

Considerando a Portaria Gab-Depen nº 266, de 23 de julho de 2018, que tornou público os procedimentos e critérios para abertura de inscrições do 2º Ciclo de concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Resgata;

Considerando a Portaria Gab-Depen nº 337, de 18 de setembro de 2018, que alterou a Portaria Gab-Depen nº 266 e estabeleceu novos percentuais de contratação de pessoas em privação de liberdade, internados, cumpridores de alternativas penais e egressos do sistema prisional.

Considerando, ainda, as disposições da Lei de Execução Penal, notadamente aquelas referentes ao trabalho dos condenados e internados;

Considerando o constante dos autos do processo nº 08016.010420/2018-74, resolve:

Art. 1º - Art. 1º Tornar público as instituições que obtiveram a concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - RESGATA, neste 2º Ciclo, referente ao ano de 2019.

UF	NOME DA PARTICIPANTE	TIPO DE INSTITUIÇÃO
AL	PRE-MOLDADOS EMPRESARIAL ALAGOAS LTDA	Privada
AL	EMATER	Pública
AL	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO DE ALAGOAS (SEPLAG)	Pública
AL	SECRETARIA DE ESTADO DA RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL (SERIS)	Pública
AL	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS - FAPEAL	Pública
BA	SOCIALIZA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA	Privada
BA	LAVANDERIA ARCO ÍRIS LTDA	Privada
BA	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA.	Privada
DF	CERRADO SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	Privada
ES	TRANSCAMPEÃO TRANSPORTES LTDA-ME	Privada
ES	MONALISA GRANITOS	Privada
ES	POLIPAVI SANEAMENTO PISOS LTDA - EPP	Privada
ES	HOSPITAL SILVIO AVIDOS	Público
ES	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA ES	Público
ES	VALE DO MOXUARA TURISMO RURAL LTDA	Privada
ES	MELHOR ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
ES	MAGNATECH INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA.	Privada
ES	MARTINS E MARTINS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	Privada
ES	ORION INDUSTRIAL E SALVATAGEM LTDA	Privada
ES	REALMAR DISTRIBUIDORA LTDA -M	Privada
ES	MARCA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA	Privada
ES	ALIMENTARES REFEIÇÕES LTDA	Privada
ES	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPIRITO SANTO	Pública
GO	GR GROUP CONFECÇÕES - EIRELI - ME - FOCATTO	Privada
GO	INOVAR ACABAMENTOS DE PEÇAS DO VESTUÁRIO EIRELI- ME	Privada
GO	EMBALO FACÇÃO LTDA - ME	Privada
GO	REAÇÃO CONFECÇÃO LTDA	Privada
GO	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	Privada
MG	FÁBRICA DE BANCOS SÃO JOSÉ OPERÁRIO LTDA	Privada
MG	CASA DOS PLÁSTICOS	Privada
MG	VM SOLUÇÕES ESPORTIVAS EIRELI EPP	Privada
MG	BCR COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A	Privada
MG	MASTER SPORTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	Privada
MG	ADÃO RIBEIRO DE FREITAS FILHO	Privada
MG	MAED CONSTRUÇÕES LTDA ME	Privada
MG	VULCAFLEX SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI	Privada
MG	CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE MONTES CLAROS-MG	Privada
MG	FCK PREMOLDADOS LTDA	Privada
MG	COMÉRCIO DE FRUTAS TERRA LTDA	Privada
MG	GESTORES PRISIONAIS ASSOCIADOS S/A - GPA	Privada
MG	SA GONDOLAS DE AÇO LTDA	Privada
MG	ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CURVELO/MG	Privada
MG	DC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	Privada
MG	UNICEL-UNIÃO INDUSTRIA & COMÉRCIO DE RAÇÃO E CEREAIS LTDA	Privada
MG	CLÉZIO FRANCISCO DE ALMEIDA (EMBALAGENS COZICLER)	Privada
MG	ERIKA DE CASSIA GONÇALVES MENDES BOTTINI (A.E.L BLOCOS)	Privada
MG	CONSTRUART-SERVIÇOS DE ARTEFATOS EM CONSTRUÇÕES LTDA	Privada
MG	UGAMP - INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Privada
MG	UAI HIGIENIZAÇÃO E LOGÍSTICA S/A	Privada
MG	FERNANDO ANTONIO RABELO (SUPERMERCADO FÊNIX)	Privada
MG	COLAMASTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	Privada
MG	MACIEL DOS REIS AGRELOS (CHACRINHA LANCHES)	Privada
MG	CL RESTAURANTE DE EUGENOPOLIS EIRELI	Privada
MG	ALHO CAMPEÃO MINEIRO EIRELI	Privada
MG	CESA WJ COMERCIO LTDA	Privada
MG	BLACK & DECKER DO BRASIL LTDA	Privada
MG	ESTELLA MARIS COSTA ARTHUSO REIS	Privada
MG	HERIO RODRIGUES VASQUES	Privada
MG	ANTÔNIO RODRIGUES VALADARES	Privada
MG	GERALDO PINTO DE ANDRADE	Privada
MG	MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA	Pública
MG	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	Privada
MG	A. C. BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
MG	BISCOITOS KIDELICIA LTDA	Privada
MG	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO - DEMSUR	Pública
MG	SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE	Privada
MG	INTELBRAS S.A. INDUSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO ELETRÔNICA BRASILEIRA	Privada
MG	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	Pública
MG	BEVAL TURISMO EIRELI	Privada
MG	CARAVELAS ORGANIZAÇÕES ALIMENTÍCIAS LTDA	Privada
MG	GAÚCHA ALIMENTAÇÃO EIRELI	Privada
MG	GOMES MACIEL REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA	Privada

MG	NUTRIÇÃO REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA	Privada
MG	ORGANIZAÇÕES NUTRI DE REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA	Privada
MG	ARTE ENGESSO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Privada
MG	ASSOCIAÇÃO PELA SOLIDARIEDADE AO RECUPERANDO - ASSOLAR	Privada
MG	MUNICÍPIO DE ARAGUARÍ	Pública
MG	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS FORMOSAS	Pública
MG	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E SÓCIO-AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SÃO LOURENÇO - CIDESEA	Privada
MG	MUNICÍPIO DE ALFENAS	Pública
MG	MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE	Pública
MG	MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SABARA	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SACRAMENTO	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAI	Pública
MG	MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO	Pública
MG	MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO	Pública
SC	HENCE PORTAS E PAINEIS EIREILI	Privada
MG	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL AGROPECUÁRIA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRATA-MG	Privada
MG	ESTAÇÃO DO TRANSFER LTDA	Privada
MG	R 2 CONFECÇÕES LTDA	Privada
MG	PEÇAS E OFICINA PARA VEÍCULOS - AUTOVEG LTDA	Privada
MG	BRASCOEMP BRASIL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI	Privada
MG	CARLOS RONALDO CASTRO	Privada
MG	COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE CAMPOS GERAIS E CAMPO DO MEIO LTDA	Privada
MG	D.LEON FERRAMENTARIA E INJEÇÃO PLÁSTICA LTDA.	Privada
MG	EDIVA APARECIDA LOUZADA TERRA	Privada
MG	EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS EMOP	Pública
MG	LS LOCAÇÕES, SERVIÇOS E EVENTOS LTDA	Privada
MS	WASH LAVE LAVANDERIA E TINTURARIA	Privada
MS	METALFRIO SOLUTIONS S.A	Privada
MS	VIA MORENA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Privada
MS	MADEIREIRA CALIFÓRNIA LTDA	Privada
MS	BATALINE & GOMES LTDA ME	Privada
MS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA	Pública
MS	DIAS & BATISTA LTDA	Privada
MS	CONSELHO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE MS	Privada
MS	INDUSPAN INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS PANTANAL LTDA	Privada
MS	NEREU ALVES RIOS-ME	Privada
PE	PORTICO ESQUADRIAS LTDA	Privada
PE	ALGOBOM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TEXTEIS LTDA	Privada
PR	ENDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	Privada
PR	JULIO CÉSAR TADAO KOBE ME	Privada
PR	VERDE MAR ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
RJ	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO DE JANEIRO - CEDAE	Pública
RO	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA	Pública
RS	JG GERENCIADOR DE SUCATAS LTDA-ME	Privada
RS	MUNICÍPIO DE PELOTAS	Pública
RS	TRICOURO BOLSAS E ARTEFATOS EM COURO LTDA ME	Privada
RS	PREFEITURA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES	Pública
RS	BONAPEL EMBALAGENS LTDA	Privada
SC	CLARICE ELETRODOMÉSTICOS LTDA	Privada
SC	MONTESINOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL	Privada
SC	IRMÃOS FISCHER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Privada
SC	METALURGICA GASPERIN	Privada
SC	ROTÁRIA DO BRASIL LTDA	Privada
SC	USICAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Privada
SC	STAHELIN FLORES LTDA	Privada
SC	HAVERROTH COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS DA MODA EIRELLI	Privada
SC	LORENZON ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA	Privada
SC	INTELBRAS S.A. INDÚSTRIA DE TELECOMUNICAÇÃO BRASILEIRA	Privada
SC	C-PACK CREATIVE PACKAGING S.A	Privada
SC	OLSEN INDUSTRIA E COMERCIO S.A	Privada
SC	THIESEN CARRETAS NAUTICAS EIRELI ME	Privada
SC	VIDA MAIS COMERCIO DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS LTDA	Privada
SC	REAL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME	Privada
SC	ESPARTA CONFECÇÕES EIRELI LTDA	Privada
SC	CRISTALLOG TRANSPORTES LTDA	Privada
SC	CONSTRUTORA INDUSTRIAL PRE MOLDADOS RODRIGUES LTDA	Privada
SC	BELLA ARTE UTILIDADES PARA O LAR LTDA	Privada
SC	INDUSTRIA TEXTIL PORTO FRANCO LTDA	Privada
SC	CATIVA TEXTIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Privada
SC	PRINTBAG EMBALAGENS LTDA	Privada
SC	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	Privada
SC	SANDIMAS INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	Privada
SC	MALINSKI MADEIRAS LTDA	Privada
SC	DIPLAST LTDA	Privada
SC	DB S.A COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	Privada
SP	PARFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA	Privada
SP	IBERIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA	Privada
SP	WP CONDOMÍNIO QUEBEC SPE LTDA	Privada
SP	VIVO SABOR ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
SP	WP CONDOMÍNIO TOPÁZIO SPE LTDA	Privada
SP	ELCIO RODRIGUES (KAEMY)	Privada
SP	FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTAL"FUNAP	Pública
SP	PAVIPISOS ARTEFATOS DE CONCRETO	Privada
SP	ALGO MAIS LAVANDERIA INDUSTRIAL E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS EIRELI	Privada
SC	RECICLA BRASIL LTDA - EPP	Privada
MG	FILCAR MECANICA DIESEL LTDA	Privada
MG	FOX FREIOS A AR LTDA	Privada
MG	MIRANDA INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS EIRELI	Privada
MG	HOSPITAL REGIONAL DO SUL DE MINAS	Privada
MG	FUNDAÇÃO GERALDO CORREA	Privada
MG	HR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA	Privada
MG	INSTITUIÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERLÂNDIA	Privada
MG	INDUSTRIA DE CALÇADOS RECORD LTDA	Privada
MG	INDUSUL INDUSTRIA DE TRANSFORMADORES LTDA	Privada
MG	LUMABRE ALIMENTOS LTDA	Privada
MG	MADEIREIRA RECANTO DA SERRA LTDA	Privada
MG	MALHARIA RIKAM LTDA	Privada
MG	MINERAÇÃO LOPAS LTDA	Privada
MG	NANSEN SA INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	Privada
ES	NUTRIVIP ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
MG	PRUDENTE REFEIÇÕES LTDA	Privada
MG	RIVULIS PLASTRO IRRIGAÇÃO LTDA	Privada
MG	RONA EDITORA LTDA	Privada
ES	SABOR ORIGINAL ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI	Privada
MG	STILLUS ALIMENTAÇÃO LTDA	Privada
MG	TOTAL ALIMENTAÇÃO S/A	Privada
MG	MAGNETI MARELLI COFAP FABRICADORA DE PECAS LTDA	Privada
MG	MUNICÍPIO DE ABAETE	Pública
MG	MUNICÍPIO DE BAEPENDI	Pública
MG	MUNICÍPIO DE BOM DESPACHO	Pública
ES	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO ESPIRITO SANTO - SEJUS	Pública
MG	SANEGOLD TUBOS E CONEXÕES EIRELI	Privada
SC	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO PRESIDENTE LTDA	Privada
MG	MUNICÍPIO DE ERVÁLIA	Público
MG	MUNICÍPIO DE JEQUITINHONHA	Público
MG	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	Público
MG	MUNICÍPIO DE CAXAMBU	Público
MG	MUNICÍPIO DE IPATINGA	Público
MG	MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ	Público
MG	MUNICÍPIO DE PIRANGUINHO	Público
MG	MUNICÍPIO DE POMPEU	Público
MG	MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI	Público
MG	MUNICÍPIO DE TRÊS PONTAS	Público

Art. 2º O uso da imagem do Selo Resgata é válido por um Ciclo, extinguindo-se o uso após abertura do novo Ciclo de concessão.

Art. 3º Ficam revogados os incisos V e VI do art. 5º da Portaria Gab Depen nº 266, de 23 de julho de 2018.

Art. 3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO BORDIGNON

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.424, DE 1º DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/12369 - DPF/CAC/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRAL PACK EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 07.227.026/0001-16 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.428, DE 1 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/14881 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 04.008.185/0002-12, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4600 (quatro mil e seiscentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.486, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/114518 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 12.637.331/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 468/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.493, DE 11 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/117567 - DPF/CZS/AC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI-EPP, CNPJ nº 07.134.755/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 519/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.540, DE 12 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/115044 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS, CNPJ nº 57.494.031/0010-54 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 421/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.571, DE 13 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/16910 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Conceder autorização à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0006-09, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

756 (setecentas e cinquenta e seis) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.572, DE 13 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/1250 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa TRANS KOTHE TRANSPORTES RODOVIARIOS SA, CNPJ nº 03.052.564/0001-66, para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.585, DE 14 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/116211 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VISAM VIGILANCIA E SEGURANCA DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 63.724.470/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 578/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.595, DE 14 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/17984 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa GESTOR SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 26.204.163/0001-80, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38

20 (vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.600, DE 14 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/629 - DPF/MBA/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 08.609.047/0002-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 573/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.608, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/116408 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CETEC SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.074.638/0002-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 173/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.609, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/1180 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESBA- EMPRESA DE SEGURANCA DA BAHIA LTDA., CNPJ nº 02.240.022/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 376/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.615, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/2107 - DPF/NRI/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOOD SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 18.244.613/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 272/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.619, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/2856 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIARM-SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.451.428/0001-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 263/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.620, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/3256 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0013-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 387/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.629, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/17979 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTURION - CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.968.564/0003-47, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

17400 (dezessete mil e quatrocentas) Espoletas calibre 38

37400 (trinta e sete mil e quatrocentos) Estojos calibre 38

8474 (oito mil e quatrocentos e setenta e quatro) Gramas de pólvora

850 (oitocentas e cinquenta) Espoletas calibre .380

324 (trezentas e vinte e quatro) Buchas calibre 12

32 (trinta e dois) Quilos de chumbo calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.630, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2019/17968 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa DEFESA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA EPP, CNPJ nº 29.324.374/0001-44, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.646, DE 18 DE MARÇO DE 2019

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/109084 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa EMMO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 31.627.531/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 466/2019, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.384, DE 7 DE MARÇO DE 2019

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.019286/2018-66 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VIGIAR - CENTRO DE FORMAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - EPP, CNPJ: 27.102.629/0001-07, localizada no Estado do CEARÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DE 13 DE MARÇO DE 2019

A Secretária Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais e em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 1009158-52.2018.4.01.3400, procedente da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, resolve: ARQUIVAR a Impugnação 46000.005447/2018-11, com fundamento no art. 18, inciso VII da Portaria326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Pedido de Registro Sindical 46218.013709/2017-87, de interesse do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA E XANGRI LA - SPMCCX/RS (CNPJ 28.428.436/0001-03), para representar a categoria profissional dos profissionais do magistério, ativos e inativos na base territorial de Capão da Canoa/RS e Xangri-Lá/RS, com fundamento no art. 25, inciso II da Portaria MTE 326/2013 e na Nota Técnica 06/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, nos termos do art. 30 do normativo supramencionado, resolve: EXCLUIR a categoria supracitada nos municípios de Capão da Canoa/RS e Xangri-Lá/RS, estado do Rio Grande do Sul, da representação da UNSP - SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo de Registro Sindical 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67, bem como, EXCLUIR da representação do Sindicato dos Municipários de Capão da Canoa e Xangri-lá - SIMCC/X, Processo de Registro Sindical 46010.004401/92-01, CNPJ 94.076.262/0001-83, a categoria profissional dos profissionais do magistério, ativos e inativos na base territorial de Capão da Canoa/RS e Xangri-Lá/RS.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo nº 1010921-88.2018.4.01.3400, procedente da 8ª Vara Federal Cível da SJDF de Brasília/DF, na qual determinou-se a apreciação dos autos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ciência da presente decisão, a Secretária Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 20 da Portaria nº 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017), e na Nota Técnica nº 7/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve ENCAMINHAR para MEDIAÇÃO as seguintes entidades: SINTRAMON - Sindicato dos Trabalhadores de Montagem e Manutenção Industrial dos Municípios de Itaboraí e São João da Barra - RJ (impugnado), processo de pedido de alteração estatutária nº 46215.008247/2017-14 (SA04104), CNPJ nº 11.490.017/0001-90, e STCONCIMO-RJ - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, do Mobiliário, de Ladrilho, de Artefatos de Cimento, de Mármore e Granito, de Cerâmica, de Vimes, de Carpintaria, de Estradas, Pontes e Canais de Campos dos Goytacazes, Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro (impugnante), processo de registro de alteração estatutária nº 24000.001219/91-78, CNPJ nº 29.250.446/0001-56.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

DESPACHO DE 21 DE MARÇO DE 2019

A Secretária Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à determinação judicial, proveniente da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, do Tribunal Regional da 4ª Região, encaminhada a esta Pasta por meio do Ofício n° 36/2019, de 11 de março de 2019; tendo em vista ao Acórdão proferido nos autos do processo nº 0000019-39.2011.5.04.0016 - RO e com fundamento na Nota Técnica n.º 23/2019/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: cancelar o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Empregados e Trabalhadores das Indústrias de Fertilizantes, Adubos Corretivos e Defensivos Agrícolas - SINDIFERTIL/RS, inscrito no CNPJ 92.001.627/0001-85 , concedido nos autos do processo n° 46218.013780/2009-50 e Incluir na representação do SINDIQUIMICA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS QUÍMICAS , inscrito no CNPJ 92.966.902/0001-03 , os Municípios de Porto Alegre e Canoas, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul/RS.

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 20 DE MARÇO DE 2019

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 0000780-58.2018.5.10.0016, procedente da 16ª Vara do Trabalho de Brasília, com fundamento na Portaria MTE 326/2013 e na Nota Técnica 4/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR as Impugnações 46000.000064/2019-20 e 46222.000232/2019-72, com fundamento no art. 18, inciso II da aludida Portaria, bem como, a Impugnação 46000.000026/2019-77, com respaldo no inciso III do mesmo artigo e, por conseguinte, DEFERIR o Pedido de Registro Sindical de interesse do SINTIBREF-PA - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 27.171.408/0001-82, para representar a categoria profissional dos empregados em instituições beneficentes, religiosas e filantrópicas, com abrangência estadual e base territorial no estado do Pará, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria supracitada.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 0000309-92.2016.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília, com fundamento na Portaria nº. 326/2013 e na Nota Técnica 8/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR o processo n.º 46213.005144/2014-61 (SC15983), de interesse do SINDIPETROQUÍMICA IPOJUCA-PE - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS DE IPOJUCA-PE, CNPJ: 19.712.044/0001-72, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

RENATO DE OLIVEIRA CAPANEMA

DESPACHOS DE 21 DE MARÇO DE 2019

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça Substituto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, com fundamento no Parecer 423/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, na Decisão Judicial prolatada nos autos da Ação 01120.2006.008.14.00.6 procedente da 8ª Vara do Trabalho de Vitória, na Portaria MTE 326/2013 e nas Notas Técnicas 809/2018/CGRS/SRT/MTb e 09/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR a Impugnação: 46000.006595/2018-45, interposta pelo SINDIPEDREIRAS/ES - CNPJ: 01.427.924/0001-31, com respaldo no art. 18, inciso II da Portaria supracitada, bem como, remeter para o procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: 1) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Obras na Construção Pesada do Estado do Espírito Santo - SINTRACONST PESADA, CNPJ: 19.756.095/0001-04, Processo: 46207.002803/2014-97 (impugnado); 2) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Terraplenagem, Estradas, Pontes e Construção de Montagens de Linhares, Rio Bananal, Jaguaré, Colatina e São Gabriel da Palha/ES - SINTRACON, CNPJ: 36.022.382/0001-00, Processo: 46000.002425/2004-96, Impugnação: 46000.006649/2018-72; 3) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO NORTE DO ESTADO - SINTINORTE/ES, CNPJ: 27.466.507/0001-91, Processo: 46000.001943/2005-73, Impugnação: 46000.006650/2018-05; 4) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Montagem, Estrada, Ponte, Pavimentação e Terraplenagem - SINTRACONST/ES, CNPJ: 28.164.291/0001-72, Processo: 46000.003848/95-53, Impugnação: 46000.006651/2018-41; 5) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento e Construção Civil, Terraplenagem e Pavimentação no Sul do Estado do Espírito Santo - SINTRACGNST CACHOEIRO, CNPJ: 27.368.273/0001-40, Processo: 47107.000002/2007-59, Impugnação: 46000.006652/2018-96; nos termos do art. 20 do referido normativo.

Tendo em vista a decisão proferida no processo judicial nº 0001250-06.2015.5.10.0013 em trâmite na 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF - Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, e com fundamento no art. 33, I, da Portaria 326/2013 e na Nota Técnica n.º 12/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, o Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, resolve suspender o registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belmonte - SC, CNPJ: 74.188.681/0001-0, Processo n° 46220.003928/2010-32, até que seja incluído em seu estatuto social a limitação da área de exploração inferior a 2 (dois) módulos rurais.

O Diretor Substituto do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, dando continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n° 0001652-19.2017.5.10.0013, conduzido na 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, na qual fora determinada a análise do referido Processo de Pedido de Registro Sindical no prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento na Portaria nº 326/2013 e na Nota Técnica n.º 16/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR a Impugnação n.º46033.001167/2018-69: interposta pelo Sindicato Unificado dos Servidores Públicos Municipais da Região do Brejo-SINDSERVM-PB, CNPJ 08.583.080/0001-67, Processo n° 46000.004480/95-13, com respaldo no art.18, inciso II, da Portaria 326/2013, DEFERIR o Registro Sindical (RES) ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araruna - SINSERMA, Processo nº 46224.002692/2017-53 (SC19188), CNPJ nº 24.928.794/0001-16, para representar a Categoria Profissional dos Servidores públicos municipais, ativos e inativos da Prefeitura, Câmara e autarquias públicas municipais, no Município de Arararuna, no Estado da Paraíba, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria nº 326/2013. E para fins de Anotação (Dissociação) no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria nº 326/2013, resolve: a) EXCLUIR da Representação do Sindicato Unificado dos Servidores Públicos Municipais da Região do Brejo-SINDSERVM-PB, CNPJ 08.583.080/0001-67, Processo n° 46000.004480/95-13, a Categoria Profissional Supracitada, no Município de Araruna, no Estado da Bahia; b) EXCLUIR da Representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo de Registro Sindical nº 46219.007289/2009-80, CNPJ nº 33.721.911/0001-67, a Categoria Profissional Supracitada, no Município de Araruna, no Estado da Bahia c) EXCLUIR da Representação do SITESP-PB - SINDICATO DOS TRAB. EM SERV. PÚBL. DO EST. DA PARAIBA, Processo de Registro Sindical nº 46010.002237/93-61, CNPJ nº 24.488.678/0001-23, a Categoria Profissional Supracitada, no Município de Araruna, no Estado da Bahia. Ressalta-se que as entidades anotadas acima mencionadas deverão dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação no Diário Oficial da União (DOU), encaminhar novo estatuto social registrado no cartório da comarca da sede do sindicato, com a nova representação exatamente nos mesmos termos contidos no Sistema CNES, sob pena de suspensão do registro sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria nº 326/2013. Os estatutos das entidades anotadas deverão ser encaminhados ao Setor de Protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Protocolo-Geral, CEP: 70.064-900, Brasília/DF, tendo como referência os seus respectivos processos.

O Diretor Substituto do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, dando continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo nº 0000718-41.2015.5.10.0010, procedente da 10ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, na qual fora determinado o prosseguimento imediato da análise do Processo de Pedido de Registro Sindical no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com fundamento na respectiva Portaria e na Nota Técnica nº 17/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: a) MANTER o ARQUIVAMENTO do Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46204.002235/2014-54 (SC15980), com fundamento no art. 27, inciso VI, da Portaria nº 326/2013; b) E com fundamento no princípio da publicidade e no art. 53 da Lei nº 9.784/99, REPUBLICAR o pedido de registro do SINDTUH/BA - Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Oeste da Bahia, processo de pedido de registro sindical nº 46204.000255/2017-33 (SC18748), CNPJ nº 19.559.007/0001-76, para que os interessados apresentem impugnação, nos termos do art. 17 da Portaria nº 326/2013, ressalvando que, as entidades que apresentaram impugnação anteriormente, deverão ratificá-las.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000140-82.2018.5.10.0007, proveniente da 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com respaldo na seguinte Nota Técnica n.º 19/2019/DIAI/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve ARQUIVAR o processo do de pedido de registro sindical nº 46268.000190/2016-09, SC17844, de interesse do Sindicato dos Professores, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos, Supervisores de Ensino, Inspetores de Aluno, Secretários de Escola, Serventes e Agentes Administrativos da rede municipal de ensino de São José do Rio Preto, CNPJ: 23.775.642/0001-68.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em cumprimento à Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001265-40.2018.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília- DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do processo em comento, e com fundamento na Nota Técnica n.º 16/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46204.013257/2017-92, de interesse do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado da Bahia - AEPEB/SINDICATO, CNPJ 28.878.589/0001-44, para a representação da Categoria Profissional dos Escrivães de Polícia do Estado da Bahia nos termos da Lei Estadual da Bahia nº 11.370 de 04 de fevereiro 2009, com abrangência Estadual, e base territorial no Estado da Bahia/BA, abrindo-se o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e Portaria 326/2013.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001685-97.2017.5.10.0016, proveniente da Primeira Turma, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Nota Técnica n.º 21/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46204.005027/2017-50, de interesse do SINDBARES - Sindicato dos Empregados em Bares, Restaurantes e Similares de Salvador e Região Metropolitana, CNPJ 27.358.200/0001-77, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000869-26.2018.5.10.0002, procedente da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do processo em comento, e com fundamento na Nota Técnica n.º 26/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46207.001250/2017-06, de interesse do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado do Espirito Santo, CNPJ 26.854.761/0001-02, para a representação da Categoria Profissional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Espírito Santo/ES; abrindo-se o prazo de 30 (trinta) dias, para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e Portaria 326/2013.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial n.º 0000205-86.2018.5.10.0004, procedente da 4ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região,com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES n.º 19/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDACS/ACE - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias da Serra Geral da Bahia, CNPJ 09.178.378/0001-54, Processo 46204.000866/2017-81, para representar a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Anagé, Aracatu, Barra Da Estiva, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Caraíbas, Carinhanha, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Érico Cardoso, Guajeru, Guanambi, Ibiassucê, Ibicoara, Igaporã, Ituaçu, Iuiú, Jacaraci, Jussiape, Lagoa Real, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Maetinga, Malhada, Malhada De Pedras, Matina, Mortugaba, Palmas De Monte Alto, Paramirim, Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Riacho De Santana, Rio De Contas, Rio Do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Tremedal e Urandi, Estado da Bahia, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do Sindicato de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias da Bahia - SINDACS/BA, CNPJ 06.953.941/0001-26, Processo 46000.005999/2003-35; excluindo os Municípios de Anagé, Aracatu, Barra Da Estiva, Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Caraíbas, Carinhanha, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Érico Cardoso, Guajeru, Guanambi, Ibiassucê, Ibicoara, Igaporã, Ituaçu, Iuiú, Jacaraci, Jussiape, Lagoa Real, Licínio De Almeida, Livramento De Nossa Senhora, Maetinga, Malhada, Malhada De Pedras, Matina, Mortugaba, Palmas De Monte Alto, Paramirim, Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Riacho De Santana, Rio De Contas, Rio Do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Tremedal e Urandi, no Estado da Bahia. Ressalta-se que a entidade anotada acima mencionada deverá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação no Diário Oficial da União (DOU), encaminhar novo estatuto social registrado no cartório da comarca da sede do sindicato, com a nova representação exatamente nos mesmos termos contidos no Sistema CNES, sob pena de suspensão do registro sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria nº 326/2013.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, dando continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.° 5000988-55.2018.04.7113, procedente da 1ª Vara Federal de Bento Gonçalves, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE N.º 29/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Guaporé e Região, CNPJ 92.895.028/0001-52; Processo 46218.017744/2016-94, para representar a Categoria Profissional dos Empregados em Bancos, Casas Bancárias, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Casca, Dois Lajeados, Encantado, Guaporé, Marau, Montauri, Muçum, Nova Bréscia, Relvado, Roca Sales, Santo Antônio Do Palma, São Domingos Do Sul, São Valentim Do Sul, Serafina Corrêa, União Da Serra, Vanini, Vespasiano Corrêa e Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul/RS, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, dando continuidade ao cumprimento da decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000964-93.2018.5.10.0022, oriundo da 22ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica n.º 36/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, resolve DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Piauí - SINDOJUS/PI, CNPJ 63.325.880/0001-96, Processo 46214.002269/2016-91, para representar a Categoria Profissional dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Piauí, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Piauí/PI, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a exclusão da Categoria Profissional dos Oficiais de Justiça Avaliadores, no Estado do Piauí/PI, da representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; B) SINDSJUS/PI - Sindicato dos Servidores do Poder judiciário do Estado do Piauí, CNPJ 07.083.306/0001-06, Processo 46000.001936/2006-52; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013. Ressalta-se que as entidades anotadas acima mencionadas deverão dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação no Diário Oficial da União (DOU), encaminhar novo estatuto social registrado no cartório da comarca da sede do sindicato, com a nova representação exatamente nos mesmos termos contidos no Sistema CNES, sob pena de suspensão do registro sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria nº 326/2013. A documentação deverá ser encaminhada ao Setor de Protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Protocolo-Geral - CEP: 70.064-900 - Brasília -DF, com referência aos respectivos processos de cada entidade.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça - Substituto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo 1021580-59.2018.4.01.3400, procedente da 5ª Vara Federal Cível da SJDF, resolve: DEFERIR o Pedido de Registro Sindical 46204.000288/2018-64, de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mata de São João/BA - SINDMASJ (CNPJ 28.676.296/0001-84), para representar a categoria profissional dos servidores públicos municipais na base territorial de Mata de São João/BA, com fundamento na Portaria MTE 326/2013 e na Nota Técnica n.º 30/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, nos termos do art. 30 do normativo supramencionado, resolve: EXCLUIR a categoria supracitada no município de Mata de São João, estado da Bahia, da representação da UNSP - SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, Processo de Registro Sindical 24000.004348/89-11, CNPJ 33.721.911/0001-67. Ressalta-se que o UNSP - SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar desta publicação no Diário Oficial da União (DOU), novo estatuto social registrado no cartório da comarca da sede do sindicato, com a nova representação exatamente nos mesmos termos contidos no Sistema CNES, sob pena de suspensão do seu registro sindical, conforme disposto no art. 33 da Portaria nº 326/2013. A documentação deverá ser encaminhada ao Setor de Protocolo do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, Protocolo-Geral - CEP: 70.064-900 - Brasília -DF, com referência ao processo de registro sindical da entidade.

O Diretor do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, inciso IX, do Decreto nº. 9.662, de 1º de janeiro de 2019, em cumprimento à Decisão Judicial n.º 0172800-58.2009.5.10.0020, proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou o prosseguimento do processo administrativo n° 46210.000175/2009-99, no prazo de 60 (sessenta) dias, em consonância com a Nota Técnica n.º 23/2019/DARS/CTRS/CGRS-DPJUS/DPJUS/SNJ/MJ, determina a adoção das seguintes medidas: ANULAR o ato de arquivamento publicado no DOU, Seção 1, pág. 68, N° 134, em 16/07/2009, consubstanciado na NOTA TÉCNICA N° 333 /2009/DICNES/CGRS/SRT, referente ao processo administrativo n° 46210.000175/2009-99; e PUBLICAR o pedido de registro sindical (PPR) n° 46210.000175/2009-99 (SC04254), de interesse do SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE MATO GROSSO-SINDICRED/MT, CNPJ: 10.451.389/0001-45, para representar a categoria dos trabalhadores das cooperativas de crédito singulares, centrais e federações. Todos os empregados e trabalhadores em cooperativas de crédito que estejam constituídas no Estado do Mato Grosso, independentemente da denominação ou do sistema que façam parte - UNICRED, SICREDI, SICOOB, CRESOl e/ou outros que venham a ser futuramente constituídos, com abrangência estadual no estado do Mato Grosso; abrindo-se o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

RENATO DE OLIVEIRA CAPANEMA

COORDENAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 37, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O Coordenador de Classificação Indicativa - Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: BLOOD & TRUTH (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: PlayStation 4/PSVR
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000108/2019-43
Requerente: SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT

Título: ARCADE CLASSICS ANNIVERSARY COLLECTION
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC.
Distribuidor(es): VALVE/SONY/MICROSOFT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Computador
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000236/2019-97
Requerente: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC. - BENJAMIN KINNEY

Título: CASTLEVANIA ANNIVERSARY COLLECTION (Japão)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC.
Distribuidor(es): SONY/PLAYSTATION NETWORK/MICROSOFT/XBOX LIVE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000243/2019-99
Requerente: BENJAMIN KINNEY

Título: F1 2019 (Reino Unido - 2019)
Produtor(es): KOCH MEDIA GMBH
Distribuidor(es): XBLA / PSN / ECOGAMES
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000284/2019-85
Requerente: KOCH MEDIA GMBH

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 391, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo Administrativo nº 08700.007351/2015-51 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.007353/2015-40. Representante: CADE ex officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., EBE - Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construções S.A., UTC Engenharia S.A., Adolfo de Aguiar Braid, Antônio Carlos D'Agosto Miranda, Carlos Maurício de Paula Barros, Dalton dos Santos Avancini, Fábio Andreani Gandolfo, Flávio David Barra, Guilherme Pires de Mello, Gustavo Ribeiro de Andrade Botelho, Henrique Pessoa Mendes Neto, Humberto Barra Neto, José Arnaldo Delgado, Luís Guilherme de Sá, Luiz Alfredo Lima Sapucaia, Luiz Carlos Martins, Marcelo Sturlini Bisordi, Odon David de Souza Filho, Paulo Massa Filho, Petrônio Braz Junior, Renato Ribeiro Abreu, Ricardo Ourique Marques e Ricardo Ribeiro Pessoa. Advogados: Alexandre Ditzel Faraco, Alexandre Sinigallia Camilo Pinto, Amanda Fabbri Bareili, Ana Paula Martinez, Barbara Rosenberg, Caio Lacerda de Castro, Daniela Coelho Araujo Fernandes de Vasconcellos, Eduardo Caminati Anders, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Ludmila Somensi, Luís Bernardo Coelho Cascão, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Marco Antonio Fonseca Júnior, Marcos Paulo Veríssimo, Nara Silva de Almeida, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Pierpaolo Cruz Bottini, Rafaella Schwartz Jaroslavsky, Ricardo Casanova Motta, Sérgio Ferraz e Opice, Sérgio Varella Bruna, Tercio Sampaio Ferraz Júnior, Thiago Francisco da Silva Brito, Tito Amaral de Andrade e outros. Acolho a Nota Técnica nº 15/2019, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na nota técnica, decido: (a) pelo cancelamento das audiências para colheita de depoimento pessoal dos Representados Odon Filho, José Delgado, Petrônio Junior, Guilherme Mello, Luís Sá, Ricardo Marques, Renato Abreu, Carlos Barros e Paulo Filho, uma vez que comunicaram previamente sua ausência; (b) pelo indeferimento dos pedidos de substituição de testemunhas formulados pela UTC Engenharia S.A. e por Humberto Barra Neto; (c) pela notificação dos Representados UTC Engenharia S.A. e Humberto Barra Neto para que informem à SG/Cade no prazo de 2 (dois) dias se desejam manter as audiências para oitivas das testemunhas originalmente arroladas, bem como, na hipótese de cancelamento, para que informem diretamente as testemunhas no prazo de 5 (cinco) dias sobre o cancelamento das audiências; (d) pela notificação do Representado Humberto Barra Neto para que comunique à SG/Cade no prazo de 2 (dois) dias a eventual ausência em seu depoimento pessoal; e (e) o deferimento de prazo adicional de 30 dias, computados em dobro nos termos do art. 102, IV do RI-Cade e contados da publicação deste Despacho, para que apresentem declarações escritas das testemunhas arroladas, prazo este aplicável a todos os Representados.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

Processo nº 08700.003745/2017-00

No Despacho SG nº 349/2019, publicado no DOU de 20 de março de 2019, nº 54, página 59, referente ao Processo Administrativo nº 08700.003699/2017-31 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.003745/2017-00). Onde se lê: ''...Advogados: André Marques Gilberto, Caio Mario da Silva Pereira Neto, Eduardo Caminati Anders, Francisco Ribeiro Todorov, José Alexandre Buaiz Neto, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Marcelo Procópio Calliari; Marco Aurélio Cezarino Braga, Priscila Brolio Gonçalves, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Vinícius Marques de Carvalho e outros. (...)'', leia-se: ''Advogados: Marcelo Calliari, Rafael da Cás Maffini, Francisco Ribeiro Todorov, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Olavo Zago Chinaglia, André Marques Gilberto, Rodrigo Zingales Odler do Nascimento, Pedro Sérgio da Costa Zanotta, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Carlos Augusto da Silveira Lobo, Eduardo Caminati Anders, Enrico Spini Romanielo, Paulo Leonardo Casagrande, Vicente Bagnoli, Vinicius Marques de Carvalho, Cristiane Romano Farhat Ferraz, Ademar Gomes, Priscila Brolio Gonçalves, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Jose Carlos da Matta Berardo e outros'' Ao Setor Processual.

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 71, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000941/2019-57. Interessada: Usina Rio Vermelho de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.206.715/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada Rio das Pacas, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.SC.043220-2.01, objeto da Licença Ambiental de Instalação nº 3604/2015, de 19 de junho de 2015, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec.

REIVE BARROS DOS SANTOS

PORTARIA Nº 72, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.000839/2019-51. Interessada: SE Narandiba S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.337.920/0001-53. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforço em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.485, de 27 de novembro de 2018, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2019.

REIVE BARROS DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.522, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006210/2018-34. Interessados: Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2019 da Companhia Jaguari de Energia - CPFL Santa Cruz a vigorar a partir de 22 de março de 2019, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 849, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta no Processo nº 48500.001900/2017-16, decide conhecer do pedido de efeito suspensivo apresentado pela ABRATE - Associação Brasileira das Transmissoras de Energia Elétrica no Pedido de Reconsideração interposto em face da Resolução Homologatória nº 2.514, de 19 de fevereiro de 2019, e negar-lhe provimento, haja vista que ausente a aparência do bom direito.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 871, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001305/2019-42, decide: autorizar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a concluir o acordo com os bancos credores, com o pagamento antecipado das operações da Conta-ACR.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 722, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 48500.000990/2019-90. Interessado: Ártemis Comercialização de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Ártemis Comercialização de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.562.321/0001-03, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 776, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Processos: Listados no Anexo I. Interessados: Listados no Anexo I. Decisão: registrar a alteração da razão social das empresas constantes no Anexo I, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, parte, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 777, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 48500.000991/2019-34. Interessado: EFFE Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a EFFE Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.512.081/0001-32, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 804, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Processos nºs Listados no Anexo 1. Interessados: Listados no Anexo 1. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo os Estudos de Inventário listados no Anexo 1 e (ii) revogar os atos listados no Anexo 1. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 20 DE MARÇO DE 2019

Nº 813 - Processos nº 48500.004159/00-44 e 48500.006435/2018-91. Interessado: Brookfield Energia Comercializadora Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da Brascan Energy Trader Ltda. para Brookfield Energia Comercializadora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.780.401/0001-08.

Nº 814 - Processo nº: 48500.001209/2019-02. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aratinga 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.043270-9.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará.

A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 815, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001208/2019-50. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aratinga 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.043271-7.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 816, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001207/2019-13. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aratinga 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.043272-5.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 817, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001206/2019-61. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aratinga 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.043273-3.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 818, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001205/2019-16. Interessado: Aratinga Geração Solar Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Aratinga 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.CE.043274-1.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Milagres, estado do Ceará. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 20 DE MARÇO DE 2019

Nº 824 - Processo nº: 48500.006496/2018-58. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra do Seridó XI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.PB.043275-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Junco do Seridó, estado da Paraíba.

Nº 825 - Processo nº: 48500.006509/2018-99. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra do Seridó XII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.PB.043276-8.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada nos municípios de Junco do Seridó e Santa Luzia, estado da Paraíba.

Nº 826 - Processo nº: 48500.006510/2018-13. Interessado: PEC Energia S.A. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Serra do Seridó XIV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.PB.043277-6.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Junco do Seridó, estado da Paraíba.

Nº 827 Processo nº: 48500.000985/2019-87. Interessado: Futura Energia e Holding Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Futura A, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043278-4.01, com 31.250 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia.

Nº 828 Processo nº: 48500.000986/2019-21. Interessado: Futura Energia e Holding Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Futura B, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043279-2.01, com 31.250 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia.

Nº 829 Processo nº: 48500.000987/2019-76. Interessado: Futura Energia e Holding Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Futura C, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043280-6.01, com 31.250 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia.

Nº 830 Processo nº: 48500.000988/2019-11. Interessado: Futura Energia e Holding Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Futura D, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043281-4.01, com 31.250 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia.

A íntegra destes Despachos (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 833, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processos nº: 48500.000768/2019-97, 48500.000769/2019-31, 48500.000770/2019-66, 48500.000771/2019-19, 48500.000772/2019-55, 48500.000773/2019-08 e 48500.000774/2019-44 Interessado: Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. Decisão: (i) transferir, para a empresa Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda., a titularidade do Despacho nº 1.065, de 2 de maio de 2016; (ii) alterar a potência instalada e as coordenadas geográficas dos empreendimentos, conforme disposto no Anexo 1; e (iii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 676/2015. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 834, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.006382/2017-27. Interessado: Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. Decisão: alterar, de 9.786 para 16.932 kW, a potência instalada da Usina Termelétrica Nova Iguaçu, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.RU.RJ.040566-3.01, Usina Termelétrica Nova Iguaçu, outorgada sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, à Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.851.219/0001-98, localizada no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 836, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001231/2019-44. Interessado: Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Juazeiro V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043284-9.01 com 56.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 837, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001232/2019-99. Interessado: Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Juazeiro VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043285-7.01, com 63.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 838, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.001233/2019-33. Interessado: Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Juazeiro VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.BA.043286-5.01, com 18.900 kW de Potência Instalada, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO Nº 831, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em conformidade com o que estabelece o artigo 50, inciso I, da Lei n.° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, revoga parcialmente a decisão constante do Despacho ANEEL n° 243, de 31 de janeiro de 2018, publicado no DOU em 5 de fevereiro de 2018, constante no Processo Administrativo nº 48500.005803/2017-01, conforme disposto na Nota Técnica nº 005/2019-SFE/ANEEL (SIC 48534.000166/2019-00).

GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA

DESPACHO Nº 832, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 4.477, de 21 de fevereiro de 2017, e em conformidade com o que estabelece o artigo 50, inciso I, da Lei n.° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o que dispõe o § 4º do artigo 7º da Resolução Normativa n.° 454, de 18 de outubro de 2011, e conforme análise exarada na Nota Técnica nº 032/2019-SFE/ANEEL, de 1º de março de 2019 (SIC 48534.000833/2019-00), parte integrante do Processo nº 48500.005400/2017-53, resolve: (i) efetuar a suspensão da RAP da transmissora RPTE referente à Resolução Autorizativa nº 6.998, de 2018, durante o período de 23 de fevereiro de 2018 a 3 de abril de 2018; ii) considerar como período de pendência não impeditiva própria da CPFL Morro Agudo, para o Contrato de Concessão nº 006/2015, o período de 3 de julho de 2017 a 21 de dezembro de 2017.

GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 866, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 48500.002524/2018-68. Interessado: Albioma Esplanada Energia S.A. Decisão: Liberar a unidade geradora para início da operação em teste a partir de 22 de março de 2019. Usina: UTE Jalles Machado. Unidade Geradora: UG3, de 25.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de de Goianésia, estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente
Interina

DESPACHO Nº 867, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Central Hidrelétrica Martinuv Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 22 de março de 2019. Usina: CGH Martinuv. Unidade Geradora: UG1 e UG2, de 920,00 kW cada, totalizando 1.840,00 kW de capacidade instalada, conforme §2º do Art. 3º da Resolução ANEEL nº 583/2013. Localização: Município de Vilhena, estado de Rondônia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente
Interina

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 809, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Processo nº 48500.001286/2019-54. Interessadas: Centrais Elétrica de Rondônia S.A. - Ceron e Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre - (contratantes). Decisão: Anuir previamente à celebração dos Contratos de Prestação de prestação de serviços de rotinas administrativas complementares aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento entre as Interessadas e sua parte relacionada ENERGISA S.A. (contratada), na forma das minutas apresentadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 801, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.005616/2018-08. Interessados: Centrais Elétricas do Pará S.A.. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 9.642.575,71 (nove milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0371-0003/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 802, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.005548/2018-79. Interessados: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 822.159,21 (oitocentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e nove reais e vinte e um centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0383-0104/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 806, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.005577/2018-31. Interessados: Companhia Energética do Maranhão. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 1.388.258,10 (um milhão, trezentos e oitenta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dez centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0037-0011/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 811, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.005529/2018-42. Interessados: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 11.447.340,69 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0039-0023/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 812, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Processo nº: 48500.005530/2018-77. Interessados: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 1.997.509,65 (um milhão, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0039-0028/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 240, DE 21 DE MARÇO DE 2019

A DIRETORIA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, com fundamento nas Medidas Provisórias nº 838, de 30 de maio de 2018, e nº 847, de 31 de julho de 2018, na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018 e no Decreto nº 9.403, de 7 de junho de 2018, de acordo com o Despacho ANP nº 719, de 7 de junho de 2018, e com a Instrução Normativa ANP nº 15/2018, e no que consta no processo nº 48610.007247/2018-12, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 180, de 21 de março de 2019, torna público o seguinte ato:

Fica revogado o Despacho ANP nº 1.257, de 8 de novembro de 2018, e aprovado e autorizado, conforme apresentado na tabela abaixo, o pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel devido para a base regionalizada Sudeste e Centro Oeste (SE+CO) no período de 8 de junho a 7 de julho de 2018 (1º Período da 2ª Fase), devendo o valor total, se aplicável, ser acrescido da correção da taxa média referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic até a data do pagamento efetivo em conformidade com § 4º, Art. 6º do Decreto nº 9.403/2018. A execução do pagamento dependerá do pleno atendimento das exigências alusivas à regularidade fiscal do beneficiário dispostas em regulamento.

CNPJ do Beneficiário	Razão Social do Beneficiário	Subvenção (R$)
04.958.554/0001-57	BLUEWAY TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO S.A.	R$ 24.038.395,07 (vinte e quatro milhões, trinta e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e sete centavos)

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA
Diretor-Geral

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 64, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00698/2018/COSEPEQUAD/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 1016218-13.2017.4.01.3400, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.49389, resolve:

Declarar anistiada política VERA REGINA DE MENDONÇA BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº 343.423.896-49, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, art. 2º, inciso IV, e art. 6º, caput e § 1º, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 65, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00024/2019/COSEP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0008297-59.2013.4.01.3400/DF, da 14ª Vara do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.03698, resolve:

I - Anular a Portaria Ministerial nº 2.567, de 18 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2008.

II - Restabelecer os efeitos da Portaria Ministerial nº 2.041, de 11 dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2002, que declarou anistiado político JOSE CORREA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 042.689.381-68, e reconheceu o direito à promoção à graduação de Suboficial, com os proventos do posto de Segundo-Tenente e as respectivas vantagens.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 66, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00762/2018/COSEP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0000507-19.2016.4.01.3400/DF, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no Requerimento de Anistia nº 2004.01.40102, resolve:

Conceder ao anistiado político PEDRO PEREIRA DO NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 012.779.792-00, o direito à promoção à graduação de Suboficial.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 68, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00386/2018/GEQUACOASP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1003022-39.2018.4.01.3400, da 16ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que concedeu a segurança para determinar que, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, manifeste, conclusivamente, acerca do pedido formulado no Requerimento de Anistia nº 2014.01.74217, e considerando o Despacho nº 3, de 1° de março de 2019, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO HENRIQUE BARCARO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 613.749.976-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 69, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00417/2018/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 24.418/DF (2018/0149161-6), do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu parcialmente a segurança, para no prazo de 30 (trinta) dias, decidir o pedido formulado no Requerimento de Anistia nº 08000.011778/2015-41 (2015.01.74782), e considerando o Despacho nº 4, de 1° de março de 2019, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CECILIA MARIA DO AMARAL PRADA, inscrita no CPF sob o nº 337.287.717-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 70, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00110/2018/GEQUACOASP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1008856-23.2018.4.01.3400/DF, da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferiu o pedido liminar para, no prazo de 60 (sessenta) dias, decidir o pedido formulado no Requerimento de Anistia nº 08000.042769/2016-82 (2016.01.76362), e considerando o Despacho nº 5, de 1° de março de 2019, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOAQUIM ROSINHA DE MELO, inscrito no CPF sob o nº 612.254.368-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 71, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00407/2018/COSEPEQUAD/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1011824-26.2018.4.01.3400, da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferiu o pedido de liminar, para no prazo de 60 (sessenta) dias, concluir e analisar o pedido formulado no Requerimento de Anistia nº 2013.01.72579, e considerando o Despacho nº 6, de 1° de março de 2019, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por CARLOS MORAIS GOMES, inscrito no CPF sob o nº 008.617.070-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 72, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00699/2018/COSEPEQUAD/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1024282-75.2018.4.01.3400, da 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que deferiu o pedido liminar para, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, analise e decida o pedido formulado no Requerimento de Anistia nº 08802.000141/2016-74 (2016.01.75843), e considerando o Despacho nº 7, de 1° de março de 2019, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SONIA MARIA DE JESUS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 981.937.837-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 73, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, em cumprimento ao Parecer nº 00013/2019/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 21.254/DF (2014/0229044-0), do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu parcialmente a segurança, tão somente para determinar, no prazo de 30 (trinta) dias, que decida o segundo pedido de reconsideração formulado no Requerimento de Anistia nº 2002.01.06529, e considerando o Despacho nº 8, de 1° de março de 2019, resolve:

Pela inadmissibilidade do Pedido de Reconsideração interposto por CARLOS RENAN KURTZ post mortem, filho de ZELINDA CARRION KURTZ, e ratificar a Portaria Ministerial nº 1.178, de 18 de agosto de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2003.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 74, DE 1º DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00653/2018/COASP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0020637-30.2016.4.01.3400/DF, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.16480, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 2.079, de 13 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2018, para conceder ao anistiado político ADRIANO AQUINO DE GUSMÃO, inscrito no CPF sob o nº 312.523.707-68, o reposicionamento da reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, na referência salarial 65 (RS-65), correspondente a NS-50, no valor de R$ 15.475,90 (quinze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), conforme Tabela Salarial para Cargos da Carreira de Nível Superior informada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 75, DE 8 DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00015/2019/CAP/PUCE/PGU/AGU/ICPBA, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0812851-16.2017.4.05.8100 (0010100-02.2011.4.05.8100), da 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, no Requerimento de Anistia nº 2001.01.00421, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 1.752, de 19 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2010, para revisar a prestação mensal, permanente e continuada percebida por MARIA ARINA DE ALENCAR TAHIM, inscrita no CPF sob o nº 487.590.154-20, a título de benefício de pensão por morte de anistiado político de ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM, no valor de R$ 26.692,79 (vinte e seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos), correspondentes à média de paradigmas do instituidor, conforme Planilha de Cálculos de Remuneração fornecida pelo Banco do Brasil S.A.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 102, DE 15 DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00066/2019/CORESP PFE/PRU4R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 5005200-61.2018.4.04.7100, da 1ª Vara Federal de Porto Alegre, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, no Requerimento de Anistia nº 2003.21.28206, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 1.295, de 16 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, para revisar a prestação mensal, permanente e continuada percebida por MARIA DA SILVA RAMOS, sob NB 59/129.195.144-7, no valor de R$ 14.205,52 (quatorze mil, duzentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos), a título de benefício de pensão por morte de anistiado político em nome de OTTO LUIZ PASTL.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 105, DE 15 DE MARÇO DE 2019

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, em cumprimento ao Parecer nº 00039/2019/COSEP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 1006095-53.2017.4.01.3400/DF, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, no Requerimento de Anistia nº 2002.01.09520, resolve:

Conceder ao anistiado político JONAS PEREIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 003.837.671-72, o direito à promoção à graduação de Suboficial, com proventos e vantagens de Segundo-Tenente.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 11, DE 14 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.428887/2017-84, interposto pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP, CNPJ nº 55.344.337/0001-08, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

CONSULTA PÚBLICA Nº 13, DE 15 DE MARÇO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.164768/2018-79, interposto pelo CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA NOVA/GO, CNPJ nº 04.597.747/0001-20, contra a decisão de indeferimento do pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

PORTARIA Nº 386, DE 14 DE MARÇO DE 2019

Suspende a transferência de incentivos financeiros referente aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Equipes de Consultório na Rua (ECR), Equipes de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e Unidade Odontológica Móvel (UOM), com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Seção II - Dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde - Seção III e IV do Capítulo III, do Título VII - Dos sistemas de informação - da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando as Seções I, II, V, VI, VII, IX, X e XI do Capítulo I - Dos Profissionais que atuam na Atenção Básica - e Seções IV e V, do Capítulo II - Dos Componentes e Incentivos para à Atenção Básica - do Título II - Do custeio da Atenção Básica - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde - que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 21/SAS/MS, de 10 de janeiro de 2018, que institui os prazos para o envio da produção da Atenção Básica para o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) referente às competências de janeiro a dezembro de 2018; e

Considerando a ausência na alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica, por três competências consecutivas, referente a outubro, novembro e dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira janeiro de 2019, a transferência de incentivos financeiros referente aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Equipes de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (ESB), Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), Equipes de Consultório na Rua (ECR), Equipes de Saúde da Família Fluvial/Unidade Básica de Saúde da Família Fluvial (ESFF/UBSF), Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) e Unidade Odontológica Móvel (UOM), dos municípios constantes dos Anexos a esta Portaria, que não alimentaram o SISAB (e-SUS AB), por três competências consecutivas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
AC	120040	RIO BRANCO	5	1	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	1	5	1	0	0	0	0	0	0

ANEXO II

UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
AL	270030	ARAPIRACA	7	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	1	7	0	0	1	0	0	0	0

ANEXO III										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
AM	130180	IPIXUNA	0	1	1	0	0	0	0	0
AM	130300	NHAMUNDÁ	0	0	0	1	0	0	0	0
AM	130340	PARINTINS	0	0	0	0	0	0	0	1
AM	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	4	0	1	1	1	0	0	1	1
ANEXO IV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
AP	160025	ITAUBAL	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	1	0	0	0	0	0	0	1	0
ANEXO V										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
BA	290210	ARACI	4	0	0	0	0	0	0	0
BA	290250	BAIANÓPOLIS	5	1	1	0	0	0	0	0
BA	290270	BARRA	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	290485	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290520	CAETITÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	290580	CAMAMU	5	1	0	0	0	0	0	0
BA	290650	CANDEIAS	17	1	0	0	0	0	0	0
BA	290687	CAPIM GROSSO	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	291000	DÁRIO MEIRA	3	0	0	0	0	0	0	0
BA	291040	ENCRUZILHADA	8	1	0	0	0	0	0	0
BA	291150	GONGOGI	3	1	0	0	0	0	0	0
BA	291300	IBITIARA	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	291390	IPIAÚ	14	0	0	0	0	0	0	0
BA	291400	IPIRÁ	20	2	0	0	0	0	0	0
BA	291480	ITABUNA	0	0	0	0	1	0	0	0
BA	291810	JEREMOABO	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	292190	MUCUGÊ	2	1	0	0	0	0	1	0
BA	292300	NOVA VIÇOSA	3	1	0	1	0	0	0	0
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	292360	PARAMIRIM	1	0	0	0	0	0	0	0
BA	292430	PIATÃ	0	0	0	0	0	0	1	0
BA	292740	SALVADOR	11	0	0	0	0	0	0	0
BA	292770	SANTA CRUZ CABRÁLIA	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293105	TANQUE NOVO	0	0	0	1	0	0	0	0
BA	293220	UBAITABA	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	25	97	9	1	6	1	0	6	0
ANEXO VI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
CE	230110	ARACATI	4	1	1	0	0	0	0	0
CE	230260	CAMOCIM	10	0	1	0	0	0	0	0
CE	230495	GUAIÚBA	2	1	0	0	0	0	0	0
CE	230550	IGUATU	0	0	0	1	0	0	0	0
CE	230625	ITAITINGA	0	0	0	0	0	0	0	1
CE	231040	PARAMOTI	0	0	0	0	0	0	1	0
CE	231130	QUIXADÁ	8	0	0	0	0	0	0	0
CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	8	24	2	2	1	0	0	2	1
ANEXO VII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
ES	320090	BARRA DE SÃO FRANCISCO	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320115	BREJETUBA	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320220	FUNDÃO	6	1	1	0	0	0	0	0
ES	320370	MUNIZ FREIRE	0	0	0	1	0	0	0	0
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	0	0	0	0	0	0	1	0
ES	320420	PIÚMA	34	6	4	0	0	0	0	0
	TOTAL	6	40	7	5	3	0	0	1	0
ANEXO VIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
GO	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS	0	0	0	0	0	0	0	1
GO	520790	FLORES DE GOIÁS	0	0	0	0	0	0	1	0
GO	520870	GOIÂNIA	1	0	0	0	0	0	0	0
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	1	1	1	0	0	0	0	0
GO	522068	SIMOLÂNDIA	0	0	0	1	0	0	0	0
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	6	2	1	1	1	0	0	2	1
ANEXO IX										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
MA	210405	ESTREITO	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210640	MATA ROMA	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	210740	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	4	1	1	0	0	0	0	0
MA	210780	PARNARAMA	0	0	0	0	0	0	1	0
MA	210900	PORTO FRANCO	7	1	0	0	0	0	0	0
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	4	1	0	0	0	0	0	0
MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	0	0	0	1	0	0	0	0
MA	211130	SÃO LUÍS	0	0	0	0	0	0	0	1
MA	211270	VARGEM GRANDE	0	0	0	0	0	0	0	1
MA	211290	VITÓRIA DO MEARIM	0	0	0	0	0	0	0	1
	TOTAL	10	15	3	1	3	0	0	1	3
ANEXO X										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
MG	310180	ALPERCATA	11	0	0	0	0	0	0	0
MG	310310	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	4	1	1	1	0	0	0	0
MG	310350	ARAGUARI	5	1	0	0	0	0	0	0
MG	310720	BOCAINA DE MINAS	5	1	0	1	0	0	0	0
MG	311120	CAMPO BELO	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	311205	CANTAGALO	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	313280	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	313350	ITAPECERICA	0	0	0	1	0	0	0	0
MG	313370	ITATIAIUÇU	1	0	0	0	0	0	0	0
MG	313630	JOÃO PINHEIRO	4	0	0	0	0	0	0	0
MG	314915	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	0	0	0	0	0	0	1	0
MG	315180	POÇOS DE CALDAS	0	0	0	0	1	0	0	0
MG	315450	RIACHO DOS MACHADOS	10	0	0	0	0	0	1	0
MG	315670	SABARÁ	2	1	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	14	43	4	1	5	1	0	2	0

ANEXO XI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
MS	500240	CAARAPÓ	47	5	4	0	0	0	0	1
MS	500540	MARACAJU	1	1	1	1	0	0	0	0
MS	500627	PARAÍSO DAS ÁGUAS	5	1	1	0	0	0	0	0
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	0	0	0	0	0	0	1	0
MS	500790	SIDROLÂNDIA	2	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	5	55	7	6	1	0	0	1	1
ANEXO XII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
MT	510269	CANABRAVA DO NORTE	0	0	0	0	0	0	1	0
MT	510340	CUIABÁ	9	0	0	0	0	0	0	0
MT	510345	DENISE	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510380	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	0	0	0	1	0	0	0	0
MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	5	9	0	0	3	0	0	1	0
ANEXO XIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
PA	150020	ACARÁ	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150080	ANANINDEUA	8	0	0	0	0	0	0	0
PA	150170	BRAGANÇA	0	0	0	0	1	0	0	0
PA	150200	CACHOEIRA DO ARARI	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150270	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	0	1	0	0	0	0	0	0
PA	150277	CURIONÓPOLIS	17	2	0	0	0	0	0	0
PA	150480	MONTE ALEGRE	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150548	PACAJÁ	0	0	0	0	0	0	1	0
PA	150570	PONTA DE PEDRAS	1	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	9	26	3	0	0	1	0	4	0
ANEXO XIV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
PB	250180	BAYEUX	92	13	12	0	0	0	0	0
PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
PB	250430	CATOLÉ DO ROCHA	6	1	1	0	0	0	0	0
PB	250750	JOÃO PESSOA	3	0	0	0	0	0	0	0
PB	250960	MONTE HOREBE	0	0	0	1	0	0	0	0
PB	251065	PARARI	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	6	101	14	13	3	0	0	0	0
ANEXO XV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
PE	260180	BETÂNIA	0	0	0	0	0	0	1	0
PE	260600	GARANHUNS	1	1	1	0	0	0	0	0
PE	261010	PALMEIRINA	0	0	0	1	0	0	0	0
PE	261160	RECIFE	30	0	0	0	0	0	0	0
PE	261245	SANTA CRUZ	1	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	5	32	1	1	1	0	0	1	0
ANEXO XVI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
PI	220370	ESPERANTINA	1	0	0	0	0	0	0	0
PI	220490	ISAÍAS COELHO	0	0	0	0	0	0	1	0
PI	220570	LUÍS CORREIA	0	0	0	0	0	0	1	0
PI	220830	PIRACURUCA	1	0	0	0	0	0	0	0
PI	221062	SEBASTIÃO BARROS	4	1	1	0	0	0	1	0
	TOTAL	5	6	1	1	0	0	0	3	0
ANEXO XVII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
PR	410250	BARBOSA FERRAZ	1	0	0	1	0	0	0	0
PR	410330	BORRAZÓPOLIS	17	3	2	1	0	0	0	0
PR	410405	CAMPO BONITO	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410420	CAMPO LARGO	6	1	0	0	0	0	0	0
PR	410442	CANDÓI	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	410470	CARLÓPOLIS	3	1	0	0	0	0	0	0
PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	410700	CURIÚVA	3	1	0	0	0	0	0	0
PR	410730	DOUTOR CAMARGO	10	2	0	0	0	0	0	0
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	410850	GENERAL CARNEIRO	10	2	0	0	0	0	0	0
PR	411125	ITAPERUÇU	9	1	0	0	0	0	0	0
PR	411190	JAGUAPITÃ	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411220	JANIÓPOLIS	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411250	JARDIM ALEGRE	6	1	1	0	0	0	0	0
PR	411535	MARIPÁ	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	411965	PITANGUEIRAS	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412020	PORTO RICO	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412030	PORTO VITÓRIA	4	0	0	0	0	0	0	0
PR	412190	RIBEIRÃO DO PINHAL	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0	0	0	0	0	0	1	0
PR	412635	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	0	0	0	1	0	0	0	0
PR	412660	SIQUEIRA CAMPOS	4	1	0	0	0	0	0	0
PR	412667	TAMARANA	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	24	73	13	3	12	0	0	3	0
ANEXO XVIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	24	5	2	0	0	0	0	0
RJ	330045	BELFORD ROXO	0	0	0	3	0	0	0	0
RJ	330187	IGUABA GRANDE	1	0	0	0	0	0	0	0
RJ	330430	RIO BONITO	20	3	3	0	0	0	0	0
RJ	330460	SANTA MARIA MADALENA	0	1	0	0	0	0	0	0
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	0	0	0	1	0	0	0	0
RJ	330610	VALENÇA	8	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	7	53	9	5	5	0	0	0	0
ANEXO XIX										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
RN	240100	APODI	0	0	0	0	0	0	0	1
RN	240670	LAJES	0	0	0	1	0	0	0	0
RN	240810	NATAL	0	0	0	0	0	0	0	1
RN	240950	PEDRA GRANDE	4	1	1	1	0	0	0	0

RN	241025	PORTO DO MANGUE	0	0	0	1	0	0	0	0
RN	241390	TAIPU	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	6	4	1	1	4	0	0	0	2
ANEXO XX										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
RO	110094	CUJUBIM	0	0	0	0	0	0	1	0
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	2	0	0	0	0	0	0	2	0
ANEXO XXI										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
RS	430085	ARAMBARÉ	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	430360	CAMBARÁ DO SUL	3	1	0	0	0	0	0	0
RS	430510	CAXIAS DO SUL	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	430570	CONDOR	1	0	0	0	0	0	0	0
RS	430750	ESPUMOSO	3	1	0	0	0	0	0	0
RS	430850	FREDERICO WESTPHALEN	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431180	MARAU	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431560	RIO GRANDE	1	0	0	0	0	0	0	0
RS	431670	SANTA BÁRBARA DO SUL	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	431710	SANTANA DO LIVRAMENTO	3	0	0	0	0	0	0	0
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	0	0	0	1	0	0	0	0
RS	432020	SEBERI	0	0	0	0	0	0	1	0
RS	432162	TRAVESSEIRO	5	0	0	0	0	0	0	0
RS	432250	VACARIA	2	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	16	18	2	0	5	0	0	4	0
ANEXO XXII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420460	CRICIÚMA	4	0	0	0	0	0	0	0
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	1	1	0	2	0	0	0	0
SC	420555	FREI ROGÉRIO	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420580	GARUVA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	420790	IRINEÓPOLIS	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	420820	ITAJAÍ	6	1	0	0	0	0	0	1
SC	420930	LAGES	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	421030	MAJOR VIEIRA	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421190	PALHOÇA	1	1	0	0	0	0	0	0
SC	421420	QUILOMBO	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421630	SÃO JOÃO BATISTA	1	1	0	0	0	0	0	0
SC	421810	TIMBÉ DO SUL	0	0	0	1	0	0	0	0
SC	421860	TROMBUDO CENTRAL	1	0	0	0	0	0	0	0
SC	421960	XAVANTINA	10	2	2	1	0	0	0	0
	TOTAL	15	26	6	2	9	0	0	0	1
ANEXO XXIII										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
SE	280680	SÃO DOMINGOS	0	0	0	1	0	0	0	0
	TOTAL	1	0	0	0	1	0	0	0	0
ANEXO XXIV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
SP	350590	BATATAIS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	350995	CANAS	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	351350	CUBATÃO	4	0	0	0	0	0	0	0
SP	351380	DIADEMA	1	0	0	0	0	0	0	0
SP	352170	ITABERÁ	6	1	1	0	0	0	0	0
SP	352900	MARÍLIA	1	1	0	0	0	0	0	0
SP	352940	MAUÁ	12	2	0	0	0	0	0	0
SP	353880	PIRAJU	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	354100	PRAIA GRANDE	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	354530	SALTO DE PIRAPORA	6	1	0	0	0	0	0	0
SP	354580	SANTA BÁRBARA D'OESTE	8	0	0	1	0	0	0	0
SP	354780	SANTO ANDRÉ	0	0	0	3	0	0	0	0
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	1	0	0	0	0	0	0	0
SP	355030	SÃO PAULO	0	0	0	2	0	0	0	0
SP	355395	TARUMÃ	0	0	0	1	0	0	0	0
SP	355410	TAUBATÉ	0	0	0	0	0	0	0	1
SP	355460	TIMBURI	6	1	1	0	0	0	0	0
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	2	1	0	0	0	0	0	0
	TOTAL	18	47	7	2	11	0	0	0	1
ANEXO XXV										
UF	IBGE	MUNICIPIO	ACS	ESF	ESB	NASF	CnR	Fluvial	UOM	Prisional
TO	170130	ARAGOMINAS	2	0	0	0	0	0	1	0
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0	0	0	0	0	0	0	1
TO	171270	MATEIROS	0	0	0	0	0	0	1	0
TO	171360	MONTE DO CARMO	0	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAL	4	2	0	0	0	0	0	3	1
Total Geral		252	685	92	46	76	3	0	38	12

PORTARIA Nº 388, DE 14 DE MARÇO DE 2019

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, e estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Seção III e Seção IV - Das Unidades Básicas de Saúde Fluviais - do Capítulo II - Das Equipes de Saúde da Família - do Anexo XXII - Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) - da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Seção IX - Do Incentivo Financeiro Mensal de Custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR), das Equipes de Saúde da Família Fluviais (ESFF) e das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) - do Capítulo I do Título II - Do custeio da Atenção Básica - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no Anexo I a esta Portaria, a receberem os incentivos de custeio mensal referentes às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF).

Art. 2º As Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), descritas no Anexo I a esta Portaria, encontram-se aptas ao recebimento mensal dos incentivos financeiros de acordo com a redefinição do arranjo organizacional:

I- as embarcações de pequeno porte, para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento às comunidades, credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro, estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

II- as unidades de apoio credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro, estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

III- a relação do número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFF, para fins de recebimento dos repasses, consta do Anexo III a esta Portaria.

Parágrafo único. O repasse dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do art. 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os as respectivas UBSF.

Art. 3º O repasse do custeio às Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), dependerá do cadastro da Equipe de Saúde da Família Fluvial (ESFF) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculada a essa UBSF.

Art. 4º As UBSF listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na seção III e IV do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria nº 2 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde - Plano Orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

Município credenciado para recebimento do Incentivo a UBSF

UF	IBGE	MUNICÍPIO	UBSF	COM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO
AM	1301605	Fonte Boa	1	1
AM	1302900	Maués	1	1
PA	1501808	Breves	1	1
Total	-	-	3	3

ANEXO II

Embarcação e Unidades de Apoio credenciadas ao recebimento de incentivo financeiro mensal à UBSF

UF	IBGE	MUNICÍPIO	UBSF	INE	QUANTIDADE DE UNIDADE DE APOIO	QUANTIDADE DA EMBARCAÇÃO DE PEQUENO PORTE
AM	1301605	Fonte Boa	1	0000008761	-	2
PA	1501808	Breves	1	0001667076	-	2

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da UBSF para recebimento de incentivo financeiro mensal

UF	IBGE	MUNICÍPIO	UBSF	INE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	MICROSCOPISTA	AUXILIAR OU TÉCNICO DE ENFERMAGEM	AUXILIAR OU TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR
AM	1301605	Fonte Boa	1	0000008761	24*	1	3	-	-
PA	1501808	Breves	1	0001667076	-	4	6	-	2

* Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) acrescidos à composição mínima das ESFF já se encontram credenciados para o respectivo

PORTARIA Nº 400, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Torna sem efeito a Portaria nº 3.264/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que habilita municípios a receber 09 (nove) Unidades de Suporte Básico e 01 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional Metropolitano de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município, por ter sido publicada em duplicidade.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 592/GM/MS, de 15 de abril de 2014, que habilita Municípios a receber 9 (nove) Unidades de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional Metropolitano de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao município;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde; e

Considerando a Nota Informativa nº 7/2019 na qual a Coordenação de Urgência e Emergência-CGUE/DAHU/SAS informa a publicação de portaria em duplicidade; resolve

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria nº 3.264/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, Seção 1, página 274, por ter sido publicada em duplicidade.

Art. 2º Fica determinada a devolução do recurso de incentivo financeiro de custeio estabelecido pela Portaria nº 3.264/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, repassado pelo Fundo Nacional de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto aos Fundos Municipais de Saúde, para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

UNIDADES MÓVEIS

Município para repasse	USB	USA	Valor de repasse mensal	Valor do Repasse Anual	Competência para devolução
Belém de Maria	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	A partir de janeiro de 2017
Cortês	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
Glória do Goitá	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
Jaqueira	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
Lagoa de Itaenga	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
Lagoa dos Gatos	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
Palmares	01	01	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
			R$ 38.500,00	R$ 462.000,00	
Paudalho	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	
São Vicente Férrer	01		R$ 13.125,00	R$ 157.500,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 21 DE MARÇO DE 2019

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 494ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 23 de outubro de 2018, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração
33902.232076/2002-68	Unimed Patos de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1102/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375989/2011-69	Real Sociedade Portuguesa de Beneficência	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1214/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372658/2014-10	Unimed de Três Lagoas Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2023/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087322/2012-92	Unimed Costa Oeste - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 156/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008339/2007-24	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade Dona Zilda Salvagni Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1698/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008619/2007-32	Sinamed Serviços Médicos e Hospitalares Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1790/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.082818/2011-99	Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Consaude S/S Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2437/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085583/2012-78	Fundação de Saúde Itaiguapy	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 120/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085710/2012-39	Humana Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 272/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085949/2012-17	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita Passa Quatro	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 228/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085957/2012-55	Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1735/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.085981/2012-94	Matermed Assistência Médica - Eireli	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 301/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087281/2012-34	Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2152/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087462/2012-61	Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3446/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.087631/2012-62	Unimed/Rs Federação das Cooperativas Médicas do RS Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 266/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.098771/2003-75	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 344/2015/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.099159/2003-10	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1738/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.107810/2006-85	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2434/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147513/2013-00	Irmandade do Hospital de Nossa Senhora das Dores	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1703/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147722/2013-45	Unimed Agreste Meridional - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1699/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147779/2013-44	Unimed de Avaré Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1822/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.158676/2003-38	Intermédica Sistema de Saúde S/A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2314/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.185863/2004-75	Plasac Plano de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1859/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.215537/2005-81	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1800/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216195/2005-16	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1823/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218185/2014-14	Unimed de Lins - Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2610/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.218341/2014-39	Unimed Planalto Central/Rs Cooperativa de Assistência à Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2605/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218363/2014-07	Unimed Regional Jau - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2602/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.232437/2002-76	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1847/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.270020/2006-35	Unimed Andradas Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 191/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.283185/2010-53	Unimed de Londrina Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2279/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295502/2005-17	Sermed-Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 420/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295545/2005-01	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6017/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.295748/2005-99	Sobam Centro Médico Hospitalar S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 265/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296727/2005-91	Unimed Guarapuava Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1550/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296795/2005-50	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1503/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296956/2005-13	Unimed Extremo Oeste Catarinense Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 193/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297723/2005-20	Unimed Divinópolis - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2277/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298033/2005-98	Multicare Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1694/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298118/2005-76	Unimed Patrocínio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 248/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.298484/2005-25	Sompo Seguros Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 175/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312309/2012-87	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2945/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312739/2012-07	Santa Luzia Assistência Médica S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1674/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312792/2012-08	Sociedade Beneficente União Operária de Araraquara	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1778/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.312970/2012-92	Unimed de Ibitinga Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1786/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315795/2013-76	Fundação Assistencial Viçosense	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1817/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.315965/2013-12	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1183/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316084/2013-19	São Domingos Saúde Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1712/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316143/2013-59	Smv Serviços Médicos Ltda	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1837/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316178/2013-98	União Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4785/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.316287/2013-13	Unimed de Guaratinguetá Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1715/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372235/2014-08	Fundação Padre Albino	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5819/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.372688/2014-26	Unimed Extremo Sul Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2015/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372753/2014-13	Unimed Pato Branco Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2010/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.375620/2011-56	Fioprev - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social	DIGES	Pelo não conhecimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 145/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376018/2011-36	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 126/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376053/2011-55	Saúde Santa Tereza Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 167/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376058/2011-88	Seisa Serviços de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1824/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376065/2011-80	Sermede Serviço Médico e Dentário Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 189/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376100/2011-61	Sul América Companhia de Seguro Saúde	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 171/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376113/2011-30	Uniclínicas Plano de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 173/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376260/2011-18	Unimed do Alto Oeste Potiguar - Cooperativa de Trabalhos Médicos	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2438/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376310/2011-59	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 110/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376452/2011-16	Vonpar Refresco S/A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 208/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387505/2012-13	Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5979/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388362/2012-59	Sulmed - Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1864/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388723/2012-67	Unimed Vale dos Sinos Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1545/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426726/2013-97	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5842/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427239/2013-41	Unimed Itajuba Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1848/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427271/2013-27	Unimed Noroeste do Paraná Coop. de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1805/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427358/2013-02	Unimed Vale do Corumbá Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1747/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437031/2011-79	Unimed Vale das Antas, RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 117/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.474744/2012-02	Associação Policial de Assistência à Saúde de Bauru	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1675/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475626/2012-11	Vitallis Saúde S.A	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3032/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497086/2011-38	Unihosp - Serviço de Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 247/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497165/2011-49	Unimed de Capivari - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 146/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.497358/2011-08	Unimed Regional Sul Goiás Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 151/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559369/2013-42	Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 6054/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559804/2013-39	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1732/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.559902/2013-76	União Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5104/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.560254/2013-09	Unimed de Andradina Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1684/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560449/2013-41	Unimed Planalto Médio-Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5983/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560454/2013-53	Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 540/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.561928/2011-12	Unimed Caçador Cooperativa de Trabalho Médico da Região do Contestado	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 201/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562031/2011-14	Unimed das Estâncias Paulistas - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1461/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.618644/2014-58	Plano Hospital Samaritano Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5079/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635239/2012-32	Fundação Beneficente Rio Doce	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1723/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710343/2013-02	Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4112/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710488/2013-03	Unimed de Araraquara - Coop. de Trab. Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1184/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710520/2013-42	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3646/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710799/2013-64	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4116/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710812/2013-85	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4113/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768830/2014-37	Unimed Itajuba Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5838/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768882/2014-11	Unimed Patos de Minas Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5839/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817065/2011-43	Unimed Alto Uruguai/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 254/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817160/2011-47	Unimed de Joinville Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 302/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817177/2011-02	Unimed de Penápolis - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 231/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817213/2011-20	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 123/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817264/2011-51	Unimed Mossoró - Cooperativa de Trabalho Médicos	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 230/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817372/2011-24	Unimed Teófilo Otoni Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1707/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860723/2011-17	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Itapeva	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 209/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860764/2011-11	Sepaco Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 218/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860850/2011-16	Unimed Alto Jacuí/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 249/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860853/2011-50	Unimed Alto Uruguai/RS - Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 303/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860939/2011-82	Unimed de Jataí Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 211/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860970/2011-13	Unimed de São José do Rio Pardo -Coop. de Trab. Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 153/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860973/2011-57	Unimed de Sertãozinho - Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1165/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860997/2011-14	Unimed do Rio Grande do Norte - Federação das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 304/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.861056/2011-90	Unimed Norte do Paraná Cooperativa Regional de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 252/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861092/2011-53	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1673/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.861103/2011-03	Unimed Regional Sul Goiás Coop. de Trabalho Médico Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1676/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.884718/2014-42	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita Passa Quatro	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5856/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.918838/2013-70	Plano Saúde São Francisco Ltda	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2629/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919032/2013-07	Unimed de Barra Mansa Soc. Coop. Serv. Med. e Hospit.	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2621/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217265/2014-44	Beneficência Camiliana do Sul	DIGES	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5516/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919073/2013-95	Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1388/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.816712/2011-08	Excelsior Med S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1366/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710419/2013-91	Sul América Serviços de Saúde S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1344/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635490/2012-05	Santo André Planos de Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1095/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.562332/2011-30	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio De Janeiro	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1336/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.560463/2013-44	Unimed Regional Maringá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1041/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558281/2012-22	Vitallis Saúde S/A Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1411/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558198/2012-53	Unimed Regional da Baixa Mogiana Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1139/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902558136/2012-41	Unimed Lavras Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1138/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558121/2012-83	Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1137/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558066/2012-21	Unimed de Sertãozinho Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1230/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558054/2012-05	Unimed de Presidente Prudente Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1165/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558019/2012-88	Unimed de Fernandópolis Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1164/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558009/2012-42	Unimed de Catanduva Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1306/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558002/2012-21	Unimed de Botucatu Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1163/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557975/2012-42	Unimed Conselheiro Lafaiete Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1305/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557930/2012-78	Unimed Araxá Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1162/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557867/2012-70	Sistema Total de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1017/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557866/2012-25	Sistema Ipiranga de Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1160/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557493/2012-92	Filosanitas Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1142/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557455/2012-30	Cooperativa de Consumo e Benefícios Sociais e Econômicos C.S. Assistance	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1141/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.557395/2012-55	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1307/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.557316/2012-14	Assistência Médico Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1140/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475453/2012-23	Unimed Goiânia Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1034/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475449/2012-65	Unimed Francisco Beltrão Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1346/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475434/2012-05	Unimed Erechim Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1186/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475428/2012-40	Unimed do Oeste do Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1185/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475412/2012-37	Unimed de Votuporanga Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1154/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475410/2012-48	Unimed de Ubá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1065/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475409/2012-13	Unimed de Tupã Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1064/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475308/2012-42	Unimed Centro RS - Sociedade Cooperativa Médicos Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 911/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.475105/2012-56	Plena Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1072/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.427318/2013-52	Unimed Regional Maringá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1189/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.426521/2013-10	Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 994/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388251/2012-42	Santa Casa de Misericórdia da Bahia	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 958/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388153/2012-13	Notre Dame Seguradora S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1393/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387750/2012-12	Vision Med Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1396/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387380/2012-13	Advance Planos de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1126/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.376018/2011-36	Santa Casa de Misericórdia Dona Carolina Malheiros	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 126/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.350074/2010-60	Medplan Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1332/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316772/2013-89	Unimed do Estado de SP Federação Estadual das Coop. Médicas	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1527/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.316073/2013-39	Santa Helena Assistência Médica S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1096/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
3392.298118/2015-76	Unimed Patrocínio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 248/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.296611/2005-51	Pró-Saúde Assistência Médica S/C Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1410/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.218241/2014-11	Unimed Federação Interfederativa das Cooperativas Médicas do Centro-Oeste e Tocantins	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1054/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217121/2014-98	Amico Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1573/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.216254/2005-66	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1078/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.156672/2007-49	Assistência Médica São Paulo S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3442/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147954/2013-01	Unimed Ponta Grossa Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº4292/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.147951/2013-60	Unimed Planalto Central/RS Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4786/2018GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147906/2013-13	Unimed Maceió Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2681/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147899/2013-41	Unimed Jundiai Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3649/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147889/2013-14	Unimed Itabira Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4511/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147868/2013-91	Unimed Vale do Sepotuba Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4066/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147767/2013-10	Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1351/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147742/2013-16	Unimed Betim Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1063/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.093615/2004-07	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1409/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.297342/2005-41	Grupo Serviços de Medicina Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3903/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919072/2013-41	Unimed de Macaé Cooperativa de Assistência à Saúde	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3644/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768525/2014-45	Notre Dame Seguradora S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5281/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768434/2014-18	Hapvida Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4754/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710056/2013-94	Good Life Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 516/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635706/2012-24	Unimed Salto/Itu - Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3260/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635690/2012-50	Unimed de Marilia Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1664/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635678/2012-45	Unimed Jaboticabal Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2024/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.442434/2014-82	Unimed Planalto Médio Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5081/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.388504/2012-88	Unimed de Monte Alto Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 529/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387713/2012-12	Fundação Copel de Previdência e Assistência Social	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 536/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387706/2012-11	Fundação Assistencial Viçosense	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 517/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.387705/2012-68	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 533/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372448/2014-21	Santa Helena Assistência Médica S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5277/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860503/2011-93	Hospital de Cataguases	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3547/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768669/2014-00	Unimed Agreste Meridional Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5134/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768536/2014-25	Paraná Clínicas - Planos de Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3583/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.766789/2014-21	Associação Unisaúde Marau	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4980/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710845/2013-25	Unimed Poços de Caldas - Soc. Cooperativa de Trabalho e Serviços Médicos	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1715/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.635485/2012-94	Santa Rita Saúde S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2137/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

33902.635459/2012-66	Samel Plano de Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3956/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.618577/2014-71	Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos da Santa Casa de Misericórdia de Bragança Paulista	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4805/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.618515/2014-60	Good Life Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4432/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.618430/2014-81	Clínica São José Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4468/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.442445/2014-62	Unimed Regional da Baixa Mogiana Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4978/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.437030/2011-24	Unimed Uruguaiana/RS Cooperativa de Assistência	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1280/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372825/2014-22	Unimed Uberaba Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 4922/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.372125/2014-38	Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5370/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217635/2014-43	Fundação Waldemar Barnsley Pessoa	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 3585/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.217320/2014-04	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - Capesesp	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5372/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147494/2013-11	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5183/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.147281/2013-81	Bensaúde Plano de Assistência Médica Hospitalar Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5166/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.099245/2003-22	Cooperativa de Trabalho Médico de Pouso Alegre	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 5082/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.558256/2012-49	Unimed Vale do Sinos Cooperativa de Assistência à Saúde Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1241/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.008413/2007-11	Notre Dame Seguradora S/A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1607/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919035/2013-32	Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1699/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.919006/2013-71	Unimed Campina Grande Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1819/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.860901/2011-18	Unimed de Araras Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2104//2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.918960/2013-46	Sul América Serviços de Saúde S.A	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1933/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.817226/2011-07	Unimed Federação do Estado do Mato Grosso	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 232/2017/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768635/2014-15	SMS - Assistência Médica Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1866/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.768923/2014-61	Unimed São João Nepomuceno Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 1733/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.766772/2014-15	Associação Policial de Assistência à Saúde da Baixada Santista	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2002/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
33902.710803/2013-94	Unimed Natal Soc. Cooperativa de Trabalho Médico	DIFIS	Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da Diretoria de Desenvolvimento Setorial, na forma manifestada na Nota Técnica nº 2133/2018/GEIRS/DIDES/ANS, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

QUARTA DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE nº 3.273, de 29 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 3 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 71.

Onde se lê: "suspensão da importação do produto CRANIAL LOOP"

Leia-se: "suspensão da importação, distribuição, comercialização e implante do produto CRANIAL LOOP"

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 27, DE 13 DE MARÇO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 75.000,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 47, § 1º, inciso III, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - LDO 2019, combinado com o art. 4º, caput, inciso I, alínea "e", item "1", inciso III, alínea "i", item "1", e § 3º, da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - LOA 2019, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							75.000
		ATIVIDADES							
03 122	2100 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							75.000
03 122	2100 216H 5664	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Em Brasília - DF							75.000
			F	3	2	90	0	100	75.000
TOTAL - FISCAL									75.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							75.000
		ATIVIDADES							
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							75.000
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							75.000
			F	3	2	90	0	100	75.000
TOTAL - FISCAL									75.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.000

PORTARIA Nº 34, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Altera a Portaria CNMP-PRESI n° 189, de 18 de dezembro de 2018.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130-A, § 2°, I, da Constituição Federal, o art. 7º, § 1º, e art. 12, IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria CNMP-PRESI n° 189, de 18 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 2018, Seção 1, para constar que a 4ª Sessão Ordinária, agendada para o dia 26 de março de 2019, ocorrerá das 8 às 13 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

PORTARIA Nº 44, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Institui o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Militar.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 124, incisos XX e XXII da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e o que consta do Processo SEI nº 19.03.0000.0002188/2019-33, resolve:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público Militar (MPM), nos termos dispostos nesta Portaria, com o objetivo de estimular a responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos.

Art. 2º Considera-se serviço voluntário, para efeito desta Portaria, a atividade não remunerada prestada por pessoa física ao MPM, de forma espontânea e com objetivos cívicos, educacionais, culturais, científicos, recreativos ou de assistência social.

§1º O serviço voluntário não gerará vínculo funcional ou empregatício e nem obrigações trabalhistas, previdenciárias ou de qualquer outra natureza.

§2º Os serviços prestados com base nesta Portaria não se confundem com as atividades desenvolvidas em Programa de estágio, ficando vedada a emissão de certificados desta natureza.

Art. 3º Poderão prestar serviço voluntário quaisquer cidadãos com idade mínima de dezoito anos que estejam cursando ou tenham concluído curso superior.

Parágrafo único. Todo voluntário tem direito a desempenhar tarefas que o valorizem e de receber apoio no desenvolvimento de suas atividades, constituindo o serviço voluntário em desafio para ampliar e desenvolver suas habilidades.

Art. 4º O prestador de serviço voluntário não perceberá auxílio-alimentação, auxílio-transporte, ou qualquer contraprestação pecuniária concedidos, direta ou indiretamente, aos servidores do MPM.

Parágrafo único. O prestador de serviço, em casos excepcionais, poderá ser ressarcido pelas despesas comprovadamente realizadas no desempenho das atividades voluntárias, desde que os gastos tenham sido prévios e expressamente autorizados pelo Diretor-Geral do MPM.

Art. 5º As Unidades interessadas em contar com a colaboração do serviço voluntário deverão encaminhar solicitação à Direção-Geral, com indicação detalhada das atividades a serem desenvolvidas, da área de conhecimento requerida e do número de vagas a serem preenchidas (limitadas a uma vaga por Gabinete, Procuradoria, Departamento ou Unidade da estrutura administrativa da PGJM).

§ 1º Poderão solicitar o serviço voluntário as seguintes autoridades do MPM:

I - o Procurador-Geral de Justiça Militar e os Subprocuradores-Gerais de Justiça Militar, no âmbito dos seus respectivos gabinetes e demais Unidades Administrativas que lhe sejam diretamente subordinadas;

II - os Procuradores de Justiça Militar responsáveis pela Gestão Administrativa, na respectiva Procuradoria, e a Coordenadora Administrativa, na PJM/RJ;

III - o Diretor-Geral, no âmbito dos Departamentos e das Unidades da estrutura administrativa da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar.

§ 2º A autoridade solicitante deverá indicar, formalmente, o Membro ou o Servidor responsável por supervisionar a atuação do prestador de serviço voluntário.

Art. 6º O recrutamento dos prestadores de serviço voluntário será realizado por meio de Edital, o qual especificará as condições e os requisitos a serem preenchidos, conforme estrutura modelo a ser disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em cinco dias úteis a partir da publicação desta Portaria, pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

§ 1º Os editais de abertura deverão ser amplamente divulgados pelas Unidades, por meio do Boletim de Serviço Eletrônico (BSe), da Página do MPM na Internet e de Nota da ASCOM.

§ 2º O voluntário deverá ser submetido a entrevista pessoal e à análise curricular, sendo a admissão baseada em critérios de conveniência e de oportunidade.

CAPÍTULO II - DA ADMISSÃO, DA JORNADA E DAS ATIVIDADES

Art. 7º A relação de trabalho voluntário será formalizado por meio de Termo de Adesão celebrado entre uma das autoridades previstas no Art. 5º, § 1º desta Portaria e o voluntário.

§ 1º O Termo de Adesão deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - ficha cadastral, na qual deverá constar uma foto 3x4;

II - currículo atualizado;

III - cópias dos seguintes documentos pessoais, que deverão ser conferidas com os originais, no ato da apresentação:

a) carteira de identidade;

b) cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c) comprovante de residência;

d) comprovante de quitação com as obrigações militares e eleitorais;

e) comprovante do grau de escolaridade em nível superior ou declaração da instituição de ensino em que está matriculado.

IV - cópia da carteira profissional, no caso de profissões regulamentadas por conselhos de classe;

V - atestado médico comprovando a aptidão para realização das atividades;

VI - declaração que ateste que o prestador de serviço voluntário não atua nas causas em que esteja prevista a intervenção do Ministério Público, por qualquer dos seus órgãos e ramos, nem ter qualquer vinculação com sociedade de advogados, bem como que não atuará sob a supervisão de cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;

VII - declaração de que não tenha sido demitido dos órgãos públicos em que tenha porventura trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos, bem como de que não foi condenado em sentença judicial transitada em julgado em processo criminal, nas Justiças Federal e Estadual ou do Distrito Federal.

§ 2º O MPM poderá solicitar outros documentos que se façam necessários em razão do local ou da atividade a ser desempenhada pelo voluntário.

§ 3º Não impedem a contratação ou a manutenção do prestador de serviço voluntário a existência de inquérito policial, ação penal em curso ou a condenação criminal não transitada em julgado.

§ 4º Nas ações penais transitadas em julgado, caberá à Direção-Geral avaliar, com base na natureza da infração e na pena imposta, a conveniência para a contratação ou a manutenção do prestador de serviço voluntário.

Art. 8º Deverá constar no Termo de Adesão:

I - o objetivo, as condições de exercício e o período de vigência;

II - o plano de atividades com a descrição detalhada dos serviços;

III - os deveres e as proibições inerentes ao serviço voluntário, nos termos desta Portaria;

IV - a escala, com os dias e horários da prestação do serviço voluntário, previamente ajustada entre as partes, conforme a necessidade da Unidade na qual será prestado o serviço.

§ 1º Caberá ao supervisor definir o plano de atividades.

§ 2º O Termo de Adesão deverá ser firmado em 2 (duas) vias assinadas pelo prestador de serviço voluntário e por uma das autoridades previstas no Art. 5º, § 1º, desta Portaria, ficando cada uma das partes com uma via do referido termo, a qual será anexada ao referido processo.

§ 3º O início das atividades do prestador de serviço voluntário fica condicionado à data estabelecida no Termo de Adesão e à prévia assinatura das partes envolvidas.

§ 4º Poderá haver, com a concordância das partes, aditamento ao Termo de Adesão para ajuste das condições da prestação do serviço voluntário.

Art. 9º O Termo de Adesão, os documentos pessoais e as anotações relacionadas ao vínculo de trabalho voluntário serão mantidas em assentamento individual, o qual será posteriormente arquivado, observando-se os prazos para guarda de documentos públicos.

Art. 10. Cumpridas as formalidades legais e assinado o Termo de Adesão, o voluntário receberá identificação própria, expedida pelas Unidades do MPM, que permitirá o acesso às instalações do órgão e a utilização dos bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades voluntárias.

Parágrafo único. A identificação referida no caput deste artigo deverá ser devolvida pelo voluntário por ocasião do seu desligamento.

Art. 11. O voluntário deverá cumprir a carga horária e os horários previamente estabelecidos no Termo de Adesão.

§1º A jornada semanal do prestador de serviços voluntários será de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 20 (vinte) horas.

§ 2º A prestação do serviço voluntário ocorrerá no horário do expediente da respectiva Unidade, sendo vedado o trabalho na modalidade remota.

Art. 12. O cumprimento da jornada do serviço voluntário será apurado por meio eletrônico, a ser fiscalizado pelo supervisor e acompanhado pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único. As ocorrências relacionadas a carga horária do prestador de serviço voluntário serão informadas pelo respectivo supervisor.

Art. 13. As partes estabelecerão o prazo de duração da prestação do serviço voluntário, limitado ao máximo de 2 (dois) anos.

§1º As partes poderão, a qualquer tempo, solicitar a rescisão unilateral do Termo de Adesão.

§2º A prorrogação de Termo de Adesão celebrado com prazo inferior ao previsto no caput, observada o limite máximo de 2 (dois) anos, ficará condicionada à manifestação favorável do supervisor e deverá ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Pessoas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo final estabelecido originalmente, acompanhada dos seguintes documentos:

a) avaliação do serviço voluntário preenchida pelo supervisor;

b) plano de atividades, com a descrição detalhada dos serviços.

§ 3º O Termo de Prorrogação da adesão ao serviço voluntário deverá ser firmado em 2 (duas) vias assinadas pelo prestador de serviço voluntário e pela autoridade, ficando cada uma das partes com uma via do referido termo.

§ 4º O reinício das atividades do prestador de serviço voluntário ficará condicionado à data estabelecida no Termo de Prorrogação e à prévia assinatura das partes envolvidas.

CAPÍTULO III - DO SEGURO E DOS DIREITOS E DEVERES DO VOLUNTÁRIO

Art. 14. O Departamento de Gestão de Pessoas deverá providenciar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos voluntários, mediante Apólice Coletiva de Seguro, cujo número total de vidas seguradas corresponderá ao respectivo limite de voluntários.

Art. 15. O prestador de serviço voluntário fará jus a 5 (cinco) dias de recesso a cada 3 (três) meses de serviços realizados.

Parágrafo único. Os dias de recesso de que trata o caput são acumuláveis, limitados a dez dias.

Art. 16. São deveres do prestador de serviço voluntário, dentre outros, sob pena de rescisão do Termo de Adesão:

I - executar as atribuições constantes do Termo de Adesão, cumprindo as orientações e determinações do responsável pela supervisão de seu trabalho;

II - vestir-se adequadamente, não usando vestuário e adereços que comprometam a boa apresentação pessoal, a imagem institucional e a neutralidade político-partidária;

III - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

IV - guardar sigilo sobre assuntos pertinentes a sua atividade ou que tenha tomado conhecimento em razão do seu trabalho;

V - fazer uso do crachá de identificação nas dependências do MPM, e devolvê-lo ao término da vigência do Termo de Adesão;

VI - observar a atitude e a linguagem adequadas ao ambiente;

VII - respeitar as normas legais e regulamentares;

VIII - ser assíduo e pontual, justificando eventuais ausências e atrasos;

IX - participar de reuniões, cursos ou seminários para os quais for convocado, desde que não produza ônus para a Administração;

X - manter atualizados os seus dados cadastrais;

XI - zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio da respectiva Unidade;

XII - atuar de forma integrada e coordenada com a equipe de trabalho do órgão, executando as atribuições constantes do Termo de Adesão;

XIII - ressarcir os danos que causar, por culpa ou dolo, decorrentes da execução das atividades do serviço voluntário;

XIV - preencher ficha de autoavaliação com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, ou nas seguintes hipóteses:

a) na prorrogação do Termo de Adesão;

b) no desligamento;

c) quando julgar conveniente.

Parágrafo único. Noticiada a violação dos deveres previstos neste artigo, o voluntário será imediatamente afastado da prestação do serviço, devendo os fatos serem apurados em processo administrativo, em que lhe seja assegurada a ampla defesa, antes do eventual desligamento definitivo.

CAPÍTULO IV - DAS VEDAÇÕES AO VOLUNTÁRIO

Art. 17. Ao prestador de serviço voluntário é vedado:

I - praticar atos privativos de membros ou de servidores do Ministério Público Militar;

II - identificar-se, invocando sua qualidade de prestador de serviço voluntário, quando não estiver no pleno exercício das atividades voluntárias desenvolvidas no Órgão;

III - receber, a qualquer título, remuneração pela prestação do serviço voluntário ou outra vantagem remuneratória, inclusive as de caráter indenizatório, tais como diárias, passagens e despesas com transporte;

IV - retirar das instalações do MPM, sem expressa autorização, documentos, dados, informações, desenhos, plantas, fotografias ou qualquer outro material, em papel ou sob a forma digital, incluído envio por e-mail ou outras formas de transmissão de dados;

V - ausentar-se do local de serviço durante o expediente sem prévia autorização do supervisor;

VI - utilizar a internet para atividades que não estejam diretamente ligadas ao serviço voluntário;

VII - exercer encargos incompatíveis com o proposto no plano de atividades;

VIII - participar de viagens, em qualquer hipótese;

IX - transportar, a pedido de servidor ou de qualquer outra pessoa vinculada ao Órgão, dinheiro ou títulos de crédito;

X - executar trabalhos particulares solicitados por servidor ou qualquer outra pessoa vinculada ou não ao Órgão;

XI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XII - proceder de forma desidiosa;

XIII - atuar nas causas em que, por força de lei ou em razão do interesse público, esteja prevista competência ao Ministério Público, por qualquer dos seus órgãos e ramos, nem ter qualquer vinculação com sociedade de advogados.

§ 1º A vedação constante do inciso XIII deverá ser mantida mesmo que o profissional esteja em período de licença ou de afastamento legal.

§ 2º O prestador é responsável pelos atos que praticar durante a prestação do serviço voluntário, respondendo nas esferas civil, administrativa e penal pelo exercício irregular de suas atribuições.

§ 3º O supervisor fiscalizará o cumprimento do disposto neste artigo e, caso identifique irregularidade, deverá adotar as providências cabíveis.

§ 4º Noticiada a violação das proibições previstas neste artigo, o voluntário será imediatamente afastado da prestação do serviço, devendo os fatos serem apurados em processo administrativo, que lhe seja assegurada a ampla defesa e o contraditório, antes do eventual desligamento definitivo.

CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DAS AUTORIDADES

Art. 18. Caberá às autoridades relacionadas no Art. 5º, § 1º desta Portaria, como representantes da Unidade:

I - assegurar ao prestador de serviço voluntário o melhor aproveitamento de suas habilidades, com a disponibilização de tarefas e responsabilidades compatíveis com o seu conhecimento, experiência e interesse;

II - fornecer espaço físico, instalações e equipamentos adequados para acomodação e realização de atividades pelo prestador de serviço voluntário;

III - celebrar Termo de Adesão com o prestador de serviço voluntário, zelando por seu cumprimento;

IV - indicar Membro ou Servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento do prestador de serviço voluntário, para orientá-lo e exercer o papel de supervisor;

V - conceder certificado, ao término da prestação do serviço voluntário, com indicação do local ou locais onde o serviço foi prestado, o período, a carga horária cumprida e as atividades desempenhadas;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de prestação de serviço voluntário;

VII - apresentar avaliação dos prestadores de serviço voluntário com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, ou nas seguintes hipóteses:

a) na prorrogação do Termo de Adesão;

b) no desligamento;

c) quando julgar conveniente.

Parágrafo único. O Departamento de Gestão de Pessoas deverá publicar, no Portal da Transparência, a relação dos prestadores de serviços voluntários que atuam no MPM e os respectivos desligamentos.

CAPÍTULO VI - DA SUPERVISÃO

Art. 19. Cada prestador de serviço voluntário deverá ser acompanhado presencialmente por um supervisor, ao qual competirá:

I - promover a integração do voluntário no ambiente em que se desenvolverá o serviço;

II - orientar os voluntários sobre as atividades a serem desenvolvidas durante o período do serviço, bem como sobre seus deveres e responsabilidades;

III - zelar pelo cumprimento do Termo de Adesão;

IV - informar ao Departamento de Gestão de Pessoas:

a) o horário fixado para cada prestador de serviço voluntário sob sua responsabilidade;

b) a desistência do serviço voluntário ou quaisquer outras alterações relacionadas à atividade escolar, quando for o caso;

c) o registro das ocorrências em sistema eletrônico de frequência até o segundo dia útil do mês subsequente;

d) a avaliação do desempenho do prestador de serviço voluntário mediante o preenchimento da Ficha de Avaliação, a ser disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em cinco dias úteis a partir da publicação desta Portaria, pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Parágrafo único. O supervisor deverá ter formação ou experiência profissional na área de atuação do prestador de serviço voluntário e deverá estar lotado no setor em que será realizado o serviço.

CAPÍTULO VII - DO DESLIGAMENTO

Art. 20. O desligamento do prestador de serviço voluntário ocorrerá:

I - a pedido do próprio interessado, que deverá comunicar a decisão de afastamento com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis;

II - automaticamente, ao término do período de vigência disposto no Termo de Adesão e desde que não haja interesse da Administração ou possibilidade de prorrogação;

III - pelo abandono de suas atividades, que se caracteriza pela ausência injustificada de 5 (cinco) dias consecutivos;

IV - pela ausência injustificada do voluntário por 10 (dez) dias intercalados, no período de três meses;

V - pelo descumprimento das condições do Termo de Adesão por parte do prestador de serviço voluntário;

VI - por conduta incompatível com a exigida pelo MPM, observadas, para esse fim, as disposições contidas nos artigos 16 e 17 desta Portaria;

VII - a qualquer tempo, por interesse da Administração, desde que devidamente motivado.

§ 1º Caberá ao Departamento de Gestão de Pessoas providenciar o registro do motivo do desligamento do voluntário em seus assentamentos funcionais.

§ 2º Na situação prevista no inciso I deste artigo, o prestador de serviço voluntário deverá solicitar seu desligamento mediante requerimento.

§ 3º Salvo na situação prevista no inciso II deste artigo, deverá ser firmado Termo de Rescisão do Serviço Voluntário, conforme modelo a ser disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em cinco dias úteis a partir da publicação desta Portaria, pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

§ 4º É vedada nova adesão de prestador de serviço voluntário que tiver sido desligado anteriormente por inobservância aos incisos III, IV, V e VI deste artigo.

§ 5º Observado o disposto no parágrafo anterior, a celebração de novo Termo de Adesão com o mesmo prestador de serviço voluntário somente poderá ocorrer após a carência de seis meses da data do seu desligamento.

Art. 21. Mediante requerimento do interessado, poderá ser emitido, ao término da vigência do Termo de Adesão, certificado de prestação de serviço voluntário, a ser assinado pela autoridade signatária do referido Termo.

§ 1º Será emitido certificado de exercício de atividade jurídica aos bacharéis em Direito, cujo serviço voluntário consista em atividades que exijam a utilização preponderante de conhecimentos jurídicos.

§ 2º A Unidade onde o serviço for prestado poderá atestar, sempre que solicitado, a prestação do serviço voluntário antes de encerrado o período previsto no Termo de Adesão.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. As Unidades manterão atualizados os registros e os documentos que comprovem a relação de prestação de serviço voluntário, disponibilizando-os para efeitos de fiscalização pelos órgãos de controle, além do cadastro dos candidatos e dos voluntários.

Art. 23. Caberá às Unidades interessadas instaurar processo SEI e inserir a solicitação citada no caput do artigo 5º desta Portaria e a minuta do Edital para autorização pelo Diretor-Geral, coordenar as ações necessárias à prestação de serviço voluntário e deliberar sobre os demais procedimentos administrativos internos relativos à matéria.

Art. 24. A implementação e a continuidade do serviço voluntário ficarão condicionadas à prévia dotação orçamentária do MPM.

Art. 25. Compete ao Diretor-Geral da Secretaria do MPM dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação desta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral de Justiça Militar.

Art. 26. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU) e também será publicada no Boletim de Serviço Eletrônico (BSe).

JAIME DE CASSIO MIRANDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 16, DE 20 DE MARÇO DE 2019

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 3ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.025103/19-32, que tem como interessados: IVANILDO ANTÔNIO LIRA DE MEDEIROS DA SILVA, FERNANDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA,LUCAS RODRIGUES DE FREITAS, JEAN DUARTE DE CARVALHO, FRANCISCO TÁCIO ARAÚJO DA SILVA, JANAÍNA DE SOUZA AGUIAR LOPES e RAYANE RAQUEL DE SOUZA ALMEIDA , para apurar indícios de enriquecimento ilícito e danos causados ao patrimônio público com a nomeação e sucessiva exoneração de servidores em cargos de alta remuneração da Câmara Legislativa do Distrito Federal, supostamente para ampliar a base remuneratória de vantagens pessoais.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA 7, DE 13 DE MARÇO DE 2019
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro José Mucio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcelo Martins Pimentel
Subsecretária do Plenário, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 14 horas e 35 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCU Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 6, referente à sessão ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2019 (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

QUESTÃO DE ORDEM (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

O Ministro Bruno Dantas apresentou Questão de Ordem sobre a definição de relatoria dos atos e fatos alusivos à Advocacia-Geral da União (AGU). Matéria não submetida à apreciação do plenário.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata):

Da Presidência:

Encerramento, às 12 horas e 30 minutos deste dia, do 41º Encontro de Dirigentes do TCU, realizado no Instituto Serzedello Corrêa.

Apresentação do Relatório de Atividades do TCU referente ao 4º Trimestre de 2018.

Proposta de autorização da cessão do servidor Marcelo Barros Gomes à Casa Civil da Presidência da República, até 15/1/2020. Aprovada.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Proposta de abertura de prazo de quinze dias para recebimento de emendas dos Ministros ou sugestões dos Ministros-Substitutos e da Procuradora-Geral junto a este Tribunal ao anteprojeto de resolução que altera a sistemática dos pedidos de vista de processos em julgamento no Tribunal, objeto do TC-004.977/2019-0. Aprovada.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

Proposta de extensão do prazo para recebimento de emendas e sugestões ao projeto de resolução que cria novo Regimento Interno para o TCU, no âmbito do TC 033.854/2018-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler. O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti sugeriu que o prazo fosse estendido até 30/5/2019, o que foi acolhido pelo Ministro Raimundo Carreiro e aprovado pelo relator e pelo colegiado.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 512 a 531.

Na oportunidade do julgamento do processo TC-037.314/2011-4 (Acórdão n° 527/2019), Relação nº 4/2019, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, a representante do Ministério Público junto ao TCU, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em consonância com o artigo 62, inciso III, c/c os artigos 109 e 143, § 1º, do Regimento Interno, manifestou-se oralmente.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-032.700/2010-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a pedido do revisor (art. 119), Ministro Vital do Rêgo;

TC-006.392/2016-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-011.359/2006-1, TC-036.253/2012-0 e TC-037.346/2018-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-030.174/2018-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-035.118/2011-3, cujo relator é o Ministro José Mucio Monteiro, a pedido do revisor (art.119), Ministro Augusto Nardes;

TC-019.083/2015-7 e TC-022.573/2005-1, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-013.557/2016-5, TC-013.559/2016-8 e TC-015.889/2018-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

TC-008.705/2015-1, TC-010.234/2018-7, TC-017.413/2017-6, TC-019.370/2013-0, TC-023.657/2015-4, TC-027.631/2017-6, TC-034.882/2017-0, TC-034.886/2017-6, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-003.774/2019-8, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo TC-008.994/2015-3, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-023.563/2018-4, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, a Dra. Maria Augusta Rost produziu sustentação oral em nome da empresa CTIS Tecnologia AS e o Dr. Filipe da Silveira Moreira declinou de produzir sustentação oral em nome da empresa Produs Produtos e Soluções para Informática Ltda. Acórdão 458.

Na apreciação do processo TC-020.720/2017-3, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Carlos Alberto Valentim dos Santos produziu sustentação oral em nome da União. Acórdão 459.

Na apreciação do processo TC-034.726/2016-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Diego Campos produziu sustentação oral em nome de Lucia Regina Assunção Montanhini. Acórdão 460.

Na apreciação do processo TC-010.094/2013-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, a Dra. Ana Carolina Mazoni declinou de produzir sustentação oral em nome de Odileida Maria de Sousa Sampaio. Acórdão 461.

Na apreciação do processo TC-033.263/2008-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, os Drs. Bruno Calfat e Marcel Mascarenhas dos Santos produziram sustentação oral em nome do Banco Fonte Cindam S.A., de Luiz Antônio Andrade Gonçalves e do Espólio de Roberto José Steinfeld e de Cláudio Ness Mauch, Demósthenes Madureira de Pinho Neto e Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, respectivamente. Acórdão 462.

Na apreciação do processo TC-015.077/2017-9, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Rodrigo de Araújo Freitas Resende produziu sustentação oral em nome da empresa XYS Tecnologia Ltda. Acórdão 463.

Na apreciação do processo TC-032.997/2017-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, os Drs. Diego Álvaro dos Santos e Luiz Henrique Baeta Funghi não compareceram para produzir a sustentação oral em nome do Município de São José da Lapa e da Concessionária do Aeroporto internacional de Confins, respectivamente, e o Dr. Rafael da Anunciação declinou de produzir a sustentação oral em nome da Infraero. Acórdão 464.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112, § 5º, do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-032.997/2017-5 (Ata nº 44/2018), cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Acórdão 464.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-023.563/2018-4 - Acórdão 458
O Ministro Benjamin Zymler usou da palavra para discutir a matéria.

TC-020.720/2017-3 - Acórdão 459

TC-034.726/2016-0 - Acórdão 460

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-010.094/2013-0 - Acórdão 461

TC-033.263/2008-1 - Acórdão 462

MINISTRA ANA ARRAES

TC-015.077/2017-9 - Acórdão 463

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-032.997/2017-5 - Acórdão 464

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-004.374/2015-0 - Acórdão 465

TC-005.381/2011-8 - Acórdão 466

TC-005.849/2002-4 - Acórdão 467
TC-007.416/2013-0 - Acórdão 472
TC-028.566/2014-9 - Acórdão 473
TC-031.629/2013-0 - Acórdão 474
MINISTRO AUGUSTO NARDES
TC-000.323/2016-0 - Acórdão 468
TC-026.130/2014-9 - Acórdão 469
TC-029.048/2018-4 - Acórdão 470
TC-043.243/2018-5 - Acórdão 471
MINISTRO AROLDO CEDRAZ
TC-008.212/2017-1 - Acórdão 475
TC-008.411/2016-6 - Acórdão 476
TC-014.566/2017-6 - Acórdão 477
TC-016.537/2007-6 - Acórdão 478
TC-032.363/2014-1 - Acórdão 479
TC-036.820/2018-0 - Acórdão 480
MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO
TC-027.035/2018-2 - Acórdão 481
TC-027.044/2018-1 - Acórdão 482
TC-027.714/2018-7 - Acórdão 483
TC-028.207/2017-3 - Acórdão 484
TC-029.050/2018-9 - Acórdão 485
TC-029.089/2018-2 - Acórdão 486
MINISTRA ANA ARRAES
TC-002.145/2018-9 - Acórdão 487
TC-017.255/2017-1 - Acórdão 488
TC-032.780/2014-1 - Acórdão 489
TC-040.166/2018-0 - Acórdão 490
MINISTRO BRUNO DANTAS
TC-009.335/2017-0 - Acórdão 491
MINISTRO VITAL DO RÊGO
TC-002.564/2011-4 - Acórdão 492
TC-009.845/2010-0 - Acórdão 493
TC-025.075/2017-9 - Acórdão 494
TC-026.016/2013-3 - Acórdão 495
TC-034.491/2017-1 - Acórdão 496
MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
TC-005.460/2013-3 - Acórdão 497
TC-017.533/2017-1 - Acórdão 498
MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA
TC-004.389/2017-4 - Acórdão 499
TC-033.529/2018-3 - Acórdão 500
MINISTRO-SUBSTITUTO ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
TC-002.596/2014-8 - Acórdão 501
TC-013.243/2017-9 - Acórdão 502
TC-023.146/2017-6 - Acórdão 503
TC-031.769/2017-9 - Acórdão 504
TC-034.868/2017-8 - Acórdão 505
TC-034.874/2017-8 - Acórdão 506
TC-034.875/2017-4 - Acórdão 507
TC-034.876/2017-0 - Acórdão 508
TC-034.880/2017-8 - Acórdão 509
TC-034.894/2017-9 - Acórdão 510

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti foi convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes, em função do quórum mínimo exigido.

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA
TC-003.801/2019-5 - Acórdão 511

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 512 a 531, apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 458 a 511, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 5/2019 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 512/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a" e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em considerar parcialmente cumprido o item 9.2.1 e não cumprido o item 9.2.2 do Acórdão 1.117/2017-TCU-Plenário, adotar as providências relacionadas no item 1.6 desta deliberação e dar continuidade ao monitoramento realizado nestes autos, de acordo com o parecer SecexSaúde (peças 18-20):

1. Processo TC-008.506/2018-3 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Governo do Distrito Federal
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. fixar novo e improrrogável prazo de 30 (trinta) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF) apresente a seguinte documentação para comprovação de atendimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.117/2017-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, destacando que o descumprimento, no prazo fixado, de decisão desta Corte, salvo motivo justificado, poderá ensejar a aplicação de multa fundamentada no inciso IV, do art. 58, da Lei 8443/1992 c/c o inciso VII do art. 268 do Regimento Interno do TCU, a qual prescinde de prévia audiência dos responsáveis, nos termos do §3º, do art. 268, do RITCU:
1.6.1. documentação comprobatória da recomposição dos valores remanescentes ao Fundo de Saúde do Distrito Federal (FSDF) (R$ 5.830.397,62, em 13/9/2018), devidamente atualizados monetariamente ou, se for o caso, cronograma pactuado com a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF) para o repasse dos valores que ainda devem ser devolvidos ao FSDF;
1.6.2. documentação comprobatória de que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) passou a depositar e movimentar os recursos federais recebidos do Ministério da Saúde, até a sua destinação final, em conta corrente específica mantida em instituição financeira oficial federal, nos termos estabelecidos no artigo 13, § 2º, da Lei Complementar 141/2012.

RELAÇÃO Nº 6/2019 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 513/2019 - TCU - Plenário

Considerando que o recurso de revisão, conforme estatuído no art. 35, incisos I, II e III, da Lei nº 8.443/1992, deve ser fundado em erro de cálculo; falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e na superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

Considerando, dessa maneira, que o presente recurso não está fundado materialmente em nenhuma das hipóteses descritas no dispositivo supracitado;

Considerando os pareceres uniformes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU pugnando pelo não-conhecimento do presente recurso;

Considerando que meros argumentos e teses jurídicas representam elementos ordinários que somente justificariam o seu exame em sede de recurso de reconsideração;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 288, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em não conhecer do recurso e determinar o seu arquivamento, após comunicação à recorrente do teor deste acórdão, bem como do exame de admissibilidade realizado pela Serur.

1. Processo TC-017.154/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Jose Nérito de Souza (375.478.019-00)
1.2. Recorrente: Jose Nérito de Souza (375.478.019-00)
1.3. Entidade: Município de São Joaquim - SC
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); e Secretaria do TCU no Estado de Goiás (Sec-GO).
1.8. Representação legal: Ivo Carminati (3905/OAB-SC) e outros, representando Jose Nérito de Souza.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 514/2019 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria na Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Pará e nos municípios de Ananindeua, Marituba, Novo Progresso, Pau D'arco e São João de Pirabas, todos localizados no Estado do Pará;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em prorrogar o prazo para cumprimento da determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão 1476/2018-Plenário para 22/4/2019.

1. Processo TC-029.544/2014-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Florivaldo Vieira Martins (108.654.972-49)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Ananindeua - PA; Prefeitura Municipal de Marituba - PA; Prefeitura Municipal de Novo Progresso - PA; Prefeitura Municipal de Pau D'arco - PA; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas - PA; Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Pará
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Amapá (Sec-AP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 515/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso III e parágrafo único, do RITCU c/c arts. 103, § 1º, e 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando ciência ao interessado, nos termos abaixo:

1. Processo TC-017.505/2017-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23)
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Sousa/PB
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. encaminhar cópia deste autos ao Fundo Nacional de Saúde para adoção das providências que entender cabíveis no que se refere ao inquérito civil 1.24.002.000355/2014-03, instaurado em 6/2/2015 pela Procuradoria da República na Paraíba (MPF/PB), com cópia do ofício de encaminhamento para o Serviço de Auditoria do SUS na Paraíba (Denasus/PB);
1.7.2. dar ciência desta deliberação ao representante; e
1.7.3. arquivar o presente processo.

RELAÇÃO Nº 6/2019 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 516/2019 - TCU - Plenário

Considerando que o recorrente abaixo indicado ingressou com pedido de reexame contra o Acórdão 2340/2018-TCU-Plenário, prolatado nesta representação;

Considerando, ainda, que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do Acórdão supracitado;

Considerando o parecer da Secretaria de Recursos no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 143, inciso IV, alínea "b", 146 e 282 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer deste pedido, em razão da ausência de legitimidade e de interesse recursal, e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta deliberação, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão recorrido.

1. Processo TC-030.642/2018-3 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Híbrida Serviços de Consultoria Ltda - EPP (83.339.796/0001-39)
1.2. Interessado: Híbrida Serviços de Consultoria Ltda - EPP (83.339.796/0001-39).
1.3. Órgão/Entidade: Município de Parauapebas - PA.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado do Pará (Sec-PA).
1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2019 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 517/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e" do Regimento Interno, em deferir o pedido de prorrogação de prazo, feito às peças 97 e 98, para o atendimento da determinação constante do item 9.1.2 do Acórdão 1.765/2018-TCU-Plenário, estendendo-o até o dia 15/3/2019, e dar ciência desta deliberação às Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

1. Processo TC-031.986/2017-0 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: Wilson Pinto Ferreira Júnior e outros, representando Centrais Elétricas Brasileiras S.A..

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 518/2019 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de Relatório de Auditoria, realizado no âmbito do Fiscobras 2017, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de fiscalizar as obras de reestruturação e expansão da universidade, especificamente aquelas objeto do Contrato 175/2013, que tratam da construção do Centro de Ciências Biológicas (CCB) e de uma subestação elétrica com capacidade de 3500 KVA;

Considerando que, na instrução à Peça 101, a equipe de auditoria da então Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC) registrou que vistoriou a obra em 2/6/2017, constatou que 66,20% do valor contratual já havia sido medido e, ainda, apurou as seguintes impropriedades:

a) desequilíbrio econômico-financeiro do contrato decorrente de legislação superveniente que alterou a forma de incidência da contribuição previdenciária de empresas da construção civil, resultando em diferença indevida de R$ 1.129.641,54 em favor da empresa contratada;

b) sobrepreço decorrente de erros de cálculo na planilha orçamentária, que redundaram em um valor a maior no contrato de R$ 63.835,90;

c) projeto básico deficiente ou desatualizado, por não ter sido realizada a sondagem do solo para elaboração do projeto licitado e por inconsistências identificadas no orçamento da obra;

d) restrição à competitividade da licitação decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento;

e) implantação do empreendimento sem obtenção de todas as licenças e autorizações emitidas pelos órgãos competentes; e

f) impropriedades na execução orçamentária, com a utilização de dotações impróprias para custear o empreendimento;

Considerando que este Tribunal, após as comunicações devidas e análises das defesas apresentadas, entendeu que as irregularidades não foram afastadas pelos elementos acostados aos autos e que as impropriedades causaram desequilíbrio econômico ao contrato;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.570/2018-TCU-Plenário, o TCU determinou à UFSC, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 30 (trinta) dias, adotasse providências junto à Empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda. no sentido de recompor a equação econômico-financeiro do Contrato UFSC 175/2013, bem como de realizar a compensação dos valores pagos a maior, decorrente de legislação superveniente que alterou a forma de incidência da contribuição previdenciária de empresas de construção civil, nos termos do art. 13 da Lei 12.844/2013, e, ainda, que fossem recompostos os preços dos serviços do Contrato UFSC 175/2013 nos quais foram identificados erros na aplicação de BDI nas fórmulas da planilha orçamentárias, especificamente quanto aos itens 4.1.2; 16.2.1; 19.3.9; 21.10.7; 34.1.12; 37.1.4; 45.1.86; 45.1.87; 58.1.2; 70.2.1; 73.3.9 e 86.2.1 da planilha, bem como de realizar a compensação dos valores pagos a maior nestes itens, além de dar ciência à UFSC, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, sobre falhas observadas nas obras objeto do Contrato UFSC 175/2013, para que fossem adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes;

Considerando que, irresignada, a empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda. opôs Embargos de declaração contra o item 9.1 Acórdão 2.570/2018-TCU-Plenário (Peça 110), arguindo, em essência, a existência de omissões e de contradições na deliberação embargada;

Considerando que, em consonância com as regras processuais, os embargos opostos são intempestivos, vez que a empresa foi notificada por meio do Ofício 0625/2018-TCU/Secex-SC, de 9/11/2018 (Peça), recebido em 21/11/2018, conforme AR à Peça 108, tendo ingressado com o recurso em 6/12/2019 (Peça 110), portando em data posterior ao término do prazo para interposição dessa modalidade (3/12/2018);

Considerando que a empresa embargante ingressou nos autos com a petição à Peça 116, em que relata ter recebido o Ofício 14/PROAD/2019 da UFSC, enunciando ciência acerca do acórdão proferido nestes autos, concedendo no ato, prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do ofício para que a interessada se manifestasse sobre as providenciadas elencadas no acórdão;

Considerando que a embargante alega que teria oposto embargos declaratórios a fim de haver sanadas as omissões, as obscuridades e as contradições elencadas e, ainda, requerendo que o recurso fosse recebido com o efeito suspensivo o qual não lhe foi aplicado, pois, mesmo após a oposição dos aludidos recursos, este Tribunal teria enviado ofício à UFSC requerendo o cumprimento das medidas impostas na deliberação e, como se não bastasse, a UFSC, na qualidade de contratante, mesmo antes do trânsito em julgado do acórdão, efetuou reajustes no contrato, alterando o preço da obra para menor;

Considerando que a empresa requereu que seja concedido de imediato o efeito suspensivo do acórdão proferido (Peças 104, 105 e 106), bem como seja oficiada à universidade sobre a decisão;

Considerando que, mesmo que as medidas adotadas pela SEC-SC e pela UFSC tenham ocorrido antes da apreciação dos presentes embargos, não ocasionaram qualquer prejuízo para os envolvidos, podendo os atos praticados serem convalidados pela presente deliberação, uma vez que a intempestividade da peça recursal, pressuposto essencial para a sua admissibilidade, condiciona o seu não conhecimento e a manutenção, em seus exatos termos, do que antes foi decidido;

Considerando que os Embargos de declaração não são a via apropriada para o reexame de questões de mérito ou mesmo apreciação de condições que deverão ser acordadas entre a contratante (UFSC) e contratada (embargante) e submetida a este Tribunal para aferição do adequado cumprimento da deliberação em fase posterior deste processo;

Considerando, por fim, que mesmo que conhecidos os presentes embargos, não haveria qualquer contradição, obscuridade ou omissão na deliberação atacada, nem tampouco foram apresentados elementos suficientes à aplicação de efeitos infringentes que resultem em reformulação de juízo anteriormente firmado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f", e § 3º, 278 e 287 do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer dos presentes Embargos de declaração, eis que não preenchem o requisito tempestividade, pressuposto essencial para a sua admissibilidade;

b) determinar à SEC-SC que avalie a pertinência das medidas já adotadas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para cumprimento das determinações a que se referem os subitens 9.1, 9.1.1, 9.1.2, conforme documentos de Peças 114 a 117;

c) dar ciência desta deliberação à embargante e aos demais interessados;

1. Processo TC-009.206/2017-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Luiz Carlos Cancellier de Olivo (CPF 417.667.419-91).

1.2. Recorrente: Salver Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 00.521.113/0001-32).

1.3. Interessados: Congresso Nacional, Salver Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 00.521.113/0001-32) e Universidade Federal de Santa Catarina (CNPJ 83.899.526/0001-82).

1.4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Santa Catarina (Sec-SC).

1.9. Representação legal: Marcos Luís Wagner (29504/OAB-SC) e outros, representando Salver Construtora e Incorporadora Ltda.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 519/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/93; artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 169, inciso III; 250, inciso I; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, inciso VII, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda., ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão; fazer as orientações sugeridas; e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.098/2019-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.6.1. dar ciência ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes, de que o esclarecimento prestado pelo Inep acerca do subitem 3.1.5, 'b', 'ii', 6, do "Encarte E - Planilha de Custos e Formação de Preços" do Termo de Referência, por exigir do licitante a comprovação de equipe profissional com vínculo empregatício permanente CLT anteriormente à contratação, contraria o disposto no inciso VII do art. 7º da Instrução Normativa SLTI/MPOG 4/2014;

ACÓRDÃO Nº 520/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 1º, inciso XVI, da Lei 8.443/1992; c/c o §1º do art. 113 da Lei 8.666/1993; e arts. 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 144, § 2º; 146, § 2º; 169, inciso V; 234, 235 e 237, todos do Regimento Interno, e no art. 103, § 1º, e 105, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer da representação que solicita a suspensão do Pregão Eletrônico 5/2019 do Ministério da Saúde, uma vez não satisfeitos os requisitos de admissibilidade; indeferir os pedidos de ingresso nos autos como interessadas das empresas Axis Biotec Farmacêutica S.A. e Libbs Farmacêutica Ltda., e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.504/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde.

1.5. Representante: Axis Biotec Farmacêutica S.A. (CNPJ 20.766.570/0001-02).

1.6. Representação legal: Isabela Santiago (183.878/OAB-RJ).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar à Representante e ao Ministério da Saúde que o conteúdo da deliberação proferida pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

ACÓRDÃO Nº 521/2019 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pela empresa Imtep GSI Clínica Médica Hospitalar Ltda., com pedido de concessão de medida cautelar, sem a oitiva prévia da Administração, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no convite eletrônico (CE) 2218996188 da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que tem por objeto contratar serviços especializados em saúde, pelo período de 1.095 dias.

Considerando que parte das alegações da representante mostraram-se procedentes sem, contudo, acarretarem prejuízo ao interesse público;

Considerando que está presente o perigo da demora reverso e ausentes o perigo da demora e a fumaça do bom direito;

Considerando que na esfera controladora não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão, a teor do art. 20 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942), acrescido pela Lei 13.655/2018;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016; no art. 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso V, alínea "a"; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção; indeferir o pedido do representante de ser considerada como parte interessada, uma vez ausentes os requisitos do art. 146 do Regimento Interno do TCU, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos após a prolação desta deliberação; dar ciência desta deliberação à Petróleo Brasileiro S.A e à representante e arquivar o presentes processo, de acordo com o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-027.169/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (118.488/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a.; Mirela Miro Ziliotto (86.636/OAB-PR), representando Costa Verde Transportes Ltda; Rodrigo Pironti Aguirre de Castro (36363/OAB-PR) e outros, representando Imtep Gsi Clinica Medica Hospitalar Ltda..

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: dar ciência à Petróleo Brasileiro S.A., com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Convite Eletrônico 2218996188:

1.6.1.) fundamentação do processo licitatório no Decreto 2.745/1998, considerado inaplicável à estatal em reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 2.302/2015-TCU-Plenário; 6.033/2015-TCU-2ª Câmara; 2.811/2012-TCU-Plenário), adotando-se modalidade licitatória não prevista na Lei 8.666/1993 e que não atende, de forma satisfatória aos princípios da competitividade, economicidade e transparência, nos termos explicitados no Acórdão 272/2016-TCU-Plenário;

1.6.2.) classificação da licitante Impaktus Engenharia, Consultoria e Empreendimentos Ltda., a despeito de não constar do objeto social da empresa, à época da apresentação da documentação de admissibilidade, atividades correlatas à prevista no objeto da licitação, o que contraria o disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.666/1993 e na resposta à consulta 95 respondida pela Comissão de Licitação;

1.6.3.) inclusão da Impaktus Engenharia, Consultoria e Empreendimentos Ltda. no cadastro mantido pela Petrobras, como apta a prestar os serviços licitados, os quais não constavam do objeto social da empresa, em afronta ao art. 28, inciso II, da Lei 8.666/1993 e ao Manual da Petrobras para Contratação então vigente;

1.6.4.) inobservância do rito previsto no item 5.2.1, alíneas "a" e "b", da carta-convite, tendo sido realizadas as etapas de análise da documentação de habilitação e de avaliação das planilhas de preços em uma única oportunidade, sem que tenha sido aberto

o prazo de 24 horas a partir da emissão do parecer da comissão sobre os documentos de admissibilidade (habilitação), para que os demais licitantes se manifestassem e interpusessem recursos;

1.6.5.) não disponibilização dos documentos de admissibilidade (habilitação) no portal Petronect para acesso pelos demais licitantes, em desacordo com o item 5.2.1, "a.1", da carta-convite e ao princípio da transparência;

1.6.6.) descumprimento do item 5.2 da carta-convite, pelo fato de a empresa Impaktus Engenharia, Consultoria e Empreendimentos Ltda. ter apresentado proposta comercial juntamente com os documentos de habilitação; e

1.6.7.) ausência, na carta-convite, de justificativas para a exigência das vistorias, em oposição à jurisprudência do TCU (Acórdãos 170/2018-Plenário, 866/2017-Plenário e 212/2017-Plenário).

RELAÇÃO Nº 4/2019 - Plenário

Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 522/2019 - TCU - Plenário

Considerando a manifestação da unidade técnica lavrada nos seguintes termos:

"

A. Identificação do Processo

TC 041.917/2018-9	Considerar parcialmente procedente. Dar ciência. Arquivamento.

Unidade Jurisdicionada	Uasg
Caixa Econômica Federal (Caixa)	Não se aplica

Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados na área de apoio administrativo para atendimento às Unidades da Caixa sediadas no Distrito Federal, cidades do entorno e regiões atendidas pela SR Brasília Sul e Norte (peça 2, p. 2)

Representante	CNPJ
CSN - Centro de Serviços do Nordeste Ltda.	05.487.219/0001-80

Há pedido de Sustentação Oral?	Procuração
Não	Peças 3 e 4

Modalidade	Número	Critério de Julgamento
Pregão Eletrônico	PE 070/7066-2018-GILOG/BR	Menor preço por item

Vigência	Valor Estimado
12 meses, prorrogável até cinco anos (peça 2, p. 35)	R$ 17.109.362,28 (peça 2, p. 2 e 98)

Suspenso por Medida Cautelar?
Não

Fase do Certame

Suspenso. No portal de licitações da Caixa (www.licitacoes.caixa.gov.br, consulta em 19/2/2019) consta a seguinte justificativa: "Informamos que o certame será suspenso em virtude da necessidade de ajustes nos valores da planilha de composição de preços, assim informamos que o edital será posteriormente republicado" (peças 15 e 16).

B. Momento Processual

1. Promovida a oitiva quanto às alegações do representante e demais questões levantadas por esta Unidade Técnica, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.

C. Histórico de Comunicações

Despacho do Relator	Peça 9	21/12/2018

Ofícios Encaminhados pela Selog

À entidade	Ofício 1895/2018-TCU/Selog, de 26/12/2018 (peça 10)

D. Documentos Apresentados em Resposta à Oitiva

Pela Unidade Jurisdicionada

Ofício 01/2019/GECOT (peça 14)

E. Exame Técnico

Itens "a" e "b" da oitiva:

Item "a": esclarecer por que os requisitos de avaliação da capacidade econômica e financeira das empresas interessadas no objeto do PE 070/7066-2018-GILOG/BR não estão em plena sintonia com os ditames do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário (Relator Ministro Aroldo Cedraz), quanto à exigência de Capital Circulante Líquido de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação, e de declaração de contratos firmados com a Administração Pública e com empresas privadas, que evidencie que o patrimônio líquido das interessadas é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor firmado nesses contratos.

Manifestação do órgão/entidade (peça 14, p. 2):

a) o Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário (Relator Ministro Aroldo Cedraz) apresenta proposições de melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, com o objetivo de garantir a liquidez contratual e reduzir riscos e possíveis prejuízos à Administração Pública, mas não necessariamente a Administração deve seguir;

b) a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) estabeleceu parâmetros de habilitação sem indicar exaustivamente a forma de sua exigência, permitindo certa liberdade

para que a Estatal defina seus critérios, desde que respeitados os limites legais e constitucionais;

c) a área gestora considerou suficientes os critérios estabelecidos no edital para avaliar a real capacidade financeira dos licitantes, levando-se em consideração a particularidade do objeto. Esses critérios são estabelecidos como padrão pela Caixa e usualmente aplicados em licitações, inclusive na última licitação para este objeto (PE 006/7066-2015), cuja vencedora vem prestando serviços satisfatoriamente desde então; e

d) a área gestora entendeu não haver necessidade de inclusão de outros critérios relativos à qualificação econômico-financeira a fim de garantir a ampla

competitividade e abrir mão de exigências desnecessárias para a contratação.

Item "b": demonstrar que os requisitos enumerados nos subitens 8.4.1 a 8.4.4 do Edital do PE 070/7066-2018-GILOG/BR são suficientes para a avaliação da capacidade econômica e financeira das empresas interessadas no objeto licitado, não implicando maiores riscos de descontinuidade dos serviços a serem contratados.

Manifestação do órgão/entidade (peça 14, p. 2-3):

a) os parâmetros elencados no edital relacionados à qualificação econômico-financeira foram considerados pela área gestora suficientes para a solvência contratual, levando

-se em conta a particularidade do objeto, a qual envolve recursos financeiros de curto prazo e de alta liquidez, e necessita de aporte de recursos no ativo circulante para suportar as despesas com folha de pagamento, aquisição de uniformes e outros encargos de cada mês independentemente do recebimento do pagamento do órgão para o qual presta os serviços;

b) o contrato a ser celebrado possui cláusula de contingenciamento das verbas trabalhistas, a qual tem como finalidade assegurar a boa execução do contrato, de forma que todos os prestadores estejam seguros quanto ao recebimento de seus direitos. Tal ação tem demonstrado ótimos resultados na gestão desses contratos, minimizando os riscos de descontinuidade dos serviços e eventuais ajuizamentos de ações trabalhistas, in verbis:

CLAUSULA SEXTA - DO APROVISIONAMENTO DE VALORES PARA PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

Os valores informados na planilha de composição de custos a título de provisão para pagamento de encargos trabalhistas, conforme as alíneas constantes nesta cláusula, serão glosados do faturamento mensal e depositados em conta caução, de titularidade da Contratada, aberta em agência da CAIXA, exclusivamente para essa finalidade, devendo o correspondente comprovante de abertura ser apresentado pela CONTRATADA no ato de assinatura do contrato:

a) férias e correspondente abono;

b) 13° salário;

c) adicional do FGTS nas rescisões sem justa causa;

d) impactos sobre férias e 13° salário.

c) os requisitos exigidos em edital para qualificação econômico-financeira, somados aos demais critérios como cláusula de contingenciamento, apresentação de seguro para o contrato e a regularidade no SICAF são suficientes e compatíveis com o objeto em questão e asseguram uma contratação mais sólida com a finalidade de alcançar a exequibilidade contratual.

Análise dos itens "a" e "b" da oitiva:

2. No tocante ao entendimento da Caixa de que a Administração Pública não necessariamente deve seguir as proposições do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário (Relator Ministro Aroldo Cedraz), por tratar-se de meras proposições de melhorias, cabe destacar que o referido acórdão recomendou à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento a modificação da IN - SLTI/MP 2/2008 com vistas a incorporar determinados aspectos, conforme se transcreve abaixo, com relação aos itens abordados na oitiva:

9.1 recomendar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento que incorpore os seguintes aspectos à IN/MP 2/2008:

(...)

9.1.10 sejam fixadas em edital as exigências abaixo relacionadas como condição de habilitação econômico-financeira para a contratação de serviços continuados:

9.1.10.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, índices calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da licitaç o;

(...)

9.1.10.3 patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença;

(Negrito aposto na transcrição)

9.1.10.3 patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença;

(Negrito aposto na transcrição)

3. A Instrução Normativa - SLTI/MPOG 6, de 23/12/2013 modificou a IN - SLTI/MP 2/2008, incorporando as exigências estabelecidas nos itens acima transcritos. Em 26/5/2017, a Instrução Normativa - Seges/MPDG 5/2017 revogou a mencionada IN de 2008, porém mantendo os referidos requisitos de habilitação econômico-financeira (Anexos VII-A e VII-E), transcritos abaixo:

11. Das condições de habilitação econômico-financeira:

11.1. Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores

a 1 (um);

b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3

(três) meses da data da apresentação da proposta;

d) declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-E de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:

d.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

d.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

e) Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4. Assim, verifica-se que as proposições do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário são sim de observância obrigatória pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que as recomendações do aludido acórdão estão hoje positivadas na IN - Seges/MPDG 5/2017 (dirigida à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional).

5. Não obstante as empresas estatais não devam observância à IN - Seges/MPDG 5/2017, cabe destacar que o Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário firmou entendimento deste Tribunal a respeito de boas práticas a fim de minimizar riscos inerente à contratação de serviços terceirizados de natureza continuada, salvaguardando o erário. E, por intermédio do Acórdão 520/2016-TCU-Plenário (Relator Ministro José Múcio), este Tribunal considerou que essas boas práticas também devem ser observadas por empresas estatais, salvo justificativa razoável, devidamente fundamentada e formalizada no processo licitatório:

1.7. Dar ciência à Furnas Centrais Elétricas S.A. acerca das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1. os critérios de habilitação técnica e econômico-financeira constantes no Edital do PE.CSB.A.00004.2016 estão em desacordo com o entendimento firmado por esta Corte no Acórdão 1.214/2013 - Plenário, que delineia um conjunto de boas práticas administrativas, tendentes a minimizar riscos na execução contratual, e que deve ser seguido, salvo justificativa razoável, devidamente fundamentada e formalizada no processo licitatório;

6. Dessa forma, entende-se que os critérios de habilitação econômico-financeira constantes no edital do PE 070/7066-2018-GILOG/BR estão em desacordo com o entendimento firmado por esta Corte nos Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário e 520/2016-TCU-Plenário.

7. Entretanto, embora tenham sido apresentadas pela CAIXA justificativas plausíveis para a não adoção das recomendações do Acórdão 1.214-2013-TCU-Plenário no edital do PE 070/7066-2018-GILOG/BR, não há indícios de que tais justificativas tenham constado do processo licitatório, mas apenas agora sob questionamento do TCU.

8. Por esse motivo, considera-se suficiente dar ciência a Caixa dessa impropriedade.

9. Diante disso, entendem-se parcialmente procedentes as alegações do representante.

Itens "c" e "d" da oitiva:

Item "c": esclarecer a exclusão, total, das rubricas de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado da planilha de custos, por ocasião da revisão de preços, no caso de prorrogação contratual, nos termos postos na Cláusula Quinta, Parágrafo Primeiro, alínea "f", da minuta contratação, que constitui o Anexo IV do Edital do PE 070/7066-2018-GILOG/BR.

Manifestação do órgão/entidade (peça 14, p. 3-4):

a) o item está em consonância com o anexo IX, inciso 9, da Instrução Normativa - Seges/MPDG 5/2017, transcrito abaixo:

9. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro

ano da contratação.

b) os custos não renováveis, após doze meses, não necessitariam ser novamente compensados. Caso não excluídos, seriam considerados custos bis in idem, haja vista que estariam sendo provisionados novamente;

c) a cláusula quinta, parágrafo primeiro, alínea "f", da minuta do contrato, transcrita abaixo, prevê que caso haja alguma modificação ao longo da execução contratual, a contratada deverá comprovar tal fato, cabendo demonstrar, via pedido de reequilíbrio financeiro, que houve desequilíbrio contratual, possibilitando assim a realização de negociação contratual:

f) Os itens "aviso prévio trabalhado e indenizado" serão pagos somente no primeiro ano de vigência do contrato, devendo ser excluídos da planilha na revisão de preços posterior ao primeiro ano de vigência do contrato, exceto situações pontuais devidamente comprovadas.

Item "d": demonstrar a compatibilidade dessa disposição aos ditames da Lei 12.506/2011 e à jurisprudência desta Corte, em especial ao Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário (Relator Ministro Augusto Sherman), bem como que seus termos não aumentam os riscos de responsabilização subsidiária da Caixa.

Manifestação do órgão/entidade (peça 14, p. 4-5):

a) a cláusula quinta, parágrafo primeiro, alínea "f", da minuta de contrato se encontra compatível com a Lei 12.506/2011 (que dispõe sobre aviso prévio, estabelecendo que serão acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa), tendo em vista que os custos provisionados na planilha já foram pagos antecipadamente, e no caso em sucessivas prorrogações sem a incidência desses custos, estar-se-iam revestidos em forma de lucro para a contratada, ensejando enriquecimento do particular; e

b) o entendimento do TCU é de que, caso haja renovação do contrato, o contratado deverá demonstrar, via pedido de reequilíbrio financeiro, que houve de fato o desequilíbrio ao longo da execução contratual e, nesse caso, abrir-se-á negociação entre as partes com a finalidade de reajuste contratual, conforme os seguintes trechos do Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário (Relator

Ministro Augusto Sherman):

9.7.10. Caso haja a renovação do contrato, o valor do aviso prévio, por ocasião do aditamento, deverá ser drasticamente reduzido, passando a corresponder a apenas três dias de acréscimo no prazo para concessão de aviso prévio.

(...)

9.7.16. Pode-se concluir que o custo dos três dias que a Lei 12.506/2011 previu como direito do trabalhador terceirizado, deve ser pago, contudo, cabe ao contratado demonstrar, via pedido

de reequilíbrio financeiro, que houve 'desequilíbrio contratual', conforme demonstraremos mais adiante (no item 10.4.7 desta instrução).

Análise dos itens "c" e "d" da oitiva:

10. O art. 1º, parágrafo único, da Lei 12.506/2011 (que dispõe sobre o aviso prévio), modificou a forma de se calcular o aviso prévio conforme se expõe a seguir:

Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.

11. O representante, em síntese, alegou que em razão dessa mudança no cálculo do aviso prévio, a minuta de contrato pertencente ao edital do PE 070/7066-2018-GILOG/BR, ao estabelecer que as rubricas de aviso prévio trabalhado e aviso prévio indenizado deverão ser excluídas após o primeiro ano de vigência do contrato, está em desacordo com o art. 1º, caput, e parágrafo único, da Lei 12.506/2011, bem como com o Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário (Relator Ministro Augusto Sherman).

12. Defendeu, assim, que o pagamento da rubrica de aviso prévio deveria ser mantido ao longo de toda a prestação do contrato, de forma a garantir o pagamento do acréscimo promovido pela Lei 12.506/2011, e que a exclusão dessa rubrica após o primeiro ano de vigência do contrato estaria em desacordo com o aludido acórdão e configuraria culpa in vigilando da Administração, uma vez que ensejaria cobrança de eventuais sanções trabalhistas diretamente ao órgão contratante em razão de sua responsabilidade subsidiária (peça 1, p. 7, 11).

13. Embora o representante argumente que a exclusão da rubrica de aviso prévio contraria o entendimento deste Tribunal exposto no Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário, verifica-se que a previsão da minuta contratual da Caixa está em conformidade com o entendimento desta Corte de Contas, conforme se expõe a seguir.

14. No citado acórdão, este Tribunal apreciou oitivas em decorrência da manutenção da parcela "aviso prévio trabalhado" após o primeiro ano de vigência contratual, em contrariedade com a jurisprudência desta Corte consubstanciada no item 9.2.2 do Acórdão 3.006/2010-TCU-Plenário - Relator Ministro Valmir Campelo (que firmou o entendimento quanto ao não cabimento do pagamento da provisão para aviso prévio após o primeiro ano da prestação dos serviços contratados).

15. Portanto, a situação irregular examinada mediante o acórdão mencionado pelo representante foi a manutenção da rubrica "aviso prévio trabalhado" após o primeiro ano de vigência contratual, e não a sua exclusão após um ano de vigência contratual, situação ora em análise.

16. Consta do voto do Ministro Relator dessa deliberação o exame das modificações promovidas em decorrência da Lei 12.506/2011, conforme transcrição abaixo:

6. Já a empresa Soll Serviços, Obras e Locações Ltda., prestadora de serviços de limpeza por meio do Contrato 61/2012, alegou, em síntese, que (1) o entendimento firmado pelo TCU por meio do Acórdão 3.006/2010-TCU-Plenário estaria superado, uma vez que o número de dias de aviso prévio a que tem direito o empregado foi radicalmente modificado por força da Lei 12.506/2011; e (2) em razão da substituição de empregados durante a execução contratual, são concedidos avisos prévios em número superior ao quantitativo de funcionários alocados no contrato

7. Em relação a esses argumentos, a Secex/PE aponta, em resumo, que a Lei 12.506/2011 trouxe pequeno impacto nos cálculos da provisão para aviso prévio trabalhado, já que apenas acrescentou três dias de aviso prévio por ano adicional trabalhado. Quanto ao argumento relativo à substituição de empregados, a unidade técnica avalia que, no caso do número de demissões ser superior ao previsto, a empresa pode pleitear os valores correspondentes na repactuação do contrato, desde que tal fato seja devidamente comprovado. Não seria esse, portanto, motivo para manutenção do pagamento da provisão após um ano de prestação de serviços.

(...)

10. Conforme detalhadamente exposto pela unidade técnica, a jurisprudência deste Tribunal se firmou desde a prolação do Acórdão 3006/2010-TCU-Plenário quanto ao não cabimento do pagamento da provisão para aviso prévio após o primeiro ano da prestação dos serviços contratados. Uma vez que nos contratos analisados nesta auditoria ocorreu a continuidade desses pagamentos após a prorrogação da sua vigência, tais pagamentos são indevidos e devem ser cessados nos contratos em vigor, além de ser devida também a adoção das providências necessárias ao ressarcimento dos pagamentos indevidos.

11. Entendo pertinente, todavia, fazer um pequeno ajuste na proposta de encaminhamento formulada pela unidade técnica, no sentido de permitir que a cada ano adicional de execução

contratual seja pago o valor correspondente a três dias de aviso prévio, de forma a adequar o Acórdão 3006/2010-TCU-Plenário à Lei 12.506/2011. Dessa forma, o percentual devido a título de aviso prévio a partir do segundo ano de execução contratual passa a ser de 0,194%, ou seja, um décimo do valor máximo admitido pelo Acórdão 3006/2010-TCU-Plenário. Deve ser determinado, ainda, que nas contratações futuras do TRT6, deve estar previsto na minuta de contrato dos processos de contratação de mão de obra terceirizada que, se este for prorrogado após os primeiros doze meses, o adicional será incluído quando da prorrogação contratual.

(Negritos apostos na transcrição)

17. Assim, o Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário efetuou as seguintes determinações ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região:

9.1.1. exclua a parcela referente ao aviso prévio trabalhado, após o primeiro ano de vigência contratual, da planilha de custos e formação de preços de todos os contratos de terceirização de mão de obra, conforme o previsto na jurisprudência desta Corte (Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, item 9.2.2) , admitindo-se, a cada ano adicional de execução desses contratos, parcela mensal no percentual máximo de 0,194%, a título de aviso prévio trabalhado, nos termos da Lei 12.506/2011;

(...)

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região que, nas futuras contratações de mão de obra terceirizada, esteja expresso na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos 1904/2007-TCU-Plenário e 3006/2010-TCU-Plenário, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme ditames da Lei 12.506/2011;

(Grifos apostos na transcrição)

18. No mesmo sentido foi o Acórdão 1.586/2018-TCU-Plenário (Relator Ministro Augusto Sherman).

19. Dessa forma, a minuta de contrato do edital analisada nos presentes autos está em conformidade com as disposições do Acórdão 1.186/2017-TCU-Plenário, uma vez que exclui a parcela referente ao aviso prévio trabalhado após o primeiro ano de vigência contratual, sem estabelecer, em caso de prorrogação do contrato, parcela mensal que extrapole o percentual máximo de 0,194%.

20. É relevante destacar que a determinação constante do item 9.2 do citado acórdão teve por finalidade limitar, no caso de prorrogação contratual, o percentual do pagamento da parcela

mensal a título de aviso prévio trabalhado ao máximo de 0,194% a cada ano de prorrogação. É incorreto inferir, a partir disso, que são irregulares as minutas contratuais em que se exclui a parcela referente ao aviso prévio trabalhado após o primeiro ano de vigência contratual, sem estabelecer qualquer percentual no caso de prorrogação (o que ocorre com a minuta examinada nos presentes autos).

21. Conforme exposto pela Caixa em resposta à oitiva, a minuta contratual possibilita a realização de pedido de reequilíbrio financeiro por parte da contratada em situações pontuais devidamente comprovadas. Importante salientar que tal previsão contratual permite a celebração de termo aditivo estabelecendo parcela de aviso prévio trabalhado na prorrogação do

contrato, o que está de acordo com os Acórdãos 1.186/2017-TCU-Plenário e 1.586/2018-TCU-Plenário, desde que respeitado o limite máximo de 0,194% definido no mesmo acórdão. E para a parcela de aviso prévio indenizado, este Tribunal considera adequado o percentual mensal de 0,46% (Acórdão 1.904/2007-TCU-Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes), conforme exposto na instrução inicial destes autos (peça 6, p. 4).

22. Tendo em vista as considerações acima, entendem-se improcedentes as alegações do representante.

Conclusão final:

23. Diante do exposto, os elementos constantes dos autos permitem, desde já, a avaliação quanto ao mérito da presente representação como improcedente.

F. Impacto dos Encaminhamentos Propostos

Haverá impacto relevante na entidade e/ou na sociedade, decorrente dos encaminhamentos propostos?	Não

G. Pedido de Ingresso aos Autos e de Sustentação oral

Há pedido do representante, nesta fase processual, de ingresso aos autos?	Não
Há pedido do representante de sustentação oral?	Não

H. Processos Conexos e Apensos

Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
Há processos apensos?	Não

I. Proposta de Encaminhamento

24. Em virtude do exposto, propõe-se:

a) no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;

b) dar ciência à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes, de que, no PE 070/7066-2018-GILOG/BR, não constou do processo licitatório as justificativas para não ter adotado os critérios de habilitação econômico-financeira recomendados por esta Corte nos Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário e 520/2016-TCU-Plenário;

c) informar à Caixa Econômica Federal e ao representante que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno/TCU."

Acolho a proposta da unidade nos termos do seguinte acórdão:

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 143, 237, VII e 250, II do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar no mérito a presente representação parcialmente procedente;

b) dar ciência à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes, de que, no PE 070/7066-2018-GILOG/BR, não constou do processo licitatório as justificativas para não ter adotado os critérios de habilitação econômico-financeira recomendados por esta Corte nos Acórdãos 1.214/2013-TCU-Plenário e 520/2016-TCU-Plenário;

c) informar à Caixa Econômica Federal e ao representante que o presente Acórdão, que poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno/TCU."

1. Processo TC-041.917/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: CSN - Centro de Serviços do Nordeste Ltda.

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Manuel Luis da Rocha Neto (OAB/CE 7479), Karine Farias Castro (OAB/CE 14.210), Fabia Amancio Campos (OAB/CE 12813), Raquel Arrais Rocha Cunha Porto (OAB/CE 12390), Rodrigo Jereissati De Araujo (OAB/CE 8175), Weber Busgaib Goncalves (OAB/CE 26578) , Yuri Teles Pamplona (OAB/CE 27766)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 5/2019 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 523/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.2 e 9.4 e respectivos subitens do Acórdão 1.509/2018-TCU-Plenário;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins/TO; e

c) apensar definitivamente os presentes autos ao TC 029.268/2017-6, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-033.346/2018-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins/TO.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Tocantins (Sec-TO).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 524/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, eis que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela empresa JW Construção e Serviços de Locação Ltda., tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua concessão;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à representante e à Prefeitura Municipal de Baixa Grande/BA; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-001.906/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Baixa Grande/BA.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 525/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o *caput* e a alínea "c" do Acórdão 159/2019-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 6/2/2019 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com o parecer emitido nos autos:

Onde se lê:

"(...) irregularidades ocorridas na Universidade Federal do Rio Grande - UFRGS (...)."

"c) (...) ao representante, à UFRGS e ao Ministro da Educação (...)"

Leia-se:

"(...) irregularidades ocorridas na Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG (...)."

"c) (...) ao representante, à FURG e ao Ministro da Educação (...)"

1. Processo TC-032.857/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade Federal do Rio Grande (94.877.586/0001-10).
1.2. Interessado: Controladoria-Geral da União.
1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio Grande do Sul (Sec-RS).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 526/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar prejudicada a determinação constante do item 1.6 do Acórdão 163/2018-TCU-Plenário;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e

c) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-033.240/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 4/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 527/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial decorreu de conversão de processo de denúncia, determinada pelo Acórdão 1624/2011-TCU-Plenário, prolatado nos autos do TC-015.862/2010-0, em razão da constatação de irregularidades na gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (CRC/GO) nos exercícios de 2006 a 2009,

Considerando que, por meio do despacho à peça 246, a Secex/GO apontou a existência de erros materiais no Acórdão 1211/2018-TCU-Plenário, passíveis de saneamento por meio de apostilamento;

Considerando que no subitem 9.2 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário, por meio do qual foram aplicadas multas ao Sr. Edson Cândido Pinto e à empresa Gráfica e Editora Renascer Ltda., não constou a indicação de que as sanções são aplicadas de forma individual;

Considerando que no subitem 9.3 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário, por meio do qual foram aplicadas multas a vários responsáveis, não constou a indicação de que as sanções são aplicadas de forma individual;

Considerando que o Sr. Edson Candido Pinto apresentou pedido de parcelamento (peça 244) da dívida que lhe foi imputada por meio dos subitens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário em 36 (trinta e seis) parcelas;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU ainda não se manifestou nos autos acerca do apostilamento referente aos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário e ao pedido de parcelamento da dívida imputada ao Sr. Edson Candido Pinto;

Considerando, entretanto, a possibilidade de obter-se, durante a Sessão, a manifestação do *Parquet* especializado;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) realizar o apostilamento do Acórdão 1211/2018-TCU-Plenário, de forma a promover as seguintes alterações, em decorrência de erro material:

a.1) onde se lê no item a.1: "(...) por meio do subitem 9.3 do Acórdão 358/2015-TCU-Plenário (...)" leia-se: "(...) por meio do subitem 9.3 do Acórdão nº 457/2014-TCU-Plenário (...)";

a.2) onde se lê no item a.2: "(...) por meio do subitem 9.3 do Acórdão 358/2015-TCU-Plenário (...)" leia-se: "(...) por meio do subitem 9.3 do Acórdão nº 457/2014-TCU-Plenário (...)";

a.3) onde se lê no item a.3: "(...) por meio do subitem 9.2 do Acórdão 358/2015-TCU-Plenário (...)" leia-se: "(...) por meio do subitem 9.1 do Acórdão nº 457/2014-TCU-Plenário (...)";

b) realizar o apostilamento do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário, de forma a promover a seguinte alteração de redação:

b.1) onde se lê no item 9.2: "aplicar ao Sr. Edson Cândido Pinto e à empresa Gráfica e Editora Renascer Ltda., com fundamento no art. 19, c/c o art. 57 da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;" leia-se: "aplicar, individualmente, ao Sr. Edson Cândido Pinto e à empresa Gráfica e Editora Renascer Ltda., com fundamento no art. 19, c/c o art. 57 da Lei 8.443/92, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

b.2) onde se lê no item 9.3: "rejeitar, nos termos consignados na Proposta de Deliberação que fundamenta este Acórdão, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis abaixo nominados, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor indicado" leia-se: "rejeitar, nos termos consignados na Proposta de Deliberação que fundamenta este Acórdão, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis abaixo nominados, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor indicado";

c) autorizar, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o pagamento parcelado do débito imputado ao Sr. Edson Candido Pinto pelo subitem 9.1 do Acórdão 457/2014-TCU-Plenário, bem como das multas aplicadas por meio dos subitens 9.2 e 9.3 do mesmo Acórdão, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, incidindo sobre cada parcela a partir da segunda, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais;

c.1) estabelecer a data de 15 (quinze) dias contados a partir da notificação do presente acórdão como data de vencimento da primeira parcela;

c.2) dar ciência à responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992;

d) dar ciência deste Acórdão aos responsáveis.

1. Processo TC-037.314/2011-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 015.862/2010-0 (DENÚNCIA)
1.2. Responsáveis: Edson Candido Pinto (231.508.151-34); Eduardo Henrique Santana Sabino (499.512.461-68); Gráfica e Editora Renascer Ltda. (00.823.003/0001-25); Joaquim Justino Neto (218.499.781-15); José Gilmar Carvalho de Brito (087.172.901-63); Luiz Antônio Demarcki Oliveira (565.434.681-49); Sebastião Melquíades Brites (015.113.781-15)
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).
1.7. Representação legal: Amelio Divino Mariano (9438/OAB-GO) e outros, representando José Gilmar Carvalho de Brito e Edson Candido Pinto; Sebastião Melquíades Brites (5876/OAB-GO), representando Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás; Helio Francisco de Miranda (9512/OAB-GO) e outros, representando a Gráfica e Editora Renascer Ltda.

ACÓRDÃO Nº 528/2019 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em expedir certificado de quitação ao Sr. Geraldo Bandeira Accioly, ante o recolhimento integral da multa, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que lhe foi cominada mediante o item 9.1 do Acórdão 2860/2016-Plenário, de acordo com o comprovante acostado à peça 169, conforme proposto pela SeinfraCom (peças 170/171).

1. Processo TC-046.095/2012-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Francisco Humberto de Carvalho Júnior (135.713.383-91); Geraldo Bandeira Accioly (013.710.373-53); João Luiz Ramalho de Oliveira Filho (003.408.123-20).
1.2. Interessado: Geraldo Bandeira Accioly (013.710.373-53).
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE; Caixa Econômica Federal; Ministério do Turismo.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.7. Representação legal: Guilherme Lopes Mair e outros, representando Caixa Econômica Federal; Alanna Castelo Branco Alencar (6854/OAB-CE) e outros, representando Geraldo Bandeira Accioly e Francisco Humberto de Carvalho Júnior
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 529/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de Representação formulada pela Construtora Construterra e Serviços Eireli quanto a possíveis irregularidades ocorridas na Tomada de Preços 2/2018 da Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB (peça 1), que teve por objeto a contratação de empresa para construção do açude público Gado Bravo, na comunidade Cacimbas, com recursos federais repassados por meio do Termo de Compromisso 108/2017 (Siconv 694016), no valor global de R$ 3.000.000,00, firmado com o então Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional;

Considerando que a referida Representação atende os pressupostos legais e regimentais, em especial o inciso VII do art. 237 do RI/TCU TCU c/c art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993;

Considerando que a representante aponta, em síntese, a existência de duas exigências habilitatórias com teor indevidamente restritivo, notadamente o subitem 8.1.4, alíneas "b" e "c" do edital (peça 1, p. 21-22), *in verbis*:

"b. Comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o Objeto da Licitação caracterizada por atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando-se a aptidão em serviços de similares de complexidade tecnológica e operacional, na execução dos serviços similares ao Objeto desta Licitação, limitada à:

(...)

c. Comprovação de que a Licitante possui em seu quadro permanente, na data da Licitação, Engenheiro Civil com atestados de capacidade técnica fornecidas (sic) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, comprovando aptidão na execução de serviço similar ao Objeto desta Licitação, limitada a:" (g.n.)

Considerando a existência de parâmetros objetivos para a avaliação da exigência estatuída na alínea "b" do subitem 8.1.4 do certame;

Considerando que o requisito previsto na alínea "c" do subitem 8.1.4 do certame não importou exigência expressa de o engenheiro ser empregado celetista da licitante, não se exigiu expressamente que o atestado tenha sido emitido pelo próprio Crea e não se impossibilitou a soma de atestados, não contrariando a legislação vigente ou a jurisprudência predominante desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3.291/2014, 1417/2008, 80/2010 e 1823/2009, todos do Plenário;

Considerando, quanto ao momento da referida comprovação, que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 limita a exigência de capacitação técnico-profissional à "comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos";

Considerando o enunciado da jurisprudência desta Corte relacionado ao Acórdão 3.014/2015-Plenário, no sentido de que "é ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas, nos termos do art. 30, § 1°, inciso I, da Lei 8.666/1993" (g.n.);

Considerando que, em tese, a exigência em epígrafe não importa necessariamente na realização de despesas anteriores à celebração do contrato, dada a possibilidade de contratação de engenheiro para prestação de serviços regida pela lei civil;

Considerando a análise empreendida pela unidade técnica às peças 3 a 5;

Considerando que a sessão pública foi realizada em 17/9/2018, que o resultado do julgamento do certame em epígrafe ocorreu em 17/12/2018 e que as obras já teriam iniciado, segundo informações colhidas pela minha assessoria, inclusive com a realização da primeira medição,

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443/92, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso III, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente; indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida; comunicar à Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB e à representante a presente decisão, encaminhando-se cópia da instrução à peça 3 e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-001.988/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB.
1.2. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade técnica: Secretaria do TCU no Estado da Paraíba (Sec-PB).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 530/2019 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada por licitante acerca de suposta irregularidade cometida pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc/PA) na condução da Concorrência Pública 4/2017-CEL/NLIC/SEDUC, destinada à "contratação de empresa de engenharia para execução da construção de escola de 12 salas, localizada na Av. Nossa Senhora da Conceição - Miritituba, no Município de Itaituba/PA",

Considerando que a empresa se insurgiu contra sua inabilitação no certame, declarada em decorrência da omissão em relacionar dois contratos celebrados com o Poder Público na relação de compromissos assumidos, conforme exigido no item 6.3.4.6 do edital, segundo o qual "o licitante deverá apresentar relação do montante dos valores das obras e serviços de engenharia contratados (contratos em vigor) com Municípios, Estados e União";

Considerando que, constatado o descumprimento do previsto no edital, não foi acolhida a justificativa da representante no sentido de que julgou desnecessário apontar os dois contratos que não repercutiram na capacidade financeira da empresa, uma vez que não houve desembolso nem início da execução;

Considerando que o referido dispositivo se fundamenta no art. 31, § 4º, da Lei 8.666/1993: "Poderá ser exigida, ainda, a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação";

Considerando que a licitação foi homologada e seu objeto adjudicado à empresa Contap Construtora Ltda., bem como que o contrato foi assinado em 19/1/2018;

Considerando que a representante, tendo conhecimento de sua inabilitação no dia 27/11/2017, somente dois meses depois ingressou com representação neste Tribunal, mais de 30 dias após a celebração do contrato decorrente da licitação;

Considerando que pesquisa realizada no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle - Simec, em 24/10/2018, evidencia percentual de execução de 40,93%, com previsão de conclusão em 14/5/2019;

Considerando que, após a realização da diligência por mim determinada, a unidade técnica entendeu adequada a inabilitação da representante, como também as inabilitações das demais licitantes, em razão do descumprimento de outros itens do edital;

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secex/PA, pela inadmissibilidade da representação, uma vez que a empresa não demonstrou vício ou ilegalidade na decisão adotada pela comissão de licitação da Seduc/PA atinente à inabilitação de sua proposta, não se vislumbrando nos autos ofensa ao interesse público capaz de motivar a intervenção deste Tribunal de Contas da União; e

Considerando que, apesar da inexistência de vício ou ilegalidade na decisão adotada pela comissão de licitação da Seduc/PA diante da previsão no edital, constatou-se a ausência de menção ao cálculo do índice apto a medir a saúde financeira da empresa, bem como de justificativa que demonstre a necessidade e a adequação da referida cláusula em contratação que não se refira a serviços terceirizados de natureza contínua com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consoante entendimento exposto no voto condutor do Acórdão 3265/2016 - 2ª Câmara, sendo suficiente a expedição de ciência à secretaria;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer da presente representação, ante o não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 c/c o art. 237 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para a adoção da medida;

c) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução de peça 39, à representante e à Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc/PA);

d) arquivar os autos, com fulcro nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno do TCU c/c o art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-005.135/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Texas Construções e Saneamento Ltda. - EPP (CNPJ 04.884.383/0001-69).
1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc/PA)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Pará (Sec-PA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) de que, em seus editais futuros, ao aplicar o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 31 da Lei 8.666/1993:

1.7.1.1. estabeleça os critérios aptos a determinar justificadamente o cálculo de tais índices contábeis;

1.7.1.2. inclua, nos processos destinados à contratação de serviços terceirizados de natureza contínua que não envolvam cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, justificativas que demonstrem a necessidade e a adequação de cláusula como a estipulada no subitem 6.3.4.6 da Concorrência Pública 4/2017-CEL/NLIC/SEDUC com relação ao objeto licitado, de forma a não haver afronta aos arts. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; 3º, § 1º, inciso I, e 31, § 5º, da Lei 8.666/1993; 5º do Decreto 5.450/2005; e às deliberações deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 3265/2016 - Segunda Câmara.

RELAÇÃO Nº 3/2019 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 531/2019 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, XXV, 264 e 265 do RI/TCU, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente consulta por ausência de legitimidade do interessado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão aos consulentes.

1. Processo TC-042.997/2018-6 (CONSULTA)
1.1. Consulentes: Procurador Geral do Estado da Bahia; Procurador do Estado da Bahia com Representação no Distrito Federal.
1.2. Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 458/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.563/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Representação
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Produs Produtos e Soluções Para Informática Ltda (63.270.797/0001-67)
3.2. Recorrente: Produs Produtos e Soluções Para Informática Ltda (63.270.797/0001-67).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado da Bahia (Sec-BA).
8. Representação legal:
8.1. André Luis Garoni de Oliveira (OAB/DF 15.786) e outros, representando Produs Produtos e Soluções para Informática Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.324/2016-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92, em:

9.1. não conhecer do recurso, ante a ausência de interesse recursal;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0458-07/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 459/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.720/2017-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Procuradoria da União/es - Agu/pr (26.994.558/0024-10).
4. Órgão: Ministério da Educação.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Anna Dias Rodrigues e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos esta representação, em fase de monitoramento da determinação expedida ao Ministério da Educação por meio do Acórdão 10292/2017 - 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. confirmar a medida cautelar concedida por meio do despacho peça 58, com fulcro no artigo 276, §1º, do Regimento Interno/TCU;

9.2. no mérito, autorizar, excepcionalmente, a prorrogação do Contrato 7/2018 do Ministério da Educação nos termos vigentes;

9.3. determinar, nos termos do artigo 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c artigo 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Ministério da Educação, tendo em vista a reestruturação estipulada no Decreto 9.665 de 2/1/2019, que encaminhe, no prazo de trinta dias, cronograma de ação do novo estudo técnico detalhando os passos a serem seguidos em cada etapa estipulada na Nota Técnica 4/2019/GAB/CGRL/SAA de 7/2/2019, os setores envolvidos no estudo e os respectivos prazos para conclusão de cada procedimento, de forma a atender ao disposto no Acórdão 10292/2017 - 1ª Câmara e com o intuito de adequar o contrato vigente ou a nova contratação às reais necessidades do órgão após a reestruturação;

9.4. informar ao Ministério da Educação que o conteúdo desta deliberação, incluindo o voto e o relatório, poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0459-07/19-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 460/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.726/2016-0.

1.1. Apenso: 001.980/2017-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Representação.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Alceni Maria dos Passos de Oliveira (018.444.519-17); Alvadir Batista da Silva (320.451.079-49); Andrea Cristine Bezerra (838.510.204-30); Andreia de Oliveira Schlogl (020.085.859-99); André Santos de Oliveira (029.849.089-70); Arthur Constantino da Silva Filho (199.721.051-72); Carlos Alberto Galli Bogado (470.397.609-91); Charlene de Mello (007.176.469-04); Cherri Francine Concer (034.275.939-67); Conceição Abadia de Abreu Mendonça (203.022.071-04); Daniel Borges Maia (028.259.839-18); Dayane Silva dos Santos (048.407.869-09); Denise Maria Mansani Wolff (541.914.599-53); Dirlene Chagas Lima Esmanhotto (479.268.139-15); Eder Ribeiro Tidre (048.012.349-76); Edilson Sérgio Silveira (141.231.638-31); Elaine Souza Lima Farias (047.801.339-63); Eliane Camargo (017.093.199-41); Graciela Ines Bolzon de Muniz (674.273.759-04); Guiomar Jacobs (392.074.209-53); Ivani de Oliveira Cleve Costa (400.823.509-49); Joice Maria Cavichon (706.912.319-15); Josiane de Paula Ribeiro (539.125.199-00); Júlio Cezar Martins (583.997.397-15); Luzinete Damasceno Sampaio (024.267.669-30); Lúcia Regina Assumpção Montanhini (313.336.059-00); Marcio Ronaldo Roland (450.401.419-04); Marcos Aurelio Fischer (610.228.969-20); Maria Alba de Amorim Suarez (176.846.921-00); Maria Eduarda Amorim Suarez Campos (054.964.101-77); Michela do Rocio Santos Notti (003.737.699-38); Mydhia Silva dos Santos (092.618.449-01); Norberto Ferreira dos Santos (611.263.819-34); Patrícia Vargas da Silva do Nascimento (025.257.901-11); Paulo Allan Roland Bogado (067.341.559-78); Pedro Amorim Suarez Campos (735.765.901-10); Zaki Akel Sobrinho (359.063.759-53)

3.2. Recorrentes: Lúcia Regina Assumpção Montanhini (313.336.059-00); Edilson Sérgio Silveira (141.231.638-31).

4. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado do Paraná (Sec-PR).

8. Representação legal:

8.1. Vania de Aguiar (36.400/OAB-PR) e outros, representando Lúcia Regina Assumpção Montanhini.

8.2. Tiago Alves da Mota (39.226/OAB-PR), representando Zaki Akel Sobrinho.

8.3. Pablo Malheiros da Cunha Frota (20643/OAB-DF) e outros, representando Graciela Ines Bolzon de Muniz.

8.4. Naoto Yamasaki (34753/OAB-PR) e outros, representando Dirlene Chagas Lima Esmanhotto.

8.5. Rene Ariel Dotti (2612/OAB-PR) e outros, representando Edilson Sérgio Silveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos por Edilson Sérgio Silveira e Lúcia Regina Assumpção Montanhini contra o Acórdão 2.530/2017-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Edilson Sérgio Silveira e Lúcia Regina Assumpção Montanhini, para no mérito negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0460-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 461/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.094/2013-0.

1.1. Apenso: 019.722/2015-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Odileida Maria de Sousa Sampaio (039.941.632-34)

3.2. Recorrente: Odileida Maria de Sousa Sampaio (039.941.632-34).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Altamira - PA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria do TCU no Estado do Pará (Sec-PA).

8. Representação legal: Caio Fábio Rufino Barros (26413/OAB-PA), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 51.623) e outros, representando Odileida Maria de Sousa Sampaio.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto pela sra. Odileida Maria de Sousa Sampaio, ex-prefeita de Altamira/PA no período de 2005 a 2012, em desfavor do Acórdão 1077/2015 - 2ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 2588/2015 - 2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto pela sra. Odileida Maria de Sousa Sampaio para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, à recorrente e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0461-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 462/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.263/2008-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial

3. Recorrentes: Cláudio Ness Mauch (CPF 060.895.180-34), Demósthenes Madureira de Pinho Neto (CPF 847.078.877-91), Francisco Lafaiete de Pádua Lopes (CPF 110.015.857-04), Luiz Antônio Andrade Gonçalves (CPF 007.600.486-49), Roberto José Steinfeld (falecido) (CPF 548.384.957-49) e Banco Fonte Cindam S.A. (CNPJ 33.794.033/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

8. Representação legal:

8.1. Bruni Di Marino (OAB/RJ 93.384), Ana Luisa Fernandes Pereira de Oliveira (OAB/DF 26.088) e Bruno Calfat (OAB/DF 36.459), representando Fonte Cindam S.A., Fernando Cesar Oliveira de Carvalho, Luiz Antônio Andrade Gonçalves e espólio de Roberto José Steinfeld;

8.2. Frederico Bernardes Vasconcelos (OAB/DF 11.709), representando o Banco Central do Brasil, Cláudio Ness Mauch, Demósthenes Madureira de Pinho Neto e Francisco Lafaiete de Pádua Lopes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.915/2015 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhes provimento de forma a:

9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.1 a 9.8 do Acórdão 1915/2015-Plenário;

9.1.2. julgar regulares com ressalva as contas dos recorrentes, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 1°, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0462-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 463/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.077/2017-9

2. Grupo I - Classe VII - Representação.

3. Interessada: XYS Tecnologia Ltda. (CNPJ 10.383.485/0001-01).

4. Unidades: Ministério da Educação - MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Ministério da Integração Nacional - MI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Representação legal: Rodrigo de Araújo Freitas Resende (OAB/DF 18.683), Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.163), Izabela Pacheco Telles (OAB/SP 368.195) e outros representando a XYS Tecnologia Ltda.; Diego Silva Abreu representando o Ministério da Educação.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação, formulada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti acerca de irregularidades no pregão eletrônico para registro de preços 1/2017 (PE SRP 1/2017), promovido pelo Ministério da Educação - MEC, com participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e adesão do Ministério da Integração Nacional - MI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que o Ministério da Educação anule a ata de registro de preços 1/2017, pactuada com a XYS Tecnologia Ltda., e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.3. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que o Ministério da Educação anule o contrato 21/2017, assinado com a XYS Tecnologia Ltda., e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.4. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, fixar prazo de 15 (quinze) dias para que o Ministério da Integração Nacional anule o contrato 14/2017, assinado com a XYS Tecnologia Ltda., e informe ao TCU as medidas adotadas;

9.5. determinar, com fundamento nos arts. 10, § 1º, 12, incisos I e II, e 47 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, incisos I e II, e 252 do Regimento Interno, a conversão destes autos em tomada de contas especial e autorizar as citações dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, apresentem alegações de defesa em face das irregularidades que lhes são imputadas e/ou recolham aos cofres da União as quantias discriminadas em cada caso, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, tendo em vista a ocorrência de superfaturamento no contrato 21/2017 do Ministério da Educação e no contrato 14/2017 do Ministério da Integração Nacional:

Responsáveis	Contrato	Data do Pagamento	Valor (R$)
Luiz Carlos da Silva Ramos, Paulo Roberto de Souza Lemos, José Eduardo Mendonça Júnior e XYS Tecnologia Ltda.	21/2017	11/5/2017	11.347.734,87
		25/5/2017	52.251,69
		16/6/2017	694.680,00
		19/7/2017	43.417,50
		19/7/2017	43.417,50
		26/7/2017	260.505,00
Ulisses Cavalcanti Martins Lino Silva, Henrique Nixon Souza da Silva, Helder Mota Gomes e XYS Tecnologia Ltda.	14/2017	4/7/2017	4.482.056,51

9.5.1. Luiz Carlos da Silva Ramos, CPF 536.108.497-20, na condição de autoridade competente e diretor de Tecnologia da Informação do MEC de 10/6/2016 a 18/8/2017, por aprovar o TR do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre custos totais de propriedade das soluções identificadas, sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST e baseado em pesquisa de preços deficiente, e por assinar o contrato 21/2017 dele decorrente; na condição de gestor do contrato 21/2017, por autorizar as emissões das ordens de fornecimento de bens e serviços e aprovar os respectivos termos de aceite definitivos em contratação com sobrepreço;

9.5.2. Paulo Roberto de Souza Lemos, CPF 031.661.917-55, na condição de coordenador-geral de Infraestrutura de TI do MEC de 29/7/2016 a 10/11/2017 e integrante técnico da contratação, por elaborar o ETP e TR do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com o art. 16, inciso II, da IN SLTI/MP 4/2014 c/c a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f", e por elaborar pesquisa de preços deficiente (peça 62, p. 39 e 68), em afronta ao art. 15, inciso V e §1º, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU; na condição de fiscal requisitante do contrato 21/2017, por autorizar as emissões das ordens de fornecimento de bens e serviços e aprovar os respectivos termos de aceite definitivos em contratação com sobrepreço;

9.5.3. José Eduardo Mendonça Júnior, CPF 488.469.885-15, na condição de coordenador-geral de Desenvolvimento de TI do MEC de 5/12/2016 a 13/10/2017 e integrante requisitante da contratação, por elaborar o ETP e TR do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com o art. 16, inciso II, da IN SLTI/MP 4/2014 c/c a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f";

9.5.4. Ulisses Cavalcanti Martins Lino Silva, CPF 030.223.996-00, na condição de integrante técnico da contratação do MI, por elaborar o ETP e TR utilizados para fundamentar a viabilidade econômica da adesão à ata de registro de preços 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com o art. 16, inciso II, da IN SLTI/MP 4/2014 c/c a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f", e elaborar pesquisa de preços deficiente (peça 62, p. 39 e 68), em afronta ao art. 15, inciso V e §1º, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU;

9.5.5. Henrique Nixon Souza da Silva, CPF 035.457.661-52, na condição de coordenador-geral de TI do MI de 26/1/2017 até 4/9/2017 e integrante requisitante da contratação, por elaborar o ETP e TR utilizados para fundamentar a viabilidade econômica da adesão à ata de registro de preços 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com o art. 16, inciso II, da IN SLTI/MP 4/2014 c/c a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f"; na condição de fiscal requisitante do contrato 14/2017, por autorizar as emissões da ordem de fornecimento de bens e aprovar os respectivo termos de aceite definitivo em contratação com sobrepreço;

9.5.6. Helder Mota Gomes, CPF 003.866.741-08, na condição de integrante administrativo da contratação do MI, por elaborar pesquisa de preços deficiente, utilizada para fundamentar a viabilidade econômica da adesão à ata de registro de preços 1/2017 do MEC, em afronta ao art. 15, inciso V e §1º, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU; na condição de gestor do contrato 14/2017, por autorizar as emissões da ordem de fornecimento de bens e aprovar os respectivos termos de aceite definitivo em contratação com sobrepreço; e

9.5.7. XYS Tecnologia Ltda., CNPJ 10.383.485/0001-01, por assinar o contrato 21/2017 com o Ministério da Educação e o contrato 14/2017 com o Ministério da Integração Nacional com indícios de sobrepreço e emitir faturas a eles correspondentes contendo valores superfaturados, causando prejuízo ao erário em razão da prática de preços superiores aos de mercado.

9.6. determinar a realização de audiência dos responsáveis abaixo, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem razões de justificativa quanto às respectivas condutas que propiciaram a ocorrência das seguintes irregularidades:

9.6.1. Maurício Bucciolli Guernelli, CPF 203.827.138-00:

9.6.1.1. na condição de integrante requisitante da contratação, por elaborar o ETP do FNDE utilizado para fundamentar a viabilidade econômica da contratação na condição de partícipe do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f";

9.6.1.2. na condição de diretor de Tecnologia do FNDE, por manifestar, junto ao órgão gerenciador, interesse em participar do registro de preços sem formalização adequada e sem aprovação da autoridade competente, em desacordo com o art. 6º, incisos I e II, do Decreto 7.892/2013.

9.6.2. Natércia Cristiane Mendes de Souza, CPF 691.012.301-82, na condição de integrante técnica da contratação, por elaborar o ETP do FNDE utilizado para fundamentar a viabilidade econômica da contratação na condição de partícipe do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f";

9.6.3. Camilo Mussi, CPF 049.977.468-00:

9.6.3.1. na condição de integrante requisitante da contratação, por elaborar o ETP do Inep, utilizado para fundamentar a viabilidade econômica da contratação da adesão à ata de registro de preços PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f";

9.6.3.2. na condição de diretor de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais do Inep, por manifestar, junto ao órgão gerenciador e fornecedor beneficiário, interesse em adesão à ata de registro de preços sem realizar pesquisa de preço que comprovasse a vantajosidade da adesão, em desacordo com o art. 22 do Decreto 7.892/2013.

9.6.4. Carlos Roberto Porfírio Júnior, CPF 049.978.318-24, na condição de integrante técnico da contratação, por elaborar o ETP do Inep, utilizado para fundamentar a viabilidade econômica da contratação da adesão à ata de registro de preços do PE SRP 1/2017 do MEC sem análise e comparação adequada entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, em desacordo com o art. 12, inciso III, da IN SLTI/MP 4/2014, e sem avaliação adequada do quantitativo do esforço em horas e complexidade dos serviços especializados definidos em UST, em desacordo com a Lei 8.666/1993, inciso IX, art. 6º, alínea "f".

9.7. determinar ao Ministério da Educação, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que, nas próximas aquisições de licenças de software, seja incluída, entre as cláusulas do edital, a obrigação de que a futura contratada forneça documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, part number, modelo, versão, data de validade, indicador se está incluído o direito a atualização, garantia e suporte técnico, período da garantia e preço praticado, informando ao TCU, em 15 (quinze) dias, as medidas adotadas;

9.8. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que se abstenha de celebrar contrato com base na ata de registro de preços decorrente do PE SRP 1/2017, informando ao TCU, em 15 (quinze) dias, as medidas adotadas;

9.9. dar ciência ao Ministério da Educação que a atestação no recebimento das licenças da solução contratada, as quais não eram perpétuas, ocorreu em desacordo com o art. 2º, inciso XXIII, da IN SLTI 4/2014;

9.10. dar ciência desta decisão ao Ministério da Educação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e ao Ministério da Integração Nacional;

9.11. apensar estes autos ao processo de tomada de contas especial a ser instaurado por determinação do subitem 9.5 deste acórdão.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0463-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 464/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.997/2017-5.

1.1. Apenso: 035.462/2017-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante/Interessados:

3.1. Representante: Antonio Augusto Junho Anastasia (475.558.826-04).

3.2. Interessados: Agência Nacional de Aviação Civil (07.947.821/0001-89); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (00.352.294/0001-10).

4. Órgão: Ministério da Infraestrutura.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal: José Augusto Cordeiro da Cruz Neto (OAB/CE 17.426) e outros, representando o Ministério da Infraestrutura; Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Senador Antonio Augusto Junho Anastasia em oposição à Portaria MTPA 911, de 24/10/2017, do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, cujo efeito prático foi revogar a Portaria MTPA 376/2017 e reestabelecer a possibilidade de voos regulares domésticos, sem restrições, no Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha - SBBH), em Belo Horizonte/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, conhecer e considerar parcialmente procedente a representação;

9.2. revogar a medida cautelar confirmada pelo Acórdão 132/2018 - TCU - Plenário;

9.3. informar ao Ministério da Infraestrutura que, sob a perspectiva do Tribunal de Contas da União e diante dos elementos discutidos nestes autos, não há óbices que impeçam a reabertura ou a manutenção das restrições ao Aeroporto da Pampulha, desde que as escolhas públicas estejam devidamente fundamentadas em elementos técnicos suficientes;

9.4. recomendar ao Ministério da Infraestrutura que aperfeiçoe o seu processo decisório com vistas a promover as reflexões necessárias para fundamentação de suas escolhas, mitigando as incertezas características do processo de formulação de políticas públicas, nos termos do Decreto 9.203/2017 e da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Agência Nacional de Aviação Civil, à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, ao Ministério da Infraestrutura e ao representante;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0464-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 465/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.374/2015-0.

1.1. Apenso: TC 015.820/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), Delson Tiburcio de Souza (CPF 032.217.947-54), Edilson Francisco dos Santos (CPF 760.850.667-91) e Luiz Cezar Faria Alonso (CPF 250.451.057-87) e Marcelo Sá Bagueira Leal (CPF 961.371.507-04) e Rodney Mendonça dos Anjos (CPF 622.225.977-49).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itaboraí (RJ).

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre de Moura Andrade (188.267/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Cezar Faria Alonso.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em cumprimento ao disposto no Acórdão 208/2015 - Plenário, cujo item 1.6.1 determinou a conversão de uma Fiscalização de Orientação Coordenada (FOC), na modalidade de Auditoria de Conformidade, realizada com o objetivo de aferir a legalidade da gestão dos valores financeiros transferidos para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), no âmbito de processos de terceirização de ações e recursos financeiros do Sistema Único de Saúde por estados e municípios,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Delson Tibúrcio de Souza (CPF 032.217.947-54) e Rodney Mendonça dos Anjos (CPF 622.225.977-49) e a Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), nos termos do § 3º do art. 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Edilson Francisco dos Santos (CPF 760.850.667-91), Luiz Cézar Faria Alonso (CPF 250.451.057-87) e Marcelo Sá Bagueira Leal (CPF 961.371.507-04);

9.3. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992 e 1º, I, 209, II e III, e § 5º, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Rodney Mendonça dos Anjos (CPF 622.225.977-49), Presidente do Fundo Municipal de Saúde, entre 25/9/2009 e 31/12/2012, e do Sr. Luiz Cézar Faria Alonso (CPF 250.451.057-87), Secretário Municipal de Saúde, entre 15/7/2011 e 14/7/2012, e da Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), executora do Termo de Parceria 1/2011, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original	Crédito ou Débito
20/10/2011	1.350.000,00	D
20/10/2011	900.000,00	D
21/11/2011	1.600.000,00	D
21/11/2011	400.000,00	D

20/3/2012	2.018.000,00	D
20/4/2012	1.400.000,00	D
20/4/2012	1.400.000,00	D
18/5/2012	1.000.000,00	D
18/5/2012	400.000,00	D

9.4. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992 e 1º, I, 209, II e III, e § 5º, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Marcelo Sá Bagueira Leal (CPF 961.371.507-04), Secretário Municipal de Saúde, entre 27/7/2012 e 31/12/2012, do Sr. Rodney Mendonça dos Anjos (CPF 622.225.977-49), Presidente do Fundo Municipal de Saúde, entre 25/9/2009 a 31/12/2012, e da Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), executora do Termo de Parceria 1/2011, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor	Crédito ou Débito
7/11/2012	200.000,00	D

9.5. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992 e 1º, I, 209, II e III, e § 5º, 210 e 214, III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Rodney Mendonça dos Anjos (CPF 622.225.977-49), Presidente do Fundo Municipal de Saúde, entre 25/9/2009 e 31/12/2012, e da Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), executora do Termo de Parceria 1/2011, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor	Crédito ou Débito
20/7/2012	100.000,00	D

9.6. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e §5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares, que sejam julgadas irregulares as contas do Sr. Edilson Francisco dos Santos (CPF 760.850.667-91), Secretário Municipal de Saúde, a partir de 1º/1/2013, do Sr. Delson Tibúrcio de Souza (CPF 032.217.947-54), Presidente do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 8/2/2013, e da Oscip Instituto Sorrindo para a Vida (CNPJ 06.888.897/0001-18), executora do Termo de Parceria 1/2011, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, na forma prevista no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até as datas dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor	Crédito ou Débito
28/2/2013	932.373,70	D
25/4/2013	1.216.515,01	D
17/5/2013	267.626,30	D

9.7. aplicar aos Srs. Rodney Mendonça dos Anjos e Luiz Cézar Faria Alonso, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial dos valores atualizados monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento;

9.8. aplicar à Oscip Instituto Sorrindo para a Vida a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.9. aplicar ao Sr. Marcelo Sá Bagueira Leal a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial do valor atualizado monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento;

9.10. aplicar aos Srs. Edilson Francisco dos Santos e Delson Tibúrcio de Souza, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, sob pena de cobrança judicial dos valores atualizados monetariamente, na forma da legislação em vigor, desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento;

9.11. considerar graves as infrações cometidas pelos Srs. Rodney Mendonça dos Anjos, Luiz Cézar Faria Alonso, Edilson Francisco dos Santos e Delson Tibúrcio de Souza;

9.12. nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar os Srs. Rodney Mendonça dos Anjos, Luiz Cézar Faria Alonso, Edilson Francisco dos Santos e Delson Tibúrcio de Souza para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública por um período de 5 (cinco) anos;

9.13. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não sejam atendidas as notificações;

9.14. dar ciência deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para a adoção das providências que aquela autoridade entender cabíveis.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0465-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 466/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.381/2011-8.

1.1. Apensos: 020.033/2015-0; 007.543/2014-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em representação

3. Recorrentes: Anete Alves Fernandes Fidelis (146.269.501-91); Ezequiel Sousa do Nascimento (339.653.821-87); Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos (355.517.711-72); Marcelo Aguiar dos Santos Sá (301.571.291-87.

4. Órgãos/Entidades: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Ferreira Morbeck (46.994/OAB-DF), representando Marcelo Aguiar dos Santos Sá;

8.2. Carla Maria Martins Gomes (11.730/OAB-DF), representando Ezequiel Sousa do Nascimento;

8.3. Bruno Noronha Bergonse (32.088-B/OAB-SC), representando Ana Paula da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 362/2015-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e no art. 281 do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. não conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá;

9.1.2. conhecer do pedido de reexame interposto pela sra. Anete Alves Fernandes Fideles para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.1.3. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelos srs. Ezequiel Sousa do Nascimento e Fátima Rosa Naves de Oliveira para, no mérito, dar-lhes provimento parcial de forma a conferir a seguinte redação ao subitem 9.1 do Acórdão 362/2015-Plenário:

9.1. aplicar aos responsáveis abaixo discriminados a multa capitulada no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/1992, nos correspondentes valores especificados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis	Valor em R$
Ezequiel Sousa do Nascimento	35.000,00
Marcelo Aguiar dos Santos Sá	25.000,00
Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos	10.000,00
José Geraldo Machado Júnior	10.000,00
Anete Alves Fernandes Fidelis	5.000,00

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0466-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 467/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.849/2002-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto - I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Companhia Docas do Rio Grande do Norte (34.040.345/0001-90)

3.2. Responsáveis: Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo (143.076.344-20); José Jackson Queiroga de Morais (088.769.084-04); Fernando Antônio Crisóstomo (114.355.854-53); Lafayete Pacheco Neto (057.219.111-15); Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. (19.394.808/0001-29); e Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda. (31.250.137/0001-28)

3.3. Recorrentes: Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo (143.076.344-20); José Jackson Queiroga de Morais (088.769.084-04); Fernando Antônio Crisóstomo (114.355.854-53); e Lafayete Pacheco Neto (057.219.111-15).

4. Entidade: Companhia Docas do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal: Luiz Felipe Bulus (OAB/DF 15.229) e outros, representando Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; Thiago Huckleberry Siqueira de Azevedo (OAB/RJ 154.720), representando Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda.; Karen Vasconcelos dos Santos Lima (3.861/OAB-RN) e outros, representando Companhia Docas do Rio Grande do Norte; Aline Coely Gomes de Sena Bianchi (OAB/RN 4.183) e outros, representando José Jackson Queiroga de Morais.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelos Srs. Lafayete Pacheco Neto, Fernando Antônio Crisóstomo, Carlos Ivan da Câmara Ferreira de Melo e José Jackson Queiroga de Morais ao Acórdão 2.905/2018-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Companhia Docas do Rio Grande do Norte e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0467-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 468/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.323/2016-0.

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

3.2. Recorrente: Cleodson Aparecido de Sousa, CPF 015.174.968-02.

4. Unidade jurisdicionada: Município de Monte Santo do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação Legal:

8.1. Renan Albernaz de Souza OAB/TO 5.365 e outros, representando Cleodson Aparecido de Sousa, procuração à peça 29.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Cleodson Aparecido de Sousa contra o Acórdão 2.275/2016-Plenário, mediante o qual esta Corte julgou suas contas irregulares, condenou-o ao pagamento do débito apurado, aplicou-lhe multa, decretou sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e que foi ratificado por intermédio do Acórdão 2.949/2016-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao interessado.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0468-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 469/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.130/2014-9.

1.1. Apenso: 013.589/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Ana Adélia Nery Cabral (752.139.074-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Frei Martinho/PB.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Edson Barros Batista (7042/OAB-PB).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Ana Adélia Nery Cabral contra o Acórdão 1.481/2017-TCU-Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0469-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 470/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.048/2018-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/AL (00.414.607/0002-07).

3.2. Responsáveis: Edivaldo Neiva Pires (322.801.228-04); Francisco de Assis Figueiredo (758.088.386-49); Yvan Reis Beltrao Siqueira (053.255.394-26).

4. Órgãos/Entidades: Fundo Municipal de Saúde de Maceió; Fundo Municipal de Saúde de Coruripe/AL; Fundo Nacional de Saúde - MS; Ministério da Saúde (vinculador); Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas (103 Municípios); Secretaria Municipal de Saúde de Coruripe/AL; Secretaria Municipal de Saúde de Maceió/AL.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Alagoas (Sec-AL).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, relacionadas à aplicação de emendas parlamentares individuais que adicionaram recursos à rede SUS, nos exercícios de 2015 a 2018, mediante transferências na modalidade fundo a fundo para implementação do Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (ITT) tendo como favorecidas entidades privadas com fins lucrativos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator em:

9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Francisco de Assis Figueiredo, Secretário de Atenção à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde;

9.3 rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Yvan Reis Beltrão Siqueira, Secretário Municipal de Saúde de Coruripe/AL, e Edivaldo Neiva Pires, Secretário Municipal de Saúde de Maceió/AL, e aplicar-lhes individualmente a multa prevista no art. 58, incisos II e III, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.4 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5 determinar à Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS) que:

9.5.1 no prazo de trinta dias, regulamente os procedimentos a serem adotados pelos entes federados que destinaram indevidamente verbas do Incremento Temporário do Teto da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC) para entidades privadas com fins lucrativos, entre 2014 e 2018, que deverá prever imediata restituição desses recursos pelas empresas irregularmente beneficiadas, regulamentação essa que poderá ser feita nos moldes da minuta de portaria apresentada a esta Corte, inclusive quanto aos seguintes pontos:

9.5.1.1 nos casos em que os fundos de saúde dos entes federados, beneficiários do Incremento Temporário do Teto MAC, tenham repassado para entidades com fins lucrativos, valores até o limite da produção total apresentada na média e alta complexidade do conjunto de estabelecimentos de saúde da rede própria do ente federativo beneficiado pela(s) emenda(s) parlamentar(es), a devolução integral dos recursos pela empresa indevidamente beneficiada, atualizados monetariamente, será feita, excepcionalmente, ao Fundo de Saúde Local, que os repassará para sua(s) unidade(s) própria(s) de saúde;

9.5.1.2 nos casos em que os fundos de saúde do ente federado, beneficiários do Incremento Temporário do Teto MAC, tenham repassado para entidades com fins lucrativos, valores superiores ao limite da produção total apresentada na média e alta complexidade do conjunto de estabelecimentos de saúde da rede própria do ente federativo, a devolução integral dos recursos pela entidade indevidamente beneficiada, atualizados monetariamente, será feita ao Fundo de Saúde Local, que os repassará, excepcionalmente, para sua(s) unidade(s) própria(s) de saúde, até o limite acima referido, e o valor que superar o limite será restituído pelo Fundo de Saúde Local aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, via GRU, com a devida atualização monetária.

9.5.2 no prazo de noventa dias, apresente a este Tribunal a comprovação das providências adotadas para o imediato ressarcimento aos cofres públicos dos valores do Incremento Temporário do Teto da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC) indevidamente repassados para entidades com fins lucrativos, em que deverá constar a relação dos entes federados com a respectiva situação individualizada, acompanhado de evidência documental de cada devolução dos recursos financeiros, inclusive quanto às instaurações das devidas tomadas de contas especiais, em conformidade com as regras estatuídas na Instrução Normativa TCU 71/2012, quando for o caso.

9.6 determinar a SecexSaude que monitore o cumprimento das determinações acima;

9.7 enviar cópia do presente Acórdão à Sec-AL.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0470-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 471/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 043.243/2018-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/MS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Tarley Max da Silva (19960/OAB-DF) e outros, representando Gráfica e Editora Ideal Ltda.;

8.2. Mikaela Minaré Braúna (18225/OAB-DF) e outros, representando Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal, dando conta de supostas irregularidades na condução do procedimento licitatório afeto a Concorrência Pública o Pregão Eletrônico 45/2018, conduzido pelo Ministério da Saúde;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar concedida por meio de despacho proferido em 27/12/2018 (peça 6), referendada por meio do Acórdão 28/2019-TCU-Plenário (peça 27), com fundamento no § 5° do art. 276 do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, c/c artigo 45 da Lei 8.443/1992, assinar prazo de cinco dias para que o Ministério da Saúde adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Pregão Eletrônico 45/2018 e os atos dele decorrentes, informando ao Tribunal de Contas da União, no mesmo prazo, as medidas adotadas;

9.4. determinar a realização de audiência dos responsáveis a seguir indicados, com fundamento nos artigos 10, § 1º, e 12, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso IV, c/c o art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de até quinze dias, apresentem razões de justificativa acerca das seguintes irregularidades identificadas no planejamento e na condução do Pregão Eletrônico 45/2018:

9.4.1. Ednewton Viana Araújo (CPF: 076.597.091-00):

Conduta do agente: na condição de gestor titular da Coordenação de Gestão Editorial/CGDI/SAA/SE/MS, unidade demandante da contratação, instruiu o processo administrativo 25000.227852/2018-19, concernente à contratação de serviços editoriais (normalização, revisão, editoração, pré-impressão e impressão) e logística de entrega do material produzido em todo território nacional, que resultou no Pregão Eletrônico 45/2018, em foram constatados os seguintes atos irregulares:

a) demandou e formatou a contratação agrupada de postos de trabalho, o aluguel de equipamentos e licenças de aplicativos e softwares diversos, além da impressão do material gráfico, sem que houvesse qualquer comprovação fundamentada em estudos técnicos de que o parcelamento do objeto seria inviável, desconsiderando a advertência da Consultoria Jurídica de que "não basta uma mera afirmação da Administração no sentido de que o agrupamento é necessário, ou para evitar perda de economia de escala ou para se beneficiar o conjunto ou complexo da aquisição";

b) dimensionou os quantitativos de material impresso sem que houvesse efetuado uma análise abrangente de série histórica e, tampouco, uma fundamentada projeção de necessidades futuras decorrentes da execução de políticas, programas e ações a cargo do Ministério da Saúde. Para o item "edição" não há qualquer estudo que fundamente a definição do quantitativo de vinte postos de trabalho e a qualificação da equipe, bem assim do quantitativo e das especificações definidas para os equipamentos e as licenças de *softwares* e aplicativos;

c) realizou estimativa de preços tendo por base apenas cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, sendo que não dispunha de, ao menos, três cotações para os serviços de impressão, que consistia a parcela de maior relevância da contratação pretendida, e sem haver efetuado a devida análise quanto à "congruência entre os preços das propostas", vez que "eventuais valores desarrazoados ou evidentemente inexequíveis podem distorcer os resultados das pesquisas efetuadas, de maneira que cumprirá ao órgão o discernimento sobre os orçamentos efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais", conforme anteriormente alertara a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde;

Evidências:

Documentos	Localização
documento_formalizacao_demanda_29_03.pdf	Peça 41.
referencias_estudos_preliminares.pdf	Peça 37.
cotacoes_recebidas_pesquisa_mercado.pdf	Peça 34, p. 68-180 e peça 35.
PARECER_00168/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 23/2/2018	Peça 33, p. 141-163.
estudos_preliminares_mapa_riscos_corrigido_14_11_18_Capa.pdf (Estudos Preliminares e Mapas de Riscos - Contratação para serviços de Edição, Impressão e Transporte de materiais gráficos)	Peça 38.
justificativas_estimativas_producao_19_11.pdf (Estimativas de produção anual e definição do valor global do contrato de serviços gráficos - Metodologia de cálculo para precificação do contrato administrativo)	Peça 39
Edital do Pregão Eletrônico 45/2018	www.comprasgovernamentais.gov.br

9.4.2. Alexandre Lages Cavalcante (CPF: 164.767.514-68):

Conduta do agente: na condição de Coordenador-Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde, aprovou o Edital e respectivo Termo de Referência do Pregão 45/2018, havendo determinado sua publicação e motivado o ato com base em "Despacho DIPLI (SEI - 6739813) e a correta instrução processual". Desconsiderou, portanto, (i) a ausência de qualquer comprovação fundamentada em estudos técnicos de que o parcelamento do objeto seria inviável; (ii) a precariedade dos procedimentos utilizados para dimensionamento do objeto e para obtenção dos preços estimados, e (iii) as

recomendações e advertências emanadas da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde;

Evidências:

Documentos	Localização
documento_formalizacao_demanda_29_03.pdf	Peça 41.
referencias_estudos_preliminares.pdf	Peça 37.
cotacoes_recebidas_pesquisa_mercado.pdf	Peça 34, p. 68-180 e peça 35.
PARECER 00168/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 23/2/2018	Peça 33, p. 141-163.
estudos_preliminares_mapa_riscos_corrigido_14_11_18_Capa.pdf (Estudos Preliminares e Mapas de Riscos - Contratação para serviços de Edição, Impressão e Transporte de materiais gráficos)	Peça 38.
justificativas_estimativas_producao_19_11.pdf (Estimativas de produção anual e definição do valor global do contrato de serviços gráficos - Metodologia de cálculo para precificação do contrato administrativo)	Peça 39
AUTORIZACAO_CGMAP__PREGAO_22_18_DF_31_08_2018.pdf (SEI 5257869)	Peça 34, p. 27.
AUTORIZACAO_CGMAP___7053276___PREGAO_45_2018.pdf (SEI 7053276)	Peça 42.
AUTORIZACAO_CGMAP_NOVA_PUBLICACAO_PARA_SESSAO_EM_10_12_2018.pdf (SEI 6748271)	Peça 34, p. 28.
Edital do Pregão Eletrônico 45/2018	www.comprasgovernamentais.gov.br

Causas: ausência de realização de levantamento de mercado na fase de planejamento da contratação. Ausência de realização de estudos técnicos preliminares. Ausência da aplicação de critérios objetivos e demonstráveis para definir o dimensionamento da equipe, a qualificação de seus integrantes e os resultados pretendidos com a contratação de postos de trabalho. Utilização de critérios divergentes na apreciação de cotações obtidas junto a potenciais fornecedores para fins de realização de estimativa de preços. Descumprimento de normas legais e infralegais. Desconsideração de recomendações e advertências emanadas da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde;

Consequências: incapacidade de demonstrar os resultados a serem alcançados com a solução que se pretendia contratar, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. Indicação genérica do tipo de papel a ser utilizado nos impressos (*couche* liso ou fosco, *offset*, *reciclato* ou similar) permitindo significativa variação dos valores de contratação, dada a diferença de preços entre os diversos tipos de papel. Estimativa elaborada com base em coleta insuficiente de preços e utilização inadequada do parâmetro adotado para obtenção de preços de mercado e análise de viabilidade da contratação, com consequente dificuldade para justificar os preços estimados. Risco de indevida assunção pelo órgão contratante de custos de produção que já seriam inerentes à execução das atividades de impressão a cargo da empresa gráfica contratada. Risco de propiciar a prática de "jogo de planilha" e superfaturamento na execução do contrato. Risco de contratação danosa ao erário;

Critérios: art. 3º, *caput* e incisos I, II e III da Lei 10.520/2002. artigos 6º, inciso IX; 7º, § 4º; 15, incisos IV e V; 23, § 1º; e art. 43 da Lei 8.666/1993. Art. 6º, inciso I do Decreto-Lei 200/1967. Art. 21 do Decreto 3.555/2000. Art. 9º, incisos I, II e III, e § 1º do Decreto 5.450/2005. Artigos 3º, 20, 21, 24, 28 e 30, inciso X, da Instrução Normativa 5/2017. Artigo 2º da IN 5/2014. Súmula TCU 247. Consoante sólida jurisprudência do TCU, a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítios especializados e contratos anteriores do próprio órgão (dentre outros, Acórdãos 1.548/2018, Ministro Relator Augusto Nardes; 718/2018, Ministro Relator André de Carvalho; 1.604/2017, Ministro Relator Vital do Rêgo; 247/2017, Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues; 1.678/2015, Ministro Relator Augusto Sherman; e 2.816/2014, Ministro Relator José Múcio Monteiro; todos do Plenário);

9.5. alertar aos responsáveis Ednewton Viana Araújo (CPF: 076.597.091-00) e Alexandre Lages Cavalcante (CPF: 164.767.514-68), caso constem do rol de responsáveis das contas anuais do Ministério da Saúde, quanto à possibilidade de as suas contas ordinárias serem julgadas irregulares em decorrência das constatações identificadas neste processo;

9.6. autorizar que a Selog comunique à Unidade Técnica responsável pelas contas anuais do órgão representado a existência deste processo, para fins de se avaliar a necessidade de sobrestamento das contas anuais correspondentes, nos termos do item 26.1 do Anexo I da Portaria-Segecex 12/2016;

9.7. dar ciência ao Ministério da Saúde que, no exame dos procedimentos administrativos relativos à realização do Pregão Eletrônico 45/2018, também foram constatadas as seguintes falhas e impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.7.1. não utilização da lista de verificação prevista no Anexo I da Orientação Normativa/Seges nº 2, de 6/6/2016, antes do envio do processo para análise pela Consultoria Jurídica, contrariando o disposto no art. 36 da Instrução Normativa 5/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e propiciando a ocorrência de falhas continuadas no processo de contratação;

9.7.2. ausência de solicitação formal a potenciais fornecedores para apresentação de cotação para fins de realização de pesquisa de preços;

9.7.3. inserção no processo administrativo 25000.227852/2018-19 de documentos não datados e sem identificação de autoria;

9.7.4. as licitantes não dispunham de todas as informações necessárias para formular suas propostas de preços, em razão das falhas de impressão nas páginas 101 a 121 do Edital publicado;

9.8. determinar ao Ministério da Saúde, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU 1/2016 c/c art. 17 do Decreto 9.203/2017, que comprove, em sua próxima prestação de contas, que estão sendo implementados, mantidos, monitorados e revisados os controles internos da gestão dos processos licitatórios, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos desses processos;

9.9. indeferir o pedido da empresa Gráfica e Editora Ideal Ltda. de ser admitida ao processo como parte interessada, por não haver a peticionária demonstrado, de forma clara e objetiva, razão legítima para intervir nos autos, cabendo considerar prejudicados os demais pedidos formulados à peça 13;

9.10. dar ciência desta decisão ao Ministério da Saúde, aos responsáveis Ednewton Viana Araújo (CPF: 076.597.091-00) e Alexandre Lages Cavalcante (CPF: 164.767.514-68), ao representante e à empresa Gráfica e Editora Ideal Ltda.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0471-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 472/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.416/2013-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ágil Serviços Especiais Ltda. (72.620.735/0001-29); Carlos Luiz Barroso Junior (563.644.741-87); Eduardo Tarcísio Brito Targino (297.014.061-68); Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho (464.092.461-53); e Williames Pimentel de Oliveira (085.341.442-49).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal: Carlos Eduardo Rocha Almeida (3593/OAB-RO) e outros, representando Williames Pimentel de Oliveira; Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF), Bruno Silva Campos (OAB/DF 12.509) e outros, representando Ágil Serviços Especiais Ltda.; Ivan Ribeiro dos Santos Nazarèth (OAB/RJ 121.685) e outros, representando Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão de supostas irregularidades na execução do Contrato 7/2006, que tinha por objeto a prestação de serviços de transporte executivo a servidores e dirigentes da Funasa,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19 e 23, inciso III, todos da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho;

9.2. condenar o Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho e a empresa Ágil Serviços Especiais Ltda. ao pagamento solidário das quantias a seguir especificadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de Pagamento	Valor do Débito (R$)
12/5/2006	18.457,92
8/6/2006	36.067,20
1/11/2006	45.625,28
1/12/2006	39.216,96
2/1/2007	42.676,80
4/4/2007	44.080,32
19/4/2007	41.033,91

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar ao Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, a multa de R$ 200.000,00, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável designado no subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.8. considerar grave a infração cometida pelo Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho;

9.9. inabilitar o responsável designado no item anterior, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.10. dar ciência desta deliberação ao Sr. Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho, à empresa Ágil Serviços Especiais Ltda., à Funasa e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.11. após a notificação dos responsáveis e interessados, restituir os autos ao Gabinete do Relator para que sejam apreciados os embargos de declaração opostos pelo Sr. Williames Pimentel de Oliveira e pela empresa Ágil Serviços Especiais Ltda. ao Acórdão 2391/2018-Plenário.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0472-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 473/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.566/2014-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19)

3.2. Recorrente: Wellerson Valério Moreira (689.556.426-87)

4. Órgão: Prefeitura Municipal de São Geraldo do Baixio/MG

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: Vanea Lúcia de Lima (OAB/MG 94.426) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.179/2018-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de reconsideração;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento e manter inalterados os termos do acórdão recorrido; e

9.3. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de São Geraldo do Baixio/MG, ao Ministério do Turismo e ao recorrente.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0473-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 474/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.629/2016-4.

1.1. Apenso: 042.025/2012-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Maria de Fátima Peixoto Carvalho (064.145.322-15); Nelson Francisco Marzullo Maia (704.371.227-00); Nelson Pontes Simas (055.383.432-00); Probase Projetos e Engenharia Ltda. (43.946.318/0001-72)

3.2. Recorrentes: Probase Projetos e Engenharia Ltda. (43.946.318/0001-72); Maria de Fátima Peixoto Carvalho (064.145.322-15).

4. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Pará (Sec-PA).

8. Representação legal:

8.1. Ana Carolina Mendes de Albuquerque (26487/OAB-PA) e outros, representando Nelson Pontes Simas.

8.2. Vera Lucia Schegerin Alves Bezerra (26370/OAB-SP) e outros, representando Probase Projetos e Engenharia Ltda.

8.3. Camila Ribeiro Peixoto (17347/OAB-PA), representando Maria de Fátima Peixoto Carvalho.

8.4. Elísio Augusto Velloso Bastos (6.803/OAB-PA) e outros, representando Nelson Francisco Marzullo Maia.

8.5. Cristiana Pinho Martins (9328/OAB-PA), Antônio Duarte Brandão Neto (12101/OAB-PA) e outros, representando Ademir Galvão Andrade.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Maria de Fátima Peixoto Carvalho e pela empresa Probase Projetos e Engenharia Ltda. em desfavor do Acórdão 2.917/2018-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Sra. Maria de Fátima Peixoto Carvalho e pela empresa Probase Projetos e Engenharia Ltda. para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0474-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto presente: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 475/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.212/2017-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e Ministério de Minas e Energia.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal:

8.1. José Renato Pinto da Fonseca, Estefania Torres Gomes da Silva e outros, representando Agência Nacional de Energia Elétrica.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este Relatório de Acompanhamento dos empreendimentos de geração e transmissão da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no Rio Xingu, Estado do Pará, conforme autorização constante do Acórdão 564/2017-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Agência Nacional de Energia Elétrica, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e ao Ministério de Minas e Energia dos seguintes fatos apurados no presente acompanhamento:

9.1.1. descumprimento dos 9 (nove) contratos de concessão firmados entre União e Abengoa, todas as obras paralisadas desde 2015, que totalizam 6.300 Km de linha de transmissão em 500 kV (Contratos 001/2013, 005/2013, 006/2013, 009/2013, 010/2013, 013/2013, 002/2014, 015/2014 e 20/2014);

9.1.2. a ausência das linhas de transmissão trouxe dano ao Sistema Elétrico Brasileiro, uma vez que feriu a política de expansão do sistema elétrico brasileiro, por impedir que o potencial de geração da região Norte seja escoada para outras regiões;

9.1.3. o sistema está operando com restrição, o que afeta a sua confiabilidade e a otimização hidrotérmica, pondo em risco o próprio suprimento de energia elétrica;

9.1.4. o ONS é obrigado a optar por cortar até 6 (seis) unidades geradoras da UHE Belo Monte ou até quatro unidades na UHE Tucuruí, dada a elevada geração disponível na região Norte no período úmido;

9.1.5. o sistema elétrico, no período úmido de 2016/2017, deixou de escoar 968 MWmédios em razão da paralisação das obras da Abengoa, o que se consubstanciou em dano para a administração pública da ordem de R$ 575 milhões a preços de maio/2017;

9.1.6. já no período úmido de 2017/2018, deixará de escoar 1400 MWmédios, que custará R$ 832 milhões, o que representa o consumo de 27 milhões de residências no período;

9.1.7. frustração do Plano Plurianual dada a paralisação de 6.300 km de linhas de transmissão da Abengoa já que o PPA 2016-2019 (meta 0023) previa implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional;

9.1.8. o dano ao Sistema Elétrico Brasileiro foi causado exclusivamente pela estratégia empresarial do grupo espanhol Abengoa que agora se encontra em recuperação judicial. O que deu causa à paralisação das obras advieram de suas atividades empresariais e não do Poder Concedente, da Aneel, ou qualquer órgão ligado ao meio ambiente;

9.2. recomendar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tão logo seja exarada a decisão judicial definitiva do processo 0029741-24.2016.8.19.0001, em trâmite na 5ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, adote as medidas judiciais necessárias para processar a Abengoa por perdas e danos em face da inadimplência contratual, informando ao Tribunal da medida adotada;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão ao Ministério Público Federal, nos termos do art. 41, § 2º da Lei 8.443/1992, c/c o art. 248 do RI/TCU, c/c o art. 7º da Lei 7.347/1985, para a adoção das providências que estender cabíveis;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão ao Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, à Empresa de Pesquisa Energética, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e à Controladoria-Geral da União;

9.5. retornar os autos para a SeinfraElétrica para continuidade do acompanhamento.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0475-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 476/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.411/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV- Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional e Consórcio HPR Missões (CNPJ 24.147.883/0001-25).

3.2. Responsáveis: Ariele Nogueira da Cunha (CPF 003.815.960-01), Artemio Antonio Sarturi Neto CPF (016.568.570-06), Carlos Hermínio Aguirre Superti (CPF 287.056.100-87), Eduardo Russomano Freire (CPF 814.352.070-68), Elton Ardenghi Miranda (CPF 256.121.400-10), Ignez D Avila (CPF 002.483.390-87), Joel Alexandre Rubert (CPF 604.246.480-91), Nelson da Conceição Bueno (CPF 441.130.640-91), Plinio Simas (CPF 623.273.800-49), Silvestre Becker (CPF 308.845.350-53).

4. Entidade: Município de Palmeira das Missões - RS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio Grande do Sul (SEC-RS).

8. Representação legal:

8.1. Aloisio Zimmer Junior (42306/OAB-RS), representando Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões - RS e Eduardo Russomano Freire;

8.2. João Geraldo Piquet Carneiro (800-A/OAB-DF) e outros, representando Consórcio HPR Missões.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este de Relatório de Monitoramento de Relatório Auditoria, no qual foi proferido o Acórdão 2.594/2016-TCU-Plenário, em Sessão de 11/10/2016, onde foram determinadas ações da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana e da Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões, além de oitivas deste ente federado e do Consórcio HPR Missões;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar atendida a determinação contida no item 9.1 do Acórdão 2.061/2017-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência à Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões-RS da necessidade do atendimento às recomendações emitidas pela Controladoria Regional da União no Rio Grande do Sul acerca do custeio da manutenção e operação do Hospital Público Regional;

9.3. encaminhar o processo à SeinfraUbana para que avalie a oportunidade e a conveniência de incluir as obras de construção do Hospital Público Regional no seu plano de fiscalização;

9.4. encaminhar o processo à SecexSaúde para que avalie a oportunidade e a conveniência de realizar ação de controle acerca das constatações apontadas pela Controladoria Regional da União no Rio Grande do Sul;

9.5. dar conhecimento desta deliberação à Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões/RS, à Controladoria Regional da União no Rio Grande do Sul, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, ao Ministério da Saúde e à Secretaria Estadual da Saúde-RS; e

9.6 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0476-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 477/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 014.566/2017-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Acompanhamento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal: Carolina Bastos Lima Brum (OAB/RJ 135.073), Gustavo de Souza Vellame (OAB/RJ 153.962), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A. (procuração e substabelecimentos às peças 4 a 6).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Acompanhamento da Carteira de Desinvestimentos da Petróleo Brasileiro S.A., constituídos em cumprimento ao subitem 9.6.1 Acórdão 442/2017-TCU-Plenário com vistas a selecionar casos concretos de vendas de ativos para implementar ações de controle específicas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Petrobras, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, combinado com a Resolução-TCU 265, de 9/12/2014, que adote as seguintes providências quanto à sua Carteira de Desinvestimento:

9.1.1. atualize, em arquivo compatível com a extensão xlsx, a planilha eletrônica com informações listadas no Anexo I da instrução autuada como peça 46, disponibilizando-as em data room virtual, no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação da passagem do respectivo projeto pelos portões estabelecidos na Sistemática de Desinvestimentos;

9.1.2. também no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação da passagem de qualquer projeto por um dos portões estabelecidos na Sistemática de Desinvestimentos da estatal, envie os respectivos Documentos Internos aprovados pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração, acompanhados dos pacotes de suporte às decisões, bem como de seus anexos;

9.1.3. em relação ao projeto Lobato, regularize e uniformize o Termo de Confidencialidade com as informações e assinaturas de todos representantes do Grupo de Projeto, provendo-lhe a segurança necessária quanto a seus efeitos e exercendo sua competência legal conforme arts. 6º, inciso III, 22 e 25 da Lei 12.527, de 18/11/2011, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias após o saneamento do aludido termo, a documentação comprobatória das medidas adotadas;

9.2. recomendar à Petrobras que avalie a necessidade de gerenciar os riscos relacionados aos processos descritos em sua Sistemática de Desinvestimentos, e não apenas os riscos associados a cada projeto especificamente;

9.3. autorizar a autuação de processos específicos de fiscalização na modalidade Acompanhamento, com os seguintes objetos:

9.3.1. projeto Lotus, que trata da parceira estratégica da Petrobras com a estatal China National Petroleum Corporation International;

9.3.2. Carteira de Desinvestimentos da Petrobras, dando continuidade aos procedimentos fiscalizatórios que até agora vinham sendo realizados neste TC 014.566/2017-6;

9.4. determinar à SeinfraPetróleo que:

9.4.1. no processo que será autuado em cumprimento ao subitem 9.3.2 supra, elabore novas propostas para seleções de casos concretos de vendas de ativos da atual Carteira de Desinvestimentos da Petrobras, com base em critérios de oportunidade, relevância, materialidade e risco, em consonância com o subitem 9.6.1 do Acórdão 442/2017-TCU-Plenário;

9.4.2. providencie a classificação dos documentos constantes deste TC 014.566/2017-6 que, a exemplo da instrução autuada como peça 45, mereçam ser resguardadas por sigilo;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Petróleo Brasileiro S.A., cientificando-a, em especial, sobre a ocorrência, no âmbito do projeto Lobato, de descumprimento ao disposto no subitem 5.5.5.1 da Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas da estatal, tendo em vista a ausência de informações no Relatório de Estruturação sobre a exposição financeira no horizonte do Plano de Negócios e Gestão, a estimativa de desoneração de Capex, o impacto no referido Plano, a estimativa de ganho/perda de capital para fins de tributação e demais potenciais impactos tributários;

9.6. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0477-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 478/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.537/2007-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (CNPJ 07.663.511/0001-32).

3.2. Responsáveis: Dalvino Troccoli Franca (CPF 038.685.244-87), Deusicléa Barboza de Castro (CPF 280.020.671-34), Eudes Costa de Holanda (CPF 024.662.873-15), Francisco Pessoa Furtado (CPF 020.830.003-15), Israel Beserra de Farias (CPF 132.513.174-15), Itazil Fonseca Benício dos Santos (CPF 400.974.477-49), Lauro Sérgio de Figueiredo (CPF 115.178.321-87), Luciano de Petribú Faria (CPF 499.437.076-15), Oscar Cabral de Melo (CPF 083.235.264-00), Paulo Ramiro Perez Toscano (CPF 076.068.501-00), Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (CPF 130.377.905-63), Raymundo Cesar Bandeira de Alencar (CPF 039.076.001-34), Raymundo José Santos Garrido (CPF 030.802.695-00), Rui Melo de Carvalho (CPF 370.198.997-49), Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (CNPJ 07.663.511/0001-32), Instituto Terra Social - ITS (CNPJ 03.463.763/0001-67), Mestra Ltda. (CNPJ 03.457.778/0001-12) e TL Construtora Ltda. (CNPJ 00.058.984/0001-61).

4. Órgão/Entidade: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (FPJRPC) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Ceará (SEC-CE).

8. Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/RS 51.040 e OAB/DF 24.518), Cristian Klock Deudegant (OAB/DF 24.734), José Inácio Macedo Júnior (OAB/DF 12.920), Liander Michelon (OAB/DF 20.201), Raul Canal (OAB/DF 10.308) e outros, representando Paulo Ramiro Perez Toscano (procurações e substabelecimento à peça 1, pp. 5, 6, 20 e 21; e peça 62); Manoel de Santana Neto (OAB/DF 13.708), representando Itazil Fonseca Benício dos Santos (procuração à peça 1, p. 16); Matheus Machado Mendes de Figueiredo (OAB/DF 6.597/E), Sergio Leverdi Campos e Silva (OAB/DF 12.069) e Thais Machado Mendes de Figueiredo (OAB/DF 17.445), representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar (procuração à peça 1, p. 32); Antônio Lázaro Martins Neto (OAB/DF 25.354) e João Paulo Gonçalves da Silva (OAB/DF 19.442), representando Raymundo José Santos Garrido (procuração à peça 1, p. 45); Maria de Lourdes Nunes (OAB/DF 4.872), representando Deusicléa Barboza de Castro (procuração à peça 1, p. 50); Augusto Cesar José de Sousa (OAB/DF 2.995), representando Oscar Cabral de Melo (procuração à peça 12, p. 23); Clovis Alexandre de Arraes Alencar (OAB/CE 10.559), Oberdan Amâncio Campos (OAB/CE 15.586) e Paulo André Lima Aguiar (OAB/CE 10.630), representando Eudes Costa Holanda Junior (procuração à peça 87); Alessandro Alexandre Maia (OAB/CE 17.068), Larnecs Alexandre Maia (OAB/CE 13.042) e Maria Eroneide Alexandre Maia (OAB/CE 12.833), representando Francisco Pessoa Furtado (procuração à peça 91); Iuri Mattos de Carvalho (OAB/BA 16.741), Roberto Silva Soledade (OAB/BA 16.627) e Tarcísio Menezes Oliveira (OAB/BA 15.857), representando Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (procuração à peça 96); Celso Negrão da Fonseca Júnior (OAB/BA 22.177), Dalton Marcel Matos de Souza (OAB/BA 19.685), Fabiana Bastos de Oliveira (OAB/BA 24.572) e Fabricio Bastos de Oliveira (OAB/BA 19.062), representando TL Construtora Ltda. (procuração à peça 1, p. 55); Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE 5.496), Expedito Dantas da Costa Júnior (OAB/CE 13.511), Vinícius Vilardo de Mello Cruz (OAB/CE 21.419) e outros, representando a Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (procuração e substabelecimento à peça 53, pp. 44-45); e Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE 5.496), Expedito Dantas da Costa Júnior (OAB/CE 13.511), Vinícius Vilardo de Mello Cruz (OAB/CE 21.419) e outros, representando o Instituto Terra Social (procuração e substabelecimento à peça 54, pp. 15-17).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) originalmente instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação dos R$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) repassados dos cofres da União para a Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa (FPJRPC), no âmbito do Convênio 11/2001 da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) da referida pasta ministerial, cujo objeto consistia na montagem e implementação de instrumentos técnico-legais para suporte técnico-administrativo de prefeituras municipais do Estado do Piauí;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, as Sras. Isane Costa de Farias, Louise Costa de Farias, Neuma de Fátima Costa de Farias e Taise Costa de Farias, os Srs. Rui Melo de Carvalho e Eudes Costa Holanda e a empresa T.L. Construtora Ltda., dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443, de 16/7/1992;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Dalvino Troccoli França, Itazil Fonseca Benício dos Santos, Lauro Sérgio de Figueiredo, Raymundo Cesar Bandeira de Alencar e Raymundo José Santos Garrido, excluindo-os do rol de responsáveis;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Deusicléa Barboza de Castro, pelos Srs. Francisco Pessoa Furtado, Luciano de Petribú Faria, Oscar Cabral de Melo e Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira, pela empresa Mestra Ltda., pelo Instituto Terra Social e pela Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, assim como parte das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Paulo Ramiro Perez Toscano;

9.4. desconsiderar a personalidade jurídica das empresas Mestra Ltda. e T.L. Construtora Ltda. e do Instituto Terra Social, nos termos do art. 50 do Código Civil, para que os Srs. Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira e Eudes Costa de Holanda e as herdeiras de Israel Beserra de Farias, Sras. Isane Costa de Farias, Louise Costa de Farias, Neuma de Fátima Costa de Farias e Taise Costa de Farias, respondam pelos danos causados ao Erário na execução do Convênio MMA/SRH 11/2001, devendo ser respeitado, no caso das herdeiras, o limite do patrimônio a elas transferido;

9.5. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e § 2º, alíneas "a" e "b"; e 19, caput, da Lei 8.443/1992, as contas da Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, das empresas Mestra Ltda. e T.L. Construtora Ltda., do Instituto Terra Social, da Sr.ª Deusicléa Barboza de Castro e dos Srs. Eudes Costa Holanda, Francisco Pessoa Furtado, Israel Beserra de Farias, Luciano de Petribú Faria, Oscar Cabral de Melo, Paulo Ramiro Perez Toscano, Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira e Rui Melo de Carvalho;

9.6. condenar, solidariamente, os responsáveis indicados no subitem precedente ao pagamento das quantias indicadas nos quadros a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas relacionadas até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento dos respectivos débitos aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU:

9.6.1. responsáveis solidários: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, Mestra Ltda., Deusicléa Barboza de Castro, Francisco Pessoa Furtado, Luciano de Petribú Faria, Oscar Cabral de Melo, Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira e Rui Melo de Carvalho:

VALOR (R$)	CRÉDITO OU DÉBITO	DATA
36.875,00	D	5/7/2001
36.750,00	D	5/7/2001
37.125,00	D	5/7/2001
74.250,00	D	27/7/2001
73.500,00	D	16/8/2001
73.750,00	D	11/9/2001
36.875,00	D	11/9/2001
36.750,00	D	11/9/2001
37.125,00	D	11/9/2001
40.278,22	C	5/7/2001

9.6.2. responsáveis solidários: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, T.L. Construtora Ltda., Deusicléa Barboza de Castro, Francisco Pessoa Furtado, Isane Costa de Farias, Louise Costa de Farias, Luciano de Petribú Faria, Neuma de Fátima Costa de Farias, Oscar Cabral de Melo, Taise Costa de Farias e Rui Melo de Carvalho:

VALOR (R$)	CRÉDITO OU DÉBITO	DATA
37.125,00	D	5/7/2001
74.250,00	D	27/7/2001
37.125,00	D	20/8/2001
13.502,40	C	5/7/2001

9.6.3. responsáveis solidários: Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa, Instituto Terra Social, Deusicléa Barboza de Castro, Eudes Costa Holanda, Francisco Pessoa Furtado, Luciano de Petribú Faria, Oscar Cabral de Melo, Paulo Ramiro Perez Toscano e Rui Melo de Carvalho:

VALOR (R$)	CRÉDITO OU DÉBITO	DATA
37.300,00	D	5/7/2001
74.600,00	D	11/9/2001
37.300,00	D	11/9/2001
13.563,01	C	5/7/2001

9.7. aplicar aos responsáveis abaixo indicados, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores relacionados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

RESPONSÁVEL	MULTA (R$)
Fundação Professor João Ramos Pereira da Costa	400.000,00
Instituto Terra Social	80.000,00
Mestra Ltda.	240.000,00
TL Construtora Ltda.	80.000,00
Eudes Costa de Holanda	80.000,00
Francisco Pessoa Furtado	400.000,00
Luciano de Petribú Faria	100.000,00
Paulo Ramiro Perez Toscano	20.000,00
Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira	240.000,00
Rui Melo de Carvalho	300.000,00

9.8. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.8.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. declarar a inidoneidade das empresas Mestra Ltda. e TL Construtora Ltda. e do Instituto Terra Social para participarem, por 5 (cinco) anos, de licitação na Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.10. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis arrolados nos autos, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Superior Tribunal de Justiça, fazendo remissão ao Recurso Especial 1556037/CE, e à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno-TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. arquivar os presentes autos, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0478-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 479/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.363/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Dalilo Martins Cuesta (041.054.782-49); Joel Santos de Lima (135.105.682-49); Leandro Souza dos Santos (580.290.792-49); Saul Nunes Bemerguy (053.110.802-30); Suzineia Barboza Martins (630.270.542-87).

3.3. Recorrente: Dalilo Martins Cuesta (041.054.782-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Tabatinga - AM.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria do TCU no Estado do Amazonas (SEC-AM).

8. Representação legal: Walcimar de Souza Oliveira (2.469/OAB-AM), representando Dalilo Martins Cuesta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Dalilo Martins Cuesta contra o Acórdão 2134/2016 - TCU - Plenário que julgou irregulares suas contas, referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), imputando-lhe débito solidário com outros responsáveis, conforme apurado nos autos, bem como a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, em

razão de irregularidades praticadas na aplicação dos recursos repassados ao Município de Tabatinga - AM, à conta do Programa de Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS (Programa DST/AIDS), no exercício de 2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Dalilo Martins Cuesta para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0479-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 480/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 036.820/2018-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Leonei Martins Freitas (33.415/OAB-PR), representando Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.

8.2. Andrei Braga Mendes (21.545/OAB-DF) e outros, representando Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

8.3. Elias Nunes Valadão (56.388/OAB-DF), representando Rapidonet Sistemas e Automação Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar suspensiva do certame, formulada por Rapidonet Sistemas e Automação Eireli EPP, a respeito de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico para registro de preços 15100/2018, promovido pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, para a locação de conjunto de equipamentos de controle de acesso no âmbito da Eletronorte, com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação, manutenção e treinamento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, por adimplir os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda de objeto;

9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar para a suspensão do Pregão Eletrônico 15100/2018;

9.3. determinar às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU:

9.3.1. a correção das seguintes impropriedades, na eventual realização de novo certame em substituição ao Pregão Eletrônico para registro de preços 15100/2018:

9.3.1.1. alteração do local de realização da prova de conceito fixado no termo de referência, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 31 da Lei 13.303/2016;

9.3.1.2. rejeição sumária da intenção de registro de recurso apresentada pela empresa Rapidonet Sistemas e Automação Eireli - EPP (CNPJ 06.997.744/0001-09), por discordar, de antemão, dos motivos citados pela recorrente, o que vai de encontro com o art. 69, item 5, in fine, do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobrás, e aos arts. 2º, § 1º, e 4º, incisos XVIII e XX, da Lei 10.520/2002, c/c art. 26, § 1º, do Decreto 5.450/2005, aplicáveis à Eletronorte, em razão da adoção da modalidade pregão (art. 32, item 4, do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobrás);

9.3.1.3. exigência de declaração emitida pelo fabricante do software ofertado declarando que a licitante é revenda autorizada, sem a adequada justificativa da inserção dessa cláusula potencialmente restritiva, de forma expressa e pública, em afronta à jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos-TCU 2.441/2017-TCU-Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 1.881/2015-Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes; e 1.805/2015-Plenário, Relator Ministro Weder de Oliveira);

9.3.1.4. exigência de atestado de qualificação técnica que não se atém aos itens de maior relevância e de valor significativo da contratação, sem justificativa e indicação das parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes de forma expressa no edital, conforme estabelecido pelo art. 66, item 1, do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobrás.

9.3.2. a adoção, como parâmetro, do valor final negociado no Pregão Eletrônico 15100/2018, de R$ 1.873.440,96, na eventual celebração de contratação emergencial para a contratação dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 15100/2018, de forma proporcional ao que se pretende contratar, em atenção ao princípio da economicidade, incluindo-se cláusula resolutiva que estabeleça a sua extinção após a conclusão de novo processo licitatório para a nova contratação dos serviços correspondentes (Acórdãos 3.474/2018 e 9.873/2017, ambos da 2ª Câmara do TCU, da relatoria do Ministro André de Carvalho; e 2.988-2014-TCU-Plenário, Ministro Relator Benjamin Zymler);

9.4. determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU;

9.5. dar ciência da presente deliberação à representante e à Eletronorte.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0480-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 481/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 027.035/2018-2

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Boa Vista/RR: Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social/Setrabes, Secretaria de Estado da Educação e Desporto/SEED, Secretária Municipal de Educação e Cultura /SMEC, Secretária Municipal de Gestão Social/Semges, Escola Municipal prof.ª Gemeria Gonzaga Andrade e Colégio Militar Estadual Professora Elza Breves de Carvalho; Município de Rorainópolis: Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desportos(Semed), Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Escola Estadual Padre Eugênio Possamai em Rorainópolis, Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professor Hildemar Pereira de Figueredo; bem como ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) Estadual (Setrabes).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sec-RR (extinta Secex/RR)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado de Roraima,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0481-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 482/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 027.044/2018-1

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Municipal de Educação de Belém, Secretaria Municipal de Economia de Belém e Secretaria Secretaria Executiva de Educação do Pará, Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda Municipal de Educação de Castanha

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sec-PA (extinta Secex/PA)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado do Pará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0482-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 483/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 027.714/2018-7

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Educação - MS, Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul - FUNTRAB, Fundação Social do Trabalho de Campo Grande - FUNSAT, Secretária Municipal de Educação de Anastácio - MS, Secretária Municipal de Assistência Social de Anastácio - MS e Centro de Referência de Assistência Social de Anastácio - MS

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sec-MS (extinta Secex/MS)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado de Mato Grosso do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8:

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0483-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 484/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.207/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ceres - Fundação de Seguridade Social (00.532.804/0001-31); Fundação Cepisa de Seguridade Social Facepi (07.689.813/0001-80); Fundação Chesf de Assistencia e Seguridade Social Fachesf (42.160.192/0011-15); Fundação Petrobras de Seguridade Social Petros (34.053.942/0012-02); Fundação Banco Central de Previdência Privada - MF (00.580.571/0001-42); Postalis Instituto de Previdencia Complementar (00.627.638/0001-57); Real Grandeza Fundação de Previdencia e Assist Social (34.269.803/0001-68); Serpros Fundo Multipatrocinado (29.738.952/0001-99).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal : Denise Ururahy Póvoa de Almeida Paiva, OAB/RJ 44.752, e outros (peça 38); Afonso Henrique Vidigal Botelho de Magalhães, OAB/RJ 178.787, e outros (peça 39); Gisele Cantuária Seixas, OAB/RJ 56.237, e outros (peça 158); Taísa Oliveira Maciel, OAB/RJ 118.488, e outros (peça 162) Juliana Sales Monteiro de Barros, OAB/RJ 103815, e outros; Cesar da Silva Pelosi Jucá, OAB/RJ 118.941, e outros (peça 158); Francieldo Justino da Silva, RG 1765637 SSP-SP (peça 173); Mariana de Mello Vaz Albuquerque, OAB/RJ 119926, e outros (peça 189); André Ribeiro Mignan, CRC/RJ RJ093942/O-8, e outros (peça 198).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, formulada pela SecexPrevidência, em face de supostas irregularidades na gestão de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), patrocinadas por instituições federais, relacionadas

a possível descumprimento dos requisitos da Emenda Constitucional nº 20/1998, que veda o aporte das patrocinadoras em volume superior ao feito pelos participantes e assistidos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 235, 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), em:

9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 nos termos do art. 250, inciso II, do RITCU, determinar à Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social, bem como às empresas Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobras Termonuclear, que informem a este Tribunal sobre o resultado efetivo dos processos 2008.51.01.018523-6 e 0242164-42.2010.8.19.0001, tão logo ocorram os respectivos trânsitos em julgado;

9.3 nos termos do art. 250, inciso II, *in fine*, do RITCU, determinar à SecexPrevidência que monitore o cumprimento da determinação versada no subitem 9.2;

9.4 dar ciência deste Acórdão às seguintes entidades: Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); Banco Central do Brasil;Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Instituto Serpro de Seguridade Social (Serpros); Furnas Centrais Elétricas S.A.; Eletrobrás Termonuclear S.A.; Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social; Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), Postalis Instituto de Previdência Complementar (Postalis), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ceres - Fundação de Seguridade Social (Ceres), Companhia Energética do Piauí e Fundação Cepisa de Seguridade Social (Facepi); informando, nos respectivos ofícios, que o Relatório e o Voto que fundamentam o presente Acórdão serão disponibilizados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.5 autorizar o arquivamento do processo nos termos do art. 169, inciso III, do RITCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0484-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 485/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.050/2018-9
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), e da Administração Municipal de Salvador, a cargo da Secretaria Municipal de Trabalho, Esportes e Lazer (SEMTEL).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Sec-BA (extinta Secex/BA)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0485-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 486/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.089/2018-2
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria
3. Interessado: Tribunal de Contas da União
4. Órgão/Entidade/Unidade:
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Sec-PE (extinta Secex/PE)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que teve por objetivo a avaliação de políticas públicas de inclusão social e produtiva do Governo Federal no Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014 c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridos os objetivos da auditoria e encerrar o presente processo com o seu apensamento definitivo ao TC 017.192/2018-8.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0486-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 487/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.145/2018-9
2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CNPJ 34.028.316/0001-03) e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (CNPJ 01.263.896/0001-64).

3.2. Responsável: Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque (CPF 065.712.484-25).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque, ex-gerente das agências dos Correios de Frei Miguelinho e Riacho das Almas, em Pernambuco, em razão de prejuízos causados à empresa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, §3º, 16, inciso III, alínea "d", 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", 215 a 217 e 270 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque;

9.2. julgar irregulares as contas de Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque;

9.3. condenar Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque ao recolhimento aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de encargos legais das datas indicadas até a data do pagamento:

Data	Valor
25/3/2015	94.715,67
27/2/2014	830,21
16/4/2014	1.368,60
5/9/2014	7.503,35

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque, a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar à responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. considerar grave a infração cometida por Adryelli Nataly Nascimento de Albuquerque, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.11. inabilitá-la para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos;

9.12. encaminhar cópia desta deliberação ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.13. dar ciência desta deliberação aos interessados.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0487-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 488/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.255/2017-1
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento.
3. Responsáveis: não há.
4. Unidades: Ministério da Educação - MEC, Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o relatório de acompanhamento dos atos de gestão relacionados a aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação no âmbito do Ministério da Educação - MEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 169, inciso V, e 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que reavaliem seus sistemas de governança e de controle interno para evitar a reincidência das irregularidades apontadas nestes autos e apresentem a este Tribunal, individualmente, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação com vistas a sanear os problemas identificados;

9.2. recomendar ao Ministério da Educação que, tendo em vista os indícios de irregularidades identificados no contrato 76/2015, firmado com a Cast Informática S.A., verifique também a regularidade da execução dos demais contratos de fábrica de software mantidos com as empresas Indra Brasil Soluções e Serviços Tecnológicos Ltda. (contratos 77/2015 e 78/2015), Squadra Tecnologia S.A. (contrato 75/2015) e MBA - Tecnologia Ltda. (contrato 70/2014);

9.3. recomendar ao Ministério da Economia que oriente seus jurisdicionados a respeito da obrigatoriedade da publicação dos estudos técnicos preliminares juntamente com o edital da licitação;

9.4. recomendar ao Ministério da Economia que avalie a conveniência e a oportunidade de efetuar ajustes no Sistema Comprasnet, a fim de que passe a aceitar anexos da licitação em formatos que permitam a busca;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao MEC, à Capes, ao FNDE, ao Inep e à Controladoria-Geral da União.

9.6. encaminhar à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto e à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas o relatório de acompanhamento objeto destes autos;

9.7. indeferir o pedido de ingresso nos autos formulado pela empresa XYS Tecnologia Ltda. e dar ciência desta deliberação à requerente;

9.8. autorizar a publicação da ficha-síntese deste acompanhamento; e

9.9. arquivar este processo.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0488-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 489/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.780/2014-1
2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Deivson Oliveira Vidal (CPF 013.599.046-70) e Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC (CNPJ 21.145.289/0001-07).
4. Unidades: entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado da Bahia - Sec-BA.
8. Representação legal: Sérgio Santos Rodrigues (OAB/MG 98.732), Mary Ane Anunciação Ianque (OAB/MG 102.655), Alex da Silva Alvarenga (OAB/MG 146.312) e Amanda Torquato Duarte (OAB/MG 157.788) representando Deivson Oliveira Vidal e Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (renúncia às peças 51 e 52).
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Deivson Oliveira Vidal e do Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 1.603/2008.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", 26, 28, inciso II, 57 e 61 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", 217 e 275 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Deivson Oliveira Vidal e do Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 25/2/2009;

9.3. aplicar-lhes multas individuais no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com incidência de encargos legais calculados da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo a seguir estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. solicitar à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, as medidas necessárias ao arresto dos bens de Deivson Oliveira Vidal e do Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania;

9.10. alertar às unidades técnicas responsáveis pela instrução dos processos TC 000.708/2015-1, TC 010.925/2015-5 e TC 002.773/2015-5 quanto à similitude entre os objetos dos convênios mencionados no parecer do Ministério Público junto ao TCU, para a adoção das cautelas pertinentes;

9.11. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0489-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 490/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 040.166/2018-0
2. Grupo I - Classe VII - Desestatização.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura).
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária - SeinfraPortoFerrovia.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este acompanhamento da desestatização, por meio de arrendamento portuário, do terminal STS13A, voltado para movimentação e armazenagem de granéis líquidos e localizado na Ilha de Barnabé, dentro do Complexo Porto de Santos/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. dar ciência ao Ministério da Infraestrutura, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) que, dentro do escopo delimitado na presente análise de 1º estágio de fiscalização regulamentada pela IN-TCU 27/1998 c/c a IN-TCU 81/2018, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo concessório do terminal portuário denominado STS13A, localizado no Porto de Santos/SP e destinado à movimentação de granéis líquidos;

9.2 determinar ao Ministério da Infraestrutura, com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o inciso II do art. 250 do Regimento Interno, que encaminhe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de juntada neste processo, a última versão do edital, já com a inclusão do item 22.14, que visa a evitar concentração excessiva de mercado no segmento de granéis líquidos no Porto de Santos;

9.3. recomendar ao Ministério da Infraestrutura e à Antaq, com fulcro no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992 c/c o inciso III do art. 250 do Regimento Interno, que avaliem a conveniência e a oportunidade de aprofundar os estudos, com vistas a implementar medidas para melhorar a eficiência em termos de nível de serviço, na ilha de Barnabé, no Porto de Santos, identificando e corrigindo também outros gargalos de infraestrutura;

9.4. enviar cópia deste acórdão ao Ministério da Infraestrutura, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários, à Empresa de Planejamento e Logística e à Companhia Docas do Estado de São Paulo;

9.5. restituir os autos à SeinfraPortoFerrovia para que prossiga no acompanhamento do processo de licitação.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0490-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 491/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.335/2017-0.
1.1. Apenso: 033.393/2013-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Valdemar Araújo da Silva Filho (533.542.733-72).
4. Órgão/Entidade: Município de Pindoretama/CE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Ceará (Sec-CE).
8. Representação legal: Mauro Ferreira Gondim (OAB/CE 17.291) em nome de Valdemar Araújo da Silva Filho.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos por Valdemar Araújo da Silva Filho contra o Acórdão 382/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito, aplicou-lhe multa e inabilitou-o por cinco anos a exercer cargo ou função pública,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer e acolher os presentes embargos para sanar a omissão apontada, integrando a deliberação recorrida, nos termos expostos no voto que fundamenta este acórdão, mantendo-se inalterado o Acórdão 382/2018-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0491-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 492/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.564/2011-4.
1.1. Apensos: 003.805/2011-5; 006.930/2016-6; 033.405/2011-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Recorrentes: Valter Luiz Cardeal de Souza (140.678.380-34); Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto (098.637.967-00).
4. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Alessandro da Silva Portinho e outros, representando Furnas Centrais Elétricas S.A.; Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto e Valter Luiz Cardeal de Souza.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que nesta fase trata de pedido de reexame interposto por Valter Luiz Cardeal de Souza e Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto, em face do Acórdão 1.362/2015-TCU-Plenário;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0492-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 493/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.845/2010-0.
1.1. Apensos: 036.653/2011-0; 014.972/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).
3. Recorrente: Danilo Souza Baptista (210.299.700-68).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114) e outros, representando Danilo Souza Baptista.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que nesta fase tratam de pedido de reexame interposto por Danilo Souza Baptista, à época gerente da área de engenharia da Petrobras, em face do Acórdão 1.668/2017-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU aplicou-lhe multa em razão de ter aprovado projeto básico deficiente para a contratação das obras de terraplenagem da Refinaria Premium I, localizada no Maranhão;

ACÓRDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0493-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 494/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.075/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Auditoria de Natureza Operacional.
3. Interessados: Joaquim Levy.
4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).
8. Representação legal: Marcelo de Siqueira Freitas (OAB/DF 15.659) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de natureza operacional no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, incluindo sua subsidiária integral BNDES Participações - BNDESPar, com vistas a avaliar a efetividade de suas atuações, assim entendida como a mensuração do retorno ou impacto de suas operações para a sociedade brasileira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que:

9.1.1. em atendimento ao art. 7º do Decreto 7.724/2012, modifique o Macroprocesso de Promoção da Efetividade do Sistema BNDES - Res. DIR 3260/2018-BNDES, de modo a prever a divulgação das seguintes informações, sempre que não envolvam sigilo:

9.1.1.1 principais resultados evidenciados nos Relatórios de Autoavaliação dos maiores projetos apoiados, segundo critério a ser estabelecido;

9.1.1.2. lições aprendidas a respeito da efetividade do BNDES e recomendações para o negócio contidas no Relatório de Recomendações de Efetividade;

9.2. recomendar ao BNDES, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que:

9.2.1. avalie a melhor forma de destacar em seu sistema de planejamento as diretrizes e as ações vinculadas a programas do PPA, bem como de monitorar e avaliar o alcance dos resultados relacionados;

9.2.2. estabeleça um processo de avaliação *ex ante* e *ex post* aplicável a ações e programas externos que não contemplem objetivos, indicadores de desempenho e metas e que exijam a realização de operações de apoio financeiro pelo BNDES, de forma a identificar os resultados alcançáveis, em termos de eficácia e efetividade, entre as principais dimensões econômico-sociais perseguidas pela instituição, bem como os respectivos indicadores e metas;

9.2.3. envie cópia das avaliações produzidas, nas hipóteses do subitem anterior, ao Ministério da Economia e a outros órgãos que tenham participado da elaboração do programa ou de sua regulamentação, bem como divulgue as avaliações no sítio da entidade na *Internet*;

9.2.4. edite normativo que defina a forma de utilização dos estudos e documentos produzidos na denominada fase de Estudo Prévio, nas operações de renda variável, bem como que determine e especifique o adequado registro das informações e documentos produzidos nessa fase e das atualizações havidas nas etapas seguintes;

9.2.5. aprimore os indicadores de eficácia e de efetividade utilizados nos Quadros de Resultado das operações diretas e indiretas não automáticas, de modo a incrementar sua adesão aos critérios de Validade, Independência, Confiabilidade e Compreensão, conforme definidos no Relatório de Auditoria, bem como, quando pertinente, sua aderência aos objetivos estratégicos;

9.2.6. inclua, nos modelos de Quadros de Resultados e nas orientações de utilização relacionadas, metas parciais que permitam monitorar o andamento da implementação/execução do objeto financiado por ocasião das entregas intermediárias necessárias ao alcance dos objetivos principais que possam justificar a aprovação do apoio financeiro;

9.2.7. inclua no processo de contratação etapa em que se verifique a necessidade, utilidade e, se for o caso, melhor forma de inclusão, na finalidade contratual ou na especificação do objeto financiado, das entregas intermediárias e finais indispensáveis ao alcance dos impactos potenciais principais que justificaram a aprovação do apoio financeiro;

9.2.8. inclua, nos normativos relacionados, previsão de que o monitoramento da eficácia e da efetividade das operações, realizada por meio dos indicadores respectivos, deve se dar, sempre que necessário, desde o início do apoio financeiro, nos momentos adequados a cada projeto, de forma articulada com o acompanhamento da implementação/execução do objeto financiado, com a coleta e registro das informações, bem como com a avaliação das entregas parciais estabelecidas no Quadro de Resultados, informando os eventuais desvios à gerência responsável para adoção de eventuais medidas contratuais.

9.3. determinar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que encaminhe ao Tribunal de Contas da União, no prazo de 120 dias, plano de ação com a especificação, entre outros, de ações, responsáveis e prazos, para o cumprimento da determinação e recomendações constantes deste acórdão;

9.4. recomendar à Casa Civil da Presidência da República, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que oriente a todos os órgãos integrantes do Poder Executivo com atribuições de formulação de políticas e programas públicos que, na edição de ações ou programas que exijam a participação de entidades da Administração Indireta, especialmente, por meio da concessão de financiamentos ou outras modalidades de apoio financeiro, sejam estabelecidos objetivos, indicadores e metas específicos para as ações a cargo de cada entidade, bem como para a ação ou programa como um todo;

9.5. recomendar ao Ministério da Economia, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que coordene e promova a articulação entre os agentes envolvidos nas ações e programas com apoio financeiro do BNDES, a fim de ser realizada a avaliação prévia dos resultados alcançáveis, em termos de eficácia e efetividade, considerando as dimensões econômico-sociais perseguidas por cada instituição, e os respectivos indicadores e metas.

9.6. considerar atendidas as recomendações contidas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 do Acórdão 1.839/2013-TCU-Plenário;

9.7. considerar parcialmente atendida a recomendação do subitem 9.1.8 do Acórdão 1.839/2013-TCU-Plenário e prejudicada a parte não cumprida, deixando-se, assim, de renovar a recomendação;

9.8. considerar as recomendações relativas aos subitens 9.1.2 e 9.1.9 do Acórdão 1.839/2013-TCU-Plenário em implementação, devendo ser objeto de monitoramento nas futuras contas anuais da entidade, conforme determinado anteriormente no Acórdão 1.095/2015-TCU-Plenário;

9.9. dar ciência desta deliberação:

9.9.1. à Casa Civil da Presidência da República;

9.9.2. ao Ministério da Economia;

9.9.3. ao Conselho Monetário Nacional;

9.9.4. à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO;

9.9.5. à Câmara dos Deputados;

9.9.6. ao Senado Federal;

9.9.7. à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) do TCU.

9.10. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro que promova o monitoramento do cumprimento da determinação e recomendações constantes deste Acórdão, em processo específico, bem como das recomendações relativas aos subitens 9.1.2 e 9.1.9 do Acórdão 1.839/2013-TCU-Plenário, nos processos de contas anuais da entidade;

9.11. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0494-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 495/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.016/2013-3.

1.1. Apensos: 013.398/2015-6; 013.399/2015-2; 015.072/2015-0; 013.395/2015-7; 013.397/2015-0; 029.818/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Francisco do Bomfim Salgueiro Feyer (080.710.497-35).
4. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Tatiane Alves da Silva (OAB/DF 26.438), representando Francisco do Bomfim Salgueiro Feyer.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos recurso de revisão interposto por Francisco Bomfim Salgueiro Feyer contra o Acórdão 4.536/2014-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão, uma vez atendidos os requisitos previstos nos nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, conceder-lhe provimento, com o intuito de:

9.1.1. excluir da presente relação processual o Sr. Francisco Bonfim Salgueiro Feyer;

9.1.2. alterar os termos dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 4.536/2014-TCU-2ª Câmara, com o intuito de reduzir o valor do débito, conforme discriminação abaixo, e diminuir o valor das multas aplicadas, para R$ 16.000,00:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
55.144,68	10/5/2004
70.000,00	28/6/2004
46.000,00	10/11/2004
5.000,00	12/11/2004

9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão 4.536/2014-TCU-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0495-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 496/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.491/2017-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Antônio Roberto Otoni Gomide (251.944.881-49); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Clodoveu Reis Pereira (136.296.201-59); Compacta Construtora Ltda. (02.305.944/0001-00); R. S. Engenharia Ltda. (05.209.346/0001-18).
4. Entidades: Município de Anápolis/GO; Caixa Econômica Federal; e Ministério das Cidades.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Goiás (Sec-GO).
8. Representação legal:

8.1. Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366), Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia relatório de auditoria realizada no Município de Anápolis/GO, no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias para municípios e estados que tem como objeto a política pública "Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Antônio Roberto Otoni Gomide e do Sr. Clodoveu Reis Pereira;

9.2. aplicar ao Sr. Antônio Roberto Otoni Gomide (CPF 251.944.881-49), ex-prefeito de Anápolis/GO, e ao Sr. Clodoveu Reis Pereira (CPF 136.296.201-59), ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00, em razão das subcontratações irregulares, à luz do art. 72 da Lei 8.666/1993, no âmbito dos Contratos 76/2010 e 85/2010, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência ao Município de Anápolis/GO que:

9.4.1. a ausência de projetos e orçamentos suficientemente detalhados para adequadamente definir o seu objeto, a exemplo do ocorrido no edital da Concorrência 7/2009, afronta o disposto no art. 40, §2º, incisos I e II, da Lei 8.666/1993, a Súmula TCU 177, bem como os Acórdãos TCU 157/2008, 2.206/2008 e 2.371/2011, todos do Plenário, entre outros;

9.4.2. não há previsão legal para a exigência de anuência do administrador público para a realização de subcontratações, identificada no item 9.1.6 dos Contratos 76/2010 e 85/2010;

9.4.3. o não recebimento provisório e definitivo das obras financiadas com recursos federais, a exemplo do ocorrido nas obras que eram objeto dos Contratos 76/2010 e 85/2010, afronta o art. 73 da Lei 8.666/1993;

9.4.4. a realização de fiscalização deficiente por parte do município, a exemplo do ocorrido nas obras custeadas pelo mencionado Contrato de Repasse Siconv 743677/2010, afronta o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93; e

9.5. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Anápolis/GO, à Caixa Econômica Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0496-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 497/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.406/2013-7.

1.1. Apensos: 012.037/2013-3; 021.010/2013-7; 018.417/2013-2; 035.022/2014-0; 010.198/2014-8; 007.595/2013-1; 008.532/2014-1; 019.916/2013-2; 010.036/2014-8; 010.874/2014-3; 011.824/2015-8; 016.535/2016-2; 007.624/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Representação)

3. Recorrente: Sr. Luis Carlos Moreira da Silva (369.767.177-49).

4. Órgãos/Entidades: Petrobras América Inc. - PETROBRAS INT. - MME; Petróleo Brasileiro S.a..

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Raissa Abreu Kuffner (12775282/OAB-SP) e outros, representando Ildo Luis Sauer.

8.2. Bruno Giembinsky Curvello (130.013/OAB-RJ) e outros, representando Claudio Luiz da Silva Haddad.

8.3. Marcia Dinis, Gabriela Dobal Amim e outros, representando Luis Carlos Moreira da Silva.

8.4. Pedro Yago Brandao Leao Queiroz e outros, representando Almir Guilherme Barbassa, Guilherme de Oliveira Estrella e Gustavo Tardin Barbosa;

8.5. Vitoria Costa Damasceno e outros, representando Alberto da Fonseca Guimarães.

8.6. Isabela Mendes Magliano e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo.

8.7. Pedro Augusto Schelbauer de Oliveira (81579/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Zelada.

8.8. Carlos Rafael Lima Macedo (133.206/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.a..

8.9. Murilo Varasquim (41.918/OAB-PR) e outros, representando Nestor Cunat Cervero.

8.10. Pedro Lucas Ribeiro Rocha e outros, representando Renato de Souza Duque.

8.11. Gustavo Cortes de Lima (10969/OAB-DF) e outros, representando José Orlando Melo de Azevedo.

8.12. Ellen Medas da Rocha e outros, representando Paulo Roberto Costa.

8.13. Rafael Moreira Mota (17.162/OAB-DF) e outros, representando Antonio José Imbassahy da Silva.

8.14. Nilton Antonio de Almeida Maia (67460/OAB-RJ) e outros, representando Petrobras América Inc. - Petrobras Int. - Mme, Petróleo Brasileiro S.a. e Petrobras América Inc. - Petrobras Int. - Mme.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. Luis Carlos Moreira da Silva, ex-Gerente Executivo da área internacional da Petrobras, contra o Acórdão 2.469/2018-TCU-Plenário, que manteve a medida cautelar de indisponibilidade de bens desse responsável por um período de nove meses a contar do registro no ofício respectivo, decretada pelo Acórdão 387/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos dos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterada a decisão recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, esclarecendo que Acórdão 2.469/2018-TCU-Plenário está em perfeita consonância com a decisão prolatada no Acórdão 2.474/2018-TCU-Plenário, porquanto nada menciona sobre uma nova decretação da medida de indisponibilidade, situação essa que motiva o declínio dos efeitos da medida tão logo os prazos venham a vencer.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0497-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 498/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.533/2017-1.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação

3. Representante: Delegado de Polícia Federal Nilton Cezar Ribeiro Santos, da Superintendência Regional de Polícia Federal em Sergipe.

4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Sec-SE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de informações, da parte do Delegado de Polícia Federal Nilton Cezar Ribeiro Santos, da Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, acerca da existência de processos nesta Corte de Contas para apurar irregularidades, por ele indicadas, no âmbito do conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE, todas elas acompanhadas de pleito no sentido de que, caso os fatos em questão ainda não fossem objeto de apuração em curso no âmbito do Tribunal, fosse realizada auditoria e que lhe fosse encaminhada a correspondente conclusão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos inc. VI do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, receber a documentação em tela como Representação de unidade técnica, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, com fulcro no inc. II do art. 250 do Regimento Interno desta Casa, ao Conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE, a adoção de providências com vista a:

9.2.1. proceder à abertura de procedimento administrativo, em que se oportunize à empresa contratada MKR Construções Ltda. o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas a tratar dos indicativos de desequilíbrio econômico-financeiro no âmbito do Contrato 06/2016 no montante de R$ 76.506,18 (montante esse que também compreende o pagamento indevido do valor de R$ 6.082,97, relativo à majoração do preço do elevador do prédio novo em valor acima daquele que seria obtido se aplicado o BDI do contrato ao custo do produto proposto pelo fornecedor), verificados naquele ajuste após a realização dos aditivos de alteração quantitativa, uma vez que foi reduzida a diferença percentual de 6,164%, originalmente existente entre o valor global do contrato e o preço global de referência (percentual de desconto), para o percentual de 4,404%, em violação ao disposto no art. 14 do Decreto 7.983/2013, procedimento esse que deverá incluir, se não afastados os indicativos retratados pela equipe técnica deste Tribunal, a promoção do competente ressarcimento ao Coren/SE, inclusive, se for o caso, mediante a instauração da competente Tomada de Contas Especial, informando a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas e os eventuais resultados alcançados;

9.2.2. averiguar a procedência das inconsistências apontadas no quadro constante do parágrafo 30 da instrução transcrita no Relatório precedente e, caso confirmados eventuais pagamentos irregulares de auxílios de representação, adotar as medidas necessárias com vistas ao devido ressarcimento, informando a este TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas e os eventuais resultados alcançados;

9.3. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão:

9.3.1. ao Conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE;

9.3.2. à Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe, informando tratar-se de referente aos IPLs 0366/2017-4 SR/PF/SE, 0367/2017-4 SR/PF/SE, 0368/2017-4 SR/PF/SE e 0369/2017-4 SR/PF/SE;

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, nos termos do inc. V do art. 169 do Regimento Interno desta Casa.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0498-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 499/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.389/2017-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e Segurança Pública - SecexDefesa.

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: SecexDefesa

8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública com o objetivo de verificar se foram instauradas as devidas tomadas de contas especiais em face de atos de gestão danosos ao erário ocorridos no Comando do Exército no período de 2001 a 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Comando do Exército que, no prazo de 30 dias, contados da notificação, instaure, se ainda não o fez, tomadas de contas especiais para apurar os supostos danos ao erário provenientes das irregularidades apuradas por meio dos procedimentos listados na tabela do anexo I da peça 192 ocorridos antes de 2010, com fundamento no art. 4º, § 4º, da IN TCU 71/2012, e encaminhe a esta Corte comprovante de atendimento à determinação;

9.2. determinar ao Comando da Marinha, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote as medidas necessárias com vistas à revisão da norma que atribui ao seu órgão de controle interno a competência para instauração de TCE, ante a falta de amparo legal, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 dias, comprovante de atendimento à determinação;

9.3. determinar aos Comandos do Exército e da Marinha, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que se abstenham de designar integrantes dos órgãos de controle interno para compor a equipe responsável pela instrução de tomadas de contas especiais, por falta de amparo legal, encaminhando, no prazo de 30 dias contados da notificação, comprovante das medidas adotadas em atendimento à determinação;

9.4. recomendar ao Comando do Exército, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que normatize a obrigatoriedade de arquivamento de uma cópia de relatório de IPM na unidade de origem sempre que ele revelar indícios de dano ao erário, a fim de garantir sua disponibilidade como subsídio à instrução dos procedimentos apuratórios de ressarcimento;

9.5. recomendar aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que atribuam competência para instauração de TCE aos agentes responsáveis pela instauração dos procedimentos apuratórios que a antecede;

9.6. determinar à SecexDefesa que:

9.6.1. elabore matriz de responsabilização que identifique, relativamente a cada procedimento apuratório contemplado na amostra descrita no Anexo I da instrução à peça 192 e ao(s) possível(is) procedimento(s) apuratório(s) de atos irregulares na reforma das instalações do IME que integraram o escopo original desta Representação: a(s) irregularidade(s) constatada(s), os responsáveis, o período de exercício, a conduta, o nexo de causalidade e a culpabilidade, conforme orientação constante do Memorando Circular 33/2014 - Segecex;

9.6.2. após a providência prevista no subitem 9.6.1, submeta ao Relator deste processo a proposta de audiência dos responsáveis;

9.7. autorizar a SecexDefesa a realizar fiscalização com vistas a suprir as lacunas de informação existentes nesta ação de controle, devendo a Unidade Instrutiva justificar expressa e individualmente as situações que merecerão instrução complementar, considerados os critérios de materialidade, risco e relevância, bem como os possíveis obstáculos decorrentes do fato de que diversos atos de gestão irregulares ocorreram há mais de dez anos;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ao Ministério da Defesa, aos órgãos de Controle Interno dos referidos Comandos e à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0499-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 500/2019 - TCU - Plenário

1. Processo TC-033.529/2018-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidades/órgão: Municípios de Cocalzinho de Goiás, de Corumbá de Goiás, de Palmeiras de Goiás; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás - SED; Santa Casa de Misericórdia de Catalão/Goiás; Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - Emater/GO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Goiás - SEC/GO.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do Relatório de Acompanhamento, referente à fiscalização realizada pela então Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO (atual SEC/GO), e que integra a Fiscalização de Orientação Centralizada de Transferências Voluntárias (TC 020.125/2018-6), a fim de averiguar as transferências voluntárias no Estado de Goiás que estivessem mais suscetíveis a desvio

de recursos, e de fornecer subsídios para a implementação de metodologia num modelo de atuação fiscalizatória voltada para avaliar riscos e prevenir a ocorrência de desvios na execução de transferências voluntárias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à SEC-GO que:

9.1.1. constitua dois processos apartados de representação, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, para apurar as irregularidades adiante relacionadas nos seguintes ajustes:

9.1.1.1. nos Convênios Siconv 822745 e 822746: indícios de superfaturamento na aquisição de bens; pregão presencial em detrimento ao pregão eletrônico sem justificativa razoável; ausência de justificativas para ato de cancelamento de itens licitatórios; alteração do objeto possibilitando restrição ao caráter competitivo do certame; recebimento de bem em desconformidade com o edital e o contrato;

9.1.1.2. no Convênio Siconv 837083: indícios de superfaturamento na aquisição de bens;

9.1.2. atente para a necessidade de garantir a salvaguarda do sigilo sobre as peças 57 e 58 deste processo, nos termos dos arts. 25, §§ 1º e 2º, 26, parágrafo único, e 32, inciso IV, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), classificando, para tanto, o grau de sigilo das referidas peças como "reservado" pelo prazo de 5 (cinco) anos, com base no art. 23, inciso VIII, da referida lei e nos arts. 4º, parágrafo único, 8º, § 3º, inciso I, 9º, inciso VIII, e § 2º, inciso I, da Resolução/TCU 294/2018, para, assim, permitir o acesso à correspondente informação somente aos seguintes destinatários: Ministros e Ministros-Substitutos do TCU; membros do MP/TCU, chefe de gabinete do Ministro Relator; e servidores da unidade técnica que atuarão nas fases de instrução processual devidamente designados por seu titular;

9.1.3. encaminhe à Secretaria do TCU no Estado do Ceará - SEC-CE cópia das peças sigilosas 57 e 58, bem como do Relatório de Acompanhamento da peça 60, todas destes autos;

9.2. dar ciência ao Município de Palmeiras de Goiás/GO das falhas formais identificadas a seguir, no âmbito do Convênio Siconv 830746, com vistas à adoção de medidas de prevenção à ocorrência de outras semelhantes:

9.2.1. ausência de ato regular formal de adjudicação de serviços licitados, em violação ao art. 3º, inciso IV, da Lei 10.520/2002 e ao art. 38, inciso VII, da Lei 8.666/1993;

9.2.2. existência de atas distintas para a mesma sessão licitatória, com inobservância ao art. 38, inciso V, da Lei 8.666/1993;

9.2.3. falta de registro no Siconv de procedimentos e atos relativos ao convênio, em desacordo com a Portaria Interministerial 424/2016;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão aos Municípios de Cocalzinho de Goiás/GO, Corumbá de Goiás/GO e Palmeiras de Goiás/GO, bem como para a Santa Casa de Misericórdia de Catalão/GO;

9.4. arquivar os autos, nos termos do art.169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0500-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 501/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.596/2014-8.

1.1. Apenso: TC 000.893/2013-7

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. (CNPJ 11.989.347/0001-25); Éverson Barbosa Magalhães (CPF 112.085.973-53); Francisco Vanderlândio Carolino (CPF 297.289.083-34); Francisco Vilmar Filho (CPF 101.606.393-87); Joao Luiz Lopes de Sousa (CPF 096.085.675-72); Zayra de Paiva Sousa (CPF 006.134.703-54).

4. Entidade: Município de Água Branca - PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Piauí (Sec-PI).

8. Representação legal:

8.1. Luís Eduardo Germano Evangelista (11.661 OAB/RN), entre outros, representando a Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda.;

8.2. Moisés Ângelo de Moura Reis (874/75/OAB-PI), representando Zayra de Paiva Sousa e Joao Luiz Lopes de Sousa;

8.3. Tatiana Simões Nobre Pires Araújo (8.344/OAB-AL), entre outros, representando a Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda., além de Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho;

8.4. Marcos Patricio Nogueira (1973/OAB-PI), entre outros, representando Éverson Barbosa Magalhães.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada por conversão do processo de representação (TC 000.893/2013-7: apenso), nos termos do Acórdão 252/2014-TCU-2ª Câmara, em desfavor de João Luiz Lopes de Sousa, como então prefeito de Água Branca - PI (gestão: 2008-2012), de Zayra de Paiva Sousa, como então secretária municipal de Saúde, de Everson Barbosa Magalhães, como então diretor do departamento de controle, avaliação e auditoria, e da Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. - COP, além dos seus sócios (Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho), diante das irregularidades apontadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus) no bojo da auditoria realizada no aludido município, durante o período de 20/8 a 14/9/2012, sobre a aplicação de recursos federais repassados no âmbito do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) do Sistema Único de Saúde (SUS) sob o montante de R$ 2.544.095,79;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por João Luiz Lopes de Sousa, Zayra de Paiva Sousa e Everson Barbosa Magalhães, além da Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. - COP, com os seus sócios (Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho);

9.2. julgar irregulares as contas de João Luiz Lopes de Sousa e de Zayra de Paiva Sousa, nos termos dos arts. 16, III, "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los, em solidariedade com a Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. - COP, além dos seus sócios (Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho), e com Éverson Barbosa Magalhães, ao pagamento do débito apurado nestes autos, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância em favor do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), sob as seguintes condições:

Valor (em R$):	Data da Ocorrência:
103.004,32	17/10/2011
144.902,71	18/10/2011
193.577,41	3/11/2011
90.229,89	3/11/2011
190.478,17	2/12/2011
133.710,12	2/12/2011
267.622,47	15/12/2012
370.579,37	15/2/2012
62.827,24	5/3/2012
244.062,25	5/3/2012
112.138,54	3/4/2012
529.199,39	3/4/2012

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, individualmente, em desfavor de João Luiz Lopes de Sousa, de Zayra de Paiva Sousa e de Éverson Barbosa Magalhães, além da Clínica Oftalmológica do Piauí Ltda. - COP e dos Srs. Francisco Vanderlândio Carolino e Francisco Vilmar Filho, sob os valores de R$ 100.000,00 (cem mil reais), R$ 100.000,00 (cem mil reais), R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), R$ 300.000,00 (cem mil reais), R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por João Luiz Lopes de Sousa, Zayra de Paiva Sousa e Everson Barbosa Magalhães, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.7. inabilitar o Sr. João Luiz Lopes de Sousa, a Sra. Zayra de Paiva Sousa e o Sr. Everson Barbosa Magalhães, pelo período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.8. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.6 deste Acórdão; e

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0501-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 502/2019 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo nº TC 013.243/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento.

3. Responsável: Daniel Alves de Lima (CPF 141.881.394-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Chã Grande - PE e Delegacia Federal do então Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Pernambuco - DFDA-PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Pernambuco (Sec-PE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação proferida pelo Plenário do TCU por meio do item 1.7.1 do Acórdão 391/2017, no bojo da denúncia autuada sob o TC 033.108/2015-3, em face da notícia sobre irregularidades na utilização de máquinas adquiridas com os recursos federais inerentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 - Equipamentos) no Município de Chã Grande - PE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumprido o item 1.7.1 do Acórdão 391/2017-TCU-Plenário;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Daniel Alves de Lima para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, caso não atendida a notificação; e

9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Prefeito e à Câmara Municipal de Chã Grande - PE e à Delegacia Federal do então Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Pernambuco, para ciência.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0502-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 503/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.146/2017-6.

1.1. Apensos: TC 023.370/2017-3; TC 023.317/2017-5; TC 023.151/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Damião Beltrão Ferreira (CPF 659.372.104-25); Maria das Dores Silvestre (CPF 346.529.304-53).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Maceió - AL.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Alagoas (Sec-AL).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Maceió - AL contra Maria das Dores Silvestre, como então servidora do INSS, e Damião Beltrão Ferreira, como terceiro não pertencente ao quadro da autarquia, diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários com a produção de dano ao erário sob o valor total histórico de R$ 233.581,27;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Maria das Dores Silvestre e o Sr. Damião Beltrão Ferreira, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria das Dores Silvestre e de Damião Beltrão Ferreira, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurado nos autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.2.1. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Rita de Melo:

Valor (R$)	Data
38,00	22/11/2007
380,00	22/11/2007
380,00	12/12/2007
380,00	26/12/2007
380,00	29/1/2008
380,00	27/2/2008

9.2.2. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Ronaldo Cabral do Nascimento:

Valor (R$)	Data
76,00	8/8/2007
380,00	8/8/2007
380,00	4/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	4/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	4/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	5/5/2008
415,00	3/6/2008
415,00	2/7/2008
415,00	4/8/2008

9.2.3. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Rosa da Silva:

Valor (R$)	Data
350,00	17/4/2007
350,00	17/4/2007
30,00	9/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	9/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	9/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008

9.2.4. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Rosielma Gomes:

Valor (R$)	Data
116,66	7/2/2007
350,00	7/2/2007
350,00	12/4/2007
350,00	12/4/2007
380,00	13/6/2007
380,00	13/6/2007
380,00	4/7/2007
380,00	3/8/2007
380,00	5/9/2007
380,00	3/10/2007
380,00	6/11/2007
380,00	5/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	8/2/2008
380,00	5/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	6/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	3/7/2008
415,00	4/8/2008

9.2.5. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Rozilane Alves da Silva:

Valor (R$)	Data
140,00	1/8/2006
350,00	5/9/2006
350,00	4/10/2006
350,00	6/11/2006
350,00	5/12/2006
350,00	4/1/2007
350,00	5/2/2007
350,00	5/3/2007
350,00	4/4/2007
380,00	4/5/2007
380,00	5/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008

9.2.6. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Rute Veiga:

Valor (R$)	Data
175,00	9/1/2007
350,00	9/1/2007
350,00	9/2/2007
350,00	5/3/2007
350,00	4/4/2007
380,00	4/5/2007
380,00	5/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	4/3/2008

9.2.7. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Sandriele Ramos:

Valor (R$)	Data
11,66	28/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	2/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	2/7/2007
380,00	1/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	3/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	8/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	1/4/2008
415,00	5/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	4/8/2008

9.2.8. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Sebastiana de Araújo:

Valor (R$)	Data
63,33	6/8/2007
380,00	6/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008

9.2.9. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Sebastião Santos:

Valor (R$)	Data
128,33	9/5/2007
380,00	9/5/2007
380,00	11/6/2007
380,00	3/7/2007
380,00	2/8/2007
380,00	4/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	4/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	5/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	3/6/2008
415,00	16/7/2008
415,00	4/8/2008

9.2.10. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Manoel Darci dos Santos:

Valor (R$)	Data
315,00	22/8/2006
350,00	15/9/2006
350,00	24/10/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	3/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	7/5/2008

415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	4/8/2008

9.2.11. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Manoel Garcia Santos:

Valor (R$)	Data
350,00	11/4/2007
380,00	11/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	10/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	11/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	14/5/2008
415,00	12/6/2008
415,00	9/7/2008
415,00	18/8/2008

9.2.12. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Manoel Messias de Lima:

Valor (R$)	Data
76,00	16/8/2007
380,00	16/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

9.2.13. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Manoel Pereira dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	14/11/2006
350,00	14/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	2/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	4/7/2007
380,00	3/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	3/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	14/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	31/1/2008
380,00	4/3/2008
415,00	31/3/2008
415,00	2/5/2008
415,00	29/5/2008
415,00	27/6/2008
415,00	25/7/2008

9.2.14. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Manoel Teixeira dos Santos:

Valor (R$)	Data
152,00	8/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008

9.2.15. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marcela da Silva:

Valor (R$)	Data
105,00	31/10/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	5/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	6/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008
415,00	28/3/2008
415,00	29/4/2008
415,00	29/5/2008
415,00	27/6/2008
415,00	31/7/2008

9.2.16. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Marcelo dos Santos:

Valor (R$)	Data
140,00	18/10/2006
350,00	13/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	28/12/2007
380,00	11/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	6/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	31/7/2008

9.2.17. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Márcia da Silva:

Valor (R$)	Data
380,00	12/11/2007
380,00	12/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008

9.2.18. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Marciano Gomes:

Valor (R$)	Data
58,33	9/2/2007
350,00	9/2/2007
350,00	13/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	7/5/2008
415,00	9/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	6/8/2008

9.2.19. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Marcos Jose dos Santos:

Valor (R$)	Data
116,66	25/1/2007
350,00	12/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	13/2/2008
380,00	7/3/2008

9.2.20. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Marcos Vieira:

Valor (R$)	Data
350,00	1/11/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	21/2/2007
350,00	14/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008

380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	6/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	7/8/2008

9.2.21. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria Cristina de Oliveira:

Valor (R$)	Data
76,00	13/8/2007
380,00	13/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	13/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

9.2.22. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria Elena da Silva:

Valor (R$)	Data
128,33	10/5/2007
380,00	10/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	4/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	7/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	8/8/2008

9.2.23. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria Elza dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	1/11/2006
350,00	1/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	3/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	2/7/2007
380,00	1/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	3/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	1/2/2008
380,00	3/3/2008
415,00	1/4/2008
415,00	2/5/2008
415,00	2/6/2008
415,00	1/7/2008
415,00	1/8/2008

9.2.24. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria Joana Batista:

Valor (R$)	Data
105,00	9/4/2007
350,00	9/4/2007
380,00	10/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	16/7/2008
415,00	7/8/2008

9.2.25. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria da Conceição Ramos:

Valor (R$)	Data
140,00	1/11/2006
350,00	1/11/2006
350,00	1/12/2006
350,00	2/1/2007
350,00	1/2/2007
350,00	1/3/2007
350,00	2/4/2007
380,00	2/5/2007
380,00	1/6/2007
380,00	2/7/2007
380,00	1/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	1/2/2008
380,00	3/3/2008
415,00	1/4/2008
415,00	2/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	5/8/2008

9.2.26. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria das Dores Santos:

Valor (R$)	Data
128,33	9/5/2007
380,00	9/5/2007
380,00	13/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	24/12/2007
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008
415,00	25/3/2008
415,00	24/4/2008
415,00	26/5/2008
415,00	26/6/2008
415,00	25/7/2008

9.2.27. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria das Graças da Silva:

Valor (R$)	Data
342,00	21/11/2007
380,00	21/11/2007
380,00	13/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

9.2.28. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria das Graças dos Santos:

Valor (R$)	Data
278,66	14/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008

9.2.29. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria de Souza Paz:

Valor (R$)	Data
38,00	19/11/2007
380,00	19/11/2007
380,00	12/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008

9.2.30. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria do Carmo Santos:

Valor (R$)	Data
93,33	10/8/2006
350,00	10/8/2006
350,00	8/9/2006
350,00	6/10/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	13/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	13/2/2008
380,00	7/3/2008

9.2.31. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Maria dos Santos:

Valor (R$)	Data
367,33	8/8/2007
380,00	4/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	4/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	8/2/2008
380,00	4/3/2008

9.2.32. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marina Gomes da Silva:

Valor (R$)	Data
38,00	10/8/2007
380,00	10/8/2007
380,00	3/9/2007
380,00	1/10/2007
380,00	1/11/2007
380,00	3/12/2007
380,00	20/12/2007
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008
415,00	25/3/2008
415,00	24/4/2008
415,00	26/5/2008
415,00	26/6/2008

415,00	28/7/2008

9.2.33. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marinalva Costa Santos:

Valor (R$)	Data
163,33	16/8/2006
350,00	8/9/2006
350,00	6/10/2006
350,00	8/11/2006
350,00	7/12/2006
350,00	8/1/2007
350,00	7/2/2007
350,00	7/3/2007
350,00	9/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	9/7/2007
380,00	8/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008

9.2.34. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marinalva dos Santos:

Valor (R$)	Data
140,00	1/11/2006
350,00	7/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	5/1/2007
350,00	6/2/2007
350,00	6/3/2007
350,00	5/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	9/10/2007
380,00	9/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	6/3/2008
415,00	4/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	5/6/2008
415,00	7/7/2008
415,00	7/8/2008

9.2.35. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Mariza Alves Nunes:

Valor (R$)	Data
38,00	23/8/2007
380,00	23/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	11/2/2008
380,00	4/3/2008

9.2.36. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marleide de Oliveira:

Valor (R$)	Data
342,00	9/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	7/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	29/2/2008
415,00	28/7/2008
415,00	28/7/2008

9.2.37. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marlene Leite da Silva:

Valor (R$)	Data
303,33	10/4/2007
380,00	7/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	5/7/2007
380,00	6/8/2007
380,00	6/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	7/11/2007
380,00	6/12/2007
380,00	2/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	29/2/2008
415,00	28/3/2008
415,00	17/6/2008
415,00	17/6/2008
415,00	27/6/2008
415,00	30/7/2008

9.2.38. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Marlene Pinto dos Santos:

Valor (R$)	Data
105,00	11/4/2007
350,00	11/4/2007
380,00	8/5/2007
380,00	8/6/2007
380,00	6/7/2007
380,00	7/8/2007
380,00	10/9/2007
380,00	5/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	7/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	12/2/2008
380,00	7/3/2008
415,00	7/4/2008
415,00	27/6/2008
415,00	29/7/2008

9.2.39. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Mauricio dos Santos:

Valor (R$)	Data
354,66	17/9/2007
380,00	8/10/2007
380,00	12/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	8/1/2008
380,00	25/1/2008
380,00	25/2/2008

9.2.40. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Mauro dos Santos:

Valor (R$)	Data
266,00	8/8/2007
380,00	11/9/2007
380,00	11/10/2007
380,00	8/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	9/1/2008
380,00	30/1/2008
380,00	28/2/2008

9.2.41. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Merilane Ferreira dos Santos:

Valor (R$)	Data
342,00	9/11/2007
380,00	10/12/2007
380,00	17/1/2008
380,00	31/1/2008
380,00	27/2/2008
415,00	11/7/2008
415,00	11/7/2008

9.2.42. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Nayara da Silva:

Valor (R$)	Data
105,00	8/11/2006
350,00	8/11/2006
350,00	6/12/2006
350,00	4/1/2007
350,00	2/2/2007
350,00	2/3/2007
350,00	3/4/2007
380,00	4/5/2007
380,00	6/6/2007
380,00	4/7/2007
380,00	2/8/2007
380,00	5/9/2007
380,00	2/10/2007
380,00	5/11/2007
380,00	5/12/2007
380,00	4/1/2008
380,00	7/2/2008
380,00	4/3/2008
415,00	3/4/2008
415,00	8/5/2008
415,00	4/6/2008
415,00	4/7/2008
415,00	5/8/2008

9.3. aplicar em desfavor de Maria das Dores Silvestre e de Damião Beltrão Ferreira, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra o aludido responsável em vários outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Maria das Dores Silvestre e por Damião Beltrão Ferreira, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar a Sra. Maria das Dores Silvestre e o Sr. Damião Beltrão Ferreira, pelo período de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral Federal (PGF) junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0503-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 504/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.769/2017-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Chirley Silva Fraga (CPF 889.740.577-00); Cláudio Regi de Oliveira Pinto (CPF 717.049.577-53); José Nunes Pinto (CPF 348.679.967-34).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Volta Redonda - RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado do Rio de Janeiro (Sec-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Volta Redonda - RJ contra Cláudio Regi de Oliveira Pinto, como então servidor do INSS, diante da fraude pela irregular concessão de benefícios previdenciários com a produção de dano ao erário sob o valor histórico de R$ 353,858,47;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srs. Cláudio Regi de Oliveira Pinto e José Nunes Pinto e a Sra. Chirley Silva Fraga, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Cláudio Regi de Oliveira Pinto, José Nunes Pinto e Chirley Silva Fraga, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "c" e "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurado nos autos, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da dívida em favor do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

9.2.1. responsabilidade individual do Sr. Cláudio Regi de Oliveira Pinto:

9.2.1.1. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Ailton da Silva Gomes:

Valor - R$	Data
4.999,73	6/10/2008
2.264,03	6/11/2008
2.735,70	4/12/2008
2.264,03	7/1/2009
2.264,03	5/2/2009
2.313,61	5/3/2009
2.313,61	6/4/2009
2.313,61	7/5/2009
2.313,61	4/6/2009
2.313,61	6/7/2009
2.313,61	6/8/2009
3.470,41	4/9/2009

9.2.1.2. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Álvaro Gama do Nascimento:

Valor - R$	Data
613,44	4/5/2007
634,60	4/6/2007
634,60	3/7/2007
634,60	2/8/2007
872,57	4/9/2007
634,60	2/10/2007
634,60	5/11/2007
872,58	4/12/2007
634,60	3/1/2008
634,60	7/2/2008
634,60	4/3/2008
666,33	2/4/2008
666,33	5/5/2008
666,33	3/6/2008
666,33	2/7/2008
666,33	4/8/2008
999,49	2/9/2008
666,33	2/10/2008
666,33	4/11/2008
999,50	2/12/2008
666,33	5/1/2009
666,33	3/2/2009
705,77	3/3/2009
705,77	2/4/2009
705,77	5/5/2009
705,77	2/6/2009
705,77	2/7/2009
705,77	4/8/2009
1.058,65	2/9/2009

9.2.1.3. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Antônio da Costa de Souza:

Valor - R$	Data
12/1/2009	1.998,18
5/2/2009	1.903,04
5/3/2009	1.920,73
6/4/2009	1.920,73
7/5/2009	1.920,73
4/6/2009	1.920,73
6/7/2009	1.920,73
6/8/2009	1.920,73
4/9/2009	2.881,09
6/10/2009	1.920,73
6/11/2009	1.920,73

9.2.1.4. pela irregular concessão de benefícios à Sra. Dilma Brum Ribeiro:

Valor - R$	Data
1.631,65	1º//2006
1.973,77	1º/9/2006
1.579,02	2/10/2006
1.579,02	1º/11/2006
2.368,53	1º/12/2006
1.579,02	3/1/2007
1.579,02	1º/2/2007
1.579,02	5/3/2007
1.579,02	3/4/2007
1.627,02	3/5/2007
1.627,02	1º/6/2007
1.627,02	2/7/2007
1.627,02	1º/8/2007
2.440,53	3/9/2007
1.627,02	3/10/2007
1.627,02	1º/11/2007
2.440,53	5/12/2007
1.627,02	7/1/2008
1.627,02	8/2/2008
1.627,02	3/3/2008
1.708,37	2/4/2008
1.708,37	2/5/2008
1.708,37	2/6/2008
1.708,37	4/7/2008
1.708,37	1º/8/2008
2.562,55	4/9/2008
1.708,37	6/10/2008
1.708,37	3/11/2008
2.562,56	2/12/2008
1.708,37	2/1/2009
1.708,37	4/2/2009
1.809,50	4/3/2009
1.809,50	6/4/2009
1.809,50	5/5/2009
1.809,50	2/6/2009
1.809,50	3/7/2009
1.809,50	3/8/2009
2.714,25	1º/9/2009
1.809,50	1º/10/2009
1.809,50	3/11/2009
2.714,25	1º/12/2009

9.2.1.5. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. José Antônio Abreu:

Valor - R$	Data
4.558,47	7/10/2008
3.038,99	5/11/2008
3.545,49	2/12/2008
3.038,99	6/1/2009
3.038,99	3/2/2009
3.105,54	3/3/2009
3.105,54	2/4/2009
3.105,54	5/5/2009
3.105,54	2/6/2009
3.105,54	3/7/2009
3.105,54	5/8/2009
4.658,31	3/9/2009
3.105,54	6/10/2009
3.105,54	4/11/2009

9.2.1.6. pela irregular concessão de benefícios ao Sr. Suedis de Oliveira Coutinho:

Valor - R$	Data
95,23	19/12/2006
816,33	22/1/2007
816,33	12/2/2007
816,33	9/3/2007
816,33	9/4/2007
836,00	14/5/2007
836,00	8/6/2007
836,00	11/7/2007
836,00	7/8/2007
1.254,00	11/9/2007
836,00	9/10/2007
836,00	9/11/2007
1.254,00	11/12/2007
836,00	9/1/2008
836,00	12/2/2008
836,00	10/3/2008
877,80	11/4/2008
877,80	9/5/2008
877,80	10/6/2008
877,80	10/7/2008
877,80	6/8/2008
1.316,70	8/9/2008
877,80	8/10/2008
877,80	7/11/2008
1.316,70	8/12/2008
877,80	8/1/2009
877,80	5/2/2009
929,76	6/3/2009
929,76	13/4/2009
929,76	8/5/2009
929,76	9/6/2009
929,76	7/7/2009
929,76	7/8/2009
1.394,64	8/9/2009
929,76	7/10/2009
929,76	9/11/2009
1.394,64	10/12/2009

9.2.2. responsabilidade solidária do Sr. Cláudio Regi de Oliveira Pinto e da Sra. Chirley

Silva Fraga:

Valor - R$	Data
310,83	17/7/2006
932,51	4/8/2006
1.165,63	5/9/2006
932,51	4/10/2006
932,51	7/11/2006
1.165,64	6/12/2006

932,51	5/1/2007
932,51	7/2/2007
932,51	6/3/2007
932,51	4/4/2007
960,85	8/5/2007
960,85	6/6/2007
960,85	4/7/2007
960,85	7/8/2007
1.441,27	5/9/2007
960,85	3/10/2007
960,85	6/11/2007
1.441,28	5/12/2007
960,85	8/1/2008
960,85	8/2/2008
960,85	5/3/2008
1.008,89	4/4/2008
1.008,89	6/5/2008
1.008,89	4/6/2008
1.008,89	3/7/2008
1.008,89	6/8/2008
1.513,33	3/9/2008
1.008,89	3/10/2008
1.008,89	6/11/2008
1.513,34	4/12/2008
1.008,89	7/1/2009
1.008,89	5/2/2009
1.068,61	5/3/2009
1.068,61	3/4/2009
1.068,61	6/5/2009
1.068,61	3/6/2009
1.068,61	3/7/2009
1.068,61	5/8/2009
1.602,91	3/9/2009
1.068,61	5/10/2009

9.2.3. responsabilidade solidária do Sr. Cláudio Regi de Oliveira Pinto e do Sr. José Nunes Pinto:

Valor - R$	Data
1.693,95	7/6/2006
1.752,37	11/7/2006
1.752,37	2/8/2006
2.336,49	5/9/2006
1.752,37	3/10/2006
1.752,37	3/11/2006
2.336,49	4/12/2006
1.752,37	3/1/2007
1.752,37	2/2/2007
1.752,37	2/3/2007
1.752,37	3/4/2007
1.807,92	3/5/2007
1.807,92	4/6/2007
1.807,92	3/7/2007
1.807,92	2/8/2007
2.711,88	4/9/2007
1.807,92	2/10/2007
1.807,92	13/11/2007
2.711,88	21/12/2007
1.807,92	4/1/2008
1.807,92	8/2/2008
1.807,92	5/3/2008
1.898,31	17/4/2008
1.898,31	8/5/2008
1.898,31	3/6/2008
1.898,31	18/7/2008
1.898,31	8/8/2008
2.847,46	3/9/2008
1.898,31	3/10/2008
1.898,31	4/11/2008
2.847,47	3/12/2008
1.898,31	16/1/2009
1.898,31	10/2/2009
2.010,68	11/3/2009
2.010,68	8/4/2009
2.010,68	5/5/2009
2.010,68	5/6/2009
2.010,68	2/7/2009
2.010,68	4/8/2009
3.016,02	2/9/2009
2.010,68	7/10/2009
2.010,68	4/11/2009

9.3. aplicarem desfavor de Cláudio Regi de Oliveira Pinto, José Nunes Pinto e Chirley Silva Fraga, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob os respectivos valores de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), R$ 8,00 (oitenta mil reais) e R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. solicitar, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, que a Advocacia-Geral da União adote as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 275 do RITCU, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do efetivo recolhimento das aludidas dívidas, devendo o MPTCU atentar para a eventual possibilidade de promover o referido arresto em relação ao valor consolidado do débito imputado contra os aludidos responsáveis em vários outros processos de tomada de contas especial autuados no âmbito do TCU;

9.7. considerar, preliminarmente, graves as infrações cometidas por Cláudio Regi de Oliveira Pinto, José Nunes Pinto e Chirley Silva Fraga, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270, § 1º, do RITCU;

9.8. inabilitar os Srs. Cláudio Regi de Oliveira Pinto e José Nunes Pinto e a Sra. Chirley Silva Fraga, pelo período de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 270 do RITCU;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Procuradoria Geral Federal (PGF) junto à Advocacia-Geral da União, para ciência e adoção das providências solicitadas pelo item 9.6 deste Acórdão;

9.10. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Controladoria-Geral da União, para ciência e adoção das providências determinadas pelo item 9.8 deste Acórdão; e

9.11. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0504-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 505/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.868/2017-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.

3. Responsável: Consórcio Interpar (CNPJ 10.217.884/0001-94).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. José Roberto Manesco (OAB/SP nº 61.471), entre outros, representando o Consórcio Interpar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar de indisponibilidade dos bens do Consórcio Interpar a partir do Acórdão 2.791/2017 proferido pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no bojo do Contrato 0800.0043363.08.2 (CT-111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Interpar (Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário em relação ao Consórcio Interpar;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Consórcio Interpar, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0505-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 506/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.874/2017-8.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.

3. Responsável: Mendes Junior Trading e Engenharia S. A. (CNPJ 19.394.808/0001-29).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

8. Representação legal:

8.1. Giuseppe Giamundo Neto (234.412/OAB-SP), entre outros, representando a empresa Mendes Junior Trading e Engenharia S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar de indisponibilidade dos bens da Mendes Junior Trading e Engenharia S.A. a partir do Acórdão 2.791/2017 proferido pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no bojo do Contrato 0800.0043363.08.2 (CT - 111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Interpar (Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário em relação à Mendes Junior Trading e Engenharia S/A;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Mendes Junior Trading e Engenharia S/, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.

11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-07/19-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 507/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.875/2017-4.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.
3. Responsável: Sérgio Cunha Mendes (CPF 311.654.356-91).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal:

8.1. Giuseppe Giamundo Neto (234.412/OAB-SP), entre outros, representando Sérgio Cunha Mendes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar para a indisponibilidade dos bens de Sérgio Cunha Mendes a partir da prolação do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário, no âmbito do TC 023.301/2015-5, em sintonia com o Acórdão 2.166/2015 proferido pelo Plenário do TCU no bojo do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no Contrato 0800.0043363.08.2 (CT - 111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Interpar (Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário em relação ao Sr. Sérgio Cunha Mendes;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao responsável, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0507-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 508/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.876/2017-0.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.
3. Responsável: Alberto Elísio Vilaça Gomes (CPF 245.827.196-00).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: Fernanda Leoni (330.251/OAB-SP), entre outros, representando Alberto Elísio Vilaça Gomes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar de indisponibilidade dos bens de Alberto Elísio Vilaça Gomes a partir do Acórdão 2.791/2017 proferido pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no bojo do Contrato 0800.0043363.08.2 (CT-111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) com o Consórcio Interpar (formado por Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A, Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e dos sistemas *off-sites* nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em;

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens de Alberto Elísio Vilaça Gomes, diante do decurso de prazo da cautelar patrimonial constritiva decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao responsável, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0508-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 509/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.880/2017-8.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: José Humberto Cruvinel Resende (CPF 112.676.076-53).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal:

8.1. Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234.412, OAB/RJ 181.640, OAB/RO 6.092 e OAB/AM 1132-A), entre outros, representando o Sr. José Humberto Cruvinel Resende.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar para a indisponibilidade dos bens de José Humberto Cruvinel Resende a partir da prolação do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário, no âmbito do TC 023.301/2015-5, em sintonia com o Acórdão 2.166/2015 proferido pelo Plenário do TCU no bojo do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no Contrato 0800.0043363.08.2 (CT - 111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Interpar (Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário em relação ao Sr. José Humberto Cruvinel Resende;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao responsável, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0509-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 510/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.894/2017-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Indisponibilidade de Bens.
3. Responsável: Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15).
4. Entidade: Petrobras.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal:

8.1. Antônio Augusto Lopes Figueiredo Basto (16.950/OAB-PR), entre outros, representando o Sr. Pedro José Barusco Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento sobre a cautelar de indisponibilidade dos bens de Pedro José Barusco Filho a partir do Acórdão 2.791/2017 proferido pelo Plenário do TCU, no âmbito do TC 023.301/2015-5, diante dos indícios de dano ao erário no bojo do Contrato 0800.0043363.08.2 (CT-111) celebrado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) com o Consórcio Interpar (Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Sistemas em Óleo e Gás - SOG e Montagens e Projetos Especiais - MPE) para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicada a cautelar de indisponibilidade dos bens decretada pelo item 9.1 do Acórdão 2.791/2017-TCU-Plenário em relação ao Sr. Pedro José Barusco Filho;

9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao responsável, à Força-Tarefa do Ministério Público Federal junto à Operação Lava-Jato no Paraná, à Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União junto à Operação Lava-Jato no Paraná, ao juízo federal na 13ª Vara Federal de Curitiba - PR, à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Diretoria de Governança, Risco e Conformidade da Petrobras, para ciência e eventuais providências; e

9.2.2. promova o apensamento definitivo do presente processo ao TC 023.301/2015-5.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0510-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 511/2019 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.801/2019-5.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação
3. Interessado/Representante:

3.1. Interessado: Fundação Nacional do Índio (Funai).

3.2. Representante: Lima e Silva Serviços de Transportes Ltda. - ME (20.204.491/0001-08).

4. Entidade: Fundação Nacional do Índio (Funai).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Lima e Silva Serviços de Transportes Ltda. - ME, noticiando irregularidades no pregão eletrônico 6/2018 conduzido pela Fundação Nacional do Índio, com vistas à contratação de serviços continuados de motorista de veículos oficiais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fulcro no art. 276, *caput*, do RI/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 8 desses autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho.

10. Ata n° 7/2019 - Plenário.
11. Data da Sessão: 13/3/2019 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0511-07/19-P.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Antes do encerramento, a Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado às 17 horas e 55 minutos, e, às 17 horas e 50 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária do Plenário
Em substituição

Aprovada em 20 de março de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

DECISÃO Nº 175, DE 20 DE MARÇO DE 2019

Aprova, para o exercício de 2020, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal (FPE).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 161, parágrafo único, da Constituição Federal e o art. 1º, inciso VI, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), e ainda o constante no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal; no art. 92 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), alterado pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013; e na Lei Complementar 62, de 28 de dezembro de 1989, alterada pela Lei Complementar 143, de 17 de julho de 2013, bem assim o que consta no processo TC 005.096/2019-7, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados, na forma do Anexo I desta Decisão Normativa, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), previsto no art. 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2020.

Art. 2º As unidades federadas disporão de trinta dias, a partir da publicação desta Decisão Normativa, para apresentar contestação, que poderá ser protocolada nas Secretarias nos estados ou na Sede deste Tribunal, nos termos do art. 292 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Decisão Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2020.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 20 de março de 2019.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente do Tribunal

ANEXO I

Anteprojeto de Decisão Normativa que aprova, para o exercício de 2020, os coeficientes INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO dos estados e do distrito federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea "A", da Constituição Federal

FPE - COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE PARTICIPAÇÃO
EXERCÍCIO 2020

UF	Unidade da Federação	Participação
AC	Acre	3,808363%
AL	Alagoas	4,900424%
AM	Amazonas	4,831765%
AP	Amapá	3,982106%
BA	Bahia	8,607129%
CE	Ceará	6,472006%
DF	Distrito Federal	0,662712%
ES	Espírito Santo	2,422109%
GO	Goiás	3,031468%
MA	Maranhão	6,959264%
MG	Minas Gerais	4,957706%
MS	Mato Grosso do Sul	1,549581%
MT	Mato Grosso	1,900288%
PA	Pará	6,231469%
PB	Paraíba	4,407911%
PE	Pernambuco	6,574956%
PI	Piauí	4,418825%
PR	Paraná	2,211234%
RJ	Rio de Janeiro	2,055698%
RN	Rio Grande do Norte	4,036614%
RO	Rondônia	2,870201%
RR	Roraima	2,429709%
RS	Rio Grande do Sul	1,598109%
SC	Santa Catarina	1,360243%
SE	Sergipe	3,817845%
SP	São Paulo	0,662712%
TO	Tocantins	3,239553%
T O T A L		100,000000%

ANEXO II

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES
EXERCÍCIO 2020

(A) UF	(B) População (fonte: IBGE, ref. 01/07/2018)	(C) Fator repr. pop. inicial	(D) Trava (lim.inf. 0,012 e lim.sup. 0,07)	(E) Fator repr. pop. final	(F) Renda domiciliar per capita (rdpc) (fonte: IBGE, ref. 2018)	(G) Inverso da rdpc	(H) Fator repr. inverso rdpc inicial	(I) Fator repr. inverso rdpc final	(J) Coef. individual inicial	(K) Excesso positivo (rdpc menos valor ref.) (*)	(L) Redutor (Excesso / valor ref.)	(M) Coef. indiv. reduzido (para rdpc > valor ref.)	(N) Trava (lim.inf. 0,005)	(O) Coef. individual final
AC	869.265	0,00416924	0,01200000	0,00712939	909,00	0,00110011	0,04320759	0,02160380	0,02873319	0,00	0,00000000	0,02873319	0,02873319	0,03808363
AL	3.322.820	0,01593718	0,01593718	0,00946853	714,00	0,00140056	0,05500798	0,02750399	0,03697252	0,00	0,00000000	0,03697252	0,03697252	0,04900424
AM	4.080.611	0,01957175	0,01957175	0,01162789	791,00	0,00126422	0,04965322	0,02482661	0,03645451	0,00	0,00000000	0,03645451	0,03645451	0,04831765
AP	829.494	0,00397849	0,01200000	0,00712939	857,00	0,00116686	0,04582929	0,02291464	0,03004404	0,00	0,00000000	0,03004404	0,03004404	0,03982106
BA	14.812.617	0,07104546	0,07000000	0,04158812	841,00	0,00118906	0,04670119	0,02335060	0,06493872	0,00	0,00000000	0,06493872	0,06493872	0,08607129
CE	9.075.649	0,04352936	0,04352936	0,02586149	855,00	0,00116959	0,04593649	0,02296825	0,04882974	0,00	0,00000000	0,04882974	0,04882974	0,06472006
DF	2.974.703	0,01426751	0,01426751	0,00847656	2.460,00	0,00040650	0,01596573	0,00798287	0,01645942	1.471,44	1,48846807	-0,00803990	0,00500000	0,00662712
ES	3.972.388	0,01905269	0,01905269	0,01131951	1.295,00	0,00077220	0,03032873	0,01516436	0,02648387	306,44	0,30998624	0,01827423	0,01827423	0,02422109
GO	6.921.161	0,03319583	0,03319583	0,01972217	1.323,00	0,00075586	0,02968685	0,01484342	0,03456560	334,44	0,33831027	0,02287170	0,02287170	0,03031468
MA	7.035.055	0,03374210	0,03374210	0,02004672	605,00	0,00165289	0,06491851	0,03245926	0,05250598	0,00	0,00000000	0,05250598	0,05250598	0,06959264
MG	21.040.662	0,10091691	0,07000000	0,04158812	1.322,00	0,00075643	0,02970930	0,01485465	0,05644278	333,44	0,33729870	0,03740470	0,03740470	0,04957706
MS	2.748.023	0,01318029	0,01318029	0,00783062	1.439,00	0,00069493	0,02729375	0,01364687	0,02147749	450,44	0,45565267	0,01169122	0,01169122	0,01549581
MT	3.441.998	0,01650879	0,01650879	0,00980814	1.386,00	0,00072150	0,02833745	0,01416872	0,02397686	397,44	0,40203933	0,01433722	0,01433722	0,01900288
PA	8.513.497	0,04083312	0,04083312	0,02425961	863,00	0,00115875	0,04551066	0,02275533	0,04701494	0,00	0,00000000	0,04701494	0,04701494	0,06231469
PB	3.996.496	0,01916832	0,01916832	0,01138820	898,00	0,00111359	0,04373686	0,02186843	0,03325663	0,00	0,00000000	0,03325663	0,03325663	0,04407911
PE	9.496.294	0,04554689	0,04554689	0,02706014	871,00	0,00114811	0,04509265	0,02254633	0,04960646	0,00	0,00000000	0,04960646	0,04960646	0,06574956
PI	3.264.531	0,01565761	0,01565761	0,00930244	817,00	0,00122399	0,04807307	0,02403654	0,03333897	0,00	0,00000000	0,03333897	0,03333897	0,04418825
PR	11.348.937	0,05443268	0,05443268	0,03233933	1.607,00	0,00062228	0,02444039	0,01222019	0,04455952	618,44	0,62559683	0,01668323	0,01668323	0,02211234
RJ	17.159.960	0,08230398	0,07000000	0,04158812	1.689,00	0,00059207	0,02325382	0,01162691	0,05321503	700,44	0,70854576	0,01550975	0,01550975	0,02055698
RN	3.479.010	0,01668631	0,01668631	0,00991360	956,00	0,00104603	0,04108337	0,02054168	0,03045529	0,00	0,00000000	0,03045529	0,03045529	0,04036614
RO	1.757.589	0,00842989	0,01200000	0,00712939	1.113,00	0,00089847	0,03528814	0,01764407	0,02477346	124,44	0,12588007	0,02165498	0,02165498	0,02870201
RR	576.568	0,00276538	0,01200000	0,00712939	1.204,00	0,00083056	0,03262101	0,01631051	0,02343990	215,44	0,21793316	0,01833157	0,01833157	0,02429709
RS	11.329.605	0,05433996	0,05433996	0,03228424	1.705,00	0,00058651	0,02303560	0,01151780	0,04380204	716,44	0,72473092	0,01205735	0,01205735	0,01598109
SC	7.075.494	0,03393605	0,03393605	0,02016195	1.660,00	0,00060241	0,02366006	0,01183003	0,03199198	671,44	0,67921016	0,01026270	0,01026270	0,01360243
SE	2.278.308	0,01092740	0,01200000	0,00712939	906,00	0,00110375	0,04335066	0,02167533	0,02880472	0,00	0,00000000	0,02880472	0,02880472	0,03817845
SP	45.538.936	0,21841751	0,07000000	0,04158812	1.898,00	0,00052687	0,02069320	0,01034660	0,05193473	909,44	0,91996439	0,00415663	0,00500000	0,00662712
TO	1.555.229	0,00745931	0,01200000	0,00712939	1.045,00	0,00095694	0,03758440	0,01879220	0,02592159	56,44	0,05709315	0,02444165	0,02444165	0,03239553
TOTAL	208.494.900	1,000000	0,84158642	0,50000000		0,02546104	1,0000000	0,5000000	1,0000000				0,75447601	1,00000

(*) Renda domiciliar per capita nacional (rdpcn): R$ 1.373,00; Valor de referência (corresponde a 72% da rdpcn): R$ 988,56

ANEXO III

FPE - NOTA EXPLICATIVA DA METODOLOGIA DE CÁLCULO
EXERCÍCIO 2020

Seguindo os princípios estabelecidos no item 9.2 do Acórdão 196/2003-TCU-Plenário, são publicadas informações adicionais relativas ao cálculo dos coeficientes individuais de participação no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). Portanto, esta nota explicativa detalha a metodologia empregada para o cálculo dos coeficientes do FPE fixados pela presente Decisão Normativa, a vigorarem em 2020.

O Anexo I da presente Decisão Normativa apresenta a tabela com os coeficientes de participação de cada estado e do DF e o Anexo II apresenta a memória de cálculo dos coeficientes. Os cálculos foram efetuados a partir dos preceitos legais e seguem a seguinte metodologia:

FPE - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS COEFICIENTES (ANEXO II)

Coluna A: sigla da UF;

Coluna B: população da UF fornecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com data de referência em 1°/7/2018 (art. 102, inciso I, da Lei 8.443, de 16/7/1992);

Coluna C: fator representativo da população - inicial, calculado a partir da razão entre a população da UF (coluna B) e o somatório das populações das UFs (total da coluna B) (art. 2º, inciso III, alínea "a", da LC 62, de 28/12/1989);

Coluna D: fator representativo da população - após aplicação dos limites inferior de 0,012 e superior de 0,07 nos valores da coluna C (art. 2º, inciso III, alínea "a", da LC 62/1989);

Coluna E: fator representativo da população - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna D para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna F: renda domiciliar *per capita* (rdpc) da UF fornecida pelo IBGE, relativa ao exercício de 2018;

Coluna G: inverso da renda domiciliar *per capita* (rdpc) da UF, obtido pela razão entre 1,0 e os valores da coluna F;

Coluna H: fator representativo do inverso da rdpc - inicial, calculado a partir da razão entre o inverso da rdpc da UF (coluna G) e o somatório dos inversos das rdpc das UFs (total da coluna G) (art. 2º, inciso III, alínea "b", da LC 62/1989);

Coluna I: fator representativo do inverso da rdpc - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna H para que sua soma seja 0,5 (art. 2º, § 1º, inciso I, da LC 62/1989);

Coluna J: coeficiente individual da UF - inicial, calculado a partir da soma dos valores das colunas E (fator representativo da população - final) e I (fator representativo do inverso da rdpc - final) (art. 2º, § 1º, inciso II, da LC 62/1989);

Coluna K: excesso da rdpc, obtido pela diferença entre a rdpc da UF e o valor de referência - que corresponde a 72% da renda domiciliar *per capita* nacional (rdpcn) -, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência (caso não seja, o valor da UF na coluna K fica zero). Na observação, apresenta-se o valor da rdpcn, também fornecido pelo IBGE (R$ 1.373,00), a partir do qual calcula-se o valor de referência (72% da rdpcn = R$ 988,56) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna L: redutor aplicado caso haja excesso da rdpc, ou seja, caso a rdpc da UF seja superior ao valor de referência; é calculado a partir da razão entre o excesso da rdpc (coluna K) e o valor de referência (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna M: coeficiente individual da UF - reduzido proporcionalmente à razão entre o excesso da rdpc da UF e o valor de referência (caso haja excesso da rdpc); é calculado a partir da diferença entre o coeficiente individual - inicial (coluna J) e o produto do redutor (coluna L) pelo coeficiente individual - inicial (coluna J) (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna N: coeficiente individual da UF - após aplicação do limite inferior de 0,005 nos valores da coluna M (art. 2º, § 1º, inciso III, da LC 62/1989);

Coluna O: coeficiente individual da UF - final, obtido pelo ajuste dos valores da coluna N para que sua soma seja 1,0 (art. 2º, § 1º, inciso IV, da LC 62/1989).

1ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de 1ª Câmara, de 26/03/2019, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.475/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Odilo Castro Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

001.506/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Josefa Augusta Lino Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.540/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Otacílio de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

001.659/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvaldo Luis Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

002.364/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Aristoteles dos Santos Lima; Francisco Djalma Cesse da Silva; Jesus de Morais Chaves Filho; João de Moura Filho; Jorge Flores Alexandre; José de Souza Ribeiro; Marcus Antonius Gadelha Maciel; Reinaldo Cayres Minati
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.445/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eder Aparecido de Carvalho; Phillipi de Macedo Coelho; Vanessa Lima Souza Vilar; Viviane de Mello Granzotto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

002.462/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aline Barreto de Almeida Nordi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

002.506/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lidiane Cruz Silva; Lilian França da Silva; Liliane Cristina Reis Ribeiro; Márcia Camponogara Fontana; Márcia da Silva Sperandio dos Santos; Maria Darc da Silva; Maria Divina da Silva; Maria Jamília da Silva Coelho; Maria Thereza da Frota Quindere Ribeiro; Mariana Ribeiro Onofre
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.610/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabrício Lisboa Franco; Leandro de Godoi Pinton
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

002.724/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: William Zaccaro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

002.792/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Sampaio Rezende; Josy Anne dos Santos da Rocha; Leandro Augusto Hediger; Liamara Paglia Sestrem; Marcelo Caetano Andreoli; Moises Ferreira Ramos; Rafael Natan Soek; Rafael Pichek; Tatiana Zuccolotto; Vinicius Guerra Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.838/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Camila Pacelly Brandão de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.900/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diogo Batista Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A
Representação legal: não há

002.905/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Moreira Mohr; Darla Silveira Volcan Maia; Felipe Dotto Dias; Luciane Marili da Silva; Mauro de Freitas Ortiz; Sara Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

002.916/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francielle da Costa Vieira; Luisa Silva Nangi dos Santos; Marina Oliveira da Silva; Marisa Tereza Vendruscolo; Michele Junges; Michele de Souza Alves; Nathalia Cristina Ferreira Bezerra; Tatiana Kubo; Tulio Schwartz Nunes; Valeria Rossimar Goulart Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.917/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana da Silva Lima; Adriano Freire de Oliveira; Ana Claudia Martins Nunes; Bettina Carvalho; Daniele Castro Pereira Flores; Flavia Soares Salomão; Indionara Lima Conceição; Leandro Vieira Silva; Livio da Costa Paranhos; Marcio Andre Anzoategui
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.969/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Anathielle Silvério de Lima Oliveira; Cristiane Bastos Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/Ac e RO
Representação legal: não há

003.067/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paola Cavalheiro Ponciano Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

003.096/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliene Botelho Monteiro; Eunapio Dutra do Carmo; João Marinho Milhomem Neto; Luciano José Barbosa Quaresma; Marcus Vinicius Pereira de Freitas; Mirelson Martins Freitas; Rafaella Capela Leão; Rinaldo de Souza Mescouto Filho; Rodrigo Antonio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

003.114/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos André Frota Ximenes; Girliany Santiago Soares; Leticia Azevedo de Farias Pereira; Rafael Oliveira Fernandes; Ricardo Hugo Nunes Medeiros Filho; Talita de Fatima Pereira Furtado Montezuma
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

003.126/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andrezza Marianna Pinto de Oliveira; Catarina Ribeiro Barros de Alencar; Edgley Duarte de Lima; Emanuella Pereira de Souza Dantas; Gabriela Noronha de Toledo; Marthyna Pessoa de Souza; Matheus Marques de Araujo; Paula Giovanini Bandeira Cabral; Vanessa Eidam
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

003.127/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Carlucho Oliveira dos Santos; Anderson Felipe Ferreira Lopes; André Luís Sousa Sena; Betina Rodrigues Oliveira; Ednei Bomfim Santos; Marina Santanna Rossi Peixoto; Mayra Costa da Silva; Mila Barbosa dos Santos; Patrícia de Souza Basílio; Quellen Brenda Ferraro Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

003.137/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erica Carolina Serrano Borges; Felipe Mendonça de Sousa Braga; Geovana Soares Lira; Matheus Saback Leal; Morgana Olívia Dávila de Oliveira; Paulo Amaro dos Santos Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

004.045/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Afra de Barros Monteiro; Amaury Aguiar Marinho; Aurelina Moreira de Souza; Cleides Trajano de Mesquita Ximenes; Francisco das Chagas Fernandes Ferreira; Ines Maria da Silva; José Maria de Albuquerque; Luiza Cruz de Sousa; Luzia Medeiros da Silva; Marcia Silva; Maria Amelia da Silva; Maria Duarte de Oliveira; Maria Jesuina de Sousa; Maria Rita Dantas; Maria da Conceição Silva; Maria da Conceição Pinto Chaves; Maria das Graças Coelho; Maurina Borges da Silva; Quiteria Gomes Lima dos Santos; Rita Maria da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras contra as Secas
Representação legal: não há

004.052/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Maria Rodrigues dos Santos; Aurea Guerra Ferreira; Celia Ribeiro Neves; Eliane Machado Rodrigues; Elza Francisca da Silva Rosa; Guiomar Maria de Souza Leite; Iracema da Silva Motta; Jacqueline Paula Rego Barros; Jorge Oliveira Batista; Laura Messas; Lisete Valverde dos Santos Souza; Luzia Maria Rosa; Maria Antonia Rodrigues dos Santos; Maria Magdalena Mendes Veridiano; Mercedes da Silva Cabral; Nadir Estrella de Oliveira; Oliria Ana Longhi; Severina Francisca de Barros; Zelia Cesar Telles; Zely Guimarães dos Santos

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

004.177/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Celeste Moraes de Azevedo; Gecy Schmidt Marcussi; José Olindo Duarte Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.229/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Vicente André Gomes; José Lourenço Botelho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça
Representação legal: não há

004.235/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elio Aguiar; Esmar Alves de Amorim; Francisco Matias da Silva; Francisco Nascimento; Gelcino Francisco de Paula; Geraldo Francisco; Gessy de Araujo; Hélio José Hammes; Izaias Nogueira Reis; Jenésio Butzke; Joana Ferreira de Souza; João Joaquim do Nascimento; Joaquim Custódio de Moura; Joaquim Vicente da Costa; Joel Joaquim dos Santos; Jorge Fiel D'Oliveira; Jorge da Mata Pereira; José de Barros Carneiro; José Batista Ribeiro; João Theodoro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

004.359/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Onofre Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

004.369/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Paim dos Santos; Gladis Terezinha de Oliveira Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

004.372/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Graças Lins Kater
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Joaquim Nabuco
Representação legal: não há

004.376/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Sebastiana da Silva Alves; Maria das Graças Smith; Wilton Cunha de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

004.393/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Claudiomir Pena; Floro Fortunato; Helio Francisco Bernardo Dias; José Francisco da Silva; Nicolau Rodrigues Vieira; Pedro Alves; Pedro Mendes; Pio Poleto; Sebastião de Souza; Tarcisio Ferreira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

004.416/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Tsuchiya; Luiz Carlos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.426/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Norma de Monaco Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Ipanema
Representação legal: não há

004.474/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wellington Aurelio Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.486/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raphael Cabral Pereira Fagundes; Raul Geraldo Herbers; Severina da Silva Tavares; Tereza Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

004.493/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eloy Julius Garcia; Enedina Vieira Schaan
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há.

004.542/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Augusto do Nascimento Stellfeld
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.566/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lafayete Pacheco Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Maceió/AL - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.929/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Dione Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

010.390/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Pará
Responsáveis: Cooperativa Escola dos Alunos da Esc Agrt Fed Castanhal; Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - Mec; Fabrício Benício de Carvalho; Leonardo Munehiro Shimpo; Suleima Fraiha Pegado
Representação legal: João da Costa Mendonça (OAB/TO 1128)

020.680/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Eduardo Matoso Mendes; Halanna Carneiro Guimarães Bastos; Larissa Dozzo Nardelli; Lauren Razzera Stefanon; Leilane Vieira da Costa; Leylane Bernardes Forte; Marcelle Cristina da Silva Bastos Vasconcelos; Patrezze Machado Chagas; Rodrigo da Cunha Canto Nery Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

022.143/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Córrego Novo/MG
Responsável: Daltton Caetano Campos
Representação legal: Edilberto Castro Araújo (OAB/MG 31544) e outros, representando Daltton Caetano Campos

023.032/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diana Matos Euzebio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

025.487/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Trama2 Comércio de Informática Eireli EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

034.901/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eulálio Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piaui - Mec
Representação legal: não há

034.910/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto Cavalcante Veras e Silva; Roberto Dimenstein; Roberto John Gonçalves da Silva; Sebastião Barros Araújo; Tadeu Bezerra Leopoldo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

034.929/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cristina Duarte Murta
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

034.950/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Suzanete Costa de Oliveira; Venilma Freire Venancio; Verônica Ferreira de Menezes; Zildete Custodio de Andrade Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há.

041.534/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Emilia Mariano de Medeiros; Giuseppe Leite de Albuquerque; Sebastião Spercoski
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

041.606/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Carvalho Campos; Camilo de Lelis Lopes; Carlos Antonio Marques; Celso Fagundes Carlos; Francisco da Cruz Valente; Geraldo Lourenço da Conceição; João Bosco Martinho; Joaquim Pereira Julião; Joaquin Hernan Patarroyo Salcedo; José Divino Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.460/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mayara Nicolau de Paula; Meiriane Cristina Faria Soares; Michelle Luciane Fatima dos Santos; Natalia Bruna Dias Campos; Nathan Augusto Zacarias Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.468/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Suzan Caroline Such Ribeiro; Taisa Grasiela Gomes Liduenha Goncalves; Telma Cristina Ferreira Fonseca; Tercia Moreira Ribeiro da Silva; Thais Thaler Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.615/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Ely Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

002.461/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Jacob Correa; Thiago de Vito Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

002.487/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aletho Alves de Sa Oliveira; Bruno Batista Tiba; Debora Daura da Cunha Nogueira; Fabiana Braga Lopes; Marcos Paulo Bertoldo Bernardes; Olavia Cristina Gomes Bonfim; Pedro Henrique Douro Azevedo; Talita Queiroz de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

002.502/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Goes Tavares; Ednelson da Silva Costa; Evanilde Silva da Costa; Jeferson Danilo Lima Silva; Keila Xavier Magalhaes; Luan Santana da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

002.531/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Claudia Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

002.535/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Judas Tadeu Soares de Faria; Vitor Moura Soares Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

002.600/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gercina Goncalves da Silva; Vitor Luis Wake Buaretto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

002.667/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Clara de Franca Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

002.855/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Tomaz da Silva; Elis Olivia dos Santos; Jose Rodrigo Rodrigues Vieira dos Santos; Lucas da Silva Bernardino
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Representação legal: não há

002.883/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo de Melo Silva; Eliane Berinque Braga; Jairo Ribeiro de Lima Junior; Karina Lettieri Fonseca; Livia Maria Moreira Campos; Luis Ricardo Fernandes Miranda; Olimpio Tavares da Silva; Raquel Gesser Sant Anna da Silveira; Renata da Silva Ramos; Ricardo Costa da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

002.898/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Mariana Aparecida da Silva; Jose Junior Mauricio Sousa; Nayara Ingrid de Medeiros; Simone Gonzaga Franca Oscar; Thais Botrel Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.940/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Amaral Taddei; Marcel da Silva Camargo; Rodrigo Medeiros Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

002.976/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Celia dos Santos da Silva; Tais Evaristo Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

003.912/2019-1
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Piol Baioco
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.979/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elizabete Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar
Representação legal: não há

004.004/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Airton Tavares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.019/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Marina Pereira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.024/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: David Amaral de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.111/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Stela Campos dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

004.123/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Carmo Gonzáles Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

004.136/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Herácito Pena Júnior; Maria do Carmo Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há

004.181/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Fanny Rubinstein Guimarães; Wilma Valente
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.205/2009-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jovino Amâncio de Moura Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

004.277/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Terezinha Piazenski
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Canoas/RS
Representação legal: não há

004.358/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ricardo Dizioli Navarro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.394/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Galdino da Silva; Jorge Lopes Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.399/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Julio Cesar Granthom
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.512/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Hilario Inacio Bohn
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.525/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Jacintho de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.576/2014-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eli Brizola de Oliveira; Hugo Silva Pimentel; Hugo Vitorio Lima; Ines Zeitoun Moralez; Itamar Lanzani
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.604/2019-9
Natureza: Reforma
Interessados: Jose Rosa Batista; Jose dos Santos; Josemar Eduardo da Silva; José Eustáquio de Paiva; José Felinto Filho; José Ferreira dos Santos; José Pedro da Silva Neto; José do Nascimento; Lucio Cipriano de Souza; Luiz Alberto Mendanha; Manoel Amaro dos Santos; Manoel Damasceno Filho; Manoel Laurentino da Silva Filho; Marco Antonio do Carmo Ventura; Mauro Marques Marcelino; Miguel Archanjo Barbosa de Moraes; Napoleão Carneiro Brasil; Octávio Ferreira dos Santos; Odir Meireles; Orlando Marinho da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

004.614/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Patricia Cavalcante Castro do Nascimento; Sandileide Vieira; Tatiane Pereira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

004.618/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sidney Massami Koto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Pesquisa Energética
Representação legal: não há

004.621/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Rose Mary Lima Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

004.854/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Paloma Pereira Borba Pedrosa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

004.867/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aléssio Costa Robson; Manoel Messias Pereira de Sousa Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

004.896/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Janaina Diniz Ferreira de Andrade Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

004.911/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Murilo Montanari de Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

004.916/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Gisele Camilo; Henrique Rodrigues Moritz; Leticia Silva da Silva; Maria Elenice Becher; Paulo Afonso Goncalves Rebelo; Renata da Silva Passos; Roberta Rodrigues Delzete; Sidnei Iensen Felicidade; Suzana Pacheco; Tiago Maciel Zenga; Vanessa Fernandes; Vinicius Brandao da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

004.941/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cecília Amália Cunha Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há

004.956/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Carolina Baggio Emerenciano; Mariel Muraro; Quelen Silveira Coden
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

005.689/2019-8
Natureza: Representação
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
Interessado: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: Tiago dos Reis Magoga (OAB/SP 283.834)

005.703/2010-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Carlos Mendes; Ana Maria Baima Cartaxo; Fernanda de Conto; Gisele Perin Guimaraes; Isabel Cristina Broering da Silva; Ivete Simionatto; Milton Biage
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

005.766/2017-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Esperantina/PI
Responsáveis: Antônio Felipe Santolia Rodrigues; Rosemary Castro Meneses Carvalho
Representação legal: Marcos Aurelio Alves de Carvalho (OAB/PI 14.900) e outros, representando Rosemary Castro Meneses Carvalho

011.077/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Piauí -
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí/PI
Representação legal: não há

011.508/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsável: Jorge Alberto Solorzáno Filho
Representação legal: Myrna Rubia Valdetaro de Solorzano e outros, representando Jorge Alberto Solorzáno Filho

025.430/2010-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo Vilela de Lima; Cleide Mecedo de Lima; Edgard Izidro de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: Paulo Guedes Pereira (OAB/PB 6.857) e outros, representando Arnaldo Vilela de Lima

036.178/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Julio Werner Peres; Silvania Graciosa Werlich
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

041.635/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Guiomar Alina Becker Silveira; Helena Claudia Pinheiro Braga; Heloisa Helena Menezes Soares; Herton José Gonçalves Rodrigues; Jandira Souza da Cunha; Joaquim de Oliveira Antunes; José Maciel Rodrigues Froes; João Antonio Pinto de Carvalho; João Ildo Sparrenberger; Jurandir Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

041.720/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Helena Tavares Gurgel
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.683/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Avelina Delgado Peras; Izidoro Antonio Wendler
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações
Representação legal: não há

001.828/2019-3
Natureza: Representação
Representante: Malvo Comércio e Distribuição Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: Thiago Goedert (OAB/SC 29.793), representando Malvo Comercio Atacadista Ltda

002.447/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina de Souza; Ana Gabriela Moreira Pudenzi; Barbara Cesar Cavalcante; Carlos Henrique Oliveira Barreto; Caroline Miranda Sampaio; Danielle Freitas Henderson; Gabriela Braga Gerin; Luna Borges Pereira Santos; Maria da Conceição Silva Bastos; Valdson Silva Cleto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

002.476/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Kuramoto Gonzalez
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.561/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marley Gustavo Cavalcante Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

002.574/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maira Maus da Silva; Thaise Campos Mondin
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

002.649/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Jefferson Belchior Silva; Darlan Bruno Pontes Quintanilha; Fabricio Leocadio Rodrigues de Sousa; Fernanda Samara Barbosa Rocha; Francisco Sergio Moura Silva do Nascimento; Gerard John Alva Morales; Izani Pibernat Mustafa; Letycya Cristina Barbosa Vieira; Plinio Antonio Guerra Filho; Sylvana Kelly Marques da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

002.653/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Bernardes Taverny de Oliveira; Mariana Aguiar de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

002.684/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Bianca Pereira Bittencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha
Representação legal: não há

002.756/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Manoel de Santana Oliveira Santos; Lidyane Maria Ferreira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há

002.830/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leticia Duarte Bicca
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

002.894/2018-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal

002.910/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Miranda Teixeira; Victor Schmidt Comitti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.953/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Patricia Oliveira Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

003.909/2019-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Anastacia de Moraes Lopes; Mariza Guimaraes Loyola; Therezinha de Almeida Vianna
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.914/2019-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Jurema Borba de Oliveira; Lilita Lopes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar
Representação legal: não há

003.928/2019-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adelina Lopes Alves; Aldina Maciel Warzak; Alzira da Conceição Perluiz; Argélia Ries; Berenice Vaz; Claudia Catarina Freitas Correia; Hilda Bastos Granja; Hilda Castro Lopes Amoroso; Ivone Gomes Carvalho; Julia Guimarães de Amorim; Laura Kempke Sfredo; Lizete da Silva Santos; Luiza Bonavita; Maria Aparecida R R Moreira; Maria Flor de Maio da Silva; Maria do Carmo Salzano; Nair Xavier Dias Campos; Néa de Mendonça Sanctos; Odette Campos Araujo; Otilia Rodrigues Pereira; Walda Martins Leite da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar
Representação legal: não há

003.952/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ormandina de Almeida Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça
Representação legal: não há

003.972/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Zilmar Marinho Gomes de Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

004.061/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Delizete do Nascimento Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.075/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Balbina Maria de Jesus Rocha; Manuel Mateus Ventura
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

004.098/2015-3
Natureza: Agravo (Tomada de Contas Especial)
Agravante: Americo Raimundo Pocai Mendes
Responsáveis: Americo Raimundo Pocai Mendes; Coenco Construções Empreendimentos e Comercio Ltda; Célio Renato da Silveira; Elisabete Balbinot; Mickey Yuji Katsuragawa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Espigão D'oeste/RO; Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: Vanina Carneiro da Cunha Modesto Coutinho (OAB/PB 10.737) e outros, representando Coenco Construções Empreendimentos e Comercio Ltda; Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2.479) e outros, representando Célio Renato da Silveira; Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4.688) e outros, representando Americo Raimundo Pocai Mendes; Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3.663), representando Mickey Yuji Katsuragawa

004.099/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Claudete Antonieta de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Militar
Representação legal: não há

004.109/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Soloni Afra Pires Levy
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal da Lagoa
Representação legal: não há

004.113/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Eduarda Fernandes de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

004.130/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Sebastiana Garcia Cardozo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

004.158/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Joana de Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

004.168/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Antonio Figueiredo dos Santos; Geraldo Horst Kolbe; Julio Missioneiro Marques; Therezinha Lemberg
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

004.184/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Siza de Oliveira Moura; Tania Danuzzia Camejo Morrone
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.258/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joao André dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha
Representação legal: não há

004.259/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Luzia Loschi Bessa
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

004.280/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Regina de Bittencourt Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.294/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Jovina Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

004.327/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Bernardes Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Governador Valadares/MG - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.340/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João de Deus Pereira; Mozar Sousa Pena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Representação legal: não há

004.380/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdecy Leonardo Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

004.420/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Lucia Lauria Feital; Therezinha Maria Lamego de Moraes Sarmento; Vilma de Araujo Larangeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há

004.425/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Norma Lucia Faria Guanabara da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal da Lagoa
Representação legal: não há

004.444/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Celia Regina Pacheco Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

004.454/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdeci Carlos de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

004.481/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvaro Doubek; Leo Barsotti; Lourenço da Silva Mourão; Rudi Arno Seitz; Sandra Mara Caciano Alcantara; Soraya Maia Patchineelam; Sueli Affanio Roden; Vania Maria Gomes Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

004.483/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abner Fernandes; Antonio Gentil de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

004.487/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aristides Suppi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.501/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Francisco Terra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.508/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sergio Roberto Silva; Walter Karl Theumann; Walter Quevedo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.540/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Mardo Heron Branco; Maria do Carmo Fabro Baron; Terezinha do Nascimento Borba; Vicente de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.541/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio de Souza Florencio
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.831/2019-5
Natureza: Representação
Representante: Total Linhas Aéreas S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Gustavo de Souza Vellame (OAB/RJ 153.962) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Marco Tayah (OAB/RJ 11951) e outros, representando Total Linhas Aéreas S.A

004.838/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio de Sá Barreto Gondim Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

004.841/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo Silveira Castilho; Joaõ Henrique Bueno de Godoy Filho; Vitor Arce Cathcart Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

004.844/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Fiorini do Nascimento; Alberto Carvalho Costa; Aldiene Pereira dos Santos; Alex Eduardo da Silva; Alice Santos Amaral; Ana Flavia Correa Neto; Andrea Cordeiro da Silva; Andrea Paula da Silva Teixeira; Angelica Judite Aguiar de Castro; Angelinne Vieira Araujo; Anna Paula Masson da Cruz; Antonia Fernandes dos Santos Costa Sousa; Arcyleu Martins Brito Junior; Arianne Bandeira dos Santos; Arinaldo Jose de Morais Junior; Brenda Magalhaes Arantes; Bruno Theodoro Goncalves; Carlos Emilio de Souza; Celia Maria Evangelista da Silva; Cinthya Pereira Leite Costa de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

004.849/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Daniela Marcia Medina Pereira Agapto; Deiziane Lima Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Cariri
Representação legal: não há

004.853/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Luis Peruchena Thomaz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa
Representação legal: não há

004.859/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Jeronymo Dellaquila; Dhieimy Quelem Waltrich; Valmor Ziegler; Valquiria Conti
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

004.869/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flamarion Maués Pelúcio Silva; Karina Pedrini Fraga; Marcos Aurelio Pensabem Ribeiro Filho; Thiago Valentim Stelzer; Vinicius Novo Gama
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.884/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Blanco de Dios; Eduardo Ramos Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Representação legal: não há

004.898/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fagner Neves Oliveira; Giovanni Barbara Nunes; Ilmara Batista Damasceno; Janaina de Cassia Magalhães; Joseany Rodrigues Cruz; Paulo Winicius Teixeira de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

004.921/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno dos Santos Dorneles
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

004.934/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Henrique Gontijo Gomes Lima Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

004.944/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Virginio Souto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Representação legal: não há

004.955/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Antonio da Costa Junior; Rejane Santos Nonato
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

004.959/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucelio Cedro Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

006.457/2014-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fabriciano Marques de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

020.556/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Arco - Associação de Apoio a Arte e Comunicação; Arlindo Ornelas Figueira Neto; Luiz Augusto Milanesi
Representação legal: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando Luiz Augusto Milanesi, Arco - Associação de Apoio a Arte e Comunicação e Arlindo Ornelas Figueira Neto

024.420/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Luís Antônio Paulino; Sehal - Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande Abc; Walter Barelli; Wilson Aparecido Bianchi
Representação legal: Joao Manoel Pinto Neto (OAB/SP 52.232) e outros, representando Sehal - Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação do Grande ABC

030.033/2013-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucia Tatsch; Carlos Leonardo Bonturim Antunes; Cinthia Gabriely Zimmer; Cristine Moraes Ross; Eduardo de Oliveira Horta; Gabriela Bettella Cybis; Gisele Dalva Secco; Luis da Cunha Lamb; Michelle Lavinsky Wolff; Pedro Vieira da Silva Magalhaes; Rafael de Carvalho Matiello Brunhara; Renata Grazziotin Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

034.304/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arnaldo Panis Filho; Lindinalva Nogueira Jardim Morett; Samuel Petriccioni Vizotto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

034.781/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Hidroviária da Amazônia Ocidental, vinculada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Representação legal: não há

036.198/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Martins de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

037.232/2018-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Ministério da Saúde
Representação legal: não há

041.739/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iolanda Matos Monturil; Iracy de Souza Botelho; Linconl Vandelfri Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

042.306/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Alexandre Meireles Marques, Procurador da República PR/CE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Eusébio/CE
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

002.619/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliani Dombrowski Cavalcante; Maurifran Oliveira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

002.849/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Weiss Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.854/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Claudia Sa Moraes; Juliete da Silva Souza; Ranieri Goncalves da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

003.013/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Nayanne Costa Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.396/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Academia Brasileira de Ciências
Responsáveis: Academia Brasileira de Ciências; Eduardo Moacyr Krieger; Francisco de Paula Storino; Humberto Ribeiro de Oliveira; Jacob Palis Junior; Paulo de Goes Filho; resolver Assistência e Soluções Empresariais Ltda.
Representação legal: Elvis Brito Paes (OAB/RJ 127.610), Guilherme Campos Valentim (OAB/RJ 209.102-E) e outros

004.172/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Leonor Lima da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.189/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Evandro de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - Teresina/PI
Representação legal: não há

004.488/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Armênio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.902/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Monte Cassiano Canavaci Martins; Ricardo Pereira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

023.363/2017-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Autoridade Pública Olímpica
Responsáveis: Ari Matos Cardoso; Augusto César de Brito Naylor; Cleusa Kikue Takakura Yoshida; Fernando Pimentel; Fernando dos Santos Dionísio; Herval Madeira Forny; Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto; Juliana da Silva Pinto Carneiro; Leonardo da Cunha e Silva Espíndola Dias; Lucia Regina Pereira Galvão; Luiz Marcio Oliveira Paes Barreto; Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues; Lígia Neves Aziz Lucindo; Marcelo Pedroso; Maria Silvia Bastos Marques; Raimundo Célio Augusto Macedo; Sérgio José Pereira; Walter Gomes da Silva Junior; Walter Valente da Cunha
Representação legal: não há

027.219/2018-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Responsáveis: Claudia Nassif Jaber; Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano; Leomar Daroncho; Luiz Eduardo Guimarães Bojart; Ronaldo Curado Fleury; Sandra Cristina de Araújo
Representação legal: não há

028.041/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Anastácio/MS
Responsáveis: Douglas Melo Figueiredo; Engel Construções e Projetos Ltda; Pericles Garcia Santos
Representação legal: Kaio Bertozi de Souza Abu-jamra (OAB/MS 20.421) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.366/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Silvia Nahas Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

001.381/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Goncalves Dias; Rafael Magalhaes Angrisano; Rafael Rodrigo da Silva; Rafael Rodrigues do Prado; Raione Lucas Pedrosa; Raissa Fernandes Lima Campos; Raphael Anderson da Silva; Raphaela Benetello Marques; Raquel Pereira de Souza; Rayssa Parreira Silva Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.433/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julio Cesar Bastos Fernandes; Kassya Christinna Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste do Pará
Representação legal: não há

001.564/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Fátima Chagas Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.611/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldifran Santos Serra; Jesse Brito da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.680/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Mattar; Henrique Gerhard Friedrich; Henrique Gerhard Friedrich; Iraci Sandrini; Iranete Nunes Machado; Irte Fernandes da Silva; Izonete Tereza Palmieri; Jamil Calil Sader; José Adan Cedeno Borgen; José Gilberto Terra Tallarico; João Guilherme Soares Hoelz; Julio Cesar Camara Felga; Julio Moribe; Julio Moribe
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

001.730/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Arthur Gabriel de Carvalho Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

002.196/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Claudia Fidelis Bernacchi
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.206/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gustavo Ganzerli Fortes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: não há

002.217/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Flavia de Lima Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

002.252/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Vaz da Silva; Antonia Eliana Reis dos Santos; Cinthia Furtado Mendes; Danielle Camara Pires; Eliana Menezes de Albuquerque; Emanuela do Amaral Bacelar Pontes da Silva; Marizieli Beatriz Ferreira dos Santos; Rute Rodrigues Saldanha Costa; Valdinete Ferreira Costa Monteiro; Vinicius Guerra Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.348/2019-5
Natureza: Reforma
Interessados: Edimilson Lourenco dos Santos; Joao Francisco dos Santos Filho; Josemar Ramos dos Santos; Juarez Cabral da Cunha; Julio Cesar Pereira de Sa; Manoel Antao da Silva; Sebastiao Rodrigues Pereira; Sergio Silva Neves; Udilson Cassiano Ribeiro; Walter Magalhaes da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha
Representação legal: não há

002.425/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Luz de Castro; Bruna Frio Costa; Virginia Magano Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

002.468/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Davi de Bastos Goncalves e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-geral da União
Representação legal: não há

002.480/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Rodrigo Moura Cavalcante; Cinthia Beatrice da Silva Telles; Rosano Freire Carvalho Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.495/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Vasconcelos de Souza; Evandro Carlos do Nascimento; Iochane Garcia Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

002.573/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wandemberg Rocha Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Representação legal: não há

002.577/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula de Almeida; Cristiane Ayres Botelho; Glaucia Cristina de Azevedo Paixao; Jean Furlam da Silva Cabral; Lilian Rocha Cavalcante; Renata Goncalves Benevides
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.591/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Martins de Toledo Castro; Cleide Regina Campelo Cardinali; Dislene Cruz de Carvalho Pompeu; Fernanda da Costa Antunes Silva; Gabriela Pereira de Oliveira; Julia Lopes do Amaral; Luciane Coelho Balesteiro; Mara Lucia Ribeiro de Souza Britto; Mario Celso Rodrigues; William Almeida de Oliveira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.679/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Yokky Ywky Dantas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.706/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jefferson Rodrigues Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

002.742/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Paula Manco Resende; Anara da Luz Oliveira; Fellicia Ferreira da Mota; Fernanda Paes Leme Fernandes Veiga; Gecyca Mascarenhas Gomes Almeida; Lenisse Estelle Abrantes Goncalves Amorim; Marcia Pereira de Jesus; Natalia Rodrigues Querido Fortes; Nivian Mirelly Moraes Feliciano; Tatiane de Oliveira Steil
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.745/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iara Nadja Oliveira Santos; Jaqueline Daniele Santos Barros; Leonel Lucas Smith de Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

002.764/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lanaiza do Nascimento Silva Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.808/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Barbosa de Andrade; Andressa Folador Pio da Silva; Eliza Svaizer Lustosa; Juliana Carolina Nogueira Bernardino; Julio Cesar Oliveira Teles; Luena Alves da Silva; Marcelo Costa Trindade
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

002.868/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cesar Augusto Assis Mascarenhas de Oliveira; Elias Junior Cavalcante Benevides; Ernesto Batista da Silva Filho; Jeuid Oliveira Junior; Joao Luiz Cambiaghi Glass; Jonathas Assuncao Salvador Nery de Castro; Pedro Paulo Vieira de Novaes; Savio Wanderley do O; Teresa Cristina Gama de Paiva; Vinicius Silva Cardoso Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

002.918/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Dala Corte; Heveline Ribeiro Casalecchi; Jullian Torres Braz da Silva; Larissa Barcessat Gabbay; Leandro Silva de Sousa; Loane Pereira da Costa; Lucas Lobato Acatauassu Nunes; Milena de Almeida Giacon Barna; Odalgiro Pazinato; Patricia Schmidt de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.073/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Luz Pereira Moreira; Gesiane Oliveira da Trindade; Joao Andre Pavao Soares; Maria Cristiane Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

003.167/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Luiz Vivan
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

003.908/2019-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Marylene Ribeiro Riente
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.998/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Isabel Cardoso da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

004.030/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Celia Roitmann Erckmann
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.073/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ione Maria da Gloria Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

004.080/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Thereza Teruco Kitami
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

004.118/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Neide Cristina Costa Nóbrega
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

004.241/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jorge Luiz de Souza Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.253/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ironildo da Silva Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

004.262/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.288/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Francisca da Conceicao Catharino
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

004.366/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Jorge de Lima; Jael Dias de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

004.403/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Claudio Lopes Viana; José Wandeberg Maia Barreira; Luzia Chaib Bezerra; Murilo dos Santos Nepomuceno; Rosália Bezera de Freitas; Willians Martins de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.423/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Pecanha; Israel Kligierman
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

004.586/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Mario Fernandes Maia Filho; Mario Fernandes Maia Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

004.613/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Oman Menezes Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

004.870/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Katia Meireles Monteiro dos Santos; Patrick Ramos Silva Pacheco dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Representação legal: não há

004.974/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldjan Silva da Costa; Andressa Karla Fernandes; Camila Fernandes de Oliveira; Claudio Gomes de Medeiros Filho; Evaristo Pereira da Silva Junior; Gabrielle Leite dos Santos; Yan Pedro Pereira Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da Ect no Rio Grande do Norte - Dr/rn
Representação legal: não há

004.980/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Linvalda Rodrigues Henriques de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins
Representação legal: não há

022.130/2009-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Lobo da Rosa Borges; Benedito Edson de Brito Lima; Carlos Antonio dos Reis; Cristiano Régis Cesar da Silva; Dener França do Nascimento; Eduardo Thomaz Comber Júnior; Fabiana Coelho David; Fernando José de Brito; Helio Fernandes Pacheco; Juliana Correa Pina; Juliana Grigorio de Azeredo Zanete; Julio Cesar Nogueira Ramos; Keilla Reveilleau Ferlin; Kleber Leonardo da Silva Guerra; Leandro Gontijo Pimenta; Liziane Venancio Queiroz; Lorene Maranhão da Silva Thé; Marcos Antonio da Silva; Marino Signorini; Martha Moreno do Nascimento; Maycon Rebello Menendes; Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva; Silvan da Rocha Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

036.173/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Henrique Goulart Curty; Carlos Pazos Rodriguez; Maria Elvira Pimentel; Renee Fernando Senger; Rosana Maria Migliora Cypriano; Silvia Justino de Souza; Vanice Tavares Nunes da Costa; Vilma Fontinelle Kilins Gehrt
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.308/2019-3
Natureza: Reforma
Interessados: Jorge Augusto Guterres de Castro; Luis Mario Perez; Odilon Rechia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.583/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme da Costa Simoes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.599/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana de Sousa Rego; Rodrigo Vieira da Silva; Thiago de Oliveira Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

002.638/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Cristofoletti; Thiago Capozzi Montalvao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

002.825/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Katia Rufino da Cruz; Laura Rambo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

002.869/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Anne Raphaela Ledesma Cerqueira; Juliete Teotonio Batista; Luciana Sampaio Cunha da Silva; Silvana Santos da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

003.079/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alessandro Rosa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.048/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adinora Moreira de Souza; Francisca Vidal Lima; Maria Carvalho Lima; Maria Joselia Carneiro e Silva; Maria de Lourdes Alves Magalhaes; Sabina Anselmo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

004.058/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Paula da Silva; Maria Helena Andrade Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

004.093/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria de Lourdes Santos; Ramza Elias Callil
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos
Representação legal: não há

004.245/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Sebastião Roberto; Francisco Lopes Correia dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

004.249/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Armando Furlani
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

004.289/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Albérico Carneiro de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

004.315/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celestino Garcia Guerreiro; Joao Berrocal; Jose Aro Chanes; José Gomes da Silva Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Sorocaba/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.319/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Felix Pereira de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Belo Horizonte/MG - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.334/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides dos Anjos Teixeira; Antonio Pereira; Antonio Roberto Silveira; Ayrton Marques de Mendes; Flavio Adenir Machado; Inacio Carlos Dias Lopes; Lia Thereza Tubbs; Luiz Carlos Miranda Ramos; Luiz Felix de Arujo Neto; Noel Romualdo do Nascimento Cristiano; Olimpio Machado de Oliveira; Sonia Maria de Jesus Angelim; Walcelio de Queiroz e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

004.354/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gilson Messias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.402/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos da Fonseca Dauer
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.407/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Jose Rocha Pinheiro; Jaime Matias Xavier; Jose Henrique dos Santos; Jose Lourenço dos Santos; Roberto dos Santos Bof
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

004.431/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Fernandes Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

004.450/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Eva Franchetti; Lucianita Motta Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há

004.532/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Fernandes da Silva; Ugo Lemos Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

004.587/2019-7
Natureza: Reforma
Interessados: Abdias Cavalcante de Araújo; Alexandre da Silva Raggi; Antonio Viana Filho; Ariel Santos Maciel; Carlos Humberto Alves Moreira; Carlos Lopes dos Santos; Ciro Alves da Silva; Claudionir de Lima Melo; Delmir Pereira de Gouvêa; Elizeu Alves de Oliveira; Etenilzo Bonfim; Evart Von Randow; Francisco do Nascimento; Guido Tasca; Gustavo da Silveira Barreto; José Braga Macedo; José Messias Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

004.842/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldair Epifanio Ferreira Junior; Claudia Regina Trindade Teodoro; Kleibson Pereira de Souza; Louise Henrique Santana dos Anjos; Marcus Antonio Rossi Feliciano; Neila Carla Silva Rodrigues; Vinicius Velanes Borges Giffoni Veloso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Representação legal: não há

004.843/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Patryck Silva Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

004.846/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Antonio Mesquita; Mariana Drechmer Romanowski; Mariana Eufrazia Dutra; Mariano Denis Ferreira da Silva; Matheus Goudinho Goncalves; Mauricio Aluchna Melgarejo; Michelle Jamil Maluf e Silva Meneses; Rivalbergues Barbosa de Sousa; Silvanete Dias Ribeiro; Thaiana da Costa Lopes Rabelo; Viviane Juliana da Silva; Viviane Teixeira Barbalho; Viviane do Nascimento e Silva Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

004.928/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leonardo Mattedi Matarangas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal: não há

004.936/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Sena Maciel; Antônio Saturnino Coelho Cardoso; Jairo Moura da Silva; Lucas Nascimento Santos; Nadja Pereira Sapia
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

004.942/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luciana Tiemi Kadowaki Katto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

004.952/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Teixeira Norberto Batista; Denise Sande Santos; Julio Guerra Domingues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.964/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anthony Agsthon Pablo Dutra Melo; Cristiano Oliveira da Silva; Ruyter da Silva Melgueiro
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM
Representação legal: não há

031.645/2016-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Elanildes da Consolata dos Santos Braga; Giovani de Souza Baesso; Luiz Alberto de Oliveira; Maria Jose Pinheiro Silva; Pericles Pedro Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Roraima
Representação legal: não há

034.756/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Autazes/AM
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BRUNO DANTAS

001.779/2007-0
Apreciação de pedidos de reexame interpostos Luciene Dias da Silva, Esmeralda Brennichi do Amaral, Geraldo da Silva Sampaio, José Diniz Junior e Silvio Romero Manso Diniz contra o Acórdão 5.707/2017-TCU-1ª Câmara, que, dentre outras medidas, considerou ilegais seus atos de pensões civis em decorrência da ausência da comprovação da preexistência ao óbito da invalidez e/ou da relação de dependência econômica com o instituidor.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Interessados: Luciene Dias da Silva; Antonio Roberto Ramos de Araujo; Carmelita Maria da Conceiçao; Cicero Antonio Brennichi do Amaral; Esmeralda Brennichi do Amaral; Geraldo da Silva Sampaio; Glaura de Queiroga Wanderley; Joao Henrique Santos Aroxa; Jorge Roberto Beltrao Aroxa; Jose Diniz Junior; Jose Fernando Soares Rafael; Josefa de Oliveira Albuquerque; Juliana Severina da Silva; Luciene Dias da Silva; Manoel Duarte Carvalho Neto; Margarida Gomes do Amaral; Maria Alice Baltar de Oliveira Maroja; Maria Brigida Soares de Araujo; Maria Carmelita da Silva; Maria Jose da Silva; Maria Monica Soares Araujo; Maria Tereza Manso Diniz; Maria Virginia Soares Araujo; Maria de Fatima Lima Alencar; Neusa Lima Alencar; Pedro Henrique dos Santos Aroxa; Raquel Beltrao Aroxa; Rejane Maria da Silva; Severina Maria do Nascimento Silva; Silvio Romero Manso Diniz; Simone Maria da Silva
Representação legal: Maximiano Jose Correia Maciel Neto (OAB/PE 29.555) e outros, representando Silvio Romero Manso Diniz, Geraldo da Silva Sampaio, Geraldo da Silva Sampaio, José Diniz Júnior e Esmeralda Brennichi do Amaral; Marjjorie Elizabeth da Costa e Silva (OAB/PE 43.181) e outros, representando Luciene Dias da Silva; Andree Perazzo Dias da Silva (OAB/PE 6.536) e outros, representando Maria Jose da Silva

Interessado em sustentação oral:

- Maximiano José Correia Maciel (OAB/PE 29.555), em nome de SILVIO ROMERO MANSO DINIZ, GERALDO DA SILVA SAMPAIO, JOSÉ DINIZ JÚNIOR e ESMERALDA BRENNICHI DO AMARAL

Ministro VITAL DO RÊGO

027.218/2013-9
Prestação de contas da Eletrosul Centrais Elétricas relativa ao exercício de 2012. Exame das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Responsáveis: Engevix Engenharia e Projetos S/A; Eurides Luiz Mescolotto, Diretor-Presidente (falecido); Ronaldo dos Santos Custódio, Diretor de Engenharia
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Ronaldo dos Santos Custódio; Rafael Rebelo Pereira (OAB/SC 24.868) e outros, representando Eletrosul Centrais Elétricas S/A

Interessados em sustentação oral:

- Ana Carolina Mazoni (OAB/DF 31.606) e Cristiana Muraro Fracari (OAB/DF 48.254), representando RONALDO DOS SANTOS CUSTÓDIO.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro VITAL DO RÊGO

028.103/2015-7
Recurso de reconsideração em contas ordinárias contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, sujeitando-o ao pagamento de multa, em face de irregularidades na gestão.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no estado de Roraima
Recorrente: Arnaldo Mendes de Souza Cruz
Representação legal: Alcides da Conceição Lima Filho (OAB/RR 185), representando Arnaldo Mendes de Souza Cruz
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (04/09/2018)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.706/2015-2
Tomada de contas especial instaurada em face da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos federais transferidos por força de convênio, tendo por objeto incentivar o turismo, mediante o apoio a realização do evento intitulado: Micarense 2010.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: município de Nossa Senhora das Dores/SE
Responsável: Aldon Luiz dos Santos
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (01/12/2015)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.044/2014-9
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, interveniente contratada pelo Ministério das Cidades, concedente dos recursos federais relativos ao Contrato de Repasse 000.347-75/2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Trindade/GO
Interessado: Ministério das Cidades
Responsáveis: Jânio Carlos Alves Freire; Ricardo Fortunato de Oliveira
Representação legal: Sérgio Ferreira de Freitas Araújo (OAB/GO 19.014)

006.418/2016-3
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio termo de compromisso cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lima Campos/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Classe Construções e Locações Eireli; Francisco Geremias de Medeiros; João Mota Neto
Representação legal: Nardo Assunção da Cunha (OAB/MA 4.613), representando Classe Construções e Locações Eireli

Ministro BENJAMIN ZYMLER

000.930/2005-0
Pedido de reexame em aposentadoria. "Quintos" de FC.
Recorrente: Maria Amélia Sabbag Zainko
Interessados: Maria Amelia Sabbag Zainko; Universidade Federal do Paraná
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

001.486/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, tendo em vista a ocorrência de supostas irregularidades na utilização de recursos captados pelo Sr. Jonas Gadelha de Andrade Bento, na forma de doações ou patrocínios, sob a égide da Lei 8.313/1991 (Lei de Incentivo à Cultura).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura; Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
Responsável: Jonas Gadelha de Andrade Bento
Representação legal: Ana Carolina Paulon Capozzi (OAB/SP 356.133) e outros, representando Jonas Gadelha de Andrade Bento

002.038/2014-5
Embargos de declaração interposto por Yves Ribeiro de Albuquerque contra decisão que denegou provimento a recurso de reconsideração interposto contra deliberação que julgou irregulares suas contas e lhe condenou ao pagamento de débito e multa, em virtude da inexecução parcial do objeto do Convênio 337/2002, celebrado entre o Município de Paulista/PE e o Ministério da Integração Nacional, visando à execução de obras de microdrenagem com implantação de rede pluvial, regularização de canal e meio fio com linha d'água no Bairro Pau Amarelo.
Embargante: Yves Ribeiro de Albuquerque
Responsáveis: Antônio Wilson Speck; Yves Ribeiro de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Paulista/PE
Representação legal: Gilberto Lopes de Albuquerque Filho (OAB/PE 21.397) e outros, representando Yves Ribeiro de Albuquerque; Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB/PE 12.135) e outros, representando Antônio Wilson Speck.

003.238/2015-6
Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Celso Luiz da Silva Vargas contra o Acórdão 8594/2018-1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento de débito e multa.
Recorrente: Celso Luiz da Silva Vargas
Responsável: Celso Luiz da Silva Vargas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maracaju/MS; Ministério do Turismo
Representação legal: Erimar Hildebrando (OAB/MS 9.393), representando Celso Luiz da Silva Vargas

004.086/2018-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em face da ausência de prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Uruçuí/PI, no ano de 2012, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uruçuí/PI
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Valdir Soares da Costa
Representação legal: não há

004.999/2014-2
Embargos de declaração opostos pela Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo e pelo sr. Nelson de Abreu Pinto contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes.
Embargantes: Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo; Nelson de Abreu Pinto
Responsáveis: Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo; Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Nelson de Abreu Pinto; Walter Barelli
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Daniel Soares Alvarenga de Macedo (OAB/DF 36.042); Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199), Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros

008.371/2009-9
Apreciação, para fins de registro, de aposentadoria concedida pela Universidade Federal da Paraíba.
Interessado: Emmanuel Henriques de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal : não há

019.350/2017-1
Tomada de Contas Especial. Omissão no dever de prestar contas dos recursos federais do Programa Dinheiro Direto na Escola, repassados em 2011, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a Prefeitura Municipal de Pitimbu (PB).
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: José Rômulo Carneiro de Albuquerque Neto
Representação legal: não há

022.992/2017-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Serra Branca/PB
Responsável: Eduardo José Torreão Mota
Representação legal: não há

025.257/2013-7
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão proferida em processo de tomada de contas especial instaurada para examinar irregularidades identificadas na execução do "Programa do Leite", no estado da Paraíba.
Interessados: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba
Recorrentes: Antônia Lúcia Navarro Braga; Enock Figueiredo de Souza - EPP - Laticínio Cabralac
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação de Ação Comunitária
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663); Rougger Xavier Guerra Júnior (OAB/PB 151.635-A) e outros

027.444/2010-4
Aposentadoria. Averbação de tempo de serviço rural. Ausência de contribuição previdenciária.
Interessados: Ana Valenga; Arlete Edling; Eliezer Gomes da Silva; Eunice Brisola Inocencio; Joensen Terezinha Lizott Disperati; Juarez Nelson Alves de Lima; Marcelo Iacomini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: Vinicius Rafael Presente (OAB/PR 66.052) e outros, representando Eunice Brisola Inocencio; Ernani Moreno Silva (OAB/PR 38.050) e outros, representando Ana Valenga; Mauricio de Jesus Tozetti (OAB/PR 38.229) e outros, representando Eliezer Gomes da Silva

027.735/2010-9
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis em vista da aferição de superfaturamento na execução das obras de construção de infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto sanitário e de retificação do trecho urbano do rio Cotinguiba, objeto do Convênio MI 202-99 (Siafi 387359), celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado de Sergipe, parcialmente transferido ao Município de Laranjeiras.
Recorrente: Paulo Hagenbeck
Responsáveis: Alexandre Macedo Sobral; Construtora Gautama Ltda.; Genaro de Almeida Brota; José Macedo Sobral; José Monteiro Sobral; Maria Ione Macedo Sobral; Mônica Macedo Sobral Maciel Silva; Paulo Hagenbeck
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjeiras/SE
Representação legal: Rodrigo Fernandes da Fonseca (OAB/SE 6.209), Márcio Macedo Conrado (OAB/SE 3.806) e outros representando Paulo Hagenbeck; Márcio Cardoso de Barros (OAB/SE 4.278) e outros, representando Maria Ione Macedo Sobral; Luiz Cláudio Araújo Ribeiro (OAB/DF 45.286), representando Construtora Gautama Ltda; Evânio José de Moura Santos (OAB/SE 2.884), representando Mônica Macedo Sobral Maciel Silva, José Macedo Sobral, Alexandre Macedo Sobral e Maria Ione Macedo Sobral.

035.940/2015-8
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos federais repassados por força de convênio, o qual tinha por objeto "a execução de sistema de abastecimento de água na comunidade de Guariba".
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Colniza/MT
Responsáveis: Sérgio Bastos dos Santos, Adir Ferreira de Souza, Impertec - Impermeabilizações e Construções Ltda.; Município de Colniza/MT
Representação legal: Dilermano João Thiesen Filho (OAB/MT 20.854-B) e Daniel de Souza Teixeira (OAB/MT 20.617-B), representando Adir Ferreira de Souza; Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo (OAB/DF 39.684), representando Sérgio Bastos dos Santos

039.189/2018-0
Representação. Pregão Eletrônico para registro de preços. Aquisição de empilhadeiras a combustão. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional. Existência de cláusulas supostamente restritivas no edital do certame.
Representante: Maria Aparecida Bernardes Orlandi - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional
Representação legal: Ricardo Magaldi Messetti (OAB/DF 30.373), representando o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional; Carlos Eduardo Colombi Froelich (OAB/SP 170.435) e outros, representando Maria Aparecida Bernardes Orlandi - EPP

Ministro BRUNO DANTAS

000.640/2018-2
Recurso de reconsideração interposto contra acordão por meio do qual foram julgadas as contas anuais do exercício de 2016 do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Mato Grosso do Sul. Exame de admissibilidade.
Recorrente: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul
Exercício: 2018
Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado; Ademar Silva Junior; Alfredo Zamlutti Júnior; Andre Luis da Silva Dantas; Atilio Carlos D Agosto; Camila Celeste Brandao Ferreira Itavo; Camila da Silva Serra; Claudio George Mendonça; Célia Maria Silva Corrêa Oliveira; Delmar Ribeiro Martins; Deoneida Lana Lube; Edison Ferreira de Araújo; Evaldo Emiliano de Souza; Evandro Narciso de Lima; Fabio Alexandre Pereira; Fernando Mendes Lamas; Fábio Edir dos Santos Costa; Glaucio Zanettin Fernandes; Jaime Elias Verruck; Jeovan de Carvalho Figueiredo; José Roberto Giuliani; Kelly Cristina Valadares de Pinho Sanches; Lourival Vieira Costa; Luiz Cláudio Sabedotti Fornari; Marcelo Augusto Santos Turine; Marcio Nunes Fonseca; Marilda Moraes Garcia Bruno; Maristela de Oliveira França; Mauricio Koji Saito; Sergio Salles de Morais; Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional; Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro
Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639), representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16.745) e outros, representando Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional

004.465/2014-8
Representação de licitante acerca de possíveis irregularidades em pregão eletrônico destinado à contratação de serviços de preparo, fornecimento e distribuição de alimentos em restaurante universitário.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Responsáveis: Abel Smith Menezes; Bárbara Rafaela Santos da Rocha; Danielle Andrade dos Santos; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Marcus Alessandro Pereira dos Santos;
Interessado: F e F Comércio e Serviços de Alimentos Eireli
Representação legal: Ruy Britto Penalva Filho (OAB/SE 6.144) e outros, representando a F&F Comércio e Serviços de Alimentos Ltda.; Vitor Lisboa Oliveira (OAB/SE 5.910), representando a Boa Mesa Alimentos e Serviços - Eireli

014.686/2016-3
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de convênios celebrados pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do Programa Nacional de Qualificação no exercício de 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Ermelino Matarazzo e Adjacências - Cecaema; Plural Educação e Cidadania
Responsáveis: Carmelo Zitto Neto; Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Ermelino Matarazzo e Adjacências; Francisco Prado de Oliveira Ribeiro; José Carlos Lemes; Plural Educação e Cidadania; Wania Aparecida Martins da Silveira
Representação legal: não há

018.503/2016-0
Pedido de reexame interposto por Antonio Marcelino Filho contra decisão que considerou ilegal seu ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe
Interessados: Antonio Marcelino Filho; Antonio Marcelino Filho; Celia Ramos da Nóbrega; Iracema Barbosa Aragão; Iracema Barbosa Aragão; Iracema Barbosa Aragão; José Freire de Brito; José Freire de Brito; Pedro Moisés de Araújo; Pedro Moisés de Araújo; Rita de Cassia de Araujo Lima; Rita de Cassia de Araujo Lima
Representação legal: Fernando Antonio Malta Montenegro (OAB/PE 4.239) e outros, representando Antonio Marcelino Filho; Thêmis Rafaela de Sá Veloso Almeida (OAB/PE 43.545), representando Celia Ramos da Nóbrega

019.225/2014-8
Recurso de Reconsideração interposto pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caraguatatuba contra acórdão que, em sede de tomada de contas especial, rejeitou suas alegações de defesa e julgou irregulares suas contas, imputando-lhe débito.
Órgão/Entidade/Unidade: Sindicato dos Servidores Municipais de Caraguatatuba
Responsáveis: Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Sindicato dos Servidores Municipais de Caraguatatuba; Vera Lúcia Magalhães Reis Albok; Walter Barelli
Representação legal: Jose Antonio Alves de Brito Filho (154.562/OAB-SP) e outros, representando Sindicato dos Servidores Municipais de Caraguatatuba; Sandro Magalhães Reis Albok (OAB/SP 224.605) e outros, representando Vera Lúcia Magalhães Reis Albok; Ronaldo de Almeida (OAB/SP 236.199), representando Walter Barelli e Luís Antônio Paulino

019.766/2015-7
Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e condenou-lhes ao pagamento de débito e multa, em virtude da não comprovação das despesas realizadas com os recursos repassados ao município de Ilhéus-BA no exercício de 2011, na modalidade fundo a fundo, para a execução dos Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.
Recorrentes: Newton Lima Silva e Emenson Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA
Responsáveis: Ari Silva Santos; Emenson Santos Silva; Newton Lima Silva
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social
Representação legal: Fabiano Almeida Resende (OAB/BA 18.942) e outros, representando Emenson Santos Silva e Newton Lima Silva

021.447/2016-0
Tomada de Contas Especial originada de processo de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal de Jundiaí/SP relacionadas à operacionalização do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Carlos Alberto Pinto da Silva; Luis Cesar Figueiredo
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Carlos Alberto Pinto da Silva; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885) e outros, representando Carlos Alberto Pinto da Silva e Luis Cesar Figueiredo

029.123/2015-1
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em decorrência da reprovação da prestação de contas parcial dos recursos repassados mediante Termo de Compromisso à Porto Ferreira/SP com vistas à substituição da rede de abastecimento da água no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Porto Ferreira-SP
Responsáveis: Maurício Sponton Rasi (120.261.718-23), DRR Construções e Comércio Ltda. (02.607.198/0001-00) e Município de Porto Ferreira/SP (45.339.363/0001-94)
Representação legal: Alexandre Faggion Castagna (OAB/SP 131.982), representando DRR Construções e Comércio Ltda.; Evandro D'agostini Boari (OAB/MG 117.339) e outros, representando Maurício Sponton Rasi

040.422/2018-6
Representação a respeito de possíveis irregularidades em pregão eletrônico conduzido pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. que tem por objeto contratação de empresa para o gerenciamento de cartões de vale-alimentação e vale-refeição eletrônicos destinados aos funcionários, no exercício de 2018. Análise de oitiva de mérito.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717), representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870), representando Trivale Administração Ltda

852.167/1997-0
Pedidos de reexame interposto por Antonio Medeiros Gurgel e Antonio Benito Carneiro contra decisão que, dentre outras medidas, considerou ilegais seus atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Interessados: Adonias Rodrigues Augusto; Albertina Sá de Andrade; Aldo Frota Nogueira; Antonio Benito Carneiro; Antonio Medeiros Gurgel; Deoclecio Antonio Scherer; Gerardo Peixoto Maia; Heliomar Abrãao Maia; Jose Albersio de Araujo Lima; Jose Faustino de Sousa; Jose Laurindo Freire; Jose Lopes Pinheiro; Mailde Carlos do Rego; Manoel Perboyre Gomes Castelo; Marcos Vinicius Assunção; Maria Dulce Sousa Castelo; Maria Ivoni Pereira de Sá; Nelly Lopes Ferreira; Raimundo Gomes da Silva; Wagner Barreira Filho
Representação legal: Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB/CE 5.496) e outros, representando Antonio Medeiros Gurgel, Antonio Benito Carneiro e Aldo Frota Nogueira

Ministro VITAL DO RÊGO

012.862/2017-7
Tomada de contas especial instaurada em razão da execução parcial do objeto de contrato de repasse que tinha por finalidade a pavimentação asfáltica em ruas dos bairros Jussara e Eldorado do município de Januária/MG.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Januária/MG
Responsáveis: Manoel Jorge de Castro; Maurílio Neris de Andrade Arruda
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Magno Luiz Moreira Magalhães (OAB/MG 126.547)

014.213/2014-1
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão da não execução do objeto do Convênio 2.204/2001 (Siafi 439103) que consistia na execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Roteiro/AL
Responsáveis: Maria Helena Castro Jatobá Lins; Rocha Construções Ltda. - ME
Representação legal: Isabela Oliveira Santos (OAB/DF 52.788) e outros, representando Rocha Construções Ltda. - ME; Christiane Cabral Tenório (OAB/AL 7.820) e outros, representando Maria Helena Castro Jatobá Lins

020.157/2015-0
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente e o condenou em débito em razão de irregularidades na gestão de recursos de convênio que tinha por objeto o apoio a atividades culturais em municípios do Estado de Minas Gerais.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura; Agência de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Central (Adebrac)
Recorrente: Wagner Roberval Bernini
Representação legal: Daniel Ricardo Davi Sousa (OAB/MG 94.229) e outros

025.526/2015-4
Pedido de reexame contra decisão que aplicou multa por descumprimento de determinação do TCU.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Química XIV Região
Recorrente: Gilson da Costa Mascarenhas
Representação legal: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB/AM 5.373)

028.479/2015-7
Recurso de reconsideração contra decisão de que julgou irregulares as contas e aplicou multa a gestores da universidade por problemas envolvendo assuntos como acumulação ilícita de cargos e funções, regime de dedicação exclusiva, jornada reduzida, registro de imóveis e licitações e contratos administrativos.
Exercício: 2014
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Recorrentes: Alexandre José de Almeida Gama; Homero Gustavo Correia Rodrigues; José Edilson de Amorim; Vânia Sueli Guimarães Rocha
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.542/2014-8
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Secretário Municipal de Saúde do Município de Vilhena/RO no período de 1º/1/2001 a 22/1/2007, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados na modalidade fundo a fundo no exercício de 2005, em despesas relacionadas a ações administrativas do Fundo Municipal e da Prefeitura do Município de Vilhena/RO.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vilhena/RO
Responsáveis: Zacarias Batista Donadon; Município de Vilhena/RO
Representação legal: Carlos Eduardo Machado Ferreira, Procurador-Geral do Município de Vilhena/RO (OAB/RO 3691)

016.197/2015-1
Tomada de contas especial instaurada em decorrência da impugnação total das despesas realizadas com recursos de Convênio, ante a inexecução parcial do seu objeto, tendo por finalidade a execução de melhorias sanitárias domiciliares (Projeto Alvorada)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buerarema/BA
Responsáveis: Orlando de Oliveira Filho e Macro Construtora Ltda
Representação legal: Álvaro Luiz Ferreira Santos (OAB/BA 9.465), Alexandra Sousa Chaves Veles (OAB/BA 868B) e outros

017.869/2017-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Incra em desfavor do ex-prefeito de Garrafão do Norte/PA (gestão 2005-2008), diante da não aprovação da prestação de contas de convênios que tinham por objeto, naquele município: a) a execução de obras de infraestrutura destinada à recuperação de 25,5 (vinte e cinco) km de estradas vicinais, localizadas no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária denominado PA Arapuã Simeira e b) a execução de obras de infraestrutura destinadas à abertura e recuperação de 7,8 km de estradas vicinais, no Projeto de Assentamento Arapuã Simeira.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Garrafão do Norte/PA
Responsáveis: José Juraci Linhares de Lima e Município de Garrafão do Norte/PA
Representação legal: não há

021.846/2015-4
Pensão civil
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Interessados: Olandina de Lima Vasconcelos; Anecy Rademaker Martins; Hugo Rademaker Martins; Vitor Rademaker Martins; Beatriz de Almeida Sobral; Benedita Ferreira de Souza Campos; Daisy Maria Ribeiro de Medeiros e Jurema Mattos da Silva Lima
Representação legal: não há

027.331/2017-2
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em face da impugnação total das despesas realizadas com recursos de Convênio, celebrado com o município de Arari/MA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Arari/MA
Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Gilson Alves Barros (7492/OAB/MA) e outros, representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

035.906/2016-2
Representação formulada pelo Serviço de Auditoria no Estado da Bahia (Seaud/BA) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), noticiando o descumprimento, pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibititá/BA, de termo de ajuste sanitário (TAS).
Representante: Serviço de Auditoria no Estado da Bahia (Seaud/BA) do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibititá/BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

003.120/2013-9
Representação do juiz titular da 19ª Vara do Trabalho de Recife, noticiando supostas irregularidades no reenquadramento funcional de empregado por ocasião da implantação do plano de empregos e salários.
Representante: Juiz do Trabalho (19ª Vara do Trabalho de Recife/PE)
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Responsáveis: Elionaldo Maurício Magalhães Moraes; Davidson Tolentino de Almeida; Ana Luiza Vieira Netto; Hernandez Ricardo Ramos Herédia
Representação legal: Jefferson Barros Figueiredo e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos

021.035/2017-2
Tomada de contas especial instaurada em razão da execução parcial de convênio, cujo objeto foi a reconstrução de encostas nas Ruas São Geraldo, Coronel Fulgêncio, Ibanez Saturnino e o desassoreamento da Calha do Rio Itapicuru-Mirim.
Órgão/Entidade/Unidade: Municipio de Jacobina/BA
Responsáveis: Humberto Delfino Martins Correia; Valdice Castro Vieira da Silva
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Nixon Duarte Muniz Ferreira Filho (OAB/BA 32.046), representando Humberto Delfino Martins Correia; André Requião Moura (OAB/BA 24.448), representando Valdice Castro Vieira da Silva

028.416/2017-1
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao fundo municipal de saúde, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que tinham por objeto a execução dos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Saúde/BA
Responsáveis: Antonio Fernando Ferreira Rocha; Dinaldo Caetano da Silva
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Representação legal: não há

029.653/2017-7
Tomada de contas especial objeto de conversão de representação, que tratou de acumulação indevida de cargos públicos.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guajará-Mirim/RO
Responsável: Bernadete Basílio da Silva
Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Representação legal: não há

035.811/2015-3
Representação a respeito de possíveis irregularidades em contrato público para execução de convênio, tendo por objeto a elaboração do plano municipal de saneamento básico (PMSB).
Representante: Risco Arquitetura Urbana Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Poço Redondo/SE; Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe
Responsáveis: José Sílvio de Jesus, Roberto Araújo Silva, José Henrique Pereira dos Santos, Antônio Rodrigues dos Santos; Schwarzenbeck Brito da Costa
Representação legal: Schwarzenbeck Brito da Costa (OAB/SE 3091), representando Roberto Araujo Silva, Jose Sílvio de Jesus, Antonio Rodrigues dos Santos e município de Poço Redondo/SE

Em 21 de março de 2019.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de 2ª Câmara, de 26/03/2019, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

001.554/2014-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Carolina Batistão de Souza
Responsável: Carolina Batistão de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Wenceslau Braz/PR
Representação legal: Carolina Batistão de Souza (OAB/PR 49.023)

002.397/2019-6
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Luiz dos Santos; Dirney Soares Barbosa; Ecio de Oliveira Silva; Fernando Osorio Carneiro; Luiz Carlos da Silva; Valdecy Ladeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.403/2019-6
Natureza: Reforma
Interessados: Jader Cardoso da Silva; Jose dos Anjos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.482/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Kamila Fernanda Ferreira da Cunha Queiroz

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

002.512/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anelise Maria Fonseca Pinheiro; Carlos Marcio Melo de Matos; Carolina de Souza Santos; Henrique de Alencar Gomes; Igor de Sousa Furtado; José Carlos Martins Coelho Júnior; Márlon Vieira Rodrigues; Pedro Francisco Sobrinho; Renata Rodrigues Rosa; Vanessa Tavares de Oliveira Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.588/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deborah Silva do Monte; Saulo Euclides Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

002.659/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Nascimento Prestes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs
Representação legal: não há

003.042/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antonio Wagner de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.058/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Gisele Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.156/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Ariel de Lima; Leonardo Wagner de Sousa Menezes; Nuzia Roberta Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

003.472/2015-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dirce Martins de Souza; Maria Aparecida de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.903/2019-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aurea da Silva Mello; Cecilia das Graças Mattos; Cenyra Augusta de Almeida; Conceiçao de Maria Tavares Luz; Daisy Moreira Pinheiro Vargas; Djanira Rodrigues Correia; Francisca Dantas Pontes; Magali D Avila Orrico; Manoela Trindade de Souza; Maria Magdalena Maciel França; Maria dos Remedio Feques Ferreira; Marli D Avila Rondeau; Marly Cardoso de Pinho; Myrthes Marques de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.920/2019-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Clea Raposo Gonçalves de Melo; Doralice do Aragao Barbosa; Leonor Ferreira de Almeida; Maria Arlete de Araujo; Maria Josefa da Conceiçao de Sousa; Maria da Penha Moraes Calado; Nadete Alves da Silva; Tereza Xavier de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar
Representação legal: não há

003.990/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Helena Oberdá; Neusa dos Santos Vitelli; Odília Oberdá
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.015/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Garcia dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

004.124/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anna Cagnette Espindola
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

004.135/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Edvaldo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

004.153/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gizelda Carneiro Arnaud; Maria Stela Ramos de Vasconcellos; Maria Stela Ramos de Vasconcellos; Maria do Carmo Almeida Ramondot; Miriam Accioly de Lima e Moura; Vinicius Ramos de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

004.167/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Alexandrina Soares Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

004.250/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ildelfonso Manoel da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.254/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto da Costa Dias; Ivan Mendes de Vasconcellos; Maria Clara de Mattos Campos; Reynaldo de Souza Motta; Satossi Abe
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

004.321/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flora Frazao de Almeida; Laurinda de Sa Amorim; Maria da Glîria Maia Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação-geral dos Extíntos Territórios
Representação legal: não há

004.349/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Domingues; Andre Komljan
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.385/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luzia Brandão Coelho; Sebastião Jair Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

004.389/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcimar Chaves Melo; Antonio Conrado da Silva Filho; Berenice Eliza Johnson Silva; Edite Nogueira Costa; Francisca Delino; Francisca Francinete dos Santos Perdigão; Francisco Onofre Matias; Francisco das Chagas Teixeira; Ines Fontanella Fachinello; Ivan Benaduce Musa; Jovanice Rodrigues Alves; Justo Nelson Araujo Escudero; Manoel Rodrigues da Silva Filho; Maria Idalina da Silva Souza; Raimunda Pereira da Silva; Raymundo Nonnato de Castro; Valmir de Miranda Vitorino; Zenildo Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
Representação legal: não há

004.445/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Delfino Coelho Miranda; Eliete Luiza Bispo Lamego
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

004.459/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anadir Rosa Pires; José dos Anjos da Paixão; Nélida Antonia Schmid de Fornés
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

004.473/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Jose Pessoa; Wagner Wanderlei Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.479/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pushkar Singh Bora
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

004.514/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Bayer Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.515/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Joao Harger; João José Haberbeck Fagundes; Lucia Helena Correa Lenzi; Luiz Henrique Vieira; Manoel Jose Santos; Mara Cloraci Arruda de Paiva; Odair Jorge Felisberto; Osmar Lucas Sagaz; Silvana Mélo de Oliveira; Valdir Carvalho; Vilmar Antonio da Silva; Walter de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.517/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jones Schirmer; Jones Schirmer; Jose Onelio Fuzel Bianchim; Jose Pereira de Souza; Jose Pereira de Souza; João Pedro da Silva Rocha; João Pedro da Silva Rocha; Nara Rejane Zamberlan dos Santos; Norberto Correa; Odino Lima da Fonseca; Plinio Niederauer Petri dos Santos; Plinio Niederauer Petri dos Santos; Rubem Pereira dos Santos; Valnita Londero
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

004.552/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Irene Marques de Lima; João Batista Correa; João Gilberto Maksoud
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.561/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo Vieira Neto; Benjamin Octavio Dantas Leite; Demostenes Araujo Cavalcanti; José Rosalvo Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

004.565/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Genilda Pinto de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do Inss - Maceió/AL - Inss/mps
Representação legal: não há

004.591/2019-4
Natureza: Reforma
Interessado: Sued Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas
Representação legal: não há

004.883/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marco Bensusan Veiga Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

004.885/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adair Branco; Lauro de Costa; Luiz Domingos Breda
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

004.914/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Glauco da Cruz Canevari
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

004.950/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maira Lautert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

004.973/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariane Cristina da Costa; Genuino Teixeira Dias; Guilherme Lopes da Silva Cherin; Jasom Alcantara Arcanjo; Joisney Silva Teixeira; Juliano Duarte Oliveira; Maria Aparecida Costa de Morais; Wender Barbosa Guilherme

Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da Ect em Minas Gerais - Dr/MG
Representação legal: não há

004.979/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Joanna de Cassia Rodrigues Valadares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - Mec
Representação legal: não há

010.740/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Abilio Kac
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

016.998/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Waucilon Carvalho Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional - ME
Representação legal: Lincoln Magalhaes da Rocha (24.089/OAB-DF) e outros, representando Waucilon Carvalho Sousa; Adriane de Mattos Faria, representando Secretaria Nacional de Esporte Educacional - ME

018.773/2009-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abilio Azambuja Rodrigues Filho; Adnaldo Paulo Cardoso; Cibelle Lana Forneas Lima; Claudia Rizzo; Eduardo Batista Candido; Joicy Pimentel Ferreira; João de Paula Lima Neto; Lavinia Pimentel Miranda; Lourenco de Lima Peixoto; Marcela Guimaraes Lacerda; Marcelo de Souza Tavares; Marcio Rimet Nobre; Mariane Patricia Madeira Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

019.086/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto de Pesquisa e Ação Modular-Ipam; Liane Maria Muhlenberg
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

001.323/2006-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Acao Empreendimentos e Servicos Ltd - Me; Adriana da Silva Cardoso; Aj Servicos de Mao de Obra Eireli; Aurimar Construcoes e Servicos Ltda; Cm-conservadora Mundial Ltda; Condor-administração de Serviços Ltda; Conecta Servicos Terceirizados Eireli; Construtora Solares Ltda; Control Service Ltda; Crr Construcoes e Servicos Ltda; Daniel Carvalho Leite; Elba de Moura Alves; Francisco Alberto de Oliveira Soares; Francisco Luiz de Oliveira; Gel - Comércio e Serviços Ltda; Higiene Cons e Limpeza Ltda; Jorge Luiz de Medeiros; Jose Ricardo Lagreca de Sales Cabral; José Ivonildo do Rêgo; Jozana do Rosario de Moura Caetano; L&m Serviços e Conservação de Bens Ltda; Lasev Conservacao de Imoveis e Servicos Ltda; Luiz Pedro de Araujo; Marino Eugenio de Almeida; Marli Alves Bezerra Gabriel; Masp Locacao de Mao de Obra Ltda; Mult Service Construcoes e Servicos Ltda; Myrna Albuquerque Fonseca; S.g.p. Servicos Gerais Personalizados Ltda - Me; Soll -servicos Obras e Locacoes Ltda; Solução Serviços Comércio e Construção Ltda; Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Servicos Eireli; Sílvio Noronha de Melo; Taler Service - Recursos Humanos e Servicos Ltda; Tc3 Terceirizacao de Servicos Meios Ltda; Teclimp Comércio e Representações Ltda; Tgs-tecno Global Service Ltda; Tress Tercerizacao e Locacao de Mao de Obras Eireli; Uniserv - Empreendimentose Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: Fábio José de Vasconcelos Uchoa (OAB/RN 3.827) e outros, representando Construtora Solares Ltda; Evelin Lisboa de Carvalho (OAB/DF 36535) e outros, representando Mult Service Construcoes e Servicos Ltda; Romero Tavares Souto Maior (OAB/RN 1452) e outros, representando Conecta Servicos Terceirizados Eireli; Carlos Eduardo Ramos Barros (OAB/PE 24468D) e outros, representando Elba de Moura Alves; Marius Bezerra Pereira (OAB/RJ 200857) e outros, representando Cm-conservadora Mundial Ltda; Fabiano Falcão de Andrade Filho (OAB/RN 4030), representando Marli Alves Bezerra Gabriel; Alberto Affonso Ferreira Marques da Trindade (OAB/PE 24422D) e outros, representando Elba de Moura Alves e Marino Eugenio de Almeida; Carlos Joilson Vieira (OAB/RN 1966) e outros, representando Condor-administração de Serviços Ltda; Gustavo Arthur Coelho Lobo de Carvalho (OAB/DF 15.641) e outros, representando Solução Serviços Comércio e Construção Ltda; Thiago Pontes Torres (OAB/RN 4867), representando Aurimar Construcoes e Servicos Ltda; Fernando Ramos de Vasconcelos Filho (OAB/PE11182E) e outros, representando Aj Servicos de Mao de Obra Eireli; Francisco de Melo Antunes (OAB/PE 26218) e outros, representando Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Servicos Eireli

001.517/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Eduardo Coelho da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

002.457/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agrinaldo Jacinto do Nascimento Junior; Charlys Emanuel da Silva Rezende; Julwaity Quaresma Cardoso Pimentel Neto; Luciana Ceschin; Monica Luciana da Silva Pereira; Pablo Diniz Batista; Pedro de Barros Leal Pinheiro Marino; Ronaldo Sergio Chacon Camargos; Sergio Magno Carvalho de Souza; Thiago Viana de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

002.874/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Leoncio Soares; Eliane Rosa Gomes; Gloria Priscila Nunes Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.122/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Carla de Azevedo Borba; Cyneraylly Leba Saraiva Bessa; Elizabete Rodrigues Gurgel dos Santos; Marcela de Melo Germano da Silva Jankovic; Raissa Cainny Goncalves Ferreira; Raphael Raniere de Oliveira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.913/2019-8
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aberinea Vieira da Silva; Darclee de Oliveira Santos; Elgita Ferreira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

004.043/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Isaura Correa Pereira; Judite Ramos Pereira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - Varginha/MG - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.150/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Virgina Silva Neri
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

004.309/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joana Angelica Bomfim Araponga
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Salvador/BA
Representação legal: não há

004.318/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Manoel Eugênio Neto; Maria José de Magalhães Ferreira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Bauru/SP
Representação legal: não há

004.417/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valter Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.422/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aecio da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

004.441/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria da Conceição Ferreira Barros; Regina Coeli Rodrigues Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

004.446/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lidia Aparecida de Oliveira Bueno
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

004.550/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fabio Fernando do Amaral e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.556/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Kousaburo Ohara
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.575/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Alexandre Carneiro Valença
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
Representação legal: não há

004.600/2019-3
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Nery Varela; Armando Correa dos Santos; Cassio Aparecido Mariano Silva; Gilberto Farias; Josué Ferreira Barbosa; Josué Ferreira Barbosa; José Batista de Andrade; Manoel de Souza; Marco Antonio Ferreira Caixeta; Mário Nunes de Medeiros; Osvaldo Anacleto da Paz; Pedro Brasiliense dos Santos Filho; Pedro Brasiliense dos Santos Filho; Vivaldo Alves; Wilson Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Representação legal: não há

004.764/2019-6
Natureza: Representação
Representante: Zignet Soluções de Pagamentos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Trânsito
Representação legal: não há

004.834/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adson Oliveira Boa Morte
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais
Representação legal: não há

004.876/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Cassiano Alves dos Santos; Lucas Danziger Guimaraes de Andrade; Natalicio Santos Bastos; Roberta Diniz Mayrink de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

004.888/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcus Vinicius Santana Poletti
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Representação legal: não há

004.908/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Adriangela Guimaraes de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

004.921/2016-0
Natureza: Representação
Representação: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

004.933/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Augusto Gomes Yoshida
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

010.450/1997-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonio Carlos de Miranda Milet; Edison Raposo Nogueira; Luiz Eduardo Conde; Omar da Silveira Filho; Prodestec Projetos e Desenvolvimento Tecnico Ltda; Roberto Hempel; Roberto Teixeira; Álvaro Martins Bisnetto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

012.412/2018-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Darci Mitsuo Inoue & Cia Ltda - ME; Darci Mitsuo Inoue; Tomiko Nakao Inoue
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Marcos Daniel Custodio Jorge (310.475/OAB-SP) e outros, representando Darci Mitsuo Inoue & Cia Ltda - ME, Darci Mitsuo Inoue e Tomiko Nakao Inoue

039.352/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Mundial Serviços Construções e Metalúrgica Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S/A
Representação legal: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.944/2011-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira de Araujo; Ana Claudia de Oliveira Santa Rosa; Ana Lucilia Batista Santos; Aparecida Alcione Souza do Nascimento; Celia dos Santos Canella; Edna da Paz da Silva; Espedita Maria de Souza Araujo; Francisca Maria Pereira; Giselly Moreira; Hilda Pinto dos Santos; Joao Campos Motta; Juracy Ramos de Oliveira; Maria da Gloria Batista Santos; Maria da Paz da Silva; Marilza Campos Motta; Patricia Leoni Souza do Nascimento; Rosana de Oliveirasanta Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Wagner Silva Sa (37.340/OAB-BA) e outros

001.616/2010-2
Natureza: Representação
Representante: Presidente da Câmara Municipal de Guaxupé/MG, Jorge Batista Bento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guaxupé/MG
Responsáveis: Diego Toledo de Abreu Andrade; Nesmar Aparecida Brazão Guerini; Roberto Luciano Vieira
Representação legal: Ualisson da Silva Martins (OAB/MG 22882), Maria Andréia Lemos (OAB/MG 98.421) e outros

002.378/2019-1
Natureza: Reforma
Interessados: Diominio Silva Rocha; Paulo Luiz Moreira; Vicente Batista de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

002.469/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jaciara Andrade Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

002.566/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Glauber da Silva; Elistenio Gomes Damasceno; Nayranne Hivina Carvalho Tavares; Thiago da Silva Andre
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

002.644/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mara Aparecida Pereira de Avila; Sanderson Lucas Menezes Barra; Welisson Michael Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.941/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Leite Vasconcelos; Paula Michele dos Santos Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

003.964/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adelaide Targa Américo; Alvidia Souza de Oliveira; Carla Cristina Esteves Martins; Elza Pinto de Andrade; Emilia Almeida da Silva; Emilia Nascimento Santos; Halita Joaquina Pires Martinho; Josefa Maria Silva de Paiva; Luzia Alves dos Santos; Maria Francisca Sinfronio; Maria da Gloria Blasio de Mello; Maria de Lourdes Santos Castelhano; Naltiva Caciano Pereira; Perpétua Laune dos Santos; Rita de Souza Lima; Sandra Fernandes; Thereza Barbosa Alves; Thereza Gross Krepker; Wanda Leite Paixao; Yolanda Nogueira dos Santos; Zulmira Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.970/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alfa Andrade de Assis; Caetana Marques Monteiro; Edevaldina Maria do Nascimento; Iracy Rodrigues Tavares; Lea Marques; Maria de Lourdes Pereira da Silva; Nercy Lopes da Cruz; Neusa Ribeiro dos Santos; Paulo Fernandes Brito de Sousa; Sebastiana Vieira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

004.012/2019-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Lenyr Canavarros de França
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

004.021/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aidil Barreiros Alvim; Jandira Maria Lima Duque Estrada da Costa; Palmyra Guimaraes; Palmyra Guimaraes; Zeny Furtado Jorge
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.034/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ondina Menescal de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Araçatuba/SP - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.059/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Sebastiana Maria de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.074/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Silas Antonio de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

004.129/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria José Celestino
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

004.152/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Idalia Maues da Cunha Coimbra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

004.188/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ridete Pessoa de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS
Representação legal: não há

004.243/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA
Representação legal: não há

004.244/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edmilson Vicente de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

004.261/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastiao Fernandes da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete de Segurança Institucional
Representação legal: não há

004.268/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luciano Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Criciúma/SC
Representação legal: não há

004.326/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria de Lourdes Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Contagem/MG
Representação legal: não há

004.350/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio de Padua Furquim Bonatelli
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.396/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Walter Nonato de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.430/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Luis Sales dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Representação legal: não há

004.434/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valerio Pereira de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

004.435/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Atanasio Martins da Silva; Daylton Santos Sacramento; Reginaldo Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

004.439/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Hugo de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (em Liquidação) - MI
Representação legal: não há

004.449/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Barreto Arruda; Edilene Teotonio Fonseca; Giselia Teixeira de Carvalho; Juvenal Roberto de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Representação legal: não há

004.492/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Darcy Marcelino de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.506/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Jose dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.509/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Pessoa Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

004.524/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Demostenes de Borba; Antonio Orlando Ribeiro; Otacilio Gonçalves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

004.568/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Guilherme de Novais Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB
Representação legal: não há

004.611/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marisa Pignataro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

004.617/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos de Oliveira Ferreira; Thiago Pacife de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

004.851/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Joao Paulo Fernandes Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT em Tocantins
Representação legal: não há

004.868/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anderson Jose Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.912/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raphael Marco Oliveira Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

004.966/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Malcon Costa Bomfim
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio de Janeiro
Representação legal: não há

005.581/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Heitor Katsumi Miura (Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis - SP)
Órgão/Entidade/Unidade: Delegacia da Receita Federal em Araçatuba/SP
Representação legal: não há

025.736/2017-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias; Celso de Oliveira e Sousa Neto; Getulio Vargas de Moraes Oliveira; Humberto Adjuto Ulhoa; Julião Ambrósio de Aquino; Leonardo Emílio Salviano da Costa; Mário Machado Vieira Netto; Rafael Arcanjo Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

027.336/2017-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Ailton Lopes dos Santos Junior; Ana Cristina Silva Mendes; André Luiz de Andrade Pozeti; Breno Antônio Sirugi Gasparoto; Divanir Marcelo de Pieri; Felipe Oliveira Biato; Flavio Alexandre Martins Bertin; José Antonio Bezerra Filho; Leo Monteiro Costa e Silva; Lidio Modesto da Silva Filho; Luiz Ferreira da Silva; Marcos Faleiros da Silva; Maria Aparecida Ribeiro; Maria Helena Gargaglione Povoas; Nilza Maria Possas de Carvalho; Patricia Ceni dos Santos; Paulo Cezar Alves Sodré; Pedro Sakamoto; Ricardo Gomes de Almeida; Roberto Luis Luchi Demo; Rodrigo Roberto Curvo; Tânia Yoshida Oliveira; Valmir Nascimento Milomem Santos; Yale Sabo Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso
Representação legal: não há

031.055/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito de Araujo Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

033.461/2018-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2017
Responsáveis: Cibele Quadrado de Moraes; Gilvan Silva Pereira Ramos; Marco Aurelio Willman Saar de Carvalho; Maria Regina Machado Guimaraes; Marysol Bertolin Damasceno; Pedro Luis Vicentin Foltran; Rafael Alves Bellinello; Vania Melo Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

002.492/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natasha Malveira Costa Valentim e Ricardo Francisco Brocenschi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

002.604/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia Maria de Oliveira e Sheron Ranielly Matos Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Roraima
Representação legal: não há

002.728/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denis Ribeiro Mauricio e Livia Adriana Honorio Francisco Ad Vincula
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.734/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andesson Brito Nascimento e Pedro Augusto Cordeiro Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

002.799/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Ronaldo do Nascimento Filho; Hellen Maria de Oliveira Lopes e Thiago Nascimento Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

002.864/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Oliveira da Silva; Carlos Eduardo Dias Ribeiro; Farlei Ferreira Silva e Fernanda Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.903/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa de Sousa Silva Silveira e Victor Henrique Rodrigues de Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

003.146/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Gisele Ramos dos Santos; Daniel Santana de Souza; Eveline Rosa Peres; Josias Diego Martins; Luis Ricardo Moretto Tusnski; Marcos Fernandes Steimbruch; Maria Angela Reis dos Santos; Renato Hartwig Neuenfeld; Ricardo Radaelli Meira e Wemerson de Castro Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

003.977/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Therezinha Felix Gayano e Wilma Conceição de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

004.100/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Neuza Leopoldino Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

004.230/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Pinto de Souza e Francisco Aldair de Lima Taveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
Representação legal: não há

004.273/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Evandro Franco Parente e Francisco Pereira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há

004.316/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aparecida Seres dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS/Piracicaba/SP
Representação legal: não há

004.345/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jadili Tonon Raasch
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Colatina
Representação legal: não há

004.353/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Barbara Roza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

004.374/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Lourenco de Oliveira; Paulo Roberto Alves de Oliveira; Raimundo Mourao Carlos; Raimundo Ribeiro Lopes; Raimundo Ribeiro Lopes e Rui Tiburcio Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

004.460/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Bernardes; Julio Cesar da Silva Portela; Paulo Cesar Belmiro e Wildisney Luiz Alonso de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

004.523/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rozilene Assis da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.942/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sapucaia do Sul/RS
Representação legal: não há

005.372/2018-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Patrício Mendes dos Santos
Representação legal: Mariana Pereira Gonçalo de Sousa (OAB/MA 11.280) e outros, representando Patrício Mendes dos Santos

015.047/2017-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Cooperativa Agrícola Butiá Ltda.; Eugenio Tiago Rauber e Luis Blasio Wammes
Representação legal: Protásio José Hilgert (OAB/RS 60.761), representando Luis Blasio Wammes

016.941/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Lucio Bomtempo Engenharia/Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jataí/GO
Representação legal: não há

025.755/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Responsáveis: Fundação Israel Pinheiro, Ione Pimentel Caldas, Magda Pires de Oliveira e Silva e Israel Pinheiro Filho
Representação legal: Júlio Cézar Mourão Almeida (OAB/MG 104.607) e outros representando Israel Pinheiro Filho; Henrique César Mourão (OAB/MG 32.340) e outros representando a Fundação Israel Pinheiro

027.652/2018-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Responsável: Sergio Moura
Representação legal: Mariana Pereira Gonçalo de Sousa (OAB-MA 11.280) e outros, representando Sergio Moura

034.254/2018-8
Natureza: Representação
Recorrente: Intertek do Brasil Inspeções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Joao Eudes Ferreira Filho (OAB-RN 6405), representando Intertek do Brasil Inspeções Ltda.; Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB-RJ 130.645) e outros, representando Petrobrás

Ministro VITAL DO RÊGO

009.778/2005-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fundação Universidade Federal do Maranhão; Olga Salomao da Silva; Olga Salomao da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

019.101/2009-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Carlos Augusto de Abreu Vivas; Cosme Jose Salles; Lucio Henrique Bandeira; Paulo Fernando Rodrigues de Souza; Sheila da Silva Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio de Janeiro; Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Itaboraí/RJ; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu/RJ; Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ; Prefeitura Municipal de Rio Claro/RJ; Prefeitura

Municipal de São Gonçalo/RJ; Prefeitura Municipal de Seropédica/RJ; Prefeitura Municipal de Tanguá/RJ; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Wanessa Martinez Vargas (OAB/RJ 168.812), Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072), Nilza Maria Izolani e Oliveira, Antonio Luiz Soares da Silva (OAB/RJ 179.750) e outros

019.507/2014-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Responsáveis: Arcelino Vieira Damasceno; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Cassio Arantes do Nascimento; Cezar Augusto Maranhão dos Santos; Dominique de Castro Oliveira; Júlio Cesar Barreto; Luiz Fabricio Vieira Neto; Rafael de Lima Chaves; Washington Clark dos Santos
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.358/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Garcia de Araujo; Altina Maria Pereira de Souza; Fabricio Jean Barros de Oliveira Neres; Fernanda Leite Dias; Gisselma Ferreira Reis; Glicia Maria Dias de Freitas; Hedhyelma Alves de Oliveira; Jaqueline Almeida de Andrade; Jorge Luiz Pullig Vilaça; Kizye Tavares da Conceição Evangelista
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Representação legal: não há

001.362/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ellen Sousa Gomes; Elson Pacheco de Souza; Etiene Vaz de Lima; Euriany Paiva de Almeida; George Everson Andrade dos Santos; Guilherme Pereira Barros; Jaqueline da Costa e Silva Veras; Jean Patrick da Costa Souza; Jefferson Castro Bastos; Josiane Bezerra Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

001.496/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Kleber Costa Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

001.504/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Marte Campos; Elziria de Aguiar Nunan; Geraldo Antonio de Oliveira; Ilda Zolini; José Francisco de Barros Junior; Ligia Maria Moreira de Campos; Maria Celina dos Santos Vieira; Maria Regina de Paula Mota; Maria das Dores Moreira; Mirli Monteiro de Castro Roza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.538/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adiene Guimara Mendonça de Souza Vieiralves; Francisca Najla da Silveira Paracat Santiago; Jonas Douglas Ferreira Oliveira; José Inima Peres; João Passos de Macedo; Maria Eugênia dos Santos Frazão; Maria Izamar Martins Frazão; Maria Luzia de Lima Barroso; Maria Rita de Araújo dos Santos; Maria de Lourdes Demétrio Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

001.558/2019-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Clara Lobato Monteiro; Brena Lobato Monteiro; Breno Lobato Monteiro; Bruna Lobato Monteiro; João Paulo Lobato Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama
Representação legal: não há

001.569/2019-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Lourdes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.595/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcel Rodrigo Cavallaro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.665/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvaldo Vieira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

001.676/2019-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Rodrigues de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

001.684/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Juventina de Moraes Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belém/PA
Representação legal: não há

001.694/2019-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Iry Maciel Antunes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: não há

001.711/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Esbela Oitaven Sestelo; Telma Melo Duarte Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

002.193/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Laisla Alves Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

002.209/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jessica de Lourdes Souza Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE/MG
Representação legal: não há

002.247/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Josiane do Couto Rodrigues; Jussia Carvalho da Silva Ventura
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

002.254/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amilton Araujo Junior; Bruna Moreira Camarotti da Cunha; Emanoel Victor de Oliveira; Maira Rodrigues de Oliveira; Maisa Damasceno Silva; Maria de Lourdes Bezerra de Medeiros; Marilia Alcoforado Domingues; Rodolfo Noronha Cavalcante; Rodrigo Silva Santos; Shayene Barbosa Monteiro Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.256/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Rabello; Glaucia Caroline Silva de Vasconcelos; Ilana Marques Moreira; Iury Souza Burlamaqui de Morais; Jamilly Verissimo Meira Teixeira; Joedson Alves Fonseca; Livia Lucas Lima; Mitsi Silva Moises; Sissi Monteiro da Silva; Vanessa do Nascimento Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.261/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Barbosa Pacheco de Matos; Edileuza dos Santos Lima; Glauciane Maria de Araujo Sarmento e Lopes; Guilherme Casale; Jerime Rego Soares; Jorge Luis Pereira da Silva; Jose Alex Rodrigues Lobato; Jose Carlos de Souza Coqueiro; Jose Roberto Bentes Capeloni; Mariana Louzada Prates
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.267/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ana Corina Brainer Amorim da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.276/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Eich Kuhnen; Adriana Rufino Moreira; Aecio de Miranda Breitbach; Henrique Hunger Moresco; Julia Estela Willrich Boell; Leandro Oliveira de Matos; Marilia Gabriela Petry; Queli Flach Anschau; Rafael Luis Boemo; Rodrigo Bragio Bonaldo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

002.383/2019-5
Natureza: Reforma
Interessados: Altamir Jose Wesz; Anderson Soares Carvalho; Joao Carlos Santos da Silva; Jorge Eonizio Souza da Silva; Jose Abraao Rodrigues Dutra; Jose Mario Rosa Lima; Luiz Ambros; Paulo Barboza de Santana; Valmir Lemos Barreira; Wolfran Menz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.387/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Ademar Alves Dorneles; Alcindo Lencina da Silva; Antonio Carlos Ramos; Antonio Rodrigues de Vargas; Darci Becker; Enedir Martins da Fonseca; Joao Sady Brasil Colpo; Natalicio Cabelleira; Pedro Ivo dos Santos Oliveira; Renato Dias da Costa Aita
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.419/2019-0
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Jeronimo da Silva; Francisco Moura Braga; Joao Rosevelt Machado Aguiar; Jose Vicente Gusmão; Pedro Alexandre de Lima; Ubiratan Lage Brandao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.438/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ailton Jose Barbosa; Alexandre Rodrigo Nishiwaki da Silva; Carine Ervolino de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alfenas
Representação legal: não há

002.507/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline Viana Gomes; Larisse Colares Meira; Marcelo Magalhaes Silva; Marcelo Oliveira Santos Lima; Maria Janaides Alves da Silva; Maria Leni Alves de Brito; Maria Lucilene Verçosa Pereira; Maria Raquel Lopes de Medeiros Araujo; Roselene Aparecida da Silva; Thiago Rego Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.537/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Pinheiro Rodrigues; Dener Toledo Mathias; Gabriela Dalcin Durante; Izack Ferreira dos Santos; Luciana Vieira Mattos; Vinicius Guedes Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

002.549/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Enzo Illa Font Arpini; Gabriel Pereira Lischt; Guilherme Oliveira da Rocha; Gustavo dos Santos da Silva; Igor Alberone Rios de Almeida; Julio Cesar de Azevedo Domingues; Marcus Vinicius Mesquita Galdino; Marllon Pereira Guedes; Valter dos Santos Teixeira Neto; Wallace Barbosa Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.625/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Rafaela Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

002.654/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Soares Ferreira; Hellen Cristini Santos Dourado; Jose Alberto Pereira Pires; Otto Mauro dos Santos Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

002.713/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Maculan; Cleidiane Lemes de Oliveira; Demetrius Gonçalves; Ederson dos Santos Ramalho; Estefania Paula da Silva; Giovanna Maria Emilioreli; Lazaro Santos Gil; Mayra Carvalho Albuquerque; Rosimeire Braganca; Veronica Bernardes de Souza Leo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.722/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Rodrigues Paduam; Jaqueline Marins Sousa; Jorge William de Carvalho Francisco; Luciane Gomes da Silva; Mariza Manuela Bispo Cortes; Millane Cardoso Medeiros; Patricia Sasse Paes de Almeida; Paula Medina Maciel Gomes Curi Bonotto; Renata Cristina Neves Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

002.740/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cleide Oliveira do Espirito Santo; Thais Andrade de Figueiredo Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará - UFPA
Representação legal: não há

002.772/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcus Vinicius Lima Arimatea Prado Santos; Ualace Roberto de Jesus Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

002.781/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Sartorio; Carla Thais de Lima Vieira; Clara Pinheiro Assaf Correa; Cristine Barros Freias; Daniela Barletta Ribeiro; Felipe Fragoso Lethier de Mello; Janaina Dias Vieira; Joyce da Silva Ferreira Barbosa; Marcia Terezinha Salles de Almeida; Maria Aparecida Medina dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

002.803/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gabriel Kushiyama Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.815/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luisa Bezerra Assunção; Danilo Cerqueira de Moraes; Pericles Luiz Picanco Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

002.827/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus de Souza Amaral; Priscila Hypolito da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

002.831/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Samara Pinheiro Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há

002.841/2019-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Bernardo Guimaraes Neto; Carlos Cesar Aparecido Eguti; Cassiano Terra Rodrigues; Eduardo Lenz Cesar; Izabela Batista Henriques; Kahl Dick Zilnyk; Leandro Rodrigues Cunha; Leonardo Henrique Gouvea; Marcos Ricardo Omena de Albuquerque Maximo; Tiago Barbosa de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.897/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leila Lobato Graef
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

002.914/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Mara da Silva Alves; Carina Martins Acosta; Emilson Maia Filho; Grasiela Popper; Joice Adinete Ramos; Jose Vanderlei Fontes dos Santos; Mariana Lanzoni Campos; Marina Miranda Felismino; Rafael Matias de Lira; Rennan Oliveira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

002.973/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allinson Padilha Reis; Bruno Igor Benicio Costa; Rita Rejane da Rosa Cabistany
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

003.062/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Borges Laurindo de Azevedo; Gustavo Merker Zozimo; Kelly Cristine Orlandi; Leticia Aparecida Marincolo Domenis; Marcia da Piedade Moutinho Gomes; Patricia da Costa Carlos; Rafael Rodrigues da Costa; Rafaela Sant Ana Mesquita; Raphaela Modesto Mota; Victor Maselli Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde - MS
Representação legal: não há

003.091/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Felipe Souza da Cruz; Ashish Mishra; Felipe Andre da Costa Brito; Filipe Menezes Soares; Franciane da Silva e Silva; Lucas Rodrigues Vieira; Ricardo Theophilo Folhes; Ronald de Oliveira Cardoso; Rosa Beatriz Monteiro Souza; Roseli Pacheco Schnetzler
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará - UFPA
Representação legal: não há

003.106/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Leia Aparecida Veiga; Naomi Anaue Burda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há

003.112/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Analice Longaray Teixeira Pontim; Caio Ramos da Silva; Camila Fockink; Carolina Michel Konrath; Denise de Abreu Sofiatti Dalmarco; Manoel Henrique Alves; Natalia Borges Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Representação legal: não há

003.115/2019-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina da Silva Borges; Elaine Cristina Lengowski; Emilio Cesar Martins Pereira; Felipe Resende Oliveira; Julia Teixeira de Paula; Margani Cadore Weis Maia; Pedro Marques Ferreira; Rafael Igor Abreu Monteiro; Thiago Correa Borges; Vanina Danuza Toso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT
Representação legal: não há

003.140/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brunna Nunes Ribeiro de Castro; Deuzely Cordeiro do Prado; Edson Silva de Lima; Larissa Alves Diniz; Larissa Silveira e Silva; Luis Henrique Silva Storti; Maria Carolline Costa Carneiro; Nivaldo Vieira Nascimento; Thiago Leite Beaini; Thiago Vasconcelos Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Representação legal: não há

003.759/2019-9
Natureza: Representação
Representante: Trivale Administração Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado do Pará
Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870)

003.991/2019-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Josefina Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Aracaju/SE - Inss/MPS
Representação legal: não há

004.050/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Marcionila de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Representação legal: não há

004.079/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raimundo Ramiro Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Representação legal: não há

004.231/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Lídia Gomes Xavier; Sebastião Francisco de Andrade; Valmir Rocha Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: antigo Ministério da Fazenda - MF (atual Ministério da Economia)
Representação legal: não há

004.323/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Doris Pires dos Anjos Souto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - Barbacena/MG - Inss/MPS
Representação legal: não há

004.455/2019-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bianor Monteiro Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Representação legal: não há

004.462/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alvair Pinto de Almeida; Antonio Carlos Soares; Antonio Carlos Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Representação legal: não há

004.480/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sonia Regina Rossi Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Representação legal: não há

004.597/2019-2
Natureza: Reforma
Interessados: Helenio Furtado do Amaral; Petronio Dantas Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

024.211/2018-4
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Clauria de Paula Schultz; Daisy Lucia Rocha; Eroi Aires Coelho; Maria Julia de Abreu Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

027.628/2015-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal da Lagoa - HFL; Hospital Federal dos Servidores do Estado - HFSE; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

029.150/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de São José do Belmonte/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José do Belmonte/PE
Representação legal: não há

029.271/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Auraceli de Oliveira Barros; Beatriz Bauer Barreto; Dolores de Oliveira Barros; Glaucia de Oliveira Barros; Josefina Belem de Castro Crispim; Maria Aparecida Lopes Norberto; Marilene Luisa Lopes Norberto da Silva; Mariza de Oliveira Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.413/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra; Renato Araújo de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra
Representação legal: Lucca Fernandes Albuquerque (OAB/AM 11.712)

033.962/2018-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Ana Paula Gomes dos Santos; Catia Cilene Gomes dos Santos; Jane Musser Lima de Araujo; Janete Musser Lima Alves; Josefa Rodrigues de Carvalho; Marlene Rosa da Silva; Tereza Campos de Lima; Wanda Conceição Corrocino Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

033.963/2018-5
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Ana Maria Andrade Torrão; Heloisa Helena Ferreira de Oliveira; Maria Lusenice da Silva Caldas; Maria da Graça Silva; Marilene da Silva; Marina Werneck de Souza Freitas; Marli da Silva; Merenciana da Silva; Monica Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

034.567/2018-6
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Adelina Talar; Adriana Anzoategui; Ana Maria Sales de Almeida; Eva Suter de Paula; Katia Veronica Kazmierski Morakami; Maria Aparecida Franco; Maria de Lourdes Muller Pedrosa; Roseli Anzoategui; Teresa Anzoategui; Vilma Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

035.834/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Julia Alves Otavio; Lizete Maria da Silva Santos; Maria do Socorro Sousa Barros Miguel; Maura de Souza Pacheco Batalha; Miriam Serafim da Cruz; Tulo Hostilio de Oliveira; Vera Lucia da Costa Barbosa; Zildete Tavares Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

036.032/2016-6
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chorozinho/CE
Representação legal: não há

036.616/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Andre Pereira Vieira Junior; Andrea Coutinho Bozzetti; Andrielle de Freitas Vieira; Joao Carlos Avila da Silva; Lindomar Teixeira Pretz; Maria da Graça Machado Alberto; Mariele Goncalves da Silva; Marly Gomes Borgese
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

038.564/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Anezia Pinheiro Noronha; Idenyr Onofre de Souza; Joao Victor Dourado Achinelis Rosa; Juracy Correa Magalhaes; Leila Maria Alves Correa; Maria Inez Setubal de Magalhaes; Maria Jose Dias Torres; Maria de Fatima Borges da Fonseca Japiassu; Marly Fonseca de Gusmão Cacella; Simone da Silva Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

039.093/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Lucia Borges de Lima; Anair Piccin Pegoraro; Dalva Maria dos Santos Bitencourt; Debora Karam Galarza; Manuela Esther Viera Emygdio; Mara Maria Galarza Rosa; Maria Luiza Borges de Lima; Maria de Fatima Lima de Araujo; Miriam Karam Galarza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

039.106/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Adriana de Oliveira Cavalheiro; Claudia Elisa Araujo Rodrigues; Claudia Liliane Kern; Jacqueline Vender Wbatuba da Silva; Maria Ines Duarte; Tatiane Soares Lazzarin
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

039.113/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Cacilda Eugenia Martuscelli Moraes; Celma Goncalves dos Santos; Clara da Cunha Lopes; Clarice da Cunha Ibiapina; Claudete da Cunha Duarte; Izabel Cristina Goncalves Rocha dos Santos; Leticia Martuscelli Moraes; Marcia Goncalves Jose; Maria Claret Lemos de Faria Silva; Maria Cristina Lemos de Faria; Maria Imaculada Lemos de Faria Silva; Maria Lucia Lemos de Faria Leite; Maria Luiza Lemos de Aguiar; Maria das Graças Lemos de Faria; Silvia Gomes Motta; Vania Martuscelli Moraes Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

039.270/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ignácia Luzia Ferreira Miranda; Mailde Mota da Silva; Maria do Carmo Neves Bittencourt de Sá; Maria do Carmo dos Santos Souza; Samantha Rosário
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

041.238/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Cristina Soares Pereira; Andrea Chevriet Navarro; Angela Maria Magalhaes Navarro; Beatriz Lopes da Silva Amaral; Claudia Maria Soares Pereira; Claudineia Pereira Santos de Oliveira; Flora Fonseca Almeida; Gleice Chevriet Navarro; Helena Lopes da Silva Amaral; Katia Soares Pereira dos Santos; Maria Helena Xavier Moreira; Rosangela Almeida Ribeiro; Rosemary Fonseca Almeida Gomes; Sonia Maria Fonseca Almeida; Vilma Maria de Almeida Machado; Virginia Lopes da Silva Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

041.578/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Pedro Hermeto Ribeiro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

041.777/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Elzira Gonçalves Marinho; Vera Lucia Lopes Norte; Zulmira Raffide Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

041.824/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Dolires Rodrigues da Costa; Lucia Aquino de Souza Cid; Mary Leia Petermann Gonçalves; Sonia Aquino de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

041.825/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Alzira Rohregger Lenz; Edna Rodrigues Pereira; Eurydice Luz da Gama Lobo D'eça; Lea Maria Macuco Capella; Magali Rodrigues Pereira; Silvia Luchtenberg; Valeria Maria Kravchychyn
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

041.830/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Fernades Dielle; Ana Maria Matos Araujo; Andrea Botelho de Abreu; Camila Marcelina Fernandes Dielle; Cristina Celia Queiroz Soares; Eliane Cristina B. de Abreu; Fabiana Andreia Fernandes D. Barros de Oliveira; Iria Amaral de Carvalho; Isabel Cristina Fernandes Dielle; Laura Gomes de Oliveira Silva; Leda Cláudia Botelho de Abreu; Lucia Regina Soares Torquato; Marcia Cristina M. T. Coelho; Maria Ligia do Amaral Cláudio; Maria Manoel dos Santos; Maria Regina Lopes Fraga; Marilene Murcia T. Rezende; Marucia Daniel dos Santos; Marucia dos Santos Lins; Maurizia dos Santos Soares; Mauro dos Santos Mattos; Maury dos Santos Aranda; Mercia Manoel dos S. Valadares Teixeira; Nubia Moreira Matos; Regina Helena M. T. Amato; Ruth Matos Araujo; Sonia Cristina M. T. C. Leal; Sonia do Amaral; Sylvia Freire Mendonca; Vera Lúcia Botelho de Abreu; Virginia Lucia Fernandes Dielle
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

042.129/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Abilio Carvalho Pereira; Alexandre Jose de Lima; Danielle da Silva Rocha; Eduardo de Araujo Trindade; Israel Santa Rita Lima; Jose Carlos Blaschek; Julio Cesar Casagrande; Leandro Rezende Paiva Nobre; Ruy Alves de Franca Filho; Welligton Ricardo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

042.133/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Oliveira de Santana; Benedito Linor de Queiroz; Gilson Rosa da Silva; Helio Soares Nunes; Lino Cavalheiro; Odene Teixeira Gomes; Paulo Martins; Ubirajara da Rocha Galvão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

042.140/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Modesto da Cunha; Colombiano Camara Santos; Geraldo Edison Ormenese; Jorge Salles Bezerra Filho; Jose Andrade de Lucena; Jose Herivaldo Pereira Santiago; Jose da Silva; Raymundo Souto Dominguez Filho; Sebastiao Claudio Ferreira; Zander Mendes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

042.145/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Camillo Fidalgo; Expedito Soares de Siqueira; Gabriel Pereira da Cunha; Gilson Pessoa Brandao; Hermes Eduardo Moreira; Jorge de Oliveira; Luiz Gonzaga Rodrigues da Costa; Manuel Batista de Menezes; Manuel Medeiros Duarte; Marcio Jesus Salustiano
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

042.148/2018-9
Natureza: Reforma
Interessados: Alvaro Americo Pereira; Emerson Magalhaes Brasileiro; Guilherme Velasquez Justiniano; Helio Hermano Almeida de Bustamante; Jorge Faria Cesario; Josias Nascimento Silva; Raimundo Airton Queiroz; Reginaldo Sodre de Lima; Roque Pinto de Barros Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

042.171/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Alcino Braga Nunes; Amilcar Storino Correa Pinto; Antonio Carlos Dias; Basilio Ferreira de Melo; Benedito Moraes da Silva; Benedito da Conceição Maciel; Francisco Xavier Filho; Herbert Paixão da Silva; Jose Newton Miranda do Nascimento; Julio Cesar Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.174/2018-0
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Rodrigues Soares; Eliezer Sousa Costa; Francisco Marques Lima; Joao Bosco Virissimo dos Santos; Jose Lindomar Lima da Luz; Manoel Divino Bandeira da Silva; Moises Nunes Goncalves Neto; Nivaldo Rodrigues; Osvaldo Alves Martins; Zacarias Brito Sarmento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.364/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Antonio Scarino de Oliveira; Carlos Roberto da Silva; Carlos de Souza Filho; Edivaldo Ramalho; Joao Batista Nunes da Costa; Jose Medeiros Junior; Levi Alves de Azevedo; Luzianir Gonçalves Veiga; Paulo Cesar de Paula; Paulo Roberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.375/2018-5
Natureza: Reforma
Interessados: Armando Novello Junior; Ary de Oliveira Borges; Augusto de Oliveira Figini; Evaldo Lemos Eggres; Joao Alberto Baumgarten; Joao Oliva Siqueira Vicente; Joaquim Dinarte Bernardo; Jorge Rohr; Raimundo Nonato Trindade; Renato Luiz Marks
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.377/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Adão Alvoir Rodrigues; Carlos Alcione Almeida Kersting; Dario Dutra de Lemos; Derci João Oliveira da Rosa; Izael Silvani Veiga; Jesus Carlos Gomes; Joao Lopes Rodrigues Alves; Nadir Martins Filho; Paulo Ricardo Pehl; Roberto Domingos Zanette
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.386/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Alcyr Coutinho; Armindo Pereira de Abreu; Augusto Cirilo dos Santos; Carlos Alberto Diehl; Getacio Dionizio Goncalves; Jorge dos Santos Correa; Paulo Sergio de Gusmão Cacella; Roberto Ferreira Garcia; Welington Tavares Lima; Wilson Plácido de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

042.603/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaine Brito Vieira; Fernando Cesar Silvestre Vieira; Larissa Maria Gomes de Carvalho; Marina Gagliardi de Assumpcao; Paulo Rodrigo dos Santos David; Renata Goes Shibata; Tabata Caroline Damasceno de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.381/2019-5
Natureza: Representação
Representante: Engeprom Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: Lecir Manoel da Luz (OAB/DF 1.671) e outros, representando a Engeprom Engenharia Ltda

002.652/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonardo Betemps Kontz; Rangel Fernandes Pacheco e Victor Hugo Felipe Bernardes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC
Representação legal: não há

002.765/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Juliana Portela Vilar de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.098/2019-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luisa Helena de Almeida Ribeiro e Thiago Figueiredo Marangon
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

003.856/2019-4
Representante: Mediphacos Indústrias Médicas S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: Tânia Pinheiro Proença (OAB/RS 28.569) entre outros, representando o Hospital de Clínicas de Porto Alegre

003.875/2016-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Gustavo Maciel Lins de Albuquerque e Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sertânia - PE
Representação legal: Paulo Roberto Santos Coelho Filho entre outros, representando Gustavo Maciel Lins de Albuquerque; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), representando a Caixa Econômica Federal; Nara dos Anjos Gomes (OAB/RS 49.552) entre outros, representando Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos.

003.911/2019-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Carmen Lourdes dos Santos Coelho; Cidnea Simões Martins; Edna Bastos Ehlers; Elisabeth Gomes Martins; Joaquim Goncalves Ribeiro Neto; Maria do Carmo Santos Galdino; Marilia Teixeira Guastini Grilo; Marisa Xavier Teixeira e Nilza Arbo Furrer
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar
Representação legal: não há

003.953/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ivonilda da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

003.986/2019-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Erondina Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.053/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Diana Duarte Amaro e Lenice Berna da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

004.105/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Iracema Crespo da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira de Inteligência/PR
Representação legal: não há

004.132/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Raimunda Magalhaes dos Santos Castro e Raimunda Paulina do Canto Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

004.148/2019-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Glaucia Lobo Ponte e Glaucia Lobo Pontes6
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

004.163/2019-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ivanice Lima Aleixo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.166/2019-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lucy Pereira Alves Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.169/2019-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Zuleide Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Rondônia
Representação legal: não há

004.269/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Lucio Heleodoro
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Criciúma /SC
Representação legal: não há

004.283/2019-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Edna Maria Siqueira Quintas
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Londrina/PR
Representação legal: não há

004.298/2019-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cypriana Theresinha da Silveira e Orlando Fagundes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.300/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Jair Carmona; Jose Ubirajara Dias da Silva; Jose Ubirajara Dias da Silva; Jose Ubirajara Dias da Silva e Kimeo Nakamura
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.375/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aderaldo Pedro de Araújo e Adilson Alvares Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

004.383/2019-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Luiz Delachiave; Ari Fernando Bittar e Dirceu Costa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

004.388/2019-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alda Farias Zaccardi; Dioclesio da Fonseca Terra; Donatila Vieira Padilha; Ernesto Brinckmann Lobo; Moacyr da Silveira Alves e Moacyr da Silveira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

004.398/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Julio Cesar Granthom
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

004.452/2019-4
Interessada: Claci Carvalho Salles
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Representação legal: não há

004.496/2019-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Antonio da Cunha Py
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.499/2019-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Felippe Degrazia; Lucindo Possamai e Luís Adriani de Oliveira Paladino
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.521/2019-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Djalma Gomes dos Santos; José Pedro dos Santos; Nilza Maria Silva da Costa; Rosalvo Moncorvo de Lima e Valter dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

004.558/2019-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luís Augusto de Carvalho Iervolino e Luiz Fernando Haikel
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

004.602/2019-6
Natureza: Reforma
Interessados: Adauto Tavares Romero; Adão Jose dos Santos; Alcebíades de Azevedo Gomes; Almerindo Nunes; Altanário Mundim Coelho; Antonio Crispim Maciel; Antonio José Soares; Antonio Nazareth de Souza Pereira; Antonio Pedro Dantas Tonheca Filho; Antonio Tavares; Antônio José Soares; Armando Neves; Arnaldo Filizola; Arnaldo Nunes Nogueira; Carlos Affonso Dellamora; Claudio dos Santos Moreira; Cleber Lamas Ferreira; Clovis Costa; Delcio José Pereira de Lima e Edgard Leite Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal
Representação legal: não há

004.647/2019-0
Natureza: Representação
Representante: Times Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

004.839/2019-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Mara Luana Batista Severo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

004.860/2019-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Camilo de Lellis Barreto Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

004.873/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wesley Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

004.879/2019-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eloísa de Oliveira Mariano Soares; Hildemar Mota Torres Filho e Sergio Luiz Scramin Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Pesquisa Energética
Representação legal: não há

004.894/2019-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Cesar Cabral Nunes; Enilson Aranha de Oliveira; Farley Freitas Almeida; Marcia Novaes Vasconcelos; Maria das Dores Custodio Ramalho e Valcir Ribeiro Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais
Representação legal: não há

004.957/2019-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Robson Silva Venceslau; Bruno de Melo Pinheiro; Claudia Vechi Torres; Dandara Nayara Azevedo Dantas; Daniel Teixeira dos Santos; Einstein Gomes dos Santos; Emily Gonzaga de Araujo; Fladjany Emanuelly Faustino da Silva; Guilherme Lucas de Oliveira Lima; Jacyana Suassuna Nunes; Karina Marques Vermeulen; Luciana Vieira Andrade; Maria Regina Macedo Costa; Maria das Gracas de Oliveira Pereira e Michelle Ferret Badiali
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

004.960/2019-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Leyza Cruz Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Representação legal: não há

004.971/2019-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joelson Souza Ramos e Raimundo Fagner Brito Viveiros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão
Representação legal: não há

008.434/2016-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Flávio Travassos Régis de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Vicente Ferrer - PE
Representação legal: Carlos Gilberto Dias Júnior (OAB/PE 987-B) entr

012.642/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal

Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), entre outros, representando a Caixa Econômica Federal

014.928/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Sheila Chaves Gama de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
Representação legal: Maria Inês Sobreira de Azevedo (OAB/RJ 1.622-A) entre outros, representando Sheila Chaves Gama de Souza; Fabiano Muniz da Silva entre outros, representando o Município de Nova Iguaçu/RJ.

016.048/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Carlos Adriano Miranda Bandeira, como Juiz Federal Substituto da 2ª Vara Federal de Itaboraí
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Representação legal: não há

023.438/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Coema - Paisagismo, Urbanização & Serviços Ltda; James Moreira Batista e Município de São Luiz/RR
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Luiz - RR
Representação legal: Antônio Diego Parente Aragão (OAB/RR 742), representando James Moreira Batista e o Município de São Luiz/RR; Sean da Silva Pereira Loureiro (OAB/RR 761), representando a Coema - Paisagismo, Urbanização & Serviços Ltda.

025.113/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Estadual do Ambiente
Representação legal: não há

027.607/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Cruz Vermelha Brasileira - Filial do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Representação legal: não há

031.681/2018-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Edvaldo Nogueira Filho e Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aracaju/SE
Representação legal: não há

036.318/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosilda Catarina Martins Auras
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em Florianópolis/SC
Representação legal: não há

036.590/2016-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Recife/PE
Representação legal: não há

041.075/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Dayse Catarina Correia de Figueiroa Cortez
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

041.840/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Renee Nascimento Rudner
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

000.598/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio, tendo por objeto a Elaboração dos Estudos de Viabilidade Econômica e Financeira, Elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com Obtenção da Licença Prévia (LP), Elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA).
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Uruaçu - GO
Responsáveis: Lourenço Pereira Filho; Solange Abadia Rodrigues Bertulino
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

001.245/2015-5
Recurso de Reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou ao pagamento de débito e multa em decorrência da impugnação total das despesas realizadas com os recursos públicos, por força de convênio, cujo objeto era incentivar o turismo mediante o apoio à realização do projeto denominado "Festividades Juninas Milhã".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Milhã/CE
Recorrente: José Claudio Dias de Oliveira
Representação legal: Murilo Gadelha Vieira Braga (OAB/CE 14.744) e outros, representando José Claudio Dias de Oliveira

002.628/2015-5
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os ao pagamento de débito e multa em razão da parcial impugnação das despesas inerentes a convênio que teve por objeto a construção e a reforma da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos.
Recorrentes: Caio Bruno Monteiro Ferreira, Caroline Monteiro Ferreira e Izabeth Monteiro da Silva, sucessores de Waldner Jorge Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Representação Legal: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Izabeth Monteiro da Silva, Caroline Monteiro Ferreira Amorim, Caio Bruno Monteiro Ferreira.

005.369/2014-2
Recurso de Reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou em débito em decorrência do não atingimento dos objetivos de convênio cujo objeto do ajuste foi a execução de um sistema para abastecimento de água, incluindo adução, estação elevatória, rede de distribuição, reservatório e ligações domiciliares, além da implantação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social - PESMS.
Recorrente: José Lins da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Natuba/PB
Responsáveis: José Lins da Silva; Status Construções Ltda.
Representação legal: não há

009.437/2013-4
Recursos de Reconsideração interpostos contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou ao pagamento de débito e multa em decorrência de irregularidades apuradas na execução de contrato de repasse que teve como objeto fomentar a educação do campo pela pedagogia da alternância com a construção de conhecimentos sobre as metodologias participativas que trazem a base para o debate da implantação de Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFA na região sul do Brasil.
Recorrentes: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil; José Milani Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil; Engeagro Consultoria Agronômica Ltda. - ME; José Milani Filho; Nilo Jacob Bender
Representação legal: Noel Antonio Baratieri (OAB/SC 16.462); João Paulo de Souza Cavalcante (OAB/PR 44.096)

013.588/2015-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total do objeto quanto aos recursos repassados por força de convênio, cujo objetivo era a implantação de quinze Núcleos de Esporte do Programa Segundo Tempo na cidade de Sobradinho/DF.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsáveis: Centro Comunitário Imaculada Conceição; Jose Ronaldo Ribeiro
Representação legal: não há

014.876/2015-9
Recurso de Reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou ao pagamento de débito e multa em decorrência da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por força de convênio, cujo objeto foi a recuperação da infraestrutura da Barragem de Bocaina/PI.
Recorrente: Francisco de Macedo Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bocaina/PI
Responsáveis: Francisco de Macedo Neto; e José Luiz de Barros
Representação legal: Marcos Patrício Nogueira Lima (OAB-PI 1973) e outros, representando Francisco de Macedo Neto

015.047/2015-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação das despesas realizadas na gestão de convênio que teve por objeto a realização da "16ª Exposição Agropecuária de São Sebastião", Distrito Federal (DF).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Instituto Paideia de Expressão e Comunicação; Paulo Roberto Cordenonsi
Representação legal: Felipe Aires Coelho Araújo Dias (OAB/DF 46210), Rafaela Marques de Araújo, (OAB/DF 38053), Mariana Aires Coelho Araujo Dias (OAB/DF 35226) e outros, representando Instituto Paideia de Expressão e Comunicação e Paulo Roberto Cordenonsi

016.275/2014-4
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas da recorrente, condenou-a ao pagamento de débito e aplicou-lhe multa em razão da não comprovação de despesas no âmbito de convênio cujo objeto de ajuste consistiu no incentivo ao turismo, mediante o apoio à realização da "Semana Turismo Ecológico" e ao "Festival Junino de Araruna".
Recorrente: Maura Targino Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araruna/PB
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: 9ideia Comunicação Ltda. - EPP; Danielle Cardoso de Figueiredo - ME; Maura Targino Moreira; Moura Ramos Gráfica e Editora Ltda.; Selma Viana Teixeira; Vital Gonçalves Cavalcanti
Representação Legal: Arthur Monteiro Lins Fialho (OAB/PB 13.264) e outros, representando Maura Targino Moreira; Adriana Coutinho Grego Pontes (OAB/PB 11.103), representando Selma Viana Teixeira.

017.884/2011-0
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares a contas do recorrente e aplicou-lhe multa, em razão da não consecução dos objetivos de convênio para a implantação do projeto de aterro sanitário na localidade.
Recorrente: Jabes Sousa Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ilhéus/BA
Interessado: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: Josuelito de Sousa Britto (OAB/BA 13.224) e outros, representando Jabes Sousa Ribeiro

020.555/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos para a realização do Projeto "Hip Hop Pró-Ativo".
Interessado: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura
Responsáveis: Instituto de Pesquisa e Ação Comunitária e Ramon Barros da Silva
Representação legal: não há

021.193/2016-9
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da execução parcial de plano de trabalho cujo objeto de ajuste consistia na elaboração e execução de estudos e projetos de engenharia ambiental e rodoviária em apoio às obras da BR 101/NE, trecho Natal, Rio Grande do Norte, a Palmares, Pernambuco.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Adalberto Costa da Silva; Luiz Roberval Papa; Paulo Roberto Dias Morales
Representação legal: Tanara de Fatima Barcellos da Silva (OAB/RS 69.337), representando Paulo Roberto Dias Morales; Octavio Augusto Guedes de Freitas Costa (OAB/DF 36595), representando Adalberto Costa da Silva.

026.751/2016-0
Recurso de Reconsideração interpostos contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou em débito em decorrência da impugnação de despesas de recursos repassados à municipalidade à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate.
Recorrente: José Thomé Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Autazes/AM
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando José Thomé Filho

028.725/2017-4
Tomada de Contas Especial instaurada em razão do não encaminhamento de documentação necessária à prestação de contas de contrato de repasse tendo por objeto "promover processo de divulgação, articulação, mobilização de obras de infraestrutura com vistas ao desenvolvimento sustentável do território do Jalapão, no Município de Rio Sono/TO".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Caixa Econômica Federal
Responsáveis: Jeova Ribeiro Maciel; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Sono
Interessado: Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
Representação legal: não há

029.726/2017-4
Recurso de Reconsideração interpostos contra decisão que proferiu recomendações ao órgão recorrente.
Recorrente: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A
Responsáveis: Andre Mascia Daltrini; Carlos Mauricio La Motta Araujo; Celso Pansera; Cleber Cristiano Prodanov; Cristiano Krug; Dieter Schwanke; Edilson dos Santos Macedo; Elaine Paz; Elton Santa Fé Zacarias; Eric Ericson Fabris; Fernando Chavez Porras; Ireneo Alfaro Demanarig Jr; Manoel Augusto Cardoso da Fonseca; Marcelo Soares Lubaszewski; Margarida Afonso Costa Baptista; Paulo de Tarso Mendes Luna; Roberto Vanderlei de Andrade; Virgílio Augusto Fernandes Almeida
Interessado: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: Michelle Grubert dos Santos Hannecker e outros, representando Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

034.945/2018-0
Atos de concessão de aposentadoria de ex-servidores vinculados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Interessados: Carlos Alberto Carvalho de Azevedo; Terezinha Carlos Costa Pinho e Waldemar Dantas Neto
Representação legal: não há

046.704/2012-4
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, aplicando-lhe multa em processo de prestação de contas.
Recorrente: Marçal Pedroso Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrobrás Distribuição Rondônia
Interessados: Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana; José Paulo Vieira Oliveira; Luís Hiroshi Sakamoto; Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto; Marcos Aurélio Madureira da Silva; Neymar Wandis Campos Lima; Pedro Carlos Hosken Vieira e Renato Almeida de Oliveira
Representação legal: Caio Jose de Oliveira Alves (OAB-RJ 189244), representando Luiz Fernando Silva de Magalhães Couto; Bruce Junqueira de Moraes (OAB-MG 62990B) e outros, representando Energisa S/A; Carlos Eduardo de Leo Lima (OAB-RJ 86710), representando Luiz Fernando Couto.

750.072/1996-2
Tomada de contas ordinária do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14), relativo ao exercício de 1995.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Responsáveis: Alfredo dos Santos Cunha; Dapalan-Móveis e Equipamentos Ltda.; Pedro Pereira de Oliveira; Rosa Maria Nascimento Silva
Interessado: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: Heraldo Fróes Ramos (OAB/RO 977), procurador de Alfredo dos Santos Cunha.

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.804/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por Orismar Vanderlei Diniz, ex-prefeito municipal de Ibiapina/CE, contra o Acórdão 7.207/2017-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal, ao avaliar processo de tomada de contas especial instaurado em virtude da impugnação de recursos repassados àquela municipalidade por força do Convênio 1.318/2008, julgou suas contas irregulares, condenou-o, em caráter solidário, a ressarcir ao erário em montante histórico de R$ 170.000,00, bem como aplicou-lhe sanção de natureza pecuniária no valor de R$ 28.000,00
Interessado: Ministério do Turismo
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibiapina - CE
Responsáveis: Federação das Artes e Esportes do Ceara - Fearte; Orismar Vanderlei Diniz
Representação legal: Marcos Antônio Ribeiro Gomes dos Santos, representando Orismar Vanderlei Diniz

003.545/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em razão da impugnação das despesas do Convênio 772/2008, registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse sob o número 629856 e firmado entre aquela pasta ministerial e o Município de Fagundes /PB, tendo por objeto o apoio ao turismo por meio da implementação do projeto intitulado "São João Antônio".
Interessado: Ministério do Turismo
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Município de Fagundes-PB
Responsáveis: Gilberto Muniz Dantas e Sheila Promoções, Eventos e Serviços Eireli - ME
Representação legal: não há

008.381/2012-7
Recursos de Reconsideração interpostos por Antônio Carlos Nunes Gouvêa, Sueo Numazawa e VP Construções Ltda. contra o Acórdão 4.528/2014-TCU-2ª Câmara.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Responsáveis: Antônio Carlos Nunes Gouvêa, Hélio Raymundo Smith da Silva Junior, Lena Vânia Ribeiro Mesquita Ferreira, Marco Aurélio Leite Nunes, Nelson Von Paumgartten Rossy, Sueo Numazawa e VP Construções Ltda. - EPP
Recorrentes: Antônio Carlos Nunes Gouvêa; Sueo Numazawa e VP Construções Ltda. - EPP
Representação legal: Adriano Yared de Oliveira (OAB/PA 8.621), Manassés Alves da Rocha (OAB/PA 6.007), Mauro Sérgio de Assis Lopes (OAB/PA 10.170), Suzana Lory Carvalho Oliveira (OAB/PA 18.424) e outros, representando Sueo Numazawa (procurações às peças 114, 153 e 163); e Pedro Daltro Cunha (OAB/PA 665), Sinésio Paulo Borges Cunha (OAB/PA 3.002), representando Antônio Carlos Nunes Gouvêa (procuração à peça 116) e a empresa VP Construções Ltda. - EPP (procuração à peça 115)

008.436/2016-9
Embargos de declaração opostos pelo Sr. Roberto Leher (peça 41) em face do Acórdão 9.272/2017-TCU-2ª Câmara (peça 39), mediante o qual esta Corte de Contas decidiu não conhecer, por suposta intempestividade, do Pedido de Reexame interposto por aquele mesmo interessado (peça 33) contra Acórdão 5.498/2017 deste mesmo colegiado.
Embargante: Roberto Leher
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: Luysien Coelho Marques Silveira, Procuradora Federal, representando Roberto Leher

011.809/2011-6
Tomada de Contas Especial (TCE) autuada a partir da conversão do TC 012.166/2009-4 (apenso) que versa sobre auditoria de conformidade realizada sobre os contratos do Ministério da Cultura (MinC) com a empresa Aplauso Organização de Eventos Ltda., conforme solicitação do Congresso Nacional (Acórdão 997/2009-TCU-Plenário). Os achados dessa auditoria constam do Relatório que compõe o TC 012.166/2009-4.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura e Fundo Nacional de Cultura
Responsáveis: Ana Cristina Araruna Melo, Aplauso Organização de Eventos Ltda., Cyntia de Souza Campos, Elaine Rodrigues Santos, José Eduardo Mendonça, José de Arimateia Pinheiro, João Carlos Monteiro, Kelson Ferreira Rocha e Paulo Brum Ferreira

013.880/2005-3
Embargos de declaração interposto por Eudoro Walter de Santana contra o Acórdão 9.452/2017-TCU-2ª Câmara.
Embargante: Eudoro Walter de Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Responsáveis: Airton Jorge de Sa, Antonio Cesar Garcia de Brito, Antonio Claudio Ferreira Lima, Eudoro Walter de Santana, Francijaime Pinheiro Costa, Francisca Pinheiro Costa, Jose Carvalho Rufino, José Tupinambá Cavalcante de Almeida, Leão Humberto Montezuma Santiago Filho, Vicente de Paulo Cavalcante Saboia e Webster Pinheiro Costa
Representação legal: Alex Xavier Santiago da Silva (OAB/CE 24.930), Ana Lourdes Nogueira Almeida (OAB/CE 3.340), Francisco Edilberto Torres da Silveira (OAB/CE 26.703), Henrique Gonçalves de Lavor Neto (OAB/CE 12.512), Kelley Cristina Porto Bertosi (OAB/CE 17.400), Janine Adeodato Accioly (OAB/CE 12.376), João Marcelo Lima Pedrosa (OAB/CE 12.511), Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB/CE 13.909), Marcelo Holanda Luz (OAB/CE 11.665), Patrícia Maria de Castro Teixeira (OAB/CE 15.673), Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB/CE 3.183), Renan Benevides Franco (OAB/CE 23.450), Túlio Magno Gomes Ribeiro (OAB/CE 24.853), Viviane Diógenes Quezado (OAB/CE 5.241), representando Leão Humberto Montezuma Santiago Filho; Andre Luiz de Souza Costa (OAB/CE 10.550) e Jéssica Teles de Almeida (OAB/CE 26.593), representando Eudoro Walter de Santana

022.815/2014-7
Recurso de reconsideração interposto por Gilmar Alves Assunção, ex-Prefeito de Frei Miguelinho/PE, contra o Acórdão 3.602/2017-TCU-2ª Câmara, em processo de tomada de contas especial em razão da não apresentação da prestação de contas final de Convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente, que tinha por objeto instituir no Município modelo de desenvolvimento sustentável denominado Agenda 21 Local, que resultou no julgamento de suas contas pela irregularidade, com condenação em débito em montante histórico de R$ 158.998,00 e aplicação de multa de R$ 30.000,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Frei Miguelinho/PE
Interessado: Ministério do Meio Ambiente
Responsável: Gilmar Alves Assunção
Representação legal: José Augusto Óbice Costa Estrela Duarte (OAB/PE 38156) e outros, representando Gilmar Alves Assunção

028.700/2015-5
Tomada de Contas Especial (TCE) foi instaurada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em razão da impugnação parcial de despesas do Convênio 12/2003 firmado com a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (Fatec), vinculada à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), o qual tinha por objeto a certificação de 18 lotes de novas substâncias químicas e revalidação de 18 substâncias de referência certificadas, conforme Plano de Trabalho aprovado.
Interessado: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Responsáveis: Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência, Jornandes Oliveira Almeida; João Manoel Espina Rosses, Mario Franco Gaiger, Nilza Luiza Venturini Zampieri, Ronaldo Etchechury Morales e Tadeu Carlos da Silveira

033.307/2013-0
Recurso de reconsideração interposto por Ildon Marques de Souza em face do Acórdão 12.769/2016-TCU-2ª Câmara, o qual julgou suas contas irregulares, condenando-o em débito no montante histórico de R$ 133.301,45 e aplicando-lhe multa de R$ 20.000,00.
Interessado: Ministério do Esporte
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Imperatriz - MA
Responsáveis: Ildon Marques de Souza; Jomar Fernandes Pereira Filho; Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA
Representação legal: Alexandre Vieira de Queiroz (18.976/OAB-DF), advogado indicado em substabelecimento como destinatário de comunicações processuais sob pena de nulidade e outros, representando Ildon Marques de Souza

046.675/2012-4
Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em razão de irregularidades na gestão de parte dos R$ 240.000,00 transferidos do Fundo Partidário para o Diretório Estadual do Partido Progressista em São Paulo na gestão 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretório Estadual do Partido Progressista em São Paulo
Responsáveis: Etivaldo Vadão Gomes e Christopher Rezende Guerra Aguiar
Representantes legais: Anderson Luz Reis (OAB/DF 16.066/E), Bianca Maria Gonçalves e Silva (OAB/DF 23.097), Blenda Lara Carvalho Fonseca (OAB/DF 51.338), Bruno Santos de Oliveira (OAB/DF 41.654), Luiz Antônio de Oliveira (OAB/SP 85.692), Luiz Henrique dos Santos Moreira (OAB/SP 263.147) e Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro (OAB/DF 25.341)

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

005.219/2014-0
Ato de aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Interessada: Creusa da Costa Ribeiro
Representação legal: Não há

007.740/2016-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT) em razão da inexecução parcial do objeto do convênio firmado entre o município e o então Ministério da Ciência, Tecnologia, para implantar o Centro Vocacional Tecnológico e Central de Beneficiamento para o desenvolvimento do arranjo produtivo local de mandioca no município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Craíbas (AL)
Responsáveis: José Jadson Pedro de Farias, ex-Prefeito (gestão 2005-2008 e 2009); Município de Craíbas-AL
Representação legal: não há

021.627/2013-4
Recurso de reconsideração contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou em débito e ao pagamento de multa em razão da execução parcial do objeto do Convênio, pelo qual foram destinados recursos federais ao custeio de obras de ampliação e melhoria das instalações hospitalares da Irmandade da Santa Casa de Londrina (Iscal)
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Responsáveis: Fahd Haddad; Irmandade da Santa Casa de Londrina; José Cyrilo da Silveira Mendes
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Nástia Catarina Xavier Costa (OAB/PR 43.658) e outros, representando Fahd Haddad, José Cyrilo da Silveira Mendes e Irmandade da Santa Casa de Londrina

027.442/2018-7
Ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Interessada: Nilma Oliveira da Silva
Representação legal: Não há

033.554/2015-3
Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou em débito e aplicou multa em vista da execução apenas parcial do convênio que teve como objeto implantação de sistema de abastecimento de água em seis localidades do município
Recorrentes: Euvaldo Carlos Rocha da Cunha e Construtora Conserve Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Gilbués/PI
Responsáveis: Construtora Conserve Ltda. - ME; Euvaldo Carlos Rocha da Cunha; Francisco Leite Albino Filho
Representação legal: Analia Cristhinne Rosal Adad (OAB/PI 8039) e outros, representando Euvaldo Carlos Rocha da Cunha; Tiago Rubens Osório Oliveira Lima (OAB/PI 12.393), representando Construtora Conserve Ltda - ME

Ministra ANA ARRAES

021.701/2014-8
Recurso de reconsideração contra deliberação por meio da qual o Tribunal julgou irregulares contas especiais, com condenação em débito.
Recorrente: Centro de Cultura Popular Viva Arte
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Centro de Cultura Popular Viva Arte e Maria José Marcos de Lacerda Silva
Representação legal: Thales Etelvan Cabral Oliveira (OAB/PE 28.497) representando Rinaldo Antonio da Silva; Maria das Dores Vaz de O. Fernandes (OAB/PE 11.770) e outro representando o Centro de Cultura Popular Viva Arte

033.046/2017-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da aplicação irregular de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Flores de Goiás/GO
Responsável: Valmim Soares de Campos
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

006.214/2012-6
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos ora recorrentes e aplicou-lhes multa em processo de tomada de contas especial referente a irregularidades constatadas em convênio para projeto de conservação ambiental.
Recorrente: Aldo Silva Arantes; Carlos Antônio Silva; José Maria Baldino; José de Paula Moraes Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Representação legal: Alex Ivan de Castro Pereira Filho (OAB/GO 19.031); Alice Santos Veloso Neves (OAB/GO 22.873); Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668); Oto Lima Neto (OAB/GO 24.196); Léo Dias da Silva (OAB/GO 25.436); Fabricio Silva Freitas (OAB/GO 20.301)

006.591/2013-2
Recurso de reconsideração interposto por ex-prefeito de Autazes/AM contra decisão de julgou irregulares suas contas especiais, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão da execução parcial de objeto conveniado com a Funasa.
Recorrente: José Thomé Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Autazes/AM
Responsáveis: José Thomé Filho
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177), Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB/AM 7.495), José Lopes Barbosa (OAB/AM 5.646) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.071/2015-0
Embargos de declaração opostos pela empresa Taquara Empreendimentos Imobiliários e Serviços Eireli contra o Acórdão 9.547/2018 - 2ª Câmara, prolatado na sessão do dia 02/10/2018, retificado pelo Acórdão 12.074/2018 - 2ª Câmara.
Embargante: Taquara Empreendimentos Imobiliários e Serviços Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Forquilha/CE
Representação legal: Breno Leite Pinto (OAB/CE 16.227), Victor Leite Braga e Matos (OAB/CE 24.655) e outros

010.262/2007-5
Processo em que se analisa ato de concessão de pensão civil deferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
Interessada: Tereza Caetano da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há.

015.027/2017-1
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em face da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos referentes a Contrato de Repasse celebrado em 2007 pela União, por meio do Ministério do Esporte, com o Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, tendo por objeto a construção de uma quadra de esportes.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.
Interessado: Ministério do Esporte.
Responsável: Francisco Edson Barbosa.
Representação legal: não há.

019.780/2018-4
PPauta explicativa: Atos de concessão de pensão militar deferidos pelo Comando da Aeronáutica, em favor das beneficiárias acima identificadas.
Interessadas: Ana da Silva Carneiro, Clara Delgado Rodrigues, Irene de Souza Agrela, Katia Aparecida da Silva Lopes, Leopoldina da Rosa Silveira, Patricia Nunes Mourão Silva, Raimunda Maria dos Santos Silva, Sandra Gomide Gama Martinho, Tania Pereira Nunes, Telma Pereira da Silva, Teresinha Pereira da Silva e Vilma de Melo Ferreira Braga.
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há

020.673/2014-0
Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada pelo CNPq, em razão da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos repassados por meio do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica para desenvolvimento do Projeto "Recursos Hídricos e Solos no Ambiente Semiárido".
Responsável: Emídio Cantidio de Oliveira Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há.

033.155/2018-6
Pauta explicativa: Atos de concessão de pensão militar deferidos pela Primeira Região Militar em favor dos beneficiários acima identificados.
Interessados: Vera Lucia Batista de Oliveira, Alba Pinheiro da Silva, Denise Pinheiro, Vanira Pinheiro, Maria Elisa Cidade Sampaio, Angela Aparecida Lemos Furtado, Lucas Borges Furtado, Maria Apparecida Vilhena Campinho Pereira, Elisa Maria Domingues de Queiroz, Enecy Virgilio de Carvalho Jansen Laborne, Rosilda Ferreira Monteiro, Ivonilde Moura da Silva, Sandra do Espirito Santo Pereira e Sonia do Espirito Santo Borret
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

002.326/2018-3
Representação formulada pelo Sr. Senador Antônio Carlos Valadares em face de possíveis irregularidades ocorridas na aplicação de recursos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste/Finisa) sob o valor de R$ 428.791.548,18.
Representante: Senador Antônio Carlos Valadares
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Sergipe
Representação legal: não há

005.038/2017-0
Acompanhamento realizado sobre as providências adotadas pela atual gestão do Município de Formoso do Araguaia - TO com o intuito de promover a plena consecução dos objetivos pactuados no Convênio nº 3.433/2001 para a execução de sistema de resíduos sólidos, em consonância com as premissas determinadas pelo Acórdão 1.131/2017-TCU-2ª Câmara.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formoso do Araguaia/TO
Responsável: Wagner Coelho de Oliveira
Representação legal: não há

010.313/2018-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em desfavor de diversos agentes públicos municipais em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde configurada pela inutilização, por perda da validade, de medicamentos recebidos da Secretaria Municipal de Saúde no Rio de Janeiro - RJ para utilização no Posto de Assistência Médica Alberto Borgerth - RJ.
Órgão/Entidade/Unidade: Município do Rio de Janeiro/RJ
Responsáveis: Jeziel Guimaraes Muzitano; Mauro Gatinho Costa; Rogerio Fernando Maia; Ronaldo Cezar Coelho; Selma Francisco Luiz e Sueli da Trindade Ferreira Pinto
Representação legal: não há

014.929/2017-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em desfavor de Eliana Silva de Souza, como então servidora responsável pela concessão irregular de benefícios previdenciários apurados no bojo do Processo Administrativo Disciplinar 37367.006170/2008-53, ocorridos no âmbito da Agência da Previdência Social localizada no bairro de Irajá, no Município do Rio de Janeiro - RJ, vinculada à Gerência Executiva Norte/RJ, sob o valor de R$ 1.331.972,87.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsável: Eliana Silva de Souza
Representação legal: não há

014.974/2003-0
Tomada de Contas Especial autuada a partir da conversão de processo de auditoria, nos termos do Acórdão 2.608/2004-TCU-2ª Câmara, em desfavor de Riod Ayoub Jorge, como então prefeito de Santa Luzia do Paruá - MA (gestões: 1997-2000 e 2001-2004), e demais responsáveis acima arrolados, diante dos indícios de irregularidades na aplicação de recursos transferidos à municipalidade à conta do Fundef (exercícios de 2000 e 2002), do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (exercícios de 1997 a 2002), bem como do Convênio 800029/2002, celebrado com o FNDE para a formação e capacitação de professores, sob o valor total de R$ 245.752,12.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Luzia do Paruá/MA
Responsáveis: Adão Araújo Alencar; Ana Marcelia Morais dos Santos; Claudia Maria Gomes e Silva Pereira; Construtora Metalforte Ltda.; Fábio Barbosa Ayoub; Honório Pires de Medeiros; J. Lopes Ferreira; João Francisco Carvalho Santos; Marcia Barbosa Ayoub; Maria Rodrigues da Silva; Marli Vasconcelos e Silva Rodrigues; Raimunda Irismar Rodrigues; Raimundo Nonato Veras Barros; Riod Ayoub Jorge; Sandra Maria Gomes Marques
Representação legal: Riod Barbosa Ayoub (OAB/MA 3.832), entre outros, representando Riod Ayoub Jorge.

017.260/2015-9
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Azoka José Maciel Gouveia e Cláudio Fernando Guedes Bezerra, como então prefeitos de Aliança - PE (gestões: 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse nº 258.040-23/2009 para a pavimentação de vias públicas, sob o montante de R$ 220.442,91.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aliança/PE
Responsáveis: Azoka José Maciel Gouveia e Cláudio Fernando Guedes Bezerra
Representação legal: Carlos Gilberto Dias Júnior (OAB/PE 987), entre outros, representando Cláudio Fernando Guedes Bezerra

019.802/2014-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Amazonas (Incra-AM) em desfavor da Associação de Produtores Rurais União e Progresso (Aprup) e dos Srs. Abelardo Pereira dos Santos (falecido) e Enéas Nunes da Silva (falecido), como então presidente e vice-presidente da referida entidade, diante da execução apenas parcial do objeto e do não alcance dos objetivos do Convênio nº 14.000/2001 (Siafi 424532) destinado à "prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e capacitação a 303 famílias assentadas no Projeto de Assentamento Rio Juma e Acari" sob o valor original de R$ 82.396,56, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 30/11/2001 a 11/3/2002.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Amazonas
Responsáveis: Espólio de Abelardo Pereira dos Santos; Associação de Produtores Rurais União e Progresso; Espólio de Enéas Nunes da Silva
Representação legal: não há

022.423/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor da Sra. Neila Pereira dos Santos, como então prefeita de Peixe - TO (gestões: 2009-2012 e 2013-2016), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio nº 0717/2009 destinado ao apoio à realização da "Temporada de Praia 2009", tendo a vigência do aludido ajuste sido fixada para o período de 20/7/2009 a 22/12/2009, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 12.500,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o montante de R$ 312.500,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Peixe/TO
Responsável: Neila Pereira dos Santos
Representação legal: não há

025.812/2010-6
Aposentadorias deferidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear
Interessados: Eros Maingue; Eustáquio Eddy Van Petten Machado; Fernando Antônio Nogueira Carneiro; Geraldo Arnoldi Pedrozo; José Paulo Mansur Marques; Leticia Lucente Campos Rodrigues; Luiz Carlos Surcan dos Santos; Maria Augusta Silva do Prado e Pedro Paulo Nossar Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear
Representação legal: Karen Caldeira Ruback (OAB-MG 96.710), entre outros, representando Eustáquio Eddy Van Petten Machado, Fernando Antônio Nogueira Carneiro e Maria Augusta Silva do Prado.

027.194/2017-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de Alex Rodrigues Leitão e de Luiz Carlos Botelho Lutterbach, como ex-prefeitos de Duas Barras - RJ (gestões: 2013/2016 e 2009/2012, respectivamente), diante da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais inerentes ao Convênio nº 2.902/2007 destinado à reforma do Hospital Municipal Antônio Carlos da Silva Monnerat sob o montante de 620.500,00, com R$ 600.000,00 em recursos federais e R$ 20.500,00 em recursos da contrapartida municipal.
Responsáveis: Alex Rodrigues Leitão e Luiz Carlos Botelho Lutterbach
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Duas Barras/RJ
Representação legal: não há

027.631/2017-6
Tomada de contas especial instaurada diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais despendidos no âmbito do convênio destinado à execução do Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Santa Catarina
Responsáveis: Dejair Vicente Pinto; e Ronaldo José Benedet
Representação legal: Pierre Augusto Fernandes Vanderlinde (OAB/SC 24.881) entre outros, representando Ronaldo José Benedet

035.832/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério da Justiça em desfavor de Natanael Alves do Nascimento, como então Secretário de Estado de Justiça e Cidadania (gestão: 31/05/2002 - 31/03/2004), diante da impugnação parcial de despesas dos recursos do Convênio 208/2001 (Siafi 427201), que teve por objeto a execução de obras de construção do presídio provisório feminino da Comarca de Boa Vista - RR, celebrado sob o valor total de R$ 1.637.570,64, tendo a vigência inicial do ajuste sido estipulada para o período de 15/12/2001 a 15/3/2002, e sucessivamente prorrogada até 15/12/2003.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Francisco Flamarion Portela; Governo do Estado de Roraima; Jander Gener Cesar Guerreiro; Jorci Mendes de Almeida
Representação legal: Henrique Keisuke Dasamatsu (OAB/RR 208-A), representando o Sr. Francisco Flamarion Portela; Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749), representando o Sr. Jorci Mendes de Almeida; Lucio Augusto Villela da Costa (OAB/RR 666), representando o Sr. Jander Gener César Guerreiro;
Thiciane Guanabara Souza (OAB/DF 22209), representando o governo do Estado de Roraima

041.336/2018-6
Ato de Admissão expedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) em favor de Eugênia Rocha de Barros Branco.
Interessado: Eugênia Rocha de Barros Branco.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há.

Em 21 de março de 2019.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 2ª Câmara

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 15, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 3º, inciso I, e art. 5º, inciso I, ambos do ADG nº 24/2017, no item 20.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 93/2018, e considerando o disposto no art. 2º, Parágrafo único, inciso VI, da Lei nº 9.784/1999, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.018982/2018-77, resolve:

Aplicar à empresa PAK COMERCIAL E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.538.100/0001-18, com endereço na Terceira Avenida, Bloco 890, LT 07, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, CEP: 71.720-002, penalidade de MULTA no valor de R$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 15 (quinze) dias no âmbito da UNIÃO, por deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório, em descumprimento ao que estabelecem os itens 9.1 e 10.4 do edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 527, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados na Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, do art. 45, caput, e § 1º, da Lei n. 13.707, de 14 de agosto de 2018, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º da Lei n. 13.808, de 15 de janeiro de 2019, bem como os procedimentos e prazos estabelecidos pelas Portarias SOF/MP n. 1.144 de 07 de fevereiro e 1.295 de 11 de fevereiro do ano em curso, ad referendum, resolve:

Art. 1º A abertura dos créditos adicionais autorizados no art. 45, caput, e § 1º, da Lei n. 13.707/2018 (LDO 2019) e no art. 4º da Lei n. 13.808/2019 (LOA 2019), será regida, no corrente exercício financeiro, pelos procedimentos e prazos estabelecidos nas Portarias SOF/MP n. 1.144 e 1.295/2019, bem como pelo contido nesta resolução.

Art. 2º As solicitações de alterações orçamentárias obedecerão às seguintes diretrizes:

I - as seções judiciárias encaminharão suas solicitações aos respectivos tribunais regionais federais para análise e consolidação;

II - os tribunais regionais federais encaminharão suas solicitações de créditos adicionais, assim como as de suas unidades jurisdicionadas, em conformidade com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias" constantes dos anexos da portaria SOF/MP que trata da abertura de créditos suplementares dependentes de autorização legislativa, bem como dos anexos da Portaria SOF/MP n. 1.144/2019 que trata dos créditos autorizados na Lei Orçamentária, cuja alteração dependa de atos a serem abertos por atos do próprio Poder Judiciário.

III - o Conselho da Justiça Federal - CJF, por meio da Secretaria de Administração, encaminhará suas solicitações na forma do inciso II deste artigo.

IV - as solicitações de créditos adicionais das unidades da Justiça Federal serão analisadas e consolidadas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças deste Conselho;

§ 1º Os tribunais regionais federais, na condição de órgãos setoriais regionais, deverão verificar, antes do encaminhamento do pedido, a conformidade das informações recebidas das unidades jurisdicionadas, bem como as vedações contidas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, após o recebimento das informações, procederá à avaliação global da necessidade dos créditos solicitados.

Art. 3º Os prazos para o encaminhamento das solicitações de créditos adicionais à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF serão os seguintes:

I - créditos dependentes de atos dos Poderes Executivo e Legislativo: 11 de março, 07 de maio e 09 de agosto de 2019;

II - créditos autorizados na LOA 2019 a serem abertos por ato próprio: 07 de maio, 09 de agosto e 18 de outubro de 2019.

Art. 4º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 6º da Lei n. 13.707/2018.

Art. 5º Fica vedado o remanejamento de dotação relativa à fonte de arrecadação própria (50 e 81) entre unidades orçamentárias distintas.

Art. 6º A cada solicitação de crédito adicional suplementar deverão, obrigatoriamente, caso existam, ser informadas as atualizações das metas físicas dos respectivos subtítulos objeto do crédito.

Art. 7º Fica vedado o cancelamento de dotação orçamentária de obras e aquisições de imóveis (fonte 100):

I- para a suplementação em despesas obrigatórias;

II- em valor superior a R$ 10.000.000,00, para suplementação de despesas de custeio.

Parágrafo único. O valor que exceder ao estabelecido no inciso II do caput poderá ser direcionado para atendimento de outra obra da mesma região ou rateada com as unidades da Justiça Federal, condicionada à análise e aprovação das áreas técnicas deste CJF.

Art. 8º As solicitações de alterações orçamentárias deverão atender à forma e ao detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual, além da informação do Plano Orçamentário (PO), quando couber.

Parágrafo único. As solicitações de alterações de Plano Orçamentário (PO) serão encaminhadas com as respectivas justificativas, nos prazos do Anexo I, "d", da Resolução n. CJF-RES-2018/00511, de 27 de dezembro de 2018.

Art. 9º As solicitações de alterações orçamentárias que objetivem o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor obedecerão aos prazos e procedimentos informados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF.

Art. 10º Não serão consideradas, na análise e instrução processual, as solicitações de créditos adicionais, encaminhadas pelos tribunais regionais federais e pela Secretaria de Administração do CJF, que estejam em desacordo com as normas vigentes ou com as orientações das unidades do CJF e quando a remessa ocorrer de forma parcial ou incompleta, bem como após os prazos estipulados nesta resolução.

Art. 11º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Art. 12º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

ACÓRDÃO Nº 4, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que:

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 304ª Reunião Plenária Ordinária, à unanimidade, na forma do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 6.316/75, aprovar apoio financeiro para que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região possa suportar no curso de 06 meses os valores com alugueres de sua sede provisória, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Conselho Regional sobre a necessidade de utilizar-se de local adequado à prestação dos serviços públicos até que sejam ultimadas as providências para a aquisição da sede definitiva.

ACORDAM ainda que o repasse será realizado no valor requerido e aprovado de R$ 18.200,02 (dezoito mil, duzentos reais e dois centavos), devendo ser utilizado exclusivamente para a locação de espaço para atendimento dos profissionais e das necessidades da fiscalização e demais serviços do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 17ª Região pelo prazo de 06 meses, responsabilizando-se administrativamente os gestores do CREFITO-17 pelo o uso do recurso e pelos procedimentos de contratação na forma da lei de licitações e suas alterações, devendo ainda, ao final da locação ou do período estabelecido, prestar contas aos órgãos de controle e ao COFFITO, se e quando requisitados.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima - Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo - Conselheira Efetiva; Dra. Patrícia Rossafa Branco - Conselheira Efetiva; Dra. Elineth da Conceição da Silva Braga Valente - Conselheira Convocada.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2019.
ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ACÓRDÃO Nº 5, DE 21 DE MARÇO DE 2019

O PLENÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, no uso de suas atribuições e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e pela Resolução-COFFITO nº 413/2012, em que:

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, reunidos na sessão da 304ª Reunião Plenária Ordinária, à unanimidade, na forma do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 6.316/75, aprovar apoio financeiro para que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região possa suportar no curso de 06 meses os valores com alugueres de sua sede provisória, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Conselho Regional sobre a necessidade de utilizar-se de local adequado à prestação dos serviços públicos até que sejam ultimadas as providências para a aquisição da sede definitiva.

ACORDAM ainda que o repasse será realizado no valor requerido e aprovado de R$ 8.320,26 (oito mil, trezentos e vinte reais e vinte e seis centavos), devendo ser utilizado exclusivamente para a locação de espaço para atendimento dos profissionais e das necessidades da fiscalização e demais serviços do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 18ª Região pelo prazo de 06 meses, responsabilizando-se administrativamente os gestores do CREFITO-18 pelo o uso do recurso e pelos procedimentos de contratação na forma da lei de licitações e suas alterações, devendo ainda, ao final da locação ou do período estabelecido, prestar contas aos órgãos de controle e ao COFFITO, se e quando requisitados.

Quórum: Dr. Roberto Mattar Cepeda - Presidente; Dra. Patrícia Luciane Santos de Lima - Vice-Presidente; Dr. Cássio Fernando Oliveira da Silva - Diretor-Secretário; Dr. Wilen Heil e Silva - Diretor-Tesoureiro; Dra. Ana Rita Costa de Souza Lobo - Conselheira Efetiva; Dra. Patrícia Rossafa Branco - Conselheira Efetiva; Dra. Elineth da Conceição da Silva Braga Valente - Conselheira Convocada.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2019.
ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 210, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019

Disciplina a Representação e a Participação do Crcdf em Eventos Nacionais e Internacionais e Trata dos Critérios para a Participação de Conselheiros e Vice-Presidentes.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

CAPÍTULO I - DOS EVENTOS

Artigo 1º - O CRCDF poderá fazer-se representar e participar de eventos da área contábil, no país e no exterior, nas modalidades de congressos, convenções, conferências, seminários e similares.

CAPÍTULO II - DOS PROCEDIMENTOS

Artigo 2º - Para a representação e participação será indispensável que exista previsão orçamentária e disponibilidade financeira.

Parágrafo Único: Considera-se disponibilidade financeira a existência de recursos que possam ser aplicados na finalidade de que trata esta Resolução, sem qualquer prejuízo à realização dos encargos previstos e necessários à manutenção e desenvolvimento das atividades-fim do CRCDF durante o referido exercício.

CAPÍTULO III - DA PARTICIPAÇÃO

Artigo 3º - A representação oficial do CRCDF caberá ao respectivo Presidente ou aos seus substitutos regimentais e, no impedimento destes, pelo Conselheiro Efetivo ou Suplente por ele designado, atendidas as exigências da presente Resolução.

Artigo 4º - A definição acerca da participação de mais representantes do CRCDF, além da representação oficial prevista anteriormente, será submetida à apreciação do Conselho Diretor, com homologação pelo Plenário.

Artigo 5º - Havendo mais interessados do que vagas, a representação será concedida a Vice-Presidente(s) e/ou Conselheiro(s) Efetivo(s) e/ou Suplente(s) que tiver(em) maior pontuação, conforme critérios a seguir:

Ocorrência	Para Quem	Pontuação
Presença em Reunião Plenária	- Conselheiros efetivos; - Conselheiros Suplentes; e - Vice-Presidentes	1 ponto por presença
Presença em Reunião de Câmara	- Conselheiros Efetivos; e - Conselheiros Suplentes;	1 ponto por presença
Presença em Reunião do Conselho Diretor	Vice-Presidentes	1 ponto por presença
Presença em Reunião convocada pelo CFC	- Conselheiros Efetivos; - Conselheiros Suplentes; e - Vice-Presidentes	1 ponto por presença
Elaboração e Publicação de artigo científico em revista técnica de Contabilidade ou periódicos	- Conselheiros Efetivos; - Conselheiros Suplentes; e - Vice-Presidentes	1 ponto por publicação

Parágrafo Primeiro: Caso haja empate na pontuação, o desempate será feito por meio de sorteio a ser realizado no Plenário do CRCDF.

Parágrafo Segundo: Será zerada, a cada evento, a pontuação do Conselheiro ou Vice Presidente que participar do evento segundo face aos critérios deste artigo.

Parágrafo Terceiro: A pontuação de todos os Conselheiros e Vice-Presidentes será zerada ao fim de cada gestão, sendo iniciada nova contagem referente a gestão seguinte.

Artigo 6º - A participação de mais representantes fica limitada a 1/3 (um terço) do Plenário (efetivos e suplentes) e observará a seguinte proporção:

i) 1/3 das vagas serão destinadas aos membros do Conselho Diretor;

ii) 2/3 das vagas serão destinadas aos demais Conselheiros, excluindo-se os membros do Conselho Diretor.

Parágrafo Primeiro: As vagas destinadas ao Conselho Diretor, se não preenchidas, poderão ser destinadas aos demais Conselheiros;

Parágrafo Segundo: Não está sujeita aos limites previstos neste artigo a participação no Congresso Brasileiro de Contabilidade, respeitadas as exigências previstas nesta Resolução.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 7º - O participante deverá apresentar à Presidencia do CRCDF, em até 30 (trinta) dias corridos contados da realização do evento, relatório acompanhado do material distribuído, para que seja divulgado aos demais membros do Plenário e à Classe Contábil, observada a proteção dos Direitos Autorais.

Parágrafo Primeiro: Em caso de participação em evento técnico, o participante deverá, à critério da Presidência, ministrar palestras e/ou apresentações referentes ao evento, visando a divulgação do tema aos membros do Plenário e à Classe Contábil.

Parágrafo Segundo: O não atendimento ao disposto anteriormente poderá impossibilitar a participação do Conselheiro ou Vice-Presidente em eventos futuros.

Parágrafo Terceiro: Fica dispensada a apresentação dos documentos previstos no caput deste artigo pelo Presidente ou seu representante no caso da representação oficial prevista no art. 3º.

Artigo 8º - Não estão sujeitas às disposições desta norma a participação de Conselheiros ou Vice-Presidentes em eventos promovidos ou apoiados pelo CRCDF e que deles participem como palestrantes ou painelistas, bem como em reuniões do Sistema CFC/CRC's.

Artigo 9º - A representação do CRCDF em eventos não relacionados diretamente à área Contábil poderá ser autorizada pelo Plenário, desde que devidamente justificado o interesse para o Conselho ou para a Classe Contábil, observados, no que couber, os dispositivos desta Resolução.

Artigo 10 - Fica revogada e Resolução CRCDF nº 137/2009 e demais disposições em contrário.

Artigo 11 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 19 DE MARÇO DE 2019

DIspõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Regional de Educação Físca da 18° Região Pará e Amapa.

O PRESIDENTE CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 18ª REGIÃO - CREF18/PA-AP, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o que preceitua a Resolução CREF18/PA-AP n° 18 de 29 de setembro de 2018 e a Lei 4.320/64.

Considerando a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder à ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Considerando a resolução CREF18/PA-AP n°18 de 29 de setembro de 2018, Resolve AD-Referendum:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Conselho Regional de Educação Física da 18° Região Pará e Amapá Contabilidade do Amazonas para o exercício financeiro de 2019, no valor de R$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais).

SUPLEMENTA:

CONTA	DISCRIMINAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
6.2.2.1.01.02.008	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	132.000,00

SUPLEMENTA:

CONTA	DISCRIMINAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
6.2.1.1.02.05.001	AUXÍLIO	132.000,00

Parágrafo único - Os Recursos utilizados para a cobertura deste Crédito Adicional Suplementar será oriunda do Conselho Federal de Educação Física.

CRISTIANO DE MIRANDA GOMES

